



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

MANUELA MOSER

VOZES DA LAGOA: MEMÓRIA E PERCEPÇÕES SOBRE O DANO SOCIAL
CAUSADO PELO ROMPIMENTO DA LAGOA DE EVAPOINFILTRAÇÃO NA LAGOA
DA CONCEIÇÃO, EM FLORIANÓPOLIS/SC

Florianópolis
2026

MANUELA MOSER

**VOZES DA LAGOA: MEMÓRIA E PERCEPÇÕES SOBRE O DANO SOCIAL
CAUSADO PELO ROMPIMENTO DA LAGOA DE EVAPOINFILTRAÇÃO NA LAGOA
DA CONCEIÇÃO, EM FLORIANÓPOLIS/SC**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.^a. Dr.^a. Marília de Nardin Budó.

Florianópolis

2026

Ficha catalográfica gerada por meio de sistema automatizado gerenciado pela BU/UFSC.
Dados inseridos pelo próprio autor.

Moser, Manuela

Vozes da Lagoa : memória e percepções sobre o dano social causado pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração na Lagoa da Conceição, em Florianópolis/SC / Manuela Moser ; orientadora, Marília de Nardin Budó, 2026.

170 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós Graduação em Direito, Florianópolis, 2026.

Inclui referências.

1. Direito. 2. Criminologia Verde. 3. dano social. 4. memória. 5. justiça socioambiental. I. Budó, Marília de Nardin. II. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em Direito. III. Título.

Manuela Moser

Vozes da Lagoa: memória e percepções sobre o dano social causado pelo rompimento da lagoa de
evapoinfiltração na Lagoa da Conceição, em Florianópolis/SC

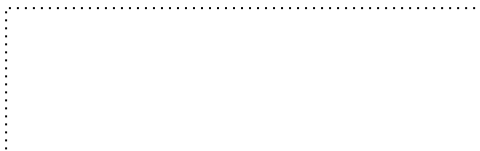
O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 11 de março de 2026 pela
banca examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Lorenzo Natali, Dr.
Università degli Studi di Milano-Bicocca

Prof.^a. Tchenna Fernandes Maso, Dr.^a.
Universidade Federal do Paraná

Prof.^a. Chiavelli Fazenda Falavigno, Dr.^a., (suplente)
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado adequado
para obtenção do título de Mestre em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito.



Coordenação do Programa de Pós-Graduação



Profa. Dra. Marília de Nardin Budó
Orientadora

Florianópolis, 2026

A todas as pessoas atingidas pelo rompimento da lagoa, especialmente àquelas que, de forma generosa e gentil, me abriram as portas de suas casas e de suas histórias.

AGRADECIMENTOS

*“na hora de pôr a mesa, éramos cinco:
o meu pai, a minha mãe, as minhas irmãs
e eu. depois, a minha irmã mais velha
casou-se. depois, a minha irmã mais nova
casou-se. depois, o meu pai morreu. hoje,
na hora de pôr a mesa, somos cinco,
menos a minha irmã mais velha que está
na casa dela, menos a minha irmã mais
nova que está na casa dela, menos o meu
pai, menos a minha mãe viúva. cada um
deles é um lugar vazio nesta mesa onde
como sozinho. mas irão estar sempre aqui.
na hora de pôr a mesa, seremos sempre cinco.
enquanto um de nós estiver vivo, seremos
sempre cinco.”*

José Luís Peixoto

Os agradecimentos sempre foram uma das minhas partes favoritas ao ler uma dissertação ou tese. Sinto que os nomes citados, os vínculos descritos, tiram o trabalho de um molde acadêmico duro e distante e o localizam no mundo. Escrevo ao final de um período longo de amadurecimento e de rotas recalculadas. A sensação é de entregar um trabalho sem que ele esteja realmente pronto, sem que eu esteja pronta. Entre o possível e o idealizado, porém, esta dissertação é resultado de construções coletivas e diferentes vínculos. Por isso, é muito especial para mim agradecer aqueles que, de alguma forma, deram direção e sentido a esse trabalho.

Preciso agradecer, em primeiro lugar, a todas as pessoas que me concederam as entrevistas que deram substrato e forma à esta pesquisa. Obrigada por confienciarem a uma estranha suas dores e lembranças, por me receberam em suas casas, por me concederem seu tempo. Ouvi-las significou crescimento pessoal profundo e, com certeza, é o que levarei de mais precioso desse período de mestrado. Sua clareza e sensibilidade me fizeram sentir que o trabalho já estava ali, pronto, apenas aguardando que alguém o escrevesse.

Agradeço minha orientadora, Marília de Nardin Budó, pelo incentivo a realização da pesquisa de campo, pela condução das matérias oferecidas no Programa de Pós-Graduação em Direito da UFSC e pelas reflexões sensíveis que levaram esta dissertação a ser o que é. Do mesmo modo, agradeço Tchenna Fernandes Maso e Danielle Ouro Mamed, que compuseram minha banca de qualificação, pelas preciosas contribuições à pesquisa.

Aproveito para agradecer também a todos os colegas do PPGD, principalmente àqueles do Grupo Controle, Poder e Dano Social, com uma menção carinhosa à Bárbara e à Bianca,

com quem criei uma relação de apoio mútuo, dividindo todas as fases desse período de dois anos. O mestrado teria sido muito mais pesado não fossem vocês.

Não poderia deixar de agradecer à minha família, especialmente aos meus pais, Marco Aurelio e Maria da Gloria, pelo apoio incondicional de sempre. Foram vocês que me trouxeram até aqui, que fizeram de todos os sonhos caminhos possíveis. Para minhas primas e irmãs de coração, Larissa e Letícia, pelos tantos momentos compartilhados. Com carinho especial, dedico à memória de minha avó, Dalva, que nos deixou há alguns anos, mas está comigo desde então e para sempre.

Meus agradecimentos ao João, meu companheiro e confidente, apoio e inspiração, de perto ou de longe. Obrigada aos meus amigos de longa data, Laurin, Guilherme, Thalia e Pietra, que estão ao meu lado pelo que já parece uma vida inteira (vocês acreditam que já fazem dez anos?). No turbilhão do cotidiano, vocês todos me relembram de quem eu sou e das coisas que valem à pena.

Não poderia deixar de agradecer à toda equipe do Colloquio Gallotti Petry Valle Pereira Advocacia, pela confiança, incentivo, compreensão e oportunidade de amadurecimento e crescimento nesses últimos anos, especialmente durante esse período em que dividi meu tempo e dedicação com as atividades do mestrado.

Todas essas pessoas, e aquelas que eu possa ter cometido a indelicadeza de não mencionar, me formaram e me deram os olhos com que enxergo o mundo. As que estão perto, as que estão longe, as que estão aqui e as que já se foram: estão todas comigo, de uma forma ou de outra. Este trabalho também é de vocês.

“Nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida. Isso gera uma intolerância muito grande com relação a quem ainda é capaz de experimentar o prazer de estar vivo, de dançar, de cantar. E está cheio de pequenas constelações de gente espalhada pelo mundo que dança, canta, faz chover. O tipo de humanidade zumbi que estamos sendo convocados a integrar não tolera tanto prazer, tanta fruição de vida. Então, pregam o fim do mundo como uma possibilidade de fazer a gente desistir dos nossos próprios sonhos. E a minha provocação sobre adiar o fim do mundo é exatamente sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim.”

Ailton Krenak

RESUMO

Por décadas, a Lagoa da Conceição tem ocupado um lugar central no imaginário da Ilha de Santa Catarina: inspiração de canções, espaço de lazer e contemplação, território de sobrevivência para muitos e alvo constante da especulação imobiliária e da exploração turística. Foi nesse contexto que, em 25 de janeiro de 2021, ocorreu o rompimento da lagoa de evapoinfiltração da CASAN, evento que expôs de forma abrupta e traumática uma estrutura crônica de negligência institucional e dano ambiental. A partir dessa realidade, a pesquisa buscou compreender como os moradores e moradoras da Lagoa percebem os danos sociais e ambientais provocados por esse rompimento, investigando se o evento é visto como algo pontual ou como parte de um processo mais amplo. Também se analisaram as formas de resistência e reconstrução da memória coletiva diante do trauma vivido, dando centralidade às vozes dos atingidos. Trata-se de pesquisa qualitativa, com aplicação do método de abordagem indutivo – a teorização será erigida a partir dos dados reunidos na pesquisa de campo. O método de procedimento adotado é o monográfico, enquanto os procedimentos técnicos envolvem pesquisa bibliográfica, documental e empírica. A primeira parte da pesquisa é dedicada a aspectos teóricos, com revisão sistemática da literatura sobre criminologia verde, crimes estatais-corporativos, vitimologia corporativa, conceito e fatores sociais, econômicos e políticos dos danos ambientais corporativos, e processos sociais, econômicos e políticos que antecederam o rompimento na lagoa de evapotranspiração da Lagoa da Conceição em Florianópolis/SC. A pesquisa empírica foi realizada por meio de entrevistas presenciais semiestruturadas com pessoas atingidas pelo rompimento da barragem, aplicando-se a Teoria Fundamentada em Dados. Ao final, são apresentadas três categorias analíticas centrais: “memória”, “naturalização do dano” e “estranhamento”, sendo a “memória” compreendida como uma ferramenta de resistência contra a “naturalização do dano”, e “estranhamento” a zona de intersecção entre as outras duas categorias. Conclui-se que o rompimento da lagoa de evapoinfiltração é lido pelas pessoas atingidas como o resultado de um processo contínuo de negligência institucional, e não um acidente isolado. A dissertação se alinha à área de concentração “Direito, Política e Sociedade”, e mais especificamente à linha de pesquisa “Historicismo, Conhecimento Crítico e Controle Social”, do Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (PPGD/UFSC), bem como ao Projeto Coletivo “Criminologia Crítica, Políticas Criminais e Sistema Jurídico Penal”, ao criticar as estruturas de controle social, destacando como a vitimização corporativa fragiliza o controle informal e exige uma revisão do conceito de dano colateral. Além disso, analisa as limitações do Sistema de Justiça, especialmente penal, na proteção das vítimas de crimes corporativos.

Palavras-chave: Criminologia Verde; dano social; vitimização; memória; justiça socioambiental.

ABSTRACT

For decades, Lagoa da Conceição has held a central place in the imagination of Santa Catarina Island: an inspiration for songs, a space for leisure and contemplation, a territory of livelihood for many, and a constant target of real estate speculation and tourism development. It was in this context that, on January 25, 2021, the rupture of the evapoinfiltration pond operated by CASAN occurred, an event that abruptly and traumatically exposed a chronic structure of institutional negligence and environmental harm. Based on this reality, the research sought to understand how the residents of Lagoa perceive the social and environmental damages caused by this rupture, investigating whether the event is seen as an isolated occurrence or as part of a broader process. Forms of resistance and the reconstruction of collective memory in the face of the experienced trauma were also analyzed, placing central emphasis on the voices of those affected. This is a qualitative study, applying the inductive approach method, with theorization to be built from the data gathered through field research. The procedural method adopted is the monographic method, while the technical procedures involve bibliographical, documentary, and empirical research. The first part of the research is devoted to theoretical aspects, with a systematic review of the literature on green criminology, state-corporate crimes, corporate victimology, the concept and social, economic, and political factors of corporate environmental harms, and the social, economic, and political processes that preceded the rupture of the evapotranspiration pond at Lagoa da Conceição in Florianópolis, Santa Catarina. The empirical research was conducted through in-person semi-structured interviews with individuals affected by the dam rupture, applying Grounded Theory. In the end, three central analytical categories are presented: “memory,” “naturalization of harm,” and “estrangement,” with “memory” understood as a tool of resistance against the “naturalization of harm,” and “estrangement” as the zone of intersection between the other two categories. It is concluded that the rupture of the evapoinfiltration pond is interpreted by those affected as the result of a continuous process of institutional negligence rather than an isolated accident. The dissertation aligns with the concentration area “Law, Politics and Society,” and more specifically with the research line “Historicism, Critical Knowledge and Social Control” of the Graduate Program in Law at the Federal University of Santa Catarina (PPGD/UFSC), as well as with the Collective Project “Critical Criminology, Criminal Policies and the Criminal Legal System.” It critically examines the structures of social control, highlighting how corporate victimization weakens informal social control and calls for a reassessment of the concept of collateral damage. Furthermore, it analyzes the limitations of the Justice System—particularly in the criminal sphere—in protecting the interests of victims of corporate crimes.

Keywords: Green Criminology; social harm; victimization; memory; socio-environmental justice.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Protesto simbólico realizado pelos moradores do bairro Lagoa da Conceição em resposta à insuficiência da rede de tratamento de esgoto instalada na região	62
Figura 2 – Realização da limpeza realizada na Servidão após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração	74
Figura 3 – Escombros carregados pela água após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração	74
Figura 4 – Funcionários retirando da Servidão os objetos e escombros carregados pela água	75
Figura 5 – Sistema de bombeamento emergencial de efluente tratado, instalado pela CASAN nas dunas.....	104
Figura 6 – Placa identificadora do sistema de bombeamento emergencial, identificando a CASAN, a Prefeitura de Florianópolis e a FLORAM.....	104
Figura 7 – Horta comunitária na Servidão Manoel Luiz Duarte	125
Figura 8 – Obra de Dulce Pena.....	126
Figura 9 – Obra de Osmar Yang.....	126
Figura 10 – Obra de Michelli Zimmemann Souza	127
Figura 11 – Instalação artística com imagens relacionadas ao rompimento da lagoa de evapoinfiltração	127
Figura 12 – Obra do Coletivo Ka	127
Figura 13 – Instalação da exposição “Águas Passadas Rasuram Destinos”	128
Figura 14 – Obra “Rasuras”.....	128
Figura 15 – Obra “Riscos”.....	129
Figura 16 – Obra “O que nos resta I e II – Vazio”	129
Figura 17 – Diagrama de Venn em que são apresentadas as categorias “memória”, naturalização do dano” e “estranhamento”	146

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS.....	16
2 PENSAR A PARTIR DAS MARGENS: DA CRIMINOLOGIA VERDE DO SUL ÀS ÁGUAS DA LAGOA DA CONCEIÇÃO	24
2.1 DANOS INOMINÁVEIS, VÍTIMAS INVISÍVEIS: CRIMES DOS PODEROSOS E VITIMIZAÇÃO CORPORATIVA AMBIENTAL.....	24
2.2 HISTÓRIA DA LAGOA DA CONCEIÇÃO E ALTERAÇÕES AO LONGO DAS DÉCADAS	41
2.2.1 Dos primeiros habitantes nativos às alterações na paisagem pela urbanização na Ilha de Santa Catarina	42
2.2.2 Problemas ambientais associados ao crescimento urbano desordenado.....	49
2.2.3 A visão dos moradores sobre as questões socioambientais envolvendo a Lagoa da Conceição.....	54
2.2.4 Impacto da atividade antrópica sobre a Lagoa: o problema do esgotamento sanitário	56
2.2.4.1 Histórico do sistema de tratamento de esgoto da Lagoa da Conceição.....	56
2.2.4.2 Evidências científicas de problemas ambientais relacionados ao esgoto sanitário na Lagoa	64
2.3 O ROMPIMENTO DA LAGOA DE EVAPOINFILTRAÇÃO EM 2021	71
2.3.1 Documentos e relatórios posteriores ao rompimento.....	73
2.3.2 Desdobramentos sociais e jurídicos.....	81
3 VOZES DA LAGOA: AS NARRATIVAS DAS PESSOAS ATINGIDAS.....	86
3.1 PRIMEIROS ENCONTROS: NOTAS DE CAMPO E APRESENTAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS	86
3.2 A LAGOA DE ANTES E DE HOJE: AS ENTREVISTAS	92
3.2.1 “A Lagoa era viva”: trajetórias e enraizamento no espaço físico e simbólico	93
3.2.2 “A Lagoa de agora é morta”: entre a saudade e a revolta.....	97
3.2.3 “Somos todos vítimas”: perspectivas sobre responsabilização, dano e justiça	108
3.2.3.1 “Só que tudo eles desconfiavam” ou “Não foi nenhum favor, porque aquilo lá era a responsabilidade deles”: tratamento conferido às atingidas e atingidos após o rompimento.	109
3.2.3.2 “Você perde uma parte da sua vida, na verdade, que as lembranças são vida também”: danos materiais, psicológicos e ambientais	117

3.2.3.3 “A gente só conseguiu o que conseguiu porque a gente se organizou”: solidariedade comunitária e organização popular das atingidas e atingidos.....	124
3.2.3.4 “Tem que ter uma maior responsabilidade com a vida”: a desmistificação da ideia de acidente e a significação da categoria vítima	132
3.2.4 Síntese da análise dos dados: “memória” e “naturalização do dano” como categorias analíticas em constante tensão a partir da categoria “estranhamento”.....	139
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	148
REFERÊNCIAS.....	153
ANEXOS.....	165
ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS.....	166
ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	168

1 INTRODUÇÃO

“Choveu durante quatro anos, onze meses e dois dias. Houve épocas de garoa em que todo mundo vestiu suas roupas de ver o bispo e armou uma cara de convalescente para celebrar a estiagem, mas logo todos se acostumaram a interpretar as pausas como anúncios de recrudescimento. O céu desabava numas tempestades de estropício, e o norte mandava uns furacões que destrambelhavam tetos e derrubavam paredes, e desenterraram pela raiz os últimos pés das plantações. [...] A atmosfera era tão úmida que os peixes teriam podido entrar pelas portas e sair pelas janelas, navegando no ar dos aposentos.”

Gabriel García Márquez

A epígrafe que abre este trabalho foi retirada da obra *Cem Anos de Solidão*, de Gabriel García Márquez (2017) e escolhida para ilustrar o incômodo em torno do qual ele se construiu. Com frequência, catástrofes socioambientais são tratadas como desastres naturais, tragédias inevitáveis, quase como se fizessem parte de um enredo de realismo mágico – em que elementos fantásticos se misturam aos reais sem causar estranhamento, em eventos misteriosos de causas desconhecidas. Ao justificar tragédias socioambientais, fatores naturais são apontados como causas isoladas desses eventos, forças externas que chegam como um destino inescapável.

Enquanto pensava nos possíveis caminhos para esta dissertação, já com o desejo de realizar uma pesquisa empírica, os noticiários e redes sociais exibiam diariamente imagens e relatos sobre as enchentes no Rio Grande do Sul, ocorridas em maio de 2024. Apesar da onda de solidariedade que mobilizou o país por semanas, a tragédia foi, aos poucos, desaparecendo do debate público, sem que perguntas fundamentais fossem feitas. O que levou o evento climático a tomar aquelas proporções? Que tipo de políticas públicas, estratégias de urbanização e modelos de desenvolvimento podem tê-la agravado, e quais seriam pensadas para prevenir novas ocorrências? Enfim, depois que a água baixou, o que restou?

Esses incômodos continuaram ressoando em mim, misturados às minhas próprias lembranças: há 15 anos, vi a casa da minha família ser atingida por uma enchente no Vale do Itajaí, região frequentemente castigada por eventos desse tipo. O que me parecia necessário perguntar é: o que não se enxerga no que é lido como ordinário no cotidiano que leva esse tipo de ocorrência ser interpretada como extraordinária? Existem escolhas políticas, modelos de desenvolvimento socioeconômico e decisões sobre o uso do espaço urbano que antecedem esses chamados “desastres” (o uso das aspas marca a incoerência de tratar esses eventos como

imprevisíveis, sem causadores), mas esses fatores permanecem invisíveis, como que soterrados sob uma chuva apocalíptica, como nas narrativas de García Márquez.

Passei, então, a buscar algum caso para abordar as percepções sobre dano social e justiça a partir da perspectiva de pessoas atingidas por “eventos catastróficos”, enquadráveis como crimes corporativos-ambientais. Foi então que cheguei ao rompimento da lagoa artificial de evapoinfiltração da Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da CASAN, na Lagoa da Conceição, ocorrido em 25 de janeiro de 2021, que atingiu mais de sessenta famílias e o já precarizado ecossistema da Lagoa (Stropasolas, 2021). A escolha do tema de pesquisa não se deu apenas pela relevância do “desastre” ecológico em si, considerado por muitos como o maior desastre ambiental da história da cidade (Stropasolas, 2021), mas também pelo caráter simbólico da Lagoa para a Ilha de Santa Catarina.

A Lagoa da Conceição é ponto de relevância histórica, cultural e ecológica para a cidade de Florianópolis. Trata-se de um dos principais cartões postais da cidade, cuja história se mescla com a dos primeiros habitantes — os povos dos sambaquis, seguidos pelos itararés e carijós —, e com a dos imigrantes açorianos que chegaram à ilha e estabeleceram-se junto ao assentamento de Nossa Senhora da Conceição, oficializando a Freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa em 19 de junho de 1750 (Vaz, 2008, p. 30).

A região ter sido eleita para firmar os primeiros assentamentos da Ilha de Santa Catarina é um fato que teve influência, justamente, das águas da Lagoa. Essa condição natural foi decisiva para determinar a localização das famílias em torno da laguna, para o transporte de curta e longa distância, a agricultura, a alimentação, a realização dos afazeres domésticos e, claro, a pesca, atividade social de maior relevância, junto de atividades paralelas como confecção de redes e limpeza de canoas. Esse cenário se manteve ativo até a segunda metade do século XX (Vaz, 2008, p. 30-31).

Concomitante ao fator humano, a Lagoa da Conceição se sobressai por sua relevância ecológica, cujo destaque se dá principalmente por suas características únicas. Trata-se de um espaço complexo, composto por dunas, zona costeira, Mata Atlântica, morros e, claro, a laguna (popularmente chamada de Lagoa), cujas águas se conectam ao mar de modo permanente pelo Canal da Barra da Lagoa. É um ecossistema rico, com fauna e flora diversificadas (Couto, 2023, p. 27).

O crescimento urbano desordenado e a má governança em torno da Lagoa, entretanto, acarretaram significativa degradação ambiental da área. A região sofre com saneamento inapropriado, construções irregulares e a alta densidade populacional, que, aliados à

especulação imobiliária e ao turismo massivo, tornam a infraestrutura insatisfatória para a comunidade e para o ecossistema do entorno (Couto, 2023, p. 30).

Ao longo dos últimos anos, a região tornou-se objeto de estudos de diversas áreas do conhecimento, como engenharia sanitária, engenharia ambiental, biologia, geografia, arquitetura e urbanismo, que trouxeram diagnósticos, prognósticos e alertas acerca da degradação ecológica da Lagoa. Assim, o “desastre ambiental” representado pelo rompimento lagoa artificial de infiltração não foi um evento isolado. Trata-se, na realidade, de uma tragédia anunciada, do ponto culminante de um longo processo de danos contínuos, impulsionados por modelos de desenvolvimento que priorizam o crescimento econômico em detrimento da saúde da própria Lagoa e das espécies que formam parte do território, do ponto de vista existencial e simbólico.

As características sociais, ambientais e históricas da região da Lagoa conferem ao caso um elevado potencial analítico para a proposta deste trabalho: investigar de que maneira as pessoas atingidas se percebiam inseridas no contexto que culminou no crime ambiental. Busca-se compreender como essas comunidades se relacionam com o território, que percepções tem sobre o ambiente em que vivem (ou viviam) e quais sinais de alerta lhes eram visíveis, se é que haviam. Em última instância, o objetivo é enfrentar a noção de que um desastre absolutamente imprevisível se abateu repentinamente sobre a região, resgatando a narrativa daqueles que experienciavam cotidianamente esse espaço.

Embora crimes ambientais corporativos como o ocorrido na Lagoa da Conceição signifiquem danos mais severos à sociedade que a criminalidade de rua, são mais raros os casos de identificação e punição desses delitos. Isso se deve ao fato de o sistema penal refletir valores de uma cultura burguesa-individualista, evidentemente protecionista no que diz respeito ao patrimônio, e que tem maior enfoque nos crimes mais comuns entre as classes baixas (Baratta, 2011, p. 176). Por isso, a única forma para estudar os danos causados por grandes corporações e/ou entes políticos é ampliando o objeto da criminologia, para alcançar condutas que não necessariamente estão previstas na legislação penal (Colognese; Budó, 2018, p. 59).

Outro desafio enfrentado é a identificação das pessoas atingidas, pois elas nem sempre se reconhecem como tal, e a vitimização pode ser difícil de ser comprovada. Há casos, por exemplo, em que os danos ocorrem a longo prazo. Ademais, é comum que o comportamento danoso ocorra repetidamente, sendo normalizado, além de haver influência econômica dos causadores dos danos (Budó; Pali, 2023, p. 174).

A vitimização ambiental inclui, além de danos físicos e materiais, a desagregação social, cultural e segregação socioespacial. Ela é consequência dessas ações não taxadas como

crimes, frequentemente praticadas por corporações apoiadas por um Estado omissor. O sentimento de abandono dos atingidos é intensificado pela negligência do poder público, que falha na vigilância, fiscalização e apoio aos vitimados. Quando há algum processo de responsabilização, as atingidas e atingidos são colocadas à margem, com pouca ou nenhuma representação (Colognese, 2022, p. 245-247).

A negação desse problema contribui para o sofrimento social, tornando seu reconhecimento ainda mais crucial, já que sua gravidade continua sendo amplamente ignorada, como “um elefante na sala”. Em oposição ao silêncio diante dessas violações e ao apagamento das pessoas lesadas, a observação de um crime ambiental específico do ponto de vista dos atingidos ajuda a revelar danos sociais e ecológicos muitas vezes invisíveis (Natali, 2014, p. 22).

A pesquisa empírica apresenta-se como instrumento capaz de oferecer protagonismo às pessoas atingidas através de sua escuta, em resistência à frequente marginalização sofrida pelas pessoas lesadas em relações corporativas. Ao ouvir seus relatos, enfrenta-se a “história única” narrada pelas instituições e pela mídia. Afinal, compreender um evento ou um lugar envolve conhecer todas as histórias que o compõem (Chimamanda, 2019, p. 26-27).

Nesse sentido, fui a campo ouvir as pessoas atingidas acerca dos possíveis danos percebidos por essa população, de que forma enxergam o Estado e a CASAN nessa dinâmica, se têm a percepção da ocorrência de danos socioambientais antes do rompimento, e se percebem a si mesmas como vítimas. Assim, trato do rompimento não como um evento isolado, mas como um elemento resultante de fatores políticos, sociais e ambientais, no contexto de desenvolvimento e urbanização da Lagoa da Conceição. A opção pela realização de pesquisa de campo é também uma maneira de fortalecer a necessária e relevante conexão entre a universidade pública e a comunidade local.

A dissertação possui aderência à linha de pesquisa na qual está inserido – “Historicismo, Conhecimento Crítico e Controle Social” –, bem como ao Projeto Coletivo “Criminologia Crítica, Políticas Criminais e Sistema Jurídico Penal”, uma vez que propõe uma crítica às estruturas de controle social vigentes, considerando, principalmente, como a vitimização corporativa ameaça o controle social informal, o que demanda uma análise mais cuidadosa do que significa o dano colateral nessas situações (Saad-Diniz, 2019, p. 168). Ademais, a pesquisa busca refletir sobre a configuração do Sistema de Justiça (principalmente na seara penal), atentando-se à sua insuficiência para proteger os interesses das pessoas lesadas por crimes corporativos.

O segundo capítulo desta dissertação é dedicado a aspectos teóricos, com marco teórico da criminologia verde. É apresentada uma revisão da literatura sobre crimes estatais-corporativos, vitimologia corporativa; sobre a história e características do bairro e ecossistema da Lagoa da Conceição, bem como os fatores sociais, econômicos e políticos dos danos ambientais corporativos, e processos sociais, econômicos e políticos que antecederam o rompimento na lagoa de evapoinfiltração. Para isso, foram consultados artigos de periódicos científicos; livros; monografias; dissertações; relatórios; informativos; informações técnicas; planos de monitoramento e recuperação ambiental da Lagoa da Conceição, elaborados pela CASAN e por demais instituições e órgãos de relevância; e notícias de veículos de comunicação.

No terceiro capítulo, apresento minha vivência no campo de pesquisa, com destaque para os depoimentos das entrevistadas e dos entrevistados, que compartilham lembranças e experiências relacionadas à Lagoa da Conceição. Suas percepções sobre as transformações, os problemas ambientais e as mudanças nas características do espaço natural e urbano revelam dimensões afetivas, históricas e territoriais fundamentais para compreender o contexto da região e o impacto do rompimento da lagoa de evapoinfiltração. A escuta atenta desses relatos me conduziu a eleger a memória como eixo central de análise, tanto no que diz respeito aos danos provocados pelo desastre, quanto aos que o antecederam, expressos na degradação ambiental progressiva e na desnaturação da paisagem.

Este projeto, enfim, trata de dano, justiça e memória. Busca entrelaçar a história da Lagoa da Conceição, desde sua ocupação inicial pelos povos do sambaqui e indígenas, passando pelos imigrantes europeus, que se estabeleceram ao redor de suas águas, até sua degradação e o trágico rompimento da lagoa de evapotranspiração. Ao registrar as vozes e vivências de quem foi diretamente impactado, esta investigação busca não apenas preservar a memória de um episódio marcante, mas também atuar como um alerta — para que tais ocorrências não sejam apagadas da história, nem venham a se repetir. Assim como os estudos anteriores foram fundamentais para minha compreensão desse território, espero que este trabalho possa cumprir papel semelhante para os que vierem depois.

1.1 ASPECTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa utiliza como marco teórico a Criminologia Verde do Sul, uma abordagem crítica que questiona os alicerces da criminologia dominante a partir das realidades históricas, sociais e ambientais do Sul Global. Com raízes em tradições latino-americanas, a CVS examina

os danos ambientais em conexão com as heranças coloniais, a desigualdade geopolítica e a reprodução contemporânea da dominação epistêmica (Goyes, 2022, p. 57).

Trata-se de pesquisa qualitativa, com aplicação do método de abordagem indutivo – a teorização foi erigida a partir dos dados reunidos na pesquisa de campo. O método de procedimento adotado é o monográfico, enquanto os procedimentos técnicos envolveram pesquisa bibliográfica, documental e empírica.

Na etapa empírica da pesquisa, entrevistei pessoas atingidas pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração da Lagoa da Conceição, em Florianópolis/SC. Esse foi o critério fundamental para inclusão dos participantes. Meu objetivo era encontrar um grupo diversificado quanto a gênero, idade, sexo, raça e classe social, com prioridade para pessoas que vivessem na Lagoa há mais tempo (e que, portanto, tivessem uma percepção mais longa sobre as alterações locais), e que ocupassem ou tivessem ocupado posições de liderança frente à comunidade do bairro (já que esse papel, possivelmente, fez com que essas pessoas tivessem contato mais direto com o poder público).

A primeira entrevista foi com Andrea, que representou os moradores na associação criada após o rompimento. Desde já, esclareço que todas as pessoas entrevistadas tiveram oportunidade de optar pelo anonimato, conforme exigido pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UFSC. Apenas uma entrevistada, porém, pediu que seu nome fosse trocado. Os demais permitiram o uso de seu primeiro nome ou apelido. Cheguei até Andrea por indicação de Rodrigo Timm, advogado do Movimento dos Atingidos por Barragens, que prestou apoio às vítimas. A partir desse contato inicial, ela me indicou outras pessoas, que, por sua vez, também sugeriram novos nomes. A seleção seguiu, assim, a lógica da amostragem por bola de neve, em que, a partir de um informante inicial, uma “semente”, localizam-se outros participantes com o perfil desejado (Vinuto, 2014, p. 203).

O convite para participar da pesquisa foi feito por meio do WhatsApp, com o envio de mensagens em que me apresentava, explicava brevemente o escopo da minha pesquisa e informava como havia obtido o contato. Algumas pessoas não responderam ou preferiram não participar, pois não queriam reviver o episódio.

Minha intenção inicial era entrevistar 15 pessoas. No entanto, ao final das oito entrevistas e após uma análise preliminar do conteúdo, ficou claro que o material reunido era suficiente para atender aos objetivos da pesquisa. O projeto aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa, inclusive, já previa essa possibilidade, pela adoção do critério da amostragem por saturação. Essa flexibilidade é característica da abordagem qualitativa, permitindo ajustes metodológicos ao longo do processo (Pires, 2008, p. 154). Ademais, busquei realizar entrevistas

aprofundadas, que permitissem explorar com riqueza os temas abordados. O foco está na obtenção de dados qualitativos consistentes, e não em uma abordagem quantitativa.

A quantidade e conteúdo das entrevistas realizadas, enfim, foram suficientes para oferecer uma visão aprofundada e sensível das percepções das pessoas afetadas, ao mesmo tempo em que se mantém dentro dos limites de uma análise qualitativa cuidadosa e viável, sopesando-se o prazo para finalização da pesquisa e sua realização por uma única responsável (Rego; Cunha; Meyer Junior, 2018, p. 43-57).

As entrevistas seguiram o modelo semiestruturado, que permitiu que as e os participantes expressassem livremente suas percepções, ao mesmo tempo em que um roteiro servia como guia para garantir que os temas tratados estivessem alinhados aos objetivos da pesquisa. Desse modo, cada participante teve um espaço amplo e autonomia para se expressar, mas pré-determinado por uma diretriz inicial (Xavier, 2017, p. 128-129).

Ao centralizar a pesquisa naqueles e naquelas que vivenciam a vitimização ambiental, frequentemente ignorados devido à falta de poder desses grupos para influenciar seu próprio ambiente, é importante buscar novas metodologias. Métodos convencionais, como entrevistas diretas, são limitados por sua rigidez e incapacidade de captar a natureza dinâmica das experiências individuais. Assim, abordagens multissensoriais, que incorporam elementos como visão, odores e sons, oferecem uma interpretação mais rica dos fenômenos ambientais. A liberdade do participante para escolher o local da narrativa agregam novas camadas de significado à pesquisa. Além disso, compreender como as pessoas percebem e avaliam questões ambientais tem um papel essencial na formulação de políticas públicas e na promoção do reconhecimento social, conectando-se à criminologia pública (Natali; Budó, 2019, p. 721-722).

Ao longo das conversas, os temas previstos no roteiro surgiram de maneira espontânea, integrando-se naturalmente aos relatos. O roteiro, portanto, não operou como uma estrutura rígida, mas como um ponto de referência flexível. A dinâmica das entrevistas permitia que os eixos temáticos fossem introduzidos de forma aberta e, a partir da experiência compartilhada por cada pessoa, novas perguntas eram formuladas, mais ancoradas na narrativa individual do que no roteiro propriamente dito. A única pergunta feita de forma padronizada a todos os participantes – por não emergir de maneira espontânea – foi se se reconheciam como “vítimas” e como se sentiam em relação a esse termo.

As entrevistas foram realizadas presencialmente, conforme a disponibilidade de cada participante, em suas residências. Quase todas ocorreram no próprio bairro atingido pelo rompimento, com exceção de um caso, em que o entrevistado já havia se mudado para outra região. A realização dos encontros nesses espaços teve importância simbólica e prática:

proporcionou maior conforto e familiaridade aos entrevistados e reforçou a conexão entre o relato e o território afetado, contribuindo para a densidade das narrativas sobre a relação com a Lagoa da Conceição.

Antes do início de cada entrevista, foi apresentado e assinado Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, aberto espaço para esclarecimento de dúvidas, e oferecida a opção de anonimato a todos os participantes, conforme exigência do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos. Apenas uma pessoa solicitou a preservação de sua identidade; as demais autorizaram o uso de seus nomes, sendo que dois optaram por serem identificados por apelidos. Todas as entrevistas foram registradas por meio de gravador de áudio, mediante autorização prévia.

No TCLE estavam dispostos os potenciais riscos e benefícios atinentes à participação na pesquisa. Os riscos mencionados envolviam impactos psicológicos e emocionais, como a reativação de memórias dolorosas, podendo desencadear reações como crises de choro. Além disso, mesmo com a garantia de anonimato, existe a possibilidade de reconhecimento de relatos, o que pode gerar desconforto, estigmatização ou represálias. Já entre os benefícios, destacam-se a validação e o reconhecimento das experiências vividas, o fortalecimento do senso de agência por meio da narrativa e ressignificação da própria história, e a preservação da memória coletiva do evento. A pesquisa também pode contribuir para a formação de redes de apoio, fortalecimento comunitário e, a longo prazo, subsidiar reivindicações por direitos, políticas públicas mais eficazes e medidas preventivas contra novos desastres socioambientais.

A pesquisa foi realizada, enfim, com zelo aos preceitos éticos e à garantia de confidencialidade dos dados e privacidade dos participantes, de acordo com a Resolução CNS 510/2016, bem como as demais normativas e legislações vigentes e aplicáveis. São também conhecidos e foram cumpridos os requisitos da Lei Geral de Proteção de Dados (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018) quanto ao tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis que utilizados para a execução da presente dissertação.

Após gravadas as entrevistas, seus conteúdos foram transcritos com o auxílio do aplicativo REV. Os arquivos de áudio e suas respectivas transcrições foram armazenados em meu computador pessoal, em nuvem protegida por senha e de uso exclusivo. Esse conteúdo foi analisado pela técnica da Teoria Fundamentada em Dados, pelo desenvolvimento de categorias teóricas emergentes a partir dos dados, sem um referencial prévio rígido, o que permitiu que a teoria se construísse com base na fala das pessoas entrevistadas (Charmaz, 2009, p. 15).

Passei, então, à codificação desses dados, a primeira etapa analítica. A codificação significa, no contexto da TFD, a nomeação de segmento de dados com uma classificação que

categoriza, resume e representa cada um desses segmentos. Esses códigos revelam como os dados foram selecionados e classificados para sua posterior análise analítica. Aqui, os códigos não são pré-concebidos, mas surgem a partir da análise dos dados (Charmaz, 2009, p. 69-72). Essa é uma etapa especialmente desafiadora, posto que estava diante de aproximadamente dez horas e meia de entrevistas e precisava destacar, ali, os trechos mais relevantes e ilustrativos das percepções das pessoas entrevistadas, dentro dos objetivos traçados para a minha pesquisa.

A codificação inicial, ou aberta, é fixada rigorosamente nos dados (Charmaz, 2009, p. 74). Nessa etapa, são formulados conceitos para os elementos que compõem a realidade observada, com um baixo nível de abstração (Cappi, 2017, p. 406). Nessa primeira fase, selecionei trechos relevantes das falas das pessoas entrevistadas, no próprio REV, e os organizei em tabelas, dentro de 14 categorias: i) *Quando passou a viver na Lagoa*; ii) *Lembranças, vivências e significados atribuídos à Lagoa*; iii) *Relação com vizinhos/comunidade*; iv) *Mudanças e problemas percebidos no espaço urbano*; v) *Mudanças e problemas percebidos no espaço natural da Lagoa da Conceição*; vi) *Responsabilização*; vii) *Danos sofridos pelas pessoas atingidas*; viii) *Impactos no ambiente natural*; ix) *Tratamento despendido pelo poder público e pela CASAN às pessoas atingidas*; x) *Pagamento por danos materiais*; xi) *Pagamento por danos morais*; xii) *Suporte jurídico*; xiii) *Organização popular após o rompimento*; xiv) *Sou eu uma vítima?*. Os trechos das entrevistas foram alocados nessas categorias, com a identificação dos interlocutores e interlocutoras.

Na etapa seguinte, de codificação axial, procede-se à comparação entre as categorias extraídas dos dados empíricos, juntamente com suas propriedades e dimensões, com o objetivo de iniciar uma articulação teórica entre elas, que deve ser constantemente validada por meio do retorno às observações iniciais. Algumas categorias passam a se destacar como centrais, possibilitando o estabelecimento de relações e correlações entre elas e suas respectivas propriedades. Esse processo conduz à formulação de hipóteses teóricas, que ganham consistência à medida que são testadas e refinadas com base nos próprios dados empíricos, em direção à construção de uma proposta teórica enraizada na observação (Cappi, 2017, p. 407).

Nessa etapa, foram realizadas algumas alterações nas categorias inicialmente propostas na codificação aberta: as categorias iv) *Mudanças e problemas percebidos no espaço urbano*; e v) *Mudanças e problemas percebidos no espaço natural da Lagoa da Conceição*, foram reunidas em uma única. Afinal, não faz sentido pensar naquele ambiente de maneira segmentada, como se houvesse um lado de “dentro” e de “fora” da natureza. Como reflete Krenak (2020, p. 16-17), “não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza”. Ainda, da categoria iv extraiu-se uma nova, “*Percepção sobre o tratamento de esgoto*”.

instalado no bairro”, uma vez que esse tema, para além de estar diretamente conectado ao rompimento em si, apareceu com destaque nas entrevistas, a ponto de merecer um tópico próprio. Outra nova categoria criada foi *Efeitos psicológicos experienciados após o rompimento*, a partir da subdivisão da categoria vii) *Danos sofridos pelas pessoas atingidas*, uma vez que a experiência emocional das pessoas atingidas apareceu nas falas de forma impactante e profunda, o que me levou a concluir pela sua centralidade para pensar nos danos sofridos.

Ao final, o conteúdo selecionado foi organizado nas seguintes 15 categorias: i) *Quando passou a viver na Lagoa*; ii) *Lembranças, vivências e significados atribuídos à Lagoa*; iii) *Relação com vizinhos/comunidade*; iv) *Mudanças e problemas percebidos no espaço urbano e natural da Lagoa da Conceição*; v) *Percepção sobre o tratamento de esgoto instalado no bairro*; vi) *Responsabilização*; vii) *Danos sofridos pelas pessoas atingidas*; viii) *Efeitos psicológicos experienciados após o rompimento*; ix) *Impactos no ambiente natural*; x) *Tratamento despendido pelo poder público e pela CASAN às pessoas atingidas*; xi) *Pagamento por danos materiais*; xii) *Pagamento por danos morais*; xiii) *Suporte jurídico*; xiv) *Organização popular após o rompimento*; xv) *Sou eu uma vítima?*

Essas 15 categorias foram organizadas em três eixos temáticos centrais, por meio da reorganização e aglutinação das tabelas. A primeira tabela, intitulada *Relação com a Lagoa da Conceição*, reúne as categorias i, ii e iii, apresenta os depoimentos dos entrevistados sobre como se relacionavam com o ambiente antes do desastre. Os subtópicos desta tabela incluem as lembranças mais antigas das pessoas entrevistadas envolvendo a Lagoa, os usos afetivos, recreativos e cotidianos do espaço, como lazer, pesca, contemplação e rotinas vinculadas ao território.

A segunda tabela, *Problemas ambientais e urbanos da Lagoa da Conceição*, contempla as categorias iv e v, e reúne falas que destacam os conflitos anteriores ao rompimento, apontando questões como crescimento desordenado, saneamento precário, pressão imobiliária e impactos ecológicos visíveis. Os depoimentos refletem percepções sobre negligência do poder público e sobre a deterioração ambiental progressiva da região.

Já a terceira tabela, intitulada *Efeitos do rompimento da lagoa de evapoinfiltração*, correspondente às categorias vi a xv, foca nas consequências diretas do evento, detalhando os danos físicos, materiais e psicológicos sofridos pelos moradores. Os subtópicos abordam perdas de bens, contaminação, medo, insegurança e mudanças na paisagem e na vida cotidiana.

Por fim, em posse dos dados obtidos na pesquisa de campo devidamente classificados, procedi à terceira etapa: a codificação seletiva, que corresponde à integração final da teoria,

centrada em uma categoria ou narrativa principal que organiza as demais. O processo envolve a síntese e a redução conceitual, resultando em uma formulação teórica mais densa e abstrata, com maior aplicabilidade (Cappi, 2017, p. 407). Essa fase final coincidiu com a redação do terceiro capítulo, no qual elaborei teorizações a partir dos dados, articulando relações significativas e recorrentes entre as categorias construídas. Com base nos aportes teóricos da criminologia verde do Sul, realizei então uma análise crítica e fundamentada dos dados encontrados em campo.

Já na fase de escrita da dissertação, após ter realizado as entrevistas, deparei-me com o conceito de jazz etnográfico, proposto por Caroline Bispo. O jazz aqui funciona como metáfora e como modo de pesquisa. A improvisação, a escuta corporificada e a coautoria narrativa não são apenas recursos metodológicos, mas condições éticas para produzir conhecimento. O conceito é uma resposta ao *anthropological blues* de DaMatta (1978 *apud* Bispo, 2026). Enquanto o blues captura a melancolia do pesquisador deslocado, o jazz desloca o eixo da análise: da solidão para a coautoria, da descrição para a improvisação, da hierarquia para a polifonia. O blues ajuda a compreender o desconforto da pesquisadora deslocada, mas o jazz permite compreender o campo como um espaço de criação compartilhada (Budó *et al.*, 2026).

O que Bispo (2026) escreveu ressoou profundamente em mim, com as impressões que eu havia tido em campo. Ao me aproximar das pessoas atingidas pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração na Lagoa da Conceição, senti que era necessário não partir de um roteiro rígido nem de uma postura distanciada. As conversas foram construídas na improvisação cuidadosa de quem escuta com o corpo inteiro, permitindo que os encontros escapassem das margens do previsto. Como no jazz, havia ritmo, pausa e afinação conjunta: a entrevista se tornava um espaço compartilhado de produção de sentido, em que a narrativa não era só minha, mas nossa. Não se tratava de representar os entrevistados, mas de abrir espaço para que suas vozes, memórias e silêncios construíssem também a análise.

Em muitos momentos, a sensação era a de que a pesquisa já estava ali, entre aquelas casas, afetos e lembranças; o que me cabia era registrar com cuidado aquilo que me foi confiado. Por isso mesmo, carrego uma responsabilidade profunda: a de ser fiel ao que me foi passado, sem reduzir a complexidade dos relatos nem apagá-los em nome de uma objetividade que não desejo reivindicar. Foi também nesse sentido que optei por reproduzir, via de regra, as falas de forma literal, respeitando o modo como cada pessoa escolheu narrar sua própria experiência. Essa escolha metodológica (e ética, antes de tudo) me colocou diante da necessidade de

renunciar ao controle total da narrativa e aceitar o campo como um lugar de criação coletiva, onde o conhecimento não se extrai, mas se constrói em diálogo.

Importa destacar que o processo de análise dos dados e de redação desta dissertação não se deu de forma linear. Ao contrário, exigiu idas e vindas constantes entre as entrevistas, as categorias construídas e os conceitos teóricos mobilizados. Muitas vezes, retomei trechos dos relatos para reavaliar interpretações anteriores, reformular categorias ou explorar novas conexões analíticas. Essa dinâmica reiterativa, própria da pesquisa qualitativa, permitiu que a teoria emergisse de forma mais enraizada na experiência das pessoas atingidas, respeitando a complexidade dos dados e o caráter vivo do campo.

2 PENSAR A PARTIR DAS MARGENS: DA CRIMINOLOGIA VERDE DO SUL ÀS ÁGUAS DA LAGOA DA CONCEIÇÃO

*“Tua lagoa formosa
Ternura de rosa
Poema ao luar,
Cristal onde a lua vaidosa
Sestrosa, dengosa
Vem se espelhar...”*

Rancho de Amor à Ilha

Este capítulo está dividido em três partes e propõe um percurso que atravessa diferentes margens: a epistemológica da criminologia verde do Sul e a geográfica da Lagoa da Conceição. Na primeira parte, apresento o referencial epistemológico que guiou a pesquisa. Em seguida, circundo as margens da Lagoa da Conceição, situando-a em seu contexto histórico, urbano e ambiental. Por fim, trato do rompimento da lagoa de evapoinfiltração, acontecimento-chave para a análise das entrevistas, núcleo empírico desta pesquisa que será desenvolvido no capítulo seguinte.

2.1 DANOS INOMINÁVEIS, VÍTIMAS INVISÍVEIS: CRIMES DOS PODEROSOS E VITIMIZAÇÃO CORPORATIVA AMBIENTAL

Neste primeiro tópico, apresento o referencial teórico que sustenta esta pesquisa, baseado na criminologia verde do Sul. A reflexão se organiza a partir de três eixos fundamentais: a concepção ampliada de dano social, a crítica à invisibilização dos crimes dos poderosos e a experiência subjetiva e política de se reconhecer como pessoa atingida por essas dinâmicas de violência estrutural. Ao delinear os contornos epistemológicos que orientam o estudo, espero construir um substrato sólido para a leitura crítica e situada dos processos de produção de injustiças socioambientais, enriquecendo as análises a serem realizadas sobre o material reunido a partir da pesquisa de campo.

Ao tratar sobre a posição histórica da América Latina no sistema capitalista, algo deve estar claro: a América não foi inserida na economia capitalista, pois tal economia não seria possível sem a América. Afinal, sua colonização significou colonialidade, etnicidade e racismo, que permaneceram mesmo após as independências. Continuou-se a reproduzir o mesmo padrão de exploração do trabalho, configuração de hierarquias sociais, administração e subjetividade (Segato, 2013, p. 45). Esse padrão é observável pela concentração do trabalho assalariado e da produção industrial capitalista na Europa por mais de dois séculos, até o final do século XIX, o

que não foi uma necessidade histórica inerente ao capitalismo ou ao mercado mundial. Desde os primórdios da colonização das Américas, os europeus associaram o trabalho não pago às raças dominadas, justificando essa exploração com a ideia de inferioridade racial e tratando o trabalho assalariado era um privilégio dos brancos (Quijano, 2005, p. 120).

Essa colonialidade do controle do trabalho determinou a geografia social do capitalismo: o capital, na relação social de controle do trabalho assalariado, era o eixo em torno do qual se articulavam todas as demais formas de controle do trabalho, de seus recursos e de seus produtos. Essa relação social específica foi geograficamente concentrada na Europa, sobretudo, e socialmente entre os europeus em todo o mundo do capitalismo. Nessa medida, a Europa e o europeu se constituíram no centro do mundo capitalista (Quijano, 2005, p. 120). O corpo, nesse modelo econômico, passa a ser enxergado de outra forma: como máquina de trabalho, a ser explorado ao máximo para acumulação de riqueza (Federici, 2023, p. 21-23). Esses corpos, entretanto, não são todos tratados da mesma maneira: aqueles racializados são selecionados para exploração máxima e dignidade mínima, como expõe François Vergès (2020, p. 127):

Há toda uma humanidade se dedicando a fazer um trabalho invisível e superexplorado para criar um mundo adequado ao consumo e à vida institucional. Cabe a essas pessoas lidar com o sujo, o contaminado, a água não potável, o lixo que não é recolhido, os plásticos que invadem tudo, os jardins nos quais as plantas morrem por falta de manutenção, os esgotos que não funcionam, o ar poluído. As outras, então, podem desfrutar a cidade limpa, os jardins, as flores, os passeios tranquilos. A segregação do mundo se dá em uma divisão entre limpeza e sujeira baseada numa divisão racial do espaço urbano e da moradia. Essa divisão também existe nos países do Sul.

Podemos ainda expandir a compreensão da colonialidade para além do poder, trabalho, corpo e conhecimento, incluindo a chamada “colonialidade da natureza”, que envolve a criação de hierarquias em que a natureza e os povos considerados “não-modernos” são subordinados. Além disso, ela se manifesta em visões essencializadas da natureza, separando-a do domínio humano, e na ideia de que os produtos naturais são tratados apenas como mercadorias. Também se relaciona à subordinação das naturezas e corpos femininos ou racializados, bem como à imposição de uma visão eurocêntrica e moderna que desconsidera outras formas de entender a biologia e a história (Escobar, 2011, p. 50-51).

Nesse contexto, a partir do final do século XVI, a corporação tornou-se o principal modelo organizacional dos poderes coloniais europeus para apropriação de terras, gestão da escravidão e controle do comércio. Assim como as corporações permitem ao capital ignorar limites geográficos, de oferta de mão de obra ou de escassez de recursos, elas também

possibilitam que os capitalistas desconsiderem restrições morais e quaisquer barreiras à maximização de seus lucros, mesmo as que deveriam ser ditadas por um senso básico de humanidade. Não há uma forma menos controversa de afirmar isso: a corporação é o mecanismo ideal para a violência brutal e racista do Estado colonial (Whyte, 2022, p. 147-150). As corporações, desse modo, foram elemento fundamental ao desenho da configuração socioeconômica internacional, que se mantém desde então em uma estrutura que se pode denominar neocolonial.

Whyte (2022, p. 154) lista as características do modelo neocolonial, comuns a diferentes indústrias e contextos geográficos. Primeiramente, as corporações recebem apoio político do Estado anfitrião, que permite a exploração de seus recursos naturais ou da mão de obra local, além de facilitar o acesso a seus mercados, geralmente em troca de benefícios econômicos ou políticos. Em segundo lugar, esses benefícios tendem a favorecer desproporcionalmente as elites em detrimento da população local, que muitas vezes se opõe ao desenvolvimento e à exploração de seus recursos. Como resultado, o processo de neocolonização frequentemente gera conflitos entre o Estado anfitrião e a população afetada. Por fim, os Estados de origem das corporações oferecem uma série de incentivos políticos e econômicos tanto para as empresas quanto para as elites dos países anfitriões. Entre os incentivos políticos, destacam-se a mobilização diplomática, subsídios à exportação e garantias de crédito; já os incentivos econômicos incluem ajuda financeira, lobby e negociações de cláusulas contratuais favoráveis, além da promessa de alianças militares ou geopolíticas estratégicas.

Os efeitos do neocolonialismo podem ser facilmente percebidos, em especial a partir de 1960, na medida em que se tornou evidente que a simples abundância de recursos naturais não garantiria a emancipação pós-colonial. Como demonstram inúmeros exemplos de Estados africanos, asiáticos e latino-americanos, a estrutura do capitalismo corporativo perpetua o que se convencionou chamar de “maldição dos recursos naturais”. A partir desse momento, a economia passa a ser impulsionada pela corrupção, o poder se concentra nas mãos de uma elite reduzida, e a maior parte dos lucros é retirada do país (Whyte, 2022, p. 153).

Os investimentos econômicos de outras nações na América Latina (que, na maioria dos casos, é focado justamente na exploração de recursos naturais) não promovem o desenvolvimento da região, mas perpetram desigualdade e dependência econômica. Mesmo em períodos políticos nos quais a América Latina buscou ampliar a realização de direitos e regular a atividade econômica privada — incluindo a transnacional —, a natureza permaneceu como a principal fonte de geração de recursos econômicos e públicos (Böhm, 2022, p. 127-128).

Como resultado, observou-se a imediata desproteção da população local diretamente ligada a esses recursos e às áreas de exploração, além da intensificação das violências estruturais que impactam a efetivação de direitos básicos. Desse modo, não há equilíbrio entre o proveito econômico e a utilidade da atividade, gerando elevado prejuízo aos habitantes regionais (Böhm, 2022, p. 127-128) que permanecem em situação de pobreza, enquanto os ecossistemas, incluindo terras e fontes de água, são contaminados. Embora essa descrição possa parecer cínica, trata-se de um padrão recorrente que se repete com alarmante frequência (Whyte, 2022, p. 153).

A desigualdade socioeconômica é frequentemente naturalizada, e as elites políticas e econômicas detêm o poder de estabelecer negócios internacionais, muitas vezes resultando em violações de direitos humanos e danos sociais que raramente são judicializados. Na América Latina, atores poderosos, incluindo corporações e políticos, influenciam decisões sobre empreendimentos industriais e a apropriação de terras indígenas, sem que essas ações sejam tratadas como crimes. A falta de interesse na investigação judicial, aliada aos benefícios econômicos para setores locais e internacionais, contribui para a aceitação dessas práticas como parte do progresso e desenvolvimento, sem a devida responsabilização legal ou midiática (Böhm, 2018, p. 137).

Há uma relação causal entre a desregulamentação dos interesses econômicos internacionais e as formas de violência predominantes em grandes áreas do Sul Global. Especificamente, estudos de caso mostram como as empresas transnacionais, ao se beneficiarem da crescente desregulamentação de seus interesses econômicos, causam danos severos e violações dos direitos humanos nas populações locais, contribuindo, assim, para o mau desenvolvimento da América Latina. Esse fenômeno afeta toda a região, especialmente ao aprofundar as condições violentas enfrentadas pelas populações empobrecidas em nível local (Böhm, 2022, p. 124).

As corporações que operam em contextos neocoloniais adotam, em sua forma moderna, estruturas altamente complexas de propriedade e cadeias produtivas. Elas frequentemente se posicionam no topo dessas cadeias, delegando a diferentes setores a organização da produção de mercadorias e bens manufaturados. Essa complexidade facilita a dissociação das corporações transnacionais da responsabilidade pelos danos ambientais que causam, uma vez que os impactos mais devastadores de suas atividades não são necessariamente gerados diretamente por elas, mas por suas subsidiárias e fornecedores. Por meio dessas redes de subsidiárias, as corporações transnacionais, principalmente sediadas no Norte global, exploram recursos naturais, degradam o meio ambiente e aumentam os riscos de

catástrofes ambientais. Essa destruição, no entanto, ocorre predominantemente no Sul global, onde as consequências das mudanças climáticas extremas são sentidas com maior intensidade. Ao mesmo tempo, essas intrincadas estruturas corporativas são meticulosamente projetadas para garantir o desenvolvimento industrial e maximizar os retornos para os investidores, sem levar em consideração os custos humanos e ambientais (Whyte, 2022, p. 158-159).

Interessante, nesse contexto, pensar na categoria conceitual criminológica proposta por María Laura Böhm (2022, p. 126): o “crime de mau desenvolvimento”, que explica como as atividades interconectadas com a economia, a política, a sociedade e as instituições voltadas para o desenvolvimento também podem ser tratadas como um delito. A utilização de uma categoria conceitual na criminologia para descrição e análise pode ser útil para estratégias de visibilidade e prestação de contas, visando alcançar responsabilidade, reparação e reintegração nos casos relacionados a esse conceito, dentro de uma coexistência construtiva econômica, cultural e institucional. O “crime”, nesse caso, é entendido como um campo delitual, e não como um tipo penal (semelhante ao crime de colarinho branco, que também não é um tipo penal). Essa ideia pode ser igualmente aplicada aos estudos da criminologia verde.

Embora os danos causados pela criminalidade corporativa sejam vinte vezes mais graves que aqueles da criminalidade *mainstream*, tais condutas sequer chegam a ser incriminadas, ou, quando chegam, o status de “criminosos de confiança” é elevado de forma diversamente proporcional aos riscos de responsabilização. Frequentemente, as corporações estão de tal maneira infiltradas no meio social que a comunidade, alienada, chega a minimizar os danos causados (Saad-Diniz, 2019, p. 149). Isso se deve ao fato de o sistema penal refletir valores de uma cultura burguesa-individualista, evidentemente protecionista no que diz respeito ao patrimônio, e que tem maior enfoque nos crimes mais comuns entre as classes baixas. Essa diferenciação pode ser percebida, inclusive, na forma como são tipificados os crimes, pela maior ou menor quantidade de agravantes e atenuantes, e descrição mais ou menos específica (com maior ou menor alcance) dos tipos penais (Baratta, 2011, p. 176).

A maior expectativa de existência de criminalidade em certas camadas sociais direciona a atenção do poder público a elas e, por consequência, encontra-se nesses grupos um percentual muito maior de comportamentos ilegais (embora existam crimes praticados em todos os níveis sociais, eles só poderão ser encontrados onde forem procurados). São aplicadas sobre esses grupos sanções estigmatizantes, e delas surgirão muitos indivíduos com carreiras criminosas (Baratta, 2011, p. 180). Os criminosos profissionais da classe socioeconômica mais alta, por sua vez, possuem poder econômico e político que lhes garantem maiores chances de escapar da prisão e da condenação quando comparados com pessoas menos abastadas,

criminosos eventuais, seja pela possibilidade de contratação de advogados habilitados, seja pela influência política que possuem (Sutherland, 2015, p. 32). Nessa dinâmica, Böhm (2018, p. 152-153) observa um aspecto interessante: no contexto latino-americano, a tendência é que quanto mais favorável for o apoio aos projetos das grandes economias transnacionais, mais intensa é a criminalização de crimes de rua e dos protestos sociais contra a desigualdade socioeconômica. Assim, fica mais evidente a relação direta entre dinâmicas internas e internacionais — abrangendo a ordem econômica, as violações de direitos humanos, o dano social, a violência física e estrutural, e a insegurança — como partes interligadas de um mesmo sistema.

A noção de crime de colarinho branco, segundo Ruggiero (2007, p. 165), passa pela ideia de que não se trata de um crime de igualdade de oportunidades, tornando essencial que qualquer estudo sobre o tema delimite claramente seu escopo. Trata-se de infrações cometidas por atores como Estados, corporações, instituições financeiras e outras organizações igualmente poderosas — ou seja, infratores que possuem uma quantidade exorbitante de recursos materiais e simbólicos em comparação com suas vítimas. Existe, assim, uma relação direta entre a quantidade de recursos que um ator possui e sua liberdade: aqueles que possuem maior influência econômica e política têm mais poder para atribuir definições criminais a outros e rejeitar as que lhes são impostas. Além disso, detêm maior controle sobre os efeitos de suas próprias infrações, muitas vezes impedindo que sejam reconhecidas e classificadas como crimes.

Sutherland (2015, p. 334-336) aponta alguns caracteres próprios dos chamados “crimes do colarinho branco”. Primeiro, a criminalidade das empresas é persistente, e grande parte dos criminosos é reincidente. Segundo, o comportamento ilegal se estende para muito além do que é abarcado pelo processo. Terceiro, aqueles que praticam tais crimes não costumam perder seu *status* com parceiros comerciais. Em quarto lugar, os empresários delinquentes costumam demonstrar desprezo pela lei e pelo Estado. Os crimes de colarinho branco, enfim, são deliberados e organizados, podendo essa organização ser formal ou informal.

Os agentes econômicos e detentores de poder raramente são vistos como criminosos quando os danos decorrentes de suas ações são considerados um resultado “natural” das atividades empresariais. Quando essas atividades envolvem empresas transnacionais em parceria com Estados anfitriões, os impactos negativos tendem a ser minimizados ou percebidos como menos graves (Böhm, 2018, p. 153). Os crimes corporativos são atos ilegais ou omissões fruto de decisões deliberadas ou culposas dentro de uma organização formal legítima. As atividades danosas de grandes corporações, responsáveis por um grande número de mortes,

derivam da liberdade que as empresas gozam no capitalismo, já que é difícil a diferenciação dos lucros obtidos por meios legais e ilegais. Afinal, não se pode imaginar o capitalismo sem considerar o mercado ilegal que opera por trás dele (Colognese; Budó, 2018, p. 71-72).

A criação de diretrizes voluntárias, como o “Guia para Empresas Multinacionais” da OCDE (1976) e a “Declaração Tripartite” da OIT (1977), buscou facilitar o investimento estrangeiro direto e orientar a atuação corporativa em questões sociais e ambientais. No entanto, tais medidas são frequentemente contraditórias com as práticas empresariais, resultando em estratégias de *social* ou *green washing*, onde as corporações utilizam discursos ecologicamente ou socialmente responsáveis sem promover mudanças reais. Esse processo reforça a ideia de perda de autoridade do Estado na regulamentação de direitos sociais e ambientais. A responsabilidade social corporativa, longe de representar um compromisso genuíno, funciona como uma estratégia narrativa para manter conflitos sob controle sem abordar problemas estruturais. Como destaca Kirsch (2014 *apud* Maso; Isaguirre-Torres, 2024, p. 7-8), as corporações não demonstram real sensibilização para questões socioambientais, apenas reorganizam discursos para renegociar conflitos sem resolvê-los efetivamente.

Problemáticas semelhantes às dos crimes corporativos se aplicam às infrações estatais. Afinal, como o Estado é o produtor das leis, uma definição meramente jurídica dificilmente conseguirá alcançar a maior parte das condutas danosas perpetradas por ele. Quando o Estado é a instituição danosa, resta pouco espaço para reparação (Colognese; Budó, 2018, p. 64). Ao engajar com o pensamento de Green e Ward, Moreira Filho define o crime de Estado como a violação de direitos humanos, evitando generalizações sobre ações estatais inadequadas. Contudo, alertam para a ambiguidade da legislação internacional e destacam a necessidade de considerar as premissas dos direitos humanos, voltadas para suprir as diversas necessidades humanas, nem sempre contempladas nas leis existentes (Silva Filho, 2012, p. 24).

Outra particularidade dos criminosos de Estado, segundo Zaffaroni (2007, p. 8), é sua estreita ligação com os valores dominantes, não para negá-los, mas para reafirmá-los e reforçá-los. Frequentemente, esses agentes se apresentam como predestinados a superar crises de valores, reafirmar a identidade nacional, defender a moral pública e a família, além de promover a moralização dos costumes. Além disso, raramente rejeitam abertamente os princípios que impõem limites racionais ao exercício do poder estatal, pelo contrário: costumam lamentar a impossibilidade de respeitá-los nas circunstâncias em que atuam e, muitas vezes, se apresentam como restauradores das condições que permitirão a retomada desses princípios ou sua plena realização. Mesmo ao exercer seu poder destrutivo, o fazem em nome de seu fortalecimento ou restauração.

Os crimes de Estado são frequentemente justificados por meio de cinco principais técnicas de neutralização. Primeiramente, há a *negação da responsabilidade*, em que os autores alegam que seus atos foram inevitáveis ou impostos por circunstâncias extraordinárias. Em seguida, ocorre a *negação da lesão*. Dada a magnitude dos danos, é impossível negá-los completamente, de modo que, como estratégia, adota-se a sua minimização ou justificação. A *negação da vitimização* consiste em desqualificar as vítimas, retratando-as como inimigas, inferiores ou merecedoras do que sofreram. Outra estratégia comum é a *condenação dos condenadores*, em que os criminosos tentam deslegitimar moralmente aqueles que os julgam. Por fim, a *apelação a lealdades mais elevadas* busca justificar os atos com base em valores supostamente superiores, como a defesa da pátria, da cultura ou da segurança, frequentemente distorcendo esses conceitos para legitimar suas ações (Zaffaroni, 2007, p. 10-12).

Enfim, crimes estatais são os mais graves e letais, mas historicamente receberam pouca atenção da criminologia, sendo mais estudados em áreas como Relações Internacionais e Direito Internacional. Além da marginalização acadêmica, esses crimes também sofrem invisibilização na mídia, que prioriza crimes comuns e os trata sem a devida contextualização. Sua complexidade contribui para essa opacidade, pois tais delitos não se circunscrevem pura e simplesmente no contexto social e individual do agente, mas envolvem estruturas organizacionais, históricas e políticas dos Estados, que frequentemente justificam suas ações, para descaracterizá-las como criminosos (Silva Filho, 2012, p. 26).

Há, portanto, estreita relação entre crimes corporativos-estatais e danos massivos a populações vulneráveis e aos ecossistemas. Afinal, as corporações priorizam benefícios econômicos em detrimento da saúde e do meio ambiente, negando evidências de seus danos com a ajuda de governos e instituições reguladoras. Além de cometer crimes e executar condutas que causam danos massivos, também negam, neutralizam e ocultam qualquer evidência que aponte para o seu envolvimento, enquanto os representantes políticos (governos e instituições reguladoras) lhes encobrem e dão auxílio (Colognese, 2022, p. 338). Tem-se, assim, que o poder corporativo, aliado a um Judiciário elitista e governos omissos, permite que direitos sejam constantemente negociados sem contestação. Enquanto as empresas possuem forte proteção legal e econômica, os direitos das comunidades são frágeis e submetidos a um sistema controlado pelas corporações. Necessário que o governo e o sistema de justiça adotem posicionamentos comprometidos com o social; reconhecimento formal dos danos (Maso; Isaguirre-Torres, 2024, p. 13-14).

Dada sua complexidade e particularidades, faz sentido que o debate sobre crimes ambientais corporativos adote a perspectiva da criminologia verde, uma vez que seu objeto de

estudo, em suma, são as formas de prevenção dos danos ambientais que afetam a vida humana e não humana, os ecossistemas e a biosfera. De maneira específica, estudam-se as causas, consequências e prevalência de crimes e danos ambientais; a forma como o sistema jurídico, entidades não governamentais e movimentos sociais lidam, respondem e previnem tais crimes; bem como o sentido e as representações dos crimes ambientais (Brisman *et al.*, 2022, p. 16).

Dentre as várias problemáticas envolvidas nos crimes ambientais corporativos, foca-se aqui na experiência das vítimas (ou pessoas atingidas, sendo a própria denominação desse grupo um ponto de interesse). Além da indenização e de respostas, as pessoas lesadas precisam encontrar espaço para expressar e validar suas emoções e serem empoderadas, a fim de restituir o sentido de autonomia que lhes foi roubado. O que une todas as necessidades é a busca por uma experiência de justiça, com a possibilidade de serem consultadas e ouvidas durante o processo. Sobre a vitimização em geral, Zehr (1990, p. 35-37) apresenta quatro constatações, relevantes para o contexto ambiental corporativo: trata-se de uma experiência extremamente traumática, pois viola o senso de autonomia e abala a confiança depositadas nos demais; isso se aplica não apenas aos crimes violentos; há alguns padrões de reações entre as vítimas — sentimentos de medo e raiva são quase universais; a vítima desatendida poderá ter muitas dificuldades para se recuperar.

Quando se fala em escândalos corporativos, a forma como a subjetividade é alienada das normas jurídicas é ainda mais acentuada. Mensurar os danos é mais complexo do que simplesmente agregar as consequências colaterais do comportamento corporativo: há todo um contexto social que agrava tais consequências. As tensões econômicas e emocionais desembocam na falta de legitimidade dos atingidos e atingidas, que, lesadas em sua autoconfiança, restam com menos *stake* no comportamento colaborativo, o que faz com que elas relutem em buscar proteção jurídica. Por consequência, há uma quantidade considerável de vítimas invisíveis das grandes corporações (Saad-Diniz, 2019, p. 167-168).

De acordo com Saad-Diniz (2019, p. 149-150), foi William Laufer quem percebeu a ausência de uma vitimologia corporativa, um novo campo de pesquisa que deveria encontrar pontos de encontro entre ofensor(a)/ofendida(o), entender as causas da violência corporativa e mensurá-la e, ainda, empreender um avanço importante na superação da seletividade penal. Falta, assim, oferecer aos abusos de poder corporativo um tratamento específico nas ciências criminais e investigar de maneira mais completa as consequências da culpabilidade corporativa sobre as pessoas atingidas, a fim de oferecer ao sofrimento uma resposta capaz de reconstruir sua subjetividade violada. Assim, a vitimologia corporativa deveria oferecer à responsabilidade penal empresarial um parâmetro mais sofisticado para dar consolo às pessoas atingidas, através

de procedimentos mais articulados e em ocasiões adequadas, em que os sentimentos dos lesados possam ser expostos.

A revisão dos campos tradicionais da criminologia permite a crítica dos meios de controle social e formal, com a propositura de novas medidas, mais sofisticadas, para precisar quem são as pessoas atingidas e como protegê-las. Da reconstrução dos saberes criminológicos e vitimológicos será identificada a vitimização corporativa e revisada a regulação do abuso corporativo. A pesquisa científica deveria priorizar estratégias para restaurar o direito penal econômico em torno da personalidade da vítima. Desse modo, poderia ser criada uma rede de suporte e subjetivação para fomentar a imaginação criminológica sobre o que é lesão, quem é o lesionado, e o que seria uma resposta justa e merecida. Deve-se focar não apenas em determinar o que funciona, mas também o que realmente importa a partir da concepção das pessoas sistematicamente vitimizadas pelos comportamentos corporativos (Saad-Diniz, 2019).

Uma perspectiva interessante a ser considerada sobre a vitimização corporativa ambiental é aquela que não se limita às vítimas humanas. Concepções ecológicas de direitos e justiça veem os humanos como apenas um dos componentes de ecossistemas complexos que devem ser preservados por seu próprio valor intrínseco, ideia apoiada pela noção dos direitos do meio ambiente. Rios, montanhas, animais, plantas e ecossistemas específicos, por exemplo, podem ser considerados “vítimas” em determinadas circunstâncias (embora se reconheça que, legalmente, na maioria das jurisdições, essa perspectiva não seja adotada). A ampliação da compreensão da vitimização, inclusive para a inclusão de vítimas não humanas, é beneficiada pela adoção da perspectiva do dano social, em contrapartida às limitações impostas pelas definições legais (White, 2018, p. 240-248).

Em documento de *soft law* das Nações Unidas, publicado em 2011, sobre negócios transnacionais e direitos humanos, os chamados Princípios de Ruggie, as pessoas potencialmente atingidas pelas atividades corporativas não são elencadas como atores principais, nem suas circunstâncias de vida como fatores a serem considerados em estratégias de prevenção, sanção e reparação de violações de direitos humanos. O documento está centrado nas figuras dos Estados e das empresas quase como únicos sujeitos com capacidade decisória antes e durante o desenvolvimento das atividades empresariais, enquanto as pessoas vitimadas são consideradas somente nas medidas a serem tomadas após o dano ter sido causado, e mesmo assim, não são tratadas como sujeitos centrais de acordos ou compromissos. Embora os Princípios de Ruggie tenham sido idealizados como sucessores do programa Pacto Global (*Global Compact*), a fim de exercer maior pressão nos Estados e nas empresas e proteger melhor as vítimas, na prática, continua a marginalizá-las (Böhm, 2018, p. 143).

A norma internacional reflete a regra observada quando se trata de crimes corporativos estatais: a invisibilização de atingidas e atingidos. Nos casos de conflitos socioambientais envolvendo mineradoras, por exemplo, os termos de ajustamento de conduta têm sido a principal resposta das instituições de justiça para lidar com conflitos. No entanto, tais acordos são negociados em espaços distantes dos territórios atingidos, com participação limitada das vítimas, reduzindo sua presença a um ato simbólico de legitimação. Além disso, não há obrigatoriedade de consulta às comunidades afetadas, tornando o processo autoritário e, por vezes, coercitivo. Órgãos como o Ministério Público Federal e a Defensoria Pública não possuem obrigação legal de envolver os atingidos nas decisões, o que compromete a representatividade. Ademais, muitos acordos carecem de sanções ou garantias de não repetição, e quando incluem tais cláusulas, estas frequentemente não são aplicadas, sendo renegociadas sem efetiva responsabilização (Maso; Isaguirre-Torres, 2024, p. 10-11).

A antropóloga Laura Nader (1994) define os mecanismos de solução negocial como uma forma de “harmonia coercitiva”, na qual comunidades fragilizadas pela perda de seus direitos fundamentais são forçadas a aceitar a negociação como única alternativa. Devido à sua vulnerabilidade social, essas comunidades não têm a opção de recusar a negociação, sendo levadas a aceitar condições desfavoráveis diante da urgência de sobrevivência. Assim, ainda que assinem acordos reparatórios, isso não significa que estejam satisfeitas ou que considerem que a justiça foi feita (Maso; Isaguirre-Torres, 2024, p. 12). Por esse motivo, é importante ouvir pessoas atingidas por crimes estatais-corporativos, a fim de dar visibilidade às suas experiências e percepções sobre dano e justiça. A seletividade vitimizante — que reflete a aceitação de normas dominantes — torna-se mais evidente nos criminosos de Estado, pois seus ataques nunca se voltam contra membros de seu próprio grupo, exceto quando os consideram traidores ou quando ocorrem disputas pelo poder hegemônico, como nas purgas nazistas ou stalinistas dos anos 1930 (Zaffaroni, 2007, p. 9).

Importante salientar que marcadores de raça e classe são relevantes para determinar como a vitimização ambiental-corporativa é experienciada. O racismo ambiental é um conceito central para a criminologia crítica e para os estudos de dano social, sendo definido como uma forma de discriminação racial estrutural que se manifesta na formulação de políticas e leis ambientais, na aplicação de regulamentos e no direcionamento deliberado de comunidades não brancas para instalações de resíduos tóxicos (Goyes, 2022, p. 63). Essa dinâmica de destruição é legitimada pela naturalização do sofrimento negro e pela indiferença institucional e social diante da violência ambiental que recai sobre determinados corpos. No Brasil, isso se manifesta na forma como a violência ambiental e policial contra a população negra é tratada como uma

tarefa ordinária da gestão pública. O reconhecimento da vitimização, por sua vez, é um privilégio reservado à branquitude, o que exige que a criminologia crítica denuncie o caráter seletivo da indignação social (Flauzina; Freitas, 2017).

O racismo ambiental também está inscrito na geopolítica do Antropoceno, já que os maiores impactos das mudanças climáticas incidem sobre as chamadas “nações mais escuras”, enquanto os países que historicamente mais contribuíram para o aquecimento global permanecem protegidos. Essa vulnerabilidade diferencial entre ricos e pobres é reconhecida por muitos, mas o papel do racismo é geralmente ignorado. No entanto, mesmo uma análise superficial indica que são predominantemente os locais ocupados principalmente por pessoas não brancas que pagarão o preço mais alto pelo aquecimento global: a morte (Pulido, 2018, p. 116-118).

Cabe aqui demarcar a centralidade da necropolítica como tecnologia de gestão da morte operada pelo Estado moderno. Conceito formulado por Achille Mbembe (2018), a necropolítica diz respeito ao exercício do poder político e social de decidir, por ação direta ou omissão calculada, quais vidas serão preservadas e quais poderão ser descartadas. Trata-se de um poder soberano de produzir morte não apenas física, mas também social e simbólica, que se manifesta na manutenção de territórios marcados por violência, precariedade, exclusão e risco contínuo. É o racismo que opera como engrenagem dessa máquina de morte, funcionando como uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, ao tornar aceitável o fazer morrer. Assim, na economia política do biopoder, o racismo regula a distribuição da morte e habilita as funções assassinas do Estado. Esse processo é ainda mais agudo nas periferias do capitalismo, onde a democracia é restrita e o direito permanece vinculado à violência soberana, consolidando uma política sistemática de extermínio.

Assim, a base de recursos para a sobrevivência está sendo cada vez mais corroída pelo modelo de desenvolvimento predatório, e as desigualdades econômicas, dentro de uma lógica ecologicamente disruptiva, surge de duas formas. Primeiro, pela distribuição de privilégios, que torna desigual o acesso a recursos naturais. Segundo, há a permissividade para exploração de recursos naturais, dos quais muitas pessoas, principalmente as menos favorecidas, dependem. A distribuição dos custos humanos dessa exploração, além dos mencionados fatores de classe e raça, é marcada pela intersecção do gênero, em prejuízo das mulheres que dependem diretamente dos recursos naturais para extrair sua fonte de subsistência. O empobrecimento feminino é o resultado desse processo. A conversão de terras em propriedade privada para fins lucrativos afetou as mulheres de forma mais intensa, corroendo seus direitos tradicionais de uso da terra. A ampliação das culturas comerciais comprometeu a produção de alimentos e, diante

da migração forçada ou do recrutamento dos homens para trabalhos impostos pelos colonizadores, coube às mulheres enfrentar a escassez de recursos para alimentar e cuidar de suas famílias (Shiva, 2021, p. 149).

Pode-se compreender a influência do fator “gênero” na vitimização ambiental corporativa a partir de exemplos de experiência recentes de mulheres atingidas por crimes dessa espécie. Em reportagem do Brasil de Fato, Tchena Matos, militante do Movimentos dos Atingidos por Barragens, revelou que a concessão de indenizações pela tragédia ocorrida em Mariana segue padrões machistas, além de haverem sido identificados casos de discriminação de gênero nos relatos das vítimas mulheres, o que levou o Ministério Público Federal e o Ministério Público de Minas Gerais encomendarem o estudo “Mulheres Atingidas na Bacia do Rio Doce”. A pesquisa utilizou dados dos cadastros, registros da ouvidoria e canais de relacionamento da Fundação Renova. O estudo verificou uma série de violações contra as mulheres, como assédio, fraudes, e problemas com o reconhecimento, por não serem consideradas como núcleo familiar. Uma das mulheres vitimadas, Simone Silva (*apud* Guimarães, 2020), denunciou que “a Renova não tem reconhecido as mulheres no território. Isso tem sido motivo de muita guerra e até mesmo de separação entre casais porque, geralmente, ela reconhece o homem, mas não reconhece a mulher”.

Deve-se tomar cuidado, entretanto, ao classificar as mulheres como vulneráveis quando analisadas as condições danosas criadas pelos crimes ambientais, pois tal posicionamento pode retirar o foco das desigualdades nos processos de tomada de decisão e confecção políticas e generalizar as mulheres como um bloco homogêneo. Por isso, é preciso que elas sejam inclusas nos debates políticos e nos processos de tomada de decisão para que diferentes contextos sejam levados em consideração. Não se nega que as mulheres são, sim, vulneráveis em muitas situações. O que se deve evitar é que o debate se restrinja a esse ponto, que é, em verdade, muito mais cômodo que encarar a posição masculina avassaladora nas instituições que causam danos ambientais e perpetuam a desigualdade de gênero (Broetto, 2018, p. 103-104).

Em estudo realizado na cidade de Huelva, Espanha, afetada pelos efeitos contaminantes da indústria química, Natali (2014, p. 12) aponta que o objetivo não é avaliar a veracidade dos relatos sobre a contaminação, mas compreender o significado dessas narrativas e como afetam as “vidas contaminadas”. Como o enfoque teórico da pesquisa se baseia no que dizem os atores sociais, surge necessariamente a questão da “credibilidade” da entrevista e da “veracidade” atribuída aos relatos. Entretanto, as informações relatadas não precisam ser necessariamente “verdadeiras”: ainda que sejam reconstruções simplificadas e seletivas da

realidade, elas influenciam o comportamento, as relações e a vida das pessoas. Em sua pesquisa de campo, ele identificou que, apesar da consciência sobre a contaminação, a inação é justificada por mecanismos de negação, que ajudam a suavizar a gravidade da situação, tornando-a mais familiar e menos perceptível; pela percepção diluída do risco ao longo do tempo, dada a expansão temporal da contaminação; e pela incerteza sobre a gravidade real do problema. Além das diferentes formas de relacionar problemas de saúde e a contaminação, as pessoas também apresentam diferentes percepções sobre a vitimização. Enquanto alguns entrevistados afirmam que os efeitos nocivos atingem igualmente todos os habitantes de Huelva, independentemente da proximidade da zona industrial, outros apontam diferenças qualitativas significativas. Esses últimos destacam que a vulnerabilidade individual, como o estado prévio de saúde, influencia diretamente a exposição aos impactos negativos da contaminação, tornando aqueles que já possuem doenças pré-existentes ainda mais suscetíveis (Natali, 2014, p. 17-18).

Em pesquisa de campo na cidade de Mariana/MG, com as pessoas atingidas pelo rompimento barragem de Fundão, da Vale e BHP, Colognese (2022, p. 342-347) identificou diferentes aspectos da vitimização ambiental, descrevendo danos sociais ocasionados pelo evento de Fundão como: danos físicos (envolvem morte, acidentes de trabalho, lesão ou doença causados pela contaminação química), danos econômicos (prejuízos para a renda, a segurança no emprego e a perda de propriedade), danos psicológicos (depressão, ansiedade, ideação suicida, alcoolismo etc.) e dano cultural (racismo, segregação socioespacial, isolamento e apatia social). As vítimas também sofrem de um sentimento de abandono, diante da omissão do poder público, tanto com relação à vigilância e fiscalização como ao diagnóstico e amparo. A autora conclui, enfim, que a vitimização decorre de ações que, embora não sejam classificadas como ilegais, são realizadas por uma corporação com o respaldo da omissão do Estado. Em um contexto isolado, as vítimas tiveram pouca participação no processo. Por esse motivo, os movimentos sociais desempenham um papel fundamental na mobilização política desses grupos, uma vez que os atingidos e as atingidas não possuem poder político ou social diante das grandes corporações e do próprio Estado.

Ao ouvir as vítimas da indústria de amianto, Budó e Silveira (2022, p. 320) demonstram a importância de tal medida para a compreensão da natureza e dimensão dos danos ambientais sofridos. Há também importante adoção de perspectiva de gênero ao narrar a extensão dos danos ao ambiente doméstico e familiar, nuance que seria invisibilizada não fosse a possibilidade de escutar as mulheres que sofreram, direta ou indiretamente, os malefícios acarretados pelo amianto. Há uma capilarização dos danos, que se estendem para além do que

salta primeiro aos olhos (nesse caso, a exposição direta de trabalhadores ao amianto na fábrica). A consideração de diferentes perspectivas auxilia na criação de um quadro mais fiel à realidade e revela a trama intrincada dos danos ambientais, o que significa, por consequência, imensa complexidade também quanto às medidas a serem adotadas em relação a eles. Ainda em estudo com vítimas da indústria de amianto, Budó e Pali (2023, p. 174) perceberam que nem sempre as vítimas se reconhecem como tal, e a vitimização pode ser difícil de ser comprovada. Naquele contexto específico, algumas problemáticas se destacavam: os danos ocorriam a longo prazo, o comportamento danoso ocorria repetidamente, sendo normalizado, e havia a influência econômica dos causadores dos danos.

Para compreender a experiência de vitimização, é essencial ouvir ativamente as reivindicações das pessoas afetadas. Até mesmo o conceito de vítima e o processo de vitimização ambiental são objeto de controvérsia política. Em pesquisa sobre os danos causados pela indústria do amianto na Europa e na América Latina, revelou-se que as pessoas que desenvolveram doenças relacionadas ao amianto, ou que tiveram parentes adoecidos e falecidos, frequentemente rejeitavam o rótulo de “vítima”. O principal motivo apontado pelos participantes era a associação dessa palavra à ideia de alguém incapaz de resistir à violência e ao dano, ou seja, uma pessoa passiva. Ao ouvir um homem diretamente afetado pela indústria de amianto em Casale Monferrato, há interessante reflexão sobre o tema:

Quando descobri que tinha essa doença [asbestose], imediatamente reagi dizendo: ‘Ok, não me sinto vítima dessa situação, sinto-me afetado por ela, mas não uma vítima’, porque, para mim, as vítimas — como sempre disse — são as crianças que morrem afogadas no mar, os migrantes, são as pessoas que não podem sequer ter consciência do que está acontecendo com elas... [...] é por isso que não me sinto uma vítima, porque tenho a possibilidade, acredito que tenho a possibilidade de fazer algo... de reagir... por isso me tornei parte da Afeva [Associação de Familiares das Vítimas do Amianto], com a intenção de ser útil, de fazer algo pelos outros (Natali; Suman; Budó, 2019, p. 219-220, tradução própria).

As narrativas das vítimas/pessoas atingidas são carregadas de informações e ideias sobre o que seria justiça. Primeiro, pede-se que as companhias reconheçam sua responsabilidade pelos danos causados, e que sabiam dos riscos aos quais estavam expondo seus funcionários. Após, requer-se a prestação de contas dos responsáveis. Terceiro, há a demanda por reparação, que pode se dar através de pagamento aos ofendidos, investimento em pesquisa para buscar novos tratamentos pelos danos causados, e um fundo para remover o amianto dos espaços públicos e privados. A compensação pelas vidas perdidas é importante, mas não é suficiente para responder às demandas das pessoas atingidas. Muitas se engajam na

busca pela manutenção da memória dos mortos, além de criarem iniciativas para prevenção e cuidado com as novas gerações (Budó; Pali, 2023, p. 186-188).

Buscar ouvir as pessoas atingidas é de suma importância para a preservação da memória e identidade de um povo. Há quem identifique a história com os eventos que de fato ocorreram, como uma sucessão de acontecimentos narrados por aqueles que tiveram o poder de contá-los. No entanto, há outra maneira de se aproximar do passado, que é própria da memória. História e memória lidam com o passado, mas a diferença entre elas pode ser profunda: o olhar deve se expandir não apenas para o que aconteceu, mas também para aquilo que não chegou a se concretizar porque foi aniquilado, menosprezado ou silenciado. Para aqueles que adotam a primeira perspectiva, os vencidos são, no máximo, vistos como espólios de guerra, danos colaterais ou o preço a ser pago pela vitória dos vencedores. Para os que adotam a segunda, porém, a visão não se limita apenas a lembrar dos derrotados. Trata-se de um esforço ativo de reconstrução, de utilizar verdadeiramente a lente das oprimidas e oprimidos para revelar o estado de exceção permanente que, para muitos, constitui uma condição cotidiana de vida (Beiras, 2014, p. 261-265).

Nessa espécie de estado de exceção, a privação das necessidades mínimas para uma existência digna não é uma situação transitória, mas sim uma realidade estrutural e contínua. A memória — ou seja, a presença ativa do seu resgate — deve ser o prisma através do qual se observa a realidade. Walter Benjamin propõe uma leitura da história na qual a memória é um elemento central: olhar para a história a partir da perspectiva dos vencidos. Se assim fosse, a história certamente seria escrita de outra forma, com um enredo diferente, outros protagonistas, outros projetos e sonhos narrados. Em última instância, isso revelaria que "houve outro" caminho possível (Beiras, 2014, p. 261-265).

Compreender o passado não deve servir apenas à recordação ou à celebração. Como propõe Beiras (2014), é necessário instaurar uma razão anamnésica — uma política de memória voltada ao futuro, que recupere as histórias dos vencidos e esquecidos. Só assim é possível entender como, em contextos de grande vitimização, Estado e corporações se articularam na legitimação e normalização da violência. A análise dessas dinâmicas exige atenção às redes complexas entre agentes públicos e privados, em escalas locais e internacionais, legais e ilegais. As milhões de vítimas esquecidas, muitas denominadas de como “danos colaterais”, devem ocupar o centro do debate, junto à reflexão sobre o mal. Afinal, o Estado, com sua estrutura e alcance, é quem mais poder tem para romper com políticas de extermínio. A memória, seja da Shoah ou de outros massacres ignorados pelo mundo dito civilizado, deve ser uma ferramenta

crítica para desvelar as violências legitimadas pelo Estado sob o véu de discursos punitivos, econômicos ou humanitários (Sarmiento *et al.*, 2017, p. 68).

A vitimização em massa acaba por invisibilizar as pessoas atingidas em suas subjetividades, tornando-as figuras anônimas. Entretanto, cada criança desnutrida tem um nome, cada indígena deslocado é parte insubstituível de uma comunidade ancestral, e cada rio gravemente contaminado representa uma fonte de água perdida para uma comunidade específica. O fato de muitas atividades empresariais prejudiciais estarem ligadas à exploração de recursos naturais contribui para a invisibilização desses danos, uma vez que o meio ambiente, a fauna e a flora, não podem reivindicar direitos, e os indivíduos e comunidades mais impactados — majoritariamente indígenas e rurais — geralmente não têm acesso adequado a mecanismos de denúncia e reparação (Böhm, 2018, p. 154). A fim de compreender o fenômeno social estudado a partir da perspectiva de seus próprios protagonistas, é importante ter estado em contato com os “sujeitos e objetos” do estudo — e, até certo ponto, permitir-se ser afetado e modificado por eles (Natali, 2014, p. 11).

Para isso, é essencial promover diálogos amplos e explorar diferentes perspectivas políticas com o objetivo de responder, reduzir ou até prevenir essas infrações, tomando-se o cuidado de evitar que a preocupação central se desloque das vítimas — humanas, não humanas e ecossistemas — para uma busca meramente punitiva por responsabilizações penais (França, 2022). Uma abordagem criminológica do Sul, portanto, passa por incluir e valorizar vozes subalternas. Apenas escrever sobre essas vozes, no entanto, é insuficiente, pois isso se assemelharia a uma coleção colonial e antropológica de histórias — os próprios narradores devem expressar suas ideias, e é necessário criar canais para democratizar o conhecimento, superando a estrutura tradicional de produção acadêmica e valorizando diferentes formas de apresentar experiências e saberes (Goyes; Soluund; South, 2019, p. 3-4).

Nesse ponto, cabe replicar a provocação levantada por Spivak (2010): “pode o subalterno falar?”. Esta questão reflete sobre a possibilidade de voz e representação para aqueles que são historicamente excluídos e oprimidos nas estruturas de poder hegemônicas (os subalternos), em uma epistemologia dominante em que os corpos colonizados são tratados como os “outros”. A autora entende que, na lógica dominante, não, o subalterno não pode falar, no sentido de que sua voz é sempre intermediada. Chega a essa conclusão como uma crítica à postura de intelectuais que se colocam em posição de falar pelo outro e que demandam, implicitamente, por um sujeito da opressão naturalmente articulado. Ao fazer isso, esses intelectuais exigem que o sujeito subalterno apareça na história como uma narrativa abreviada, simplificando sua complexidade. Assim, a voz do subalterno permanece silenciada.

Os relatos das vítimas ambientais corporativas, muitas vezes abafados por discursos oficiais ou tratados como exceções, são centrais para compreender o funcionamento da violência. A vitimização ambiental não é apenas a consequência de um evento físico, mas também o efeito de uma política sistemática de negligência, silenciamento e desresponsabilização. Ao documentar essas experiências, tento fazer da memória um instrumento de denúncia, de resistência e, sobretudo, de reconfiguração da ideia de justiça.

2.2 HISTÓRIA DA LAGOA DA CONCEIÇÃO E ALTERAÇÕES AO LONGO DAS DÉCADAS

Nesta segunda parte do capítulo, apresento a Lagoa da Conceição. Abordo a história da Ilha de Santa Catarina, localizando a Lagoa no tempo e no espaço, como paisagem e personagem importante da identidade cultural e natural de Florianópolis. Também falo do crescimento da malha urbana, problemas estruturais e ambientais, destacando a importância de pesquisas e trabalhos anteriores realizados na região, que permitiram a construção de um cenário mais completo para análise. Ao final, abordo o rompimento da Lagoa de Evapoinfiltração sob responsabilidade da CASAN, e seus posteriores desdobramentos. A Lagoa da Conceição é um dos principais cartões postais da cidade de Florianópolis, sendo ponto de relevância histórica, cultural e ecológica. Embora denominada popularmente como “lagoa”, trata-se, na verdade, de uma laguna, conectada ao mar pelo Canal da Barra da Lagoa (Barbosa, 2003, p. 11). Por estar na interface oceano-terra, a Lagoa é um recurso natural complexo de múltiplas utilizações que, devido ao seu valor, influencia áreas naturais, econômicas e sociais de grande importância para a cidade de Florianópolis (Wedy *et al.*, 2008, p. 204).

Localizada na costa centro-leste da Ilha de Santa Catarina e com 13,5 km de extensão no sentido Norte-Sul, a Lagoa possui formato alongado, paralelo à costa, e é dividida em três subsistemas conhecidos como Lagoa do Norte (ou de Cima), Lagoa Central (ou do Meio) e Lagoa do Sul (ou de Baixo). Seu espelho d'água, de 19,2 km², é delimitado por morros graníticos a norte e oeste, e por dunas e praias a leste e sul. O Canal da Barra da Lagoa, com 2,3 km de extensão, estreito e sinuoso, permaneceu como única ligação com o oceano, protegido pelo morro da Praia da Galheta (Barbosa, 2003, p. 11).

A riqueza ecológica da região se dá justamente por suas características únicas. Trata-se de um espaço complexo, composto por dunas, vegetação de restinga — responsável por fixar as dunas e conter a subida das marés —, pequenos lagos e lagoas formados durante o período

chuvoso, zona costeira, Mata Atlântica, morros e, claro, a laguna. É, assim, um ecossistema rico, com fauna e flora diversificadas (Couto, 2023, p. 127).

O ambiente lagunar também abriga o Aquífero Campeche, segundo maior reservatório de água da Ilha de Santa Catarina e habitat de significativa diversidade de fauna e flora que, ainda, favorece a troca de espécies reprodutivas com o mar, atuando como berçário. Ali, encontra-se uma fauna de moluscos, crustáceos e peixes, e a maricultura representa uma opção econômica viável para os pescadores artesanais de Florianópolis e arredores que têm, entretanto, enfrentado vários desafios relacionados à degradação ambiental da região (Couto, 2023, p. 127; Vieira; Henkes, 2014, p. 311).

2.2.1 Dos primeiros habitantes nativos às alterações na paisagem pela urbanização na Ilha de Santa Catarina

Durante o período pré-histórico, a região litorânea e a ilha de Santa Catarina eram ocupadas por grupos de pescadores e coletores de moluscos, conhecidos como sambaquis (que significa “monte de conchas”) ou concheiros, dos quais ainda restam vestígios (Vieira; Henkes, 2014, p. 311; Vaz, 2008, p. 30). Esses povos, considerados os primeiros da Ilha, viviam da coleta e da pesca, deixando conchas e ossos como vestígios, com os quais produziam ferramentas, armas e adornos. Foram identificados 22 sambaquis nas margens da Lagoa, datados de cerca de 5.000 anos, em áreas como Rio Vermelho, Rio Tavares, Canto da Lagoa, Fortaleza da Barra, Joaquina e Ponta das Almas, muitos dos quais destruídos pela urbanização. Os itararés sucederam os povos dos sambaquis e foram os primeiros a produzir cerâmica e urnas funerárias. Vestígios indicam mudanças de hábitos, como redução no consumo de moluscos e possíveis práticas agrícolas, embora não haja comprovação vegetal. Conhecidos como guerreiros, possivelmente enfrentaram os carijós ou guaranis, dado o achado de esqueletos com perfurações de flechas (Barbosa, 2003, p. 21-22).

Os carijós ocuparam a Ilha de forma mais densa, formando aldeias em regiões como Lagoa da Conceição e Rio Tavares, onde cultivavam mandioca e outros alimentos, produziam cerâmica e cestarias. Permaneceram até meados do século XVI, quando os primeiros europeus invadiram a ilha (Barbosa, 2003, p. 23). A partir de 1530, com as Capitanias Hereditárias, os carijós foram perseguidos por bandeirantes e jesuítas e forçados a migrar. Segundo Kuhn (2002, p. 22), já por volta de 1600, não havia mais nenhum nativo vivendo na ilha. Barbosa (2003, p. 23), por sua vez, aponta que parte dos carijós permaneceu dispersa, sob exploração

dos colonizadores. O modo de vida tradicional indígena, de um modo ou de outro, sofreu um forte apagamento.

Importa destacar que a escassez e a fragmentação das informações disponíveis refletem um evidente vazio historiográfico acerca da presença indígena na Ilha de Santa Catarina, especialmente durante o período colonial. Entre os séculos XVIII e XIX, observa-se uma significativa lacuna nos registros sobre a história dos povos originários na região. Ainda assim, alguns documentos indicam que grupos indígenas continuaram presentes na sociedade colonial (Salvador, 2021, p. 287-288). Esse apagamento histórico não se restringe aos povos localizados na Ilha, mas também afeta a memória de grupos como os Kaingang e Xokleng, que migraram de territórios como o Rio Grande do Sul, Paraná, oeste catarinense e Vale do Itajaí em direção a Florianópolis (Brasil, 2018). Tal invisibilização é mais do que uma omissão: é um sintoma da violência colonial que insiste em silenciar e apagar a memória dos povos originários.

A fundação definitiva da Vila ocorreu em 1678, por iniciativa de Francisco Dias Velho, marcada pela construção da igreja de Nossa Senhora do Desterro. As famílias que se instalaram mantiveram costumes como a escravização de pessoas negras e indígenas para serviços domésticos. Em 1748, iniciou-se a ocupação do interior da Ilha com a chegada de colonos da Ilha da Madeira e dos Açores — 90% açorianos. Até 1756, cerca de seis mil imigrantes receberam terras, provisões, animais e ferramentas. Enfrentando a baixa fertilidade do solo, diferente de sua terra de origem, assimilaram técnicas indígenas, como o cultivo de mandioca e práticas pesqueiras, fazendo da farinha de mandioca o principal produto de exportação no século XIX. Esse movimento migratório alterou significativamente a paisagem da Ilha, com desmatamento, introdução de animais domésticos e extinção de espécies nativas. A canalização de córregos, abertura de estradas e aterros modificaram o ambiente, e a capital da Província expandiu-se com novas moradias entre a vegetação remanescente (Barbosa, 2003, p. 23-25; Kuhn, 2002, p. 22-23).

Parte dos imigrantes fixou-se no assentamento de Nossa Senhora da Conceição, oficializando a Freguesia da Lagoa em 19 de junho de 1750. A construção da igreja iniciou-se em 1751, e a ocupação se deu ao redor do templo e áreas próximas (Vieira; Henkes, 2014, p. 311; Vaz, 2008, p. 30). Considerada uma das localidades mais antigas da Ilha, ao lado de Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, hoje restam poucos edifícios coloniais preservados (Bueno, 2015, p. 125; Barbosa, 2003, p. 23). A escolha do local para a fixação do assentamento se deu, justamente, por conta das águas da Lagoa, essencial para transporte, agricultura, tarefas domésticas e, sobretudo, para a pesca, atividade social e econômica de maior relevância (Vaz, 2008, p. 30-31; Lisboa; Teive; Petrucio, 2008, p. 142; Rodrigues, 1990, p. 7).

Na Freguesia, agricultores ricos viviam em casas caiadas, enquanto os mais simples residiam perto da laguna, junto a engenhos e roças. Em meados do século XIX, havia 3.450 habitantes, que cultivavam diversos produtos e abasteciam a capital (Barbosa, 2003, p. 24-25). A freguesia destacava-se pela indústria doméstica de tecidos e pelo cultivo do linho, usado até o século XX. A pesca artesanal, de origem açoriana, antes voltada à subsistência, tornou-se produtiva no início do século XX, com a comercialização de peixe salgado e seco (Kuhnen, 2002, p. 30; Vaz, 2008, p. 30-31; Lisboa; Teive; Petrucio, 2008, p. 142; Rodrigues, 1990, p. 7; Barbosa, 2003, p. 24-25; Bueno, 2015, p. 124). A economia de subsistência apoiava-se em trabalho familiar e engenhos de tração animal, mas a ausência de rotação de culturas empobreceu o solo, incentivando a diversificação. Os engenhos de farinha funcionaram até 1963 (Barbosa, 2003, p. 25). A organização socioespacial desse núcleo de origem açoriana estruturava-se em comunidades de famílias e agregados, onde era comum que os filhos casados permanecessem nas terras dos pais. Isso moldou o parcelamento do solo, marcado pela divisão da testada e manutenção da profundidade dos lotes (Vaz, 2008, p. 78).

Quase todas as atividades econômicas seguiam uma divisão sexual do trabalho, com espaços e funções bem definidos entre homens e mulheres. A pesca, especificamente, era uma prática exclusivamente masculina: as mulheres eram excluídas tanto das tarefas quanto dos espaços associados, como ranchos de barcos e o mar. Realizada coletivamente, a pesca exigia longas ausências dos homens, reforçando laços entre eles e desempenhando papel central na construção da identidade masculina e na sociabilidade. Também funcionava como rito de passagem para a vida adulta (Maluf, 1993, p. 34).

O processo de urbanização da Ilha teve início após a Proclamação da República, em 1889, com a instalação de autoridades políticas e militares, além da ocupação de cargos civis por novos moradores, o que ampliou a capacidade econômica local. Em seguida, houve a chegada de indústrias e o fortalecimento do comércio portuário, enquanto imigrantes italianos, alemães, sírios, gregos, libaneses e brasileiros de outras províncias se estabeleceram na região. Em 1894, Desterro, então conhecida pelo comércio, pesca e agricultura, teve seu nome alterado para Florianópolis, em homenagem ao marechal Floriano Peixoto (Kuhnen, 2002, p. 24).

A mudança do nome da cidade não representou uma simples alteração administrativa, mas um ato profundamente político de submissão ao poder central e de monumentalização da figura de Floriano Peixoto, no contexto da consolidação da República e da repressão à Revolução Federalista. Sancionada por Hercílio Luz após a intervenção militar liderada por Moreira César, a mudança foi oficialmente apresentada como homenagem aos “serviços prestados” pelo marechal à República, embora já estivesse articulada previamente pelas

lideranças locais alinhadas ao florianismo. Essa decisão teve como objetivo apagar o nome “Desterro”, associado ao passado imperial e à resistência federalista, inscrevendo no território a lealdade à nova ordem republicana e ao presidente vivo, num gesto simbólico comparável à construção de estátuas heroicas. A mudança, portanto, representou o clímax simbólico da vitória militar e política do florianismo em Santa Catarina, disfarçando sob o véu da homenagem cívica as feridas abertas por uma repressão sangrenta (Lunardelli, 2025).

A instalação da ponte Hercílio Luz, em 1926, marcou nova fase ao facilitar o acesso à Ilha e ampliar a malha viária, o que estimulou o comércio interestadual e acelerou o declínio da pesca e do porto. Na década de 1930, Florianópolis passou a ter sua economia voltada à administração pública, comércio e serviços (Kuhnen, 2002, p. 24). Ainda assim, em 1938, as planícies e morros estavam ocupadas por agricultura colonial, transformando paisagens naturais em áreas produtivas, inclusive em encostas e topos de morro, enquanto as zonas lagunares permaneciam pouco alteradas, embora com alguma atividade agrícola (Porto-Filho, 2019, p. 203).

A partir da década de 1950, houve forte declínio da agricultura e avanço da exploração de recursos naturais, como pesca e produtos florestais, ao mesmo tempo em que se consolidava a vocação urbano-turística de Florianópolis, favorecida pela ampliação dos acessos (Porto-Filho, 2019, p. 193). O auge da pesca ocorreu entre 1970 e 1980, mas a atividade entrou em declínio por práticas predatórias, ausência de fiscalização, poluição e destruição de ecossistemas. Na Lagoa, a abertura do Canal da Barra, em 1982, agravou a crise (Barbosa, 2003, p. 25).

Essas transformações acompanharam o processo de urbanização nacional, intensificado com a criação da UFSC, a instalação da Eletrosul, obras viárias (SC-404 e SC-406) e a atuação de empresas públicas durante a ditadura militar (Kuhnen, 2002, p. 25). A paisagem da Lagoa, antes marcada por pescadores e casas de veraneio, foi alterada: casas temporárias deram lugar a residências permanentes e o bairro passou a atrair imigrantes, sobretudo gaúchos e paulistas (Barbosa, 2003, p. 26).

Na década de 1970, ruas foram abertas e o automóvel se tornou parte do cotidiano. A estrada pelo morro conectou a Lagoa a outras áreas da Ilha, e a urbanização moldou o centrinho com novos arruamentos. O contraste entre o traçado colonial sinuoso e o padrão moderno regular revelou a transição do espaço. Essa urbanização, aliada à disseminação dos meios de comunicação, aproximou a população de uma cultura urbana, ampliando o consumo de produtos industrializados, serviços de saúde e entretenimento, como rádio e televisão (Vaz, 2008, p. 84; Maluf, 1993, p. 16). Nessa época, intensificou-se também a subdivisão das antigas

glebas, alterando profundamente a paisagem. A propriedade privada passou a orientar o crescimento urbano e o desenho do espaço, transformando as antigas parcelas estreitas e compridas dos campos comuns em lotes menores, dando origem ao aglomerado do Centrinho da Lagoa. Esse parcelamento inadequado em áreas com declividade acentuada gerou usos impróprios do solo (Vaz, 2008, p. 79; Hauff, 1996, p. 125).

A abertura de ruas desconsidera as curvas de nível, fazendo com que muitas subam verticalmente as encostas, atuando como canais de drenagem e agravando a erosão e o risco de deslizamentos. As quadras tornaram-se desorganizadas, com lotes de tamanhos irregulares e, por vezes, excedendo o limite legal de ocupação (Hauff, 1996, p. 125). A arquitetura também mudou: as casas tradicionais, sem cercas, com janelas altas voltadas à rua, refletiam um estilo de vida comunitário e sociável. Já as construções modernas impõem muros, grandes janelas e quintais privativos, marcando distanciamento do espaço público e dos vizinhos (Kuhnen, 2002, p. 142-143).

A expansão urbana na Lagoa da Conceição ocorreu de forma desigual, influenciada por fatores históricos, pela geomorfologia e por áreas de conservação ambiental. Nas últimas décadas, o crescimento foi rápido e desordenado, alcançando encostas, áreas de preservação, restingas, dunas e até o espelho d'água (Wedy *et al.*, 2008, p. 205). Fora alguns pontos da Costa da Lagoa, a expansão concentrou-se na Praia do Centro, estendendo-se até a Praia das Rendeiras e o Canal da Barra da Lagoa, além de alcançar planícies ao norte da bacia hidrográfica (Oliveira; Bonetti, 2024, p. 6-7). Esse processo urbanizador impactou também a organização social local. A partir do fim da década de 1970, o modelo de vida comunitário se fragilizou com a redução das terras herdadas, a intensificação dos contatos urbanos e o deslocamento de novos núcleos familiares, o que enfraqueceu as redes de solidariedade tradicionais (Maluf, 1993, p. 23).

Com o avanço da urbanização, a subsistência baseada na roça e nas hortas deu lugar ao trabalho assalariado, e os serviços antes prestados coletivamente passaram a ser remunerados. As famílias passaram a comprar alimentos e muitos moradores buscaram renda no turismo, alugando casas, abrindo pequenos negócios ou prestando serviços. O acesso à educação formal e ao mercado de trabalho aumentou, e parte das famílias se deslocou para áreas mais urbanizadas, motivadas pela venda de terras ou busca por comodidade (Maluf, 1993, p. 16-22; Kuhnen, 2002, p. 162). No final do século XX, a economia local passou da pesca e agricultura para ocupações no comércio, construção civil e serviços, com mulheres trabalhando como domésticas ou balconistas. Ainda assim, elementos da cultura tradicional foram preservados e ressignificados diante da crescente influência da cultura urbana (Maluf, 1993, p. 15).

O turismo tornou-se um dos principais fatores de transformação social, ambiental e paisagística da Lagoa da Conceição. Desde os anos 1960, prefeitos promoviam o turismo como alternativa econômica, impulsionados pelo interesse global em turismo ecológico. A natureza da Ilha passou a ser vista como ativo comercial, atraindo visitantes fascinados por sua paisagem e convertendo o turismo na principal atividade da região (Assis, 2000, p. 93-94; Vieira; Henkes, 2014, p. 311). A expectativa era que o setor revitalizasse a economia local, especialmente após o declínio da pesca artesanal. Com isso, ampliaram-se as demandas por infraestrutura e cresceu o comércio turístico, com hotéis e restaurantes funcionando inclusive fora da alta temporada (Rodrigues, 1990, p. 8). No entanto, a atividade teve mais impacto na paisagem do que na geração de emprego, acelerando a especulação imobiliária e aumentando riscos ambientais frente à infraestrutura deficiente (Assis, 2000, p. 93-94; Kuhnen, 2002, p. 157).

A intensificação do turismo também contribuiu para a expansão urbana, modificando uma região antes dominada por comunidades agro-pesqueiras. A pesca artesanal, já enfraquecida desde os anos 1970 pela competição industrial e pela redução de espécies, foi ainda mais prejudicada pelo uso turístico das áreas de pesca. Turistas ancoram embarcações em locais tradicionais, danificando redes com estruturas náuticas como pranchas de concreto e armações metálicas. Como resposta, pescadores artesanais migraram para a maricultura, investindo no cultivo de ostras, mexilhões e camarões (García, 1999, p. 53-57).

Desde os anos 1970, denúncias já ligavam o aumento das construções à redução de peixes e crustáceos. Nas décadas seguintes, os protestos se intensificaram contra a poluição por esgoto, ocupação de áreas protegidas, adensamento sem infraestrutura e grandes empreendimentos. Apesar da atuação de ONGs, associações e da mídia, essas denúncias surtiram pouco efeito no planejamento urbano e ambiental (Barbosa, 2003, p. 27-29). A urbanização também refletia um projeto político de tornar Florianópolis uma capital urbana, afastando sua imagem rural e respondendo à concorrência com cidades como Joinville e Blumenau. Para isso, costumes e estruturas tradicionais — como casas açorianas, olarias e engenhos de farinha — foram abandonados (Assis, 2000, p. 72-98).

A ocupação do solo resultou em degradação progressiva da vegetação de restinga, já visível entre 1957 e 1994 nas imediações da Praia da Joaquina. A partir de 1994, houve aceleração da urbanização, especialmente no noroeste do Parque das Dunas, e em 2010 as planícies agrícolas foram convertidas em centros urbanos, infraestrutura e reflorestamento com espécies exóticas. Em visita de campo, Isabel Couto (2023, p. 127) confirmou esse cenário, observando também queimadas, espécies invasoras e impactos do colapso do sistema de efluentes da CASAN.

Até 1980, apenas a Lagoa da Conceição era classificada como área urbana no distrito homônimo. Em 1991, o mapa censitário passou a incluir outras localidades, como Barra da Lagoa, Canto da Lagoa, Praia Mole e áreas adjacentes a vias principais, justificando o aumento da população urbana nos dados daquele ano. O distrito abrangia também Campeche e Barra da Lagoa, oficializados apenas em 1995. A separação censitária só foi efetivada em 2000, mas mesmo com a exclusão do Campeche, a população da Bacia da Lagoa seguiu crescendo (Silva, 2002, p. 55-56).

Segundo o Diagnóstico Ambiental Preliminar (ABES/CREA-SC, 2000), a população local saltou de 7.897 em 1980 para 23.929 em 2000, chegando a 40.000 na alta temporada, impactando infraestrutura e serviços. A bacia abriga uma população heterogênea, com núcleos mais pobres no Centrinho, Rio Vermelho e Barra da Lagoa (Barbosa, 2003, p. 26; Wedy *et al.*, 2008, p. 205). De acordo com Oliveira e Bonetti (2024, p. 11-15), dados do IBGE de 2010 revelam rendimento médio per capita de R\$ 2.357,00, com variações entre R\$ 1.688,47 e R\$ 9.758,51, especialmente nos setores Central e Sul. O setor Sul não apresentou vulnerabilidade social significativa, enquanto o Norte — em especial a margem oeste — concentrou níveis muito altos. A Barra da Lagoa apresentou vulnerabilidade alta e a Praia das Rendeiras, níveis intermediários a altos.

Importante destacar que nenhum trecho da costa lagunar foi classificado como de vulnerabilidade social muito baixa. No total, 53,36% da área analisada apresentou vulnerabilidade alta ou muito alta (25,51% e 27,85%, respectivamente), enquanto apenas 8,16% foram classificados como de baixa vulnerabilidade. Os indicadores relacionados à renda demonstraram ser os mais relevantes na determinação da vulnerabilidade social, superando os demográficos, o que está em consonância com a literatura, que aponta a renda como fator decisivo por refletir e influenciar outros aspectos sociais relevantes (Oliveira; Bonetti, 2024, p. 18).

O crescimento urbano da cidade e a exploração de seu potencial para o turismo colocam questões para reflexão, especialmente no que diz respeito ao significado de progresso. Sobre o tema, Ariane Kuhnen (2002, p. 27) reflete:

A cidade de Florianópolis desenvolveu-se violentando tanto aspectos ambientais como do modo de vida local. Apesar da natureza insular de parte da cidade impor uma série de particularidades e limites ao crescimento, o desenvolvimento se deu a um custo ambiental e das relações humanas. O entendimento equivocado de progresso vem desdobrando-se num crescimento visivelmente desordenado, com muitas deficiências nos tradicionais suprimentos urbanos como eletricidade, abastecimento de água, transporte, saneamento, coleta de lixo, moradia etc. Nesse mundo de precariedades e perdas há ainda um conjunto de problemas relativos à produção da

vida simbólica e à vida cotidiana dos seus moradores. O modo de viver dos primeiros moradores foi se modificando à medida que os espaços passaram a ser compartilhados com turistas e como os moradores mais recentes.

A paisagem, moldada por diferentes ciclos socioeconômicos, hoje se apresenta marcada por sistemas antroponaturais voltados ao uso turístico e residencial. Esse avanço desordenado da urbanização, impulsionado pela especulação imobiliária, somado ao declínio das atividades econômicas tradicionais, como a pesca artesanal, gera pressões que comprometem a qualidade ambiental e introduzem derivações antrópicas nas unidades de paisagem e em suas dinâmicas funcionais. Esses fatores ameaçam os principais recursos naturais da Ilha de Santa Catarina — justamente aqueles que constituem os maiores atrativos turísticos da região (García, 1999, p. 59-60; Porto-Filho, 2019, p. 202). Essa intensificação da presença humana e a exploração dos recursos naturais por meio das atividades pesqueiras, agropecuárias e turísticas resultaram em impactos significativos sobre o meio ambiente, especialmente sobre as águas do sistema lagunar, que têm sido constantemente afetadas pelo lançamento de cargas poluentes, em especial de origem sanitária (Rodrigues, 1990, p. 8).

2.2.2 Problemas ambientais associados ao crescimento urbano desordenado

O estado da qualidade ambiental da Lagoa da Conceição resulta diretamente dos efeitos e consequências das ações humanas sobre os sistemas naturais e antrópicos. Nesse contexto, destacam-se como principais pressões a urbanização, o turismo e a recreação, a exploração de recursos nos corpos d'água e florestas, bem como a ausência de saneamento e de controle da drenagem urbana. Esses fatores acarretam a contaminação dos recursos hídricos e do solo, alterações na drenagem com alagamentos, assoreamento, dispersão de espécies exóticas e perda de biodiversidade, comprometendo a sustentabilidade ecológica do sistema (Porto-Filho, 2019, p. 192-193).

A degradação do ambiente deve-se principalmente ao modelo de desenvolvimento adotado, tanto por comerciantes e autoridades, quanto pela população local e turistas (Kuhnen, 2002, p. 31). O crescimento urbano desordenado e a má governança em torno da Lagoa, enfim, implicam em significativa degradação ambiental da área. A região sofre com saneamento inadequado, construções irregulares e alta densidade populacional, que, aliados à especulação imobiliária e ao turismo massivo, tornam a infraestrutura insatisfatória para a comunidade e para o ecossistema do entorno (Couto, 2023, p. 30). A Lagoa tem sofrido com a poluição das águas, a destruição das áreas de preservação permanente, o esgotamento do sistema viário, a

impermeabilização do solo em áreas de declividade acentuada e a privatização da orla (Santiago *et al.*, 2002, p. 174).

A Lagoa da Conceição sofre com diversos tipos de poluição que comprometem seu equilíbrio ecológico. A poluição por gorduras, proveniente do descarte inadequado de óleos e azeites, forma uma película superficial na água que impede as trocas gasosas e dificulta a oxigenação, impactando diretamente a vida aquática. Além disso, sua decomposição exige elevado consumo de oxigênio, sobrecarregando o ecossistema. Esses resíduos também obstruem sistemas de drenagem, causando infiltrações de esgoto e reduzindo a durabilidade de fossas sépticas. Para mitigar esse problema, iniciativas locais como o programa da ACIF-Lagoa recolhem o óleo usado em restaurantes para produção de sabão ou biodiesel. A poluição provocada por embarcações também é preocupante. Além do barulho e de acidentes, as tintas anti-incrustantes utilizadas nos cascos liberam metais pesados e compostos tóxicos que se acumulam nos sedimentos e organismos aquáticos, comprometendo sua reprodução e sobrevivência, especialmente em regiões como a Costa e o Canto da Lagoa. O aumento de marinas intensifica esse impacto, prejudicando atividades recreativas e elevando os riscos de acidentes fatais (Barbosa, 2003, p. 30-33).

Outro fator agravante é a poluição por motores de embarcações, especialmente os de dois tempos, que despejam até 30% do combustível diretamente na água. Os hidrocarbonetos liberados são altamente tóxicos, mutagênicos e cancerígenos, contribuindo para a mortalidade de organismos e o aumento da toxicidade na lagoa. Apesar da ajuda das marés na dispersão, a baixa velocidade de escoamento dificulta a renovação da água. Além disso, os agrotóxicos urbanos, ao atingirem as galerias pluviais, alteram profundamente a qualidade da água, afetando a flora e a fauna aquáticas. Já o assoreamento, acelerado pelo desmatamento das margens, reduz a profundidade da lagoa e interfere na sua navegabilidade e dinâmica natural, prejudicando ainda mais a integridade do ecossistema (Barbosa, 2003, p. 30-33).

As alterações hidrológicas também desempenham papel central na degradação. Segundo Ledo e Soriano-Sierra (1999), a partir de 1982, a abertura permanente do Canal da Barra começou a modificar significativamente as características da laguna. O ambiente, que antes era predominantemente doce e só se comunicava com o oceano através do rompimento da barra, tem sofrido um aumento progressivo de salinidade e mudanças nas comunidades biológicas. A água salgada, que tem uma densidade maior que a doce, começou a se acumular em regiões mais profundas, resultando na morte de organismos bentônicos e até na anoxia (ausência de oxigênio) dessas regiões (Lisboa; Teive; Petrucio, 2008, p. 142).

Em estudo que analisou as águas superficiais da Lagoa da Conceição, Fonseca (2006, p. 15) concluiu que, de modo geral, a drenagem urbana e pluvial exerceu influência nas características da Lagoa, especialmente nas concentrações dos nutrientes dissolvidos silicato e compostos nitrogenados. Em contrapartida, o fósforo foi removido da forma dissolvida por meio da dinâmica biogeoquímica, não apresentando variações significativas entre as áreas analisadas. Da mesma forma, os teores de material particulado, material em suspensão e pigmentos fitoplanctônicos não revelaram alterações diretamente atribuídas à drenagem urbana. Os efeitos dessa drenagem manifestaram-se de forma localizada, sendo que o processo físico de diluição pela entrada de água marinha desempenhou papel relevante nas diferenças observadas nas concentrações de silicato e nitrato entre as regiões com maior e menor influência antrópica.

O crescimento desordenado, sem planejamento e conscientização, reforça esses impactos, gerando desequilíbrios na fauna e flora, além da produção excessiva de resíduos sólidos e efluentes, frequentemente descartados sem o devido tratamento (Wedy *et al.*, 2008, p. 205). Esse avanço intensificou-se ao longo dos anos seguintes (os considerados no estudo em questão foram os anos de 2002, 2007, 2012 e 2016), consolidando-se em 2023 com uma ocupação urbana irreversível. Essa constatação revela a ineficácia social das normas ambientais: embora houvesse legislação válida, sua aplicação prática foi limitada (Couto, 2023, p. 127-128).

A insuficiência de infraestrutura agrava o cenário, resultando em problemas recorrentes, muitas vezes ignorados, salvo pelas denúncias de grupos ambientalistas. Exemplo disso é a falta de água nas praias durante o verão, que evidencia a negligência do poder público. Paradoxalmente, enquanto os ecologistas são frequentemente rotulados como entraves ao desenvolvimento, os recursos naturais e culturais da Ilha — fundamentais para um turismo sustentável — vêm sendo progressivamente degradados. Nesse contexto, proliferam-se projetos turísticos de “alto padrão”, desvinculados da realidade local, nos quais a população se limita a fornecer mão de obra e os benefícios concentram-se em poucos (Kuhnen, 2002, p. 162-163).

Diferentes estudos têm evidenciado a gravidade da situação. Em dissertação que buscou estimar a pegada antrópica do distrito da Lagoa da Conceição, foi elaborado um mapa que indica as regiões de maior influência das atividades humanas. Embora a análise das mudanças ao longo do tempo (anos 2000, 2010 e 2020) não tenha apresentado resultados expressivos, é perceptível que a região centro-sul é aquela com maior pegada antrópica — o que inclui a área da lagoa artificial da CASAN e a Servidão Manoel Luiz Duarte (Marques, 2024, p. 74-80).

Em sua pesquisa, Couto (2023, p. 128-129) analisou três regiões da Lagoa — Costa da Lagoa, o monumento Natural Municipal da Galheta e o Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição. Verificou-se que este último (área que coincide com a porção centro-sul) é justamente o mais afetado pelos problemas regionais relacionados ao saneamento, à degradação e à pressão urbana. Ao longo dos anos, tais dilemas persistiram e até se intensificaram, apesar da existência de legislação desde a década de 1970, com a primeira normativa de proteção (o tombamento das dunas como patrimônio natural paisagístico pelo Decreto n. 1.261/1975).

A conclusão da análise foi corroborada pelos resultados de visita de campo realizada pela pesquisadora, que revelou de forma inequívoca os problemas de uma das áreas mais atingidas pela degradação, invasão e má gestão na Lagoa da Conceição. Foram identificados diversos impactos, como o desmatamento da restinga, queimadas, presença de espécies invasoras, tráfego humano inadequado, acúmulo de lixo e entulhos, além de um sistema sanitário inadequado, incluindo as instalações da CASAN no interior do Parque — a ETE, três LEIs e o sistema de bombeamento de efluentes da LEI 1, que resultou na formação de uma lagoa de esgoto dentro da unidade de conservação (Couto, 2023, p. 106).

No que diz respeito às dinâmicas de ocupação do solo na região da Lagoa da Conceição, há uma tendência de adensamento urbano, marcada principalmente pela ocupação de vazios urbanos já existentes, enquanto a expansão radial da mancha urbana ocorreu de forma moderada. Observou-se ainda a ocupação indevida de áreas classificadas como de preservação ambiental, presente tanto no bairro Lagoa da Conceição quanto nas proximidades da Praia da Joaquina, ambos situados na bacia hidrográfica da Lagoa. Adicionalmente, análises laboratoriais indicam que grande parte da área urbanizada está assentada sobre solos com moderado potencial de colapsibilidade. Apesar disso, não foram registrados problemas graves decorrentes dessa característica. A ausência de relatos, entretanto, pode estar relacionada à escassez de estudos sobre o tema, o que leva à possível atribuição de recalques a falhas estruturais; bem como à baixa declividade do solo que predomina na área, que diminui as chances de instabilidade (Christ, 2014, p. 163-164).

A ocupação desordenada é fruto, também, da ausência de regulamentação, uma vez que apenas em 1985 entrou em vigor o Plano Diretor dos Balneários da Ilha (Lei n. 2.193/85), a qual legisla sobre o uso e a ocupação do solo nos balneários da Ilha de Santa Catarina, classificando a Lagoa da Conceição como área especial e de interesse turístico. Este é o principal instrumento jurídico que estabelece normas para o uso e ocupação do solo na Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição, incluindo aspectos como localização, implantação de

construções, acesso e outros direitos de construção. Mesmo em combinação com o Plano Diretor, entretanto, o diploma legal não foi capaz de conter a ocupação desordenada que se alastra até hoje (Wedy *et al.*, 2008, p. 205; Silva, 2002, p. 64). Posteriormente, foram elaborados e aprovados os planos de urbanização específica dos Balneários da Praia Mole (Lei nº 3342/90), Retiro da Lagoa (Lei nº 3709/92) e da Barra da Lagoa (Lei nº 3709/92) (Hauff, 1996, p. 113).

As Dunas da Lagoa foram tombadas em momento anterior, pelo Decreto 1.261/75, com limites redefinidos pelo Decreto 213/79 e uso regulamentado pelo Decreto 215/79. Após, a Lei nº 2.193/85 classificou a área como de Preservação Permanente. Em 1988, o Decreto Municipal nº 231 criou o Parque Municipal das Dunas, com o objetivo de promover atividades educativas, de lazer e recreação, valorizando sua paisagem natural. O Decreto foi vigente até 2018, quando foi substituído pela Lei n. 10.388/2018. Além de sua importância cênica e turística, as dunas funcionam como área de recarga do aquífero local, o que reforça a necessidade de preservação. No entanto, sua proteção tem sido negligenciada, e um dos impactos mais graves é a presença da estação de tratamento de esgoto do Distrito da Lagoa da Conceição instalada sobre as dunas, utilizando lagoas de infiltração — prática que compromete significativamente o ecossistema (Silva, 2002, p. 85-87).

A comparação dos usos efetivos e daqueles previstos pela legislação de zoneamento, permitem afirmar que o crescimento urbano está ocorrendo de forma desordenada e desorientada. Cerca de 10% da área da bacia hidrográfica é planejada para usos urbanos, os quais ocupam efetivamente 7,56%. Estes usos como a maior parte das vias principais se localizam, essencialmente, sobre as unidades ambientais de transição, isto é, aquelas com maior diversidade de características naturais. Como agravante observa-se que os usos atuais do solo são desorganizados e inadequados àqueles propostos pelo Plano Diretor e, principalmente, às condicionantes ambientais existentes (Hauff, 1996, p. 125). Tem-se, enfim, que esses instrumentos legais não foram suficientes para garantir a proteção dos ecossistemas. Embora reconheçam a importância socioecológica da região, falharam em assegurar a preservação efetiva dos ambientes naturais (Couto, 2023, p. 127).

Enfim, faltam projetos e atividades concretas para superar os problemas de insuficiência e ausência de infraestrutura para abastecimento de água e esgotamento sanitário. A inadequação das vias e a inexistência de formas de controle da ocupação desordenada e clandestina, bem como de propostas alternativas para problemas de poluição hídrica, erosão, fragmentação e degradação de ecossistemas evidencia um descaso com a qualidade de vida na bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição. Percebe-se que os planos diretores somente estabelecem as formas de uso e o consequente número populacional para a área territorial. Não

se verificou complementações de estudos ou proposições para dirimir as carências e problemas de infraestrutura, muito menos para atender as previsões estabelecidas. Assim, não pode se considerar que haja planejamento do crescimento urbano, mas sim o zoneamento de usos, pois não há proposta para superar as deficiências da infraestrutura existentes ou para atender as demandas previstas (Hauff, 1996, p. 126).

2.2.3 A visão dos moradores sobre as questões socioambientais envolvendo a Lagoa da Conceição

A pesquisa bibliográfica revelou um conjunto amplo e consistente de estudos, dissertações e teses sobre a Lagoa da Conceição, fundamentais para a compreensão da percepção dos moradores acerca do ambiente lagunar ao longo do tempo, muito antes da ocorrência do rompimento. Esses trabalhos incluem pesquisas de campo baseadas em questionários e entrevistas realizadas em diferentes períodos históricos, permitindo observar continuidades e mudanças nas preocupações, vivências e valores atribuídos à Lagoa. De modo geral, os dados quantitativos e qualitativos convergem para a identificação de deficiências estruturais persistentes, conflitos socioambientais e uma preocupação recorrente com a degradação ambiental, especialmente relacionada ao saneamento e à urbanização desordenada.

No que se refere à infraestrutura urbana, os dados levantados por Barbosa (2003) indicam que, no Centrinho da Lagoa, 82% dos moradores entrevistados afirmaram estar ligados à rede de esgoto da CASAN, enquanto 12% utilizavam sistemas individuais, como fossas sépticas, sendo que mais da metade recorria ao caminhão limpa-fossa. Parte dos entrevistados declarou desconhecer o sistema de tratamento, o que se refletia em ligações indevidas do esgoto à rede pluvial, gerando mau cheiro e poluição nas desembocaduras da Lagoa, situação parcialmente explicada pelo curto tempo de residência da maioria dos moradores. Em relação ao abastecimento de água, predominava o uso da rede da CASAN, embora parcela da população recorresse ao lençol freático. Problemas semelhantes apareciam na gestão de resíduos sólidos: embora a maioria das residências possuísse lixeira própria, eram comuns práticas inadequadas de descarte, agravadas pela coleta seletiva pouco frequente e pelo aumento expressivo da produção de lixo no verão. Esses problemas refletiam-se na percepção dos moradores, que apontavam a presença de ratos, insetos, mau cheiro, trânsito intenso, ruído e precariedade do transporte coletivo como questões centrais do cotidiano, elencando como prioridades a ampliação da rede de esgoto, áreas de lazer, coleta de lixo, iluminação, segurança e pavimentação (Barbosa, 2003, p. 49).

Essas preocupações reaparecem de forma sistemática na pesquisa de Lopes (2007), que analisou a percepção ambiental e o valor atribuído à Lagoa por 228 moradores. Embora o domínio técnico de conceitos como eutrofização, balneabilidade e assoreamento fosse baixo, a percepção dos impactos ambientais era elevada, com parcela significativa dos entrevistados reconhecendo esses processos como fatores que comprometem a qualidade ambiental da Lagoa. O lançamento de esgotos domésticos foi apontado como o principal problema a ser controlado, seguido por construções residenciais de grande porte e atividades náuticas. A ampliação do tratamento de esgoto e a fiscalização das construções e do desmatamento figuraram como medidas prioritárias, sendo atribuída a responsabilidade pela preservação a diferentes instâncias do poder público, como prefeitura, CASAN, FATMA e IBAMA. O estudo conclui que, apesar da multiplicidade de ações institucionais e pesquisas acadêmicas, a Lagoa permanece marcada por conflitos socioambientais e carências estruturais, reforçando a necessidade de políticas públicas capazes de articular preservação ambiental e desenvolvimento econômico sustentável.

A valorização do ambiente lagunar também é evidenciada na pesquisa de Moure (2024), que analisou a percepção de atores sociais locais sobre os serviços ecossistêmicos da Lagoa da Conceição. Os entrevistados reconheceram amplamente a importância dos serviços de provisão, regulação, manutenção e culturais, com destaque para a provisão de água de superfície para usos múltiplos não potáveis, a manutenção do ciclo de vida e a regulação das condições físicas, químicas e biológicas da água. A qualidade da água emergiu como elemento central para a manutenção dos usos do sistema, da biodiversidade e das dinâmicas socioculturais e econômicas associadas à Lagoa. Ao mesmo tempo, os entrevistados identificaram como principais pressões ambientais a poluição por esgoto e a urbanização desordenada, além de fatores associados às mudanças climáticas, turismo, aumento da população flutuante e atividades náuticas.

Os dados quantitativos são aprofundados pelas pesquisas qualitativas, que revelam a Lagoa a partir das experiências, memórias e afetos de seus moradores. As entrevistas realizadas por Assis (2000) evidenciam como o crescimento urbano e o turismo reconfiguraram práticas tradicionais, como a pesca e a renda de bilro, ao mesmo tempo em que abriram novas possibilidades econômicas. Relatos de moradores expressam trajetórias marcadas pela adaptação às demandas do turismo, ora percebido como fonte de renda e melhoria das condições de vida, ora como fator de precarização, sazonalidade econômica e perda de referências culturais.

Enfim, as pesquisas de campo realizadas na região da Lagoa da Conceição têm se mostrado fundamentais não apenas para a identificação dos impactos ambientais, mas também

como registros históricos que revelam as transformações socioambientais ao longo do tempo. Desde a década de 1990, destaca-se nos discursos dos moradores uma crescente preocupação com a degradação do meio ambiente e com a urbanização desordenada, especialmente no que se refere à poluição causada pelo esgoto. Esses relatos expressam a percepção local de que a falta de planejamento urbano e de infraestrutura adequada ameaça tanto a qualidade de vida da população quanto a sustentabilidade do ecossistema lagunar.

2.2.4 Impacto da atividade antrópica sobre a Lagoa: o problema do esgotamento sanitário

Como previamente descrito, a expansão urbana em torno do corpo lagunar não foi acompanhada por melhorias proporcionais nas condições sanitárias, e estudos apontam significativa alteração nas características hidroquímicas e biológicas da lagoa, atribuídas ao avanço da eutrofização. A insuficiência do serviço de tratamento de esgoto, nesse contexto, é um fator relevante de degradação ambiental. Optou-se por dedicar um tópico específico a esse problema por ser um tema que aparece com frequência nos estudos realizados sobre a Lagoa da Conceição e nas falas de moradores em entrevistas ao longo das últimas décadas. Trata-se de uma questão enfrentada pela comunidade há muito tempo, e que segue impactando diretamente a qualidade ambiental e a vida cotidiana. Além disso, o esgoto sanitário tem relação direta com o deslizamento da lagoa de evapotranspiração da Lagoa da Conceição, tema crucial para esta pesquisa.

2.2.4.1 Histórico do sistema de tratamento de esgoto da Lagoa da Conceição

Até o início do século XX, praticamente não havia obras de saneamento básico em Santa Catarina, com esgotos e lixo a céu aberto. A água era obtida das cariocas e distribuída por carroças-pipa, e as primeiras comunidades se organizavam em torno das fontes de abastecimento mais próximas (Pinheiro, 2023, p. 47).

A contenção da poluição das águas era uma das principais preocupações sociais em Florianópolis na década de 1980, como revela um artigo publicado em uma edição especial d'O Estado ("A cidade que o prefeito vai encontrar"), de 10 de abril de 1983, intitulado "A poluição das águas é talvez o maior desafio". O então prefeito recém nomeado Cláudio Ávila foi questionado sobre a estrutura das praias, ao que respondeu: "em decorrência do nosso problema de saneamento, nossas bacias estão sofrendo bastante com a poluição, esse talvez seja o maior desafio da prefeitura, mas existem outros grandes também como a falta de calçamentos e outras

pequenas recuperações que são urgentes” (Assis, 2000, p. 84). O interesse público em investir em obras de saneamento básico era baixo, dado que são obras que não ficam visíveis à população, de modo que não trazem notoriedade. Ademais, a responsabilidade era delegada à CASAN, um órgão estadual (hoje uma empresa de economia mista), o que dava à Prefeitura espaço para se eximir de suas responsabilidades (Assis, 2000).

A Companhia Catarinense de Água e Saneamento (CASAN) foi criada em 1970 e constituída em 1971 como concessionária de distribuição de água e saneamento. Atualmente, atende 195 municípios de Santa Catarina e um no Paraná, alcançando cerca de 39% da população catarinense — aproximadamente 2,7 milhões de pessoas. Sua sede está em Florianópolis e a empresa conta com quatro superintendências regionais (Florianópolis, Chapecó, Rio do Sul e Criciúma). Trata-se de uma empresa pública de economia mista e capital aberto, que reinveste 100% do lucro em suas operações. Sua estrutura é composta por diretoria executiva, superintendências regionais, procuradoria geral, conselho de administração e conselho fiscal (Pinheiro, 2023, p. 47).

As obras do Sistema de Esgotos da Lagoa da Conceição, primeira unidade de tratamento construída pela CASAN, foram iniciadas em 1983, e a Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição começou a operar em 1988, com capacidade para atender 4.000 habitantes. Com uma extensão de cerca de 3.380 metros, a rede coletora abrangeu uma área total de 69 hectares, atendendo à região central da Lagoa da Conceição (onde estavam concentrados os restaurantes), à Avenida das Rendeiras e à uma parte da Avenida Osni Ortiga. Embora o projeto previsse o atendimento de toda área urbana, somente foi executado nessas regiões consideradas “problemáticas”. Desde sua implantação, contudo, apresentava falhas que revelam tanto a escolha inadequada do local quanto a ausência de estudos de impacto ambiental (Vieira; Henkes, 2014, p. 312; Santos, 2018, p. 63-64; Couto, 2023, p. 99; Hauff, 1996, p. 101). Ademais, o tratamento de esgoto foi implementado em índices insuficientes para permitir a indicação da região para atividades relativas aquicultura de espécies a serem ingeridas cruas, por exemplo (Couto, 2023, p. 99; Rodrigues, 1990, p. 101-103).

Segundo Relatório Local da Consulta Nacional Sobre a Gestão do Saneamento e do Meio Ambiente Urbano, realizado em 1994 no município de Florianópolis, o sistema de esgotos da Lagoa da Conceição funcionava precariamente, com problemas de infiltração dos efluentes nas dunas, o que transformara parte delas numa lagoa de despejos. O documento demonstrou que apenas 1,3 % da população era atendida por sistema de esgotamento sanitário completo (coleta, tratamento e destino final) operados pela Concessionária Estadual. Os sistemas não operados pela CASAN elevavam esse índice para 34,55%, com rede coletora, e para 2,18%,

com sistema completo. O documento avaliou que tais níveis de atendimento "demonstram a precariedade dos serviços de esgotamento sanitário no município" e evidenciam um "grande comprometimento dos recursos hídricos superficiais e subterrâneos". O mesmo relatório afirmou que os balneários do município apresentavam problemas causados pelo lançamento clandestino de efluentes na drenagem pluvial e pelo mal funcionamento dos sistemas individuais, constituídos geralmente de fossas/sumidouros. Ressaltou que estes não sofrem qualquer tipo de controle, podendo comprometer o lençol freático e que, em muitas localidades, contava com o agravante do aquífero subterrâneo ser utilizado para o abastecimento de água (Hauff, 1996, p. 101).

Na Avenida das Rendeiras encontra-se implantada uma estação elevatória de esgoto. Inicialmente a ETE foi projetada para tratar uma vazão média de 5,72 litros por segundo. Com o crescimento populacional na região já servida pela rede de coleta de esgoto, surgiram problemas operacionais devido à insuficiência de capacidade da estação de tratamento. Para sua adequação, foi implementado um novo projeto de expansão em 2003, que elevou a capacidade da estação de tratamento de esgoto para uma vazão média de 18,5 L/s, visando atender 10.000 moradores. A operação dessa ampliação teve início no final de 2004 (Santos, 2018, p. 64).

Após, a capacidade de tratamento da ETE da Lagoa da Conceição foi ampliada para atender 16.000 habitantes em obra concluída em outubro de 2005. Em 2006, a rede coletora foi expandida para atender uma parte do Canto da Lagoa, com uma extensão de 11.730 metros (Vieira; Henkes, 2014, p. 312; Santos, 2018, p. 63-64). Em 2007, a Estação de Tratamento de Esgoto da Lagoa da Conceição passou por ampliação e passou a contar com capacidade nominal para 30.000 habitantes. No entanto, em 2010 operava com apenas 26% dessa capacidade, atendendo 7.932 pessoas e uma rede coletora de 3.377 metros, o que representava aproximadamente 67% da população do distrito da Lagoa da Conceição. Nesse mesmo ano, a ETE da Barra da Lagoa atendia 3.526 moradores, com capacidade nominal para 15.120 pessoas. Somadas, as duas unidades cobriam 11.458 dos 30.998 habitantes da bacia hidrográfica, ou seja, menos de 40% de cobertura. Projeções indicavam que, em 2019, a população da bacia poderia alcançar 39.443 habitantes (Portella, 2020, p. 36; Silva, 2016, p. 18-19).

Dados mais recentes, entretanto, revelam que a capacidade real da ETE da Lagoa da Conceição é de aproximadamente 14.538 pessoas, valor bem inferior ao projetado em 2007. Somada à cobertura da ETE da Barra da Lagoa, o sistema centralizado atende atualmente cerca de 57% da população local (cerca de 20 mil habitantes), abrangendo áreas como o Centro, Canto da Lagoa, Costa da Lagoa, Avenida das Rendeiras e Barra da Lagoa. Por outro lado, 43% da

população ainda depende de soluções descentralizadas, como fossas negras, fossas sépticas e valos de infiltração (Couto, 2023, p. 99).

O Sistema de Esgotamento Sanitário do Parque Nacional da Lagoa da Conceição inclui, além da ETE, três Lagoas de Evapoinfiltração (LEIs), situadas a apenas 300 metros da Lagoa da Conceição, o que potencializa os riscos de contaminação dos ecossistemas da região (Couto, 2023, p. 99). Uma lagoa de evapoinfiltração consiste em uma etapa do tratamento de esgoto sanitário. Segundo informações da CASAN (2025), o sistema de tratamento da Lagoa da Conceição funciona de forma integrada, iniciando-se com a coleta do efluente e seu encaminhamento à Estação de Tratamento de Esgoto, onde passa por processos específicos de depuração. Após o tratamento, o efluente é direcionado à lagoa de evapoinfiltração, estrutura projetada para permitir que a água se infiltre gradualmente no solo ao redor. Nesse processo, parte do volume evapora, retornando ao ciclo natural da água, enquanto outra parcela é absorvida pelo solo, contribuindo para a recarga do lençol freático.

Tem-se, desse modo, que o sistema de esgotamento sanitário não abrange toda a bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição, deixando áreas densamente urbanizadas, como os bairros Rio Vermelho e Porto da Lagoa, sem rede coletora. Nessas regiões, o tratamento de esgoto é realizado por sistemas individuais, cuja fiscalização é mais complexa e suscetível a irregularidades, aumentando o risco de contaminação dos corpos hídricos. Mesmo nas áreas atendidas pela rede, há diversas inadequações, como ausência ou conexão parcial à rede de esgoto, ligações indevidas entre redes pluvial e sanitária, além de vazamentos. O programa municipal “Floripa Se Liga na Rede”, responsável por inspecionar e regularizar essas ligações, identificou, em seu relatório de 2017, um índice elevado de irregularidades: no distrito da Lagoa da Conceição, cerca de 40% das ligações à rede de esgoto estavam inadequadas (Portella, 2020, p. 38).

Um dos instrumentos para estabelecer as condições adequadas para o desenvolvimento e crescimento urbano são as ações civis públicas, objeto de interesse de pesquisa desenvolvida por Wedy *et al* (2008, p. 207). Nela, verificou-se que a maior parte dessas ações são impulsionadas pelo processo de urbanização desordenada, caracterizado por construções irregulares em desacordo com o zoneamento urbano, edificações sem viabilidade de funcionamento, além de ocupações clandestinas em Áreas de Preservação Permanente e em terrenos de marinha. Tais práticas resultam em impactos significativos aos recursos naturais da Lagoa da Conceição, como o comprometimento do lençol freático, emissão de efluentes, desmatamento e assoreamento. Além disso, há prejuízos relacionados à gestão do esgoto

sanitário, destruição da vegetação, aterros irregulares e uso descontrolado das águas da lagoa por embarcações, frequentemente sem fiscalização ambiental adequada.

Houve um aumento do número de ações civis públicas, principalmente a partir de 2003, o que se deve à maior procura, por pessoas de várias partes do país e do mundo, pela qualidade de vida de Florianópolis, mais especificamente da Lagoa da Conceição. Sem a devida preparação física e estrutural, esse crescimento populacional tem ocasionado uma ocupação desordenada que leva a poluição das águas, a destruição das áreas de preservação permanente, o esgotamento do sistema viário e a privatização da orla. O agravamento dos danos ambientais impeliu a mobilização da população local, que passou a desempenhar um papel ativo em iniciativas de conscientização ambiental, bem como a utilizar a ação civil pública como instrumento jurídico de defesa e proteção do meio ambiente (Wedy *et al.*, 2008, p. 207).

Das 27 ações civis públicas contabilizadas pelo estudo, ajuizadas entre 1995 e 2005, duas tratavam especificamente sobre a destinação inadequada de esgotos sanitários, sendo que uma delas concatenou várias denúncias. A análise dessas ações evidenciou que os órgãos públicos figuram como os principais responsáveis pelos danos ambientais, sendo apontados em 57% dos casos, com destaque para a Prefeitura Municipal de Florianópolis, identificada como um dos mais relevantes agentes poluidores. Os órgãos públicos, em geral, parecem ser inoperantes e vulneráveis ao tráfico de influências, sendo comum a interferência política nos pareceres técnicos emitidos por seus gestores. Adicionalmente, observa-se a ausência de uma cobrança mais efetiva por parte da sociedade civil quanto à atuação desses órgãos. Ressalta-se, ainda, que as pessoas físicas aparecem em segundo lugar entre os responsáveis pelos danos ambientais na Lagoa, representando 23% dos casos analisados (Wedy *et al.*, 2008, p. 207-208).

No que se refere ao andamento das ações civis públicas, constatou-se que a maioria permanece em tramitação, o que revela uma das principais dificuldades enfrentadas pelos Comitês e, de forma geral, pelas organizações não governamentais: o acompanhamento processual. Frequentemente, as denúncias são formalizadas, mas não há um controle sistemático sobre o curso dos processos em razão do caráter amador de grande parte dos movimentos ambientalistas, compostos majoritariamente por voluntários e carentes de estrutura administrativa e financeira. Essa limitação compromete o monitoramento adequado das denúncias, fazendo com que, muitas vezes, seus desfechos sejam esquecidos. Soma-se a isso o fato de que, em diversos casos, os próprios denunciante não conseguiam identificar se a demanda permanece na fase de Procedimento Administrativo ou se já fora convertida em ação civil pública (Wedy *et al.*, 2008, p. 208).

Dentre as demandas judiciais manejadas diante do cenário de degradação da Lagoa, pode-se destacar as seguintes: Ação Civil Pública n. 0007539- 94.2003.4.04.7200, de 2003, que correu na 6ª Vara Federal de Florianópolis, onde foi determinado o levantamento das ocupações em faixa e marinha ao redor da Lagoa, com o objetivo de permitir a abertura de acessos às margens correspondentes (julgada definitivamente, sem implementação efetiva); Cumprimento de Sentença em Ação Civil Pública n. 5004285-47.2011.4.04.7200, de 2011, que foi instaurado após o descumprimento do acordo firmado na Ação Civil Pública n. 2000.72.00.004772-2, com a finalidade de atenuar os efeitos da poluição da Lagoa da Conceição, mas sem cumprimento pelos entes públicos; e Ação Civil Pública n. 5020003-06.2019.4.04.7200/SC, de 2019, também em trâmite na 6ª Vara Federal de Florianópolis/SC e que trata do licenciamento de estações sanitárias, dentre outras irregularidades no sistema de esgoto, com liminar concedida em parte e igualmente não implementada em sua integralidade (Leite; Viana, 2023, p. 15).

Ainda, vale mencionar a Ação Civil Pública Estrutural da Lagoa da Conceição teve origem em uma atividade de extensão universitária vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Docentes e discentes advogados atuaram em cooperação com representantes da sociedade civil organizada, oferecendo assistência jurídica voltada à proteção ambiental. Como resultado dessa articulação, foi ajuizada a Ação Civil Pública n. 5012843-56.2021.4.04.7200/SC, atualmente em trâmite na 6ª Vara Federal de Florianópolis/SC (Leite; Viana, 2023, p. 15-16).

Integram o polo ativo da ação, em litisconsórcio, a ONG Costa Legal, a União Florianopolitana das Entidades Comunitárias (UFECO) e a Associação Pachamama, com o objetivo de salvaguardar direitos difusos ambientais e os direitos autônomos da Lagoa da Conceição, à luz de valores intrínsecos da natureza, bem como sob as perspectivas intergeracionais e imateriais. Posteriormente, agregaram-se ao processo o Ministério Público Federal, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina e a Associação Nacional dos Atingidos por Barragens (ANAB). A ação foi movida contra diversas entidades públicas, entre elas o Município de Florianópolis, a FLORAM, o Estado de Santa Catarina, o Instituto do Meio Ambiente de Santa Catarina, a CASAN e a ARESC, responsabilizadas pela garantia da proteção ambiental na região (Leite; Viana, 2023, p. 16).

Diante das recorrentes violações ambientais na Lagoa da Conceição, o juízo concedeu tutela de urgência e determinou a criação da Câmara Judicial de Proteção da Lagoa da Conceição (CJ-PLC). Essa instância multissetorial, com participação de órgãos públicos, sociedade civil e academia, tem como objetivo auxiliar o juízo na adoção de medidas estruturais voltadas à recuperação e preservação do ecossistema. Seu regimento interno, já homologado,

prevê a elaboração de relatórios técnicos e a proposição de ações de prevenção e recuperação ambiental. Para Leite e Viana (2023, p. 19-21), a criação da CJ-PLC, com seu caráter multipolar e função consultiva e técnica, é uma estratégia promissora de governança socioecológica. Ao assessorar o juízo com pareceres, relatórios e propostas de ações estruturantes, o órgão contribui significativamente para a preservação ambiental da Lagoa, podendo, inclusive, servir de modelo para outras iniciativas semelhantes.

Um exemplo bastante representativo da insatisfação da população com os problemas sanitários enfrentados na Lagoa ocorreu em 16 de fevereiro de 2013, quando moradores da Lagoa da Conceição organizaram um protesto simbólico, colocando vasos sanitários enfileirados dentro da água (Figura 3). A manifestação tinha como alvo a rede de esgotos, considerada subdimensionada para atender às necessidades da região (Vieira; Henkes, 2014, p. 331). Na ocasião, o então diretor da Associação dos Moradores do Porto da Lagoa (Ampola), Daniel de Araujo Costa, destacou problemas relacionados ao saneamento básico ineficaz, à qualidade da água imprópria para banho, bem como questões de segurança e mobilidade. Em resposta, a CASAN afirmou que todo o esgoto coletado na região era tratado em nível secundário, com desinfecção, e lançado em local apropriado, situado nas dunas próximas à estação de tratamento, exclusivamente destinado a essa finalidade (Moradores [...], 2013).

Figura 1 – Protesto simbólico realizado pelos moradores do bairro Lagoa da Conceição em resposta à insuficiência da rede de tratamento de esgoto instalada na região



Fonte: Moradores [...] (2013).

Diante desse cenário de deficiências estruturais e irregularidades persistentes, surgem iniciativas voltadas ao aprimoramento da governança e da gestão do saneamento básico. O

projeto Governança SES Lagoa da Conceição é uma iniciativa da CASAN em parceria com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e a Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina (FEESC). Seu objetivo é analisar a governança pública do Sistema de Esgotamento Sanitário da bacia de escoamento da Lagoa da Conceição. Iniciado em agosto de 2021, o projeto contempla diversas ações, que vão desde programas de educação ambiental e capacitação de atores sociais até o desenvolvimento de um aplicativo para smartphones, visando aprimorar a gestão do tratamento de esgoto na região. Durante sua execução, são estabelecidas metas definidas em cronograma (SES Lagoa, 2025).

Um dos programas vinculados ao projeto é o Trato Pela Lagoa (TPL), que inspecionou 2.603 ligações prediais até 2023, em um universo de 2.777 conexões e 4.573 economias. Os dados mostram uma alta incidência de irregularidades, que somam 2.669 ocorrências — número superior à soma de imóveis regulares e regularizados (2.170). Isso indica múltiplas irregularidades por imóvel, sendo a mais comum a inadequação da caixa de gordura, presente em cerca de 85% dos casos. Em alguns imóveis, identificou-se ausência total da caixa ou de componentes como o sifão (Marchezan, 2023, p. 54-55).

Outro programa do Governança SES Lagoa da Conceição é o Habite-se Sanitário para empreendimentos comerciais e multifamiliares, previsto na Lei Complementar nº 239/2006. Trata-se de um instrumento exigido para ocupação de edificações novas ou reformadas, condicionado à vistoria das condições físico-sanitárias. A legislação prevê critérios como proteção contra doenças, prevenção de acidentes, redução de estresse, preservação ambiental e atenção a grupos vulneráveis. Até março de 2023, a regularização de 916 imóveis evitou o despejo de aproximadamente 80.384 litros de esgoto na Lagoa da Conceição ou em seu solo (Marchezan, 2023, p. 43-56).

Enfim, há muito se fala na necessidade de monitoramento e criação de planos de ação para a preservação da Lagoa da Conceição, cujo ecossistema se mostra frágil frente a influência da atividade antrópica. Além de um programa constante de monitoramento da qualidade da água, baseado em indicadores físicos, químicos e biológicos, é crucial que essas informações possam ser usadas pelos gestores ambientais e responsáveis pelas decisões. A comunidade local também desempenha um papel crucial na administração do ambiente, monitorando-o e utilizando-o de maneira sustentável (Lisboa; Teive; Petrucio, 2008, p. 145).

2.2.4.2 Evidências científicas de problemas ambientais relacionados ao esgoto sanitário na Lagoa

O problema do esgoto sanitário é central no cenário de degradação ambiental da Lagoa da Conceição, o que atraiu a atenção de diferentes áreas do conhecimento. Nas últimas décadas, pesquisas em engenharia sanitária e ambiental, biologia, geografia, arquitetura e urbanismo têm se dedicado à região, produzindo diagnósticos, prognósticos e alertas sobre a gravidade da situação ecológica local. Apresenta-se, aqui, alguns dos dados reunidos em diferentes pesquisas, a fim de apresentar o cenário atual e denunciar sua gravidade.

O esgoto doméstico, composto por fezes, urina, detergentes, gorduras, sabões e restos alimentares, gera poluição visual, odorífera e físico-química, inviabilizando o uso da água para banho, esportes aquáticos e reduzindo a qualidade e quantidade de pescados. Trata-se de um problema de saúde pública, pois esses efluentes carregam bactérias, fungos, protozoários e ovos de vermes que podem causar doenças como hepatite, pólio, tifo, cólera, micoses e parasitoses, transmitidas pelo contato ou ingestão da água. Além disso, nutrientes como fosfatos e nitratos favorecem a eutrofização, com proliferação de algas — especialmente *Enteromorpha sp.* na Lagoa de Baixo — cuja decomposição em águas pouco oxigenadas libera gases como sulfídrico e metano, responsáveis pelo mau cheiro, perceptível principalmente na primavera e verão (Barbosa, 2003, p. 29).

O lançamento de esgotos domésticos sem tratamento e o corte de vegetação marginal podem provocar mudanças físicas e químicas nas lagunas, resultando em um aumento na entrada de nutrientes como nitrogênio, fósforo, carbono e material inorgânico particulado. De acordo com Fonseca (2006), por meio de modelo de balanço de massa, evidenciou-se que 80% dos nutrientes que adentram o sistema lagunar permanecem retidos, revelando alta vulnerabilidade à degradação ambiental. Esses efeitos costumam estar ligados ao crescimento da contaminação bacteriana das águas, prejudicando a balneabilidade, a prática esportiva e a qualidade dos recursos pesqueiros. Esse cenário de degradação ambiental se repete em várias lagunas e lagos brasileiros, incluindo a Lagoa da Conceição (Dias; Parizotto; Bonetti, 2014, p. 33; García, 1999, p. 58). A gravidade do problema é descrita por Pêgas (2005 *apud* Wedy *et al.*, 2008, p. 205):

O saneamento básico é o maior problema da Lagoa da Conceição. A poluição por esgotos vem provocando a destruição do ambiente comprometendo a própria permanência do turismo na área. [...] Quando chove grande parte da água da chuva vai para a rede de esgotos, que não dão vazão a este volume. Uma das consequências imediata e grave do contato com o esgoto que cai na lagoa é a ocorrência de doenças,

como hepatite, diarreias, viroses, lesões de pele e micoses, causadas por bactérias coliformes fecais, por exemplo. Outro agravante é a gordura excessiva proveniente dos restaurantes jogada na rede de esgotos. As bocas de lobo permitem a entrada de papéis e garrafas que acabam bloqueando-as, complicando assim o sistema de coleta pluvial.

Em pesquisas realizadas por Zwirtes (2003), realizou-se a reconstituição histórica dos sedimentos. Entre 1885 e 1980, havia uma taxa baixa e estável de sedimentação, que passou por um aumento gradativo considerável a partir de 1990, apontando a relevância da influência antrópica. A pesquisa também sugere contaminação, justamente, por efluentes domésticos no sedimento da Lagoa, decorrente do maior crescimento urbano no entorno deste ecossistema. Já em 1993, Ledo e Soriano-Sierra (1999) propuseram a criação de um programa de contínuo monitoramento e controle dos agentes contaminantes da Lagoa da Conceição, devido à sua vulnerabilidade aos efeitos negativos da ocupação humana, sugerindo que para preservar sua qualidade ambiental seria necessária uma solução hídrica que garantisse água limpa circulante (Lisboa; Teive; Petrucio, 2008, p. 143-144). A persistência e evolução do problema podem ser ilustradas por dados colhidos pela FATMA entre 1996 e 1997, por exemplo, que apontam que os níveis de coliformes fecais praticamente dobraram nesse período, refletindo a piora das condições sanitárias (Fonseca, 2006, p. 8).

As amostragens da FATMA registram informações importantes sobre a qualidade do tratamento de esgoto na Lagoa. Aquelas colhidas entre 1992 e 1997 já apontavam altos níveis de coliformes fecais próximos ao córrego da Avenida das Rendeiras e em áreas de transporte aquático, chegando a índices 24 vezes superiores ao limite legal, especialmente no verão. Embora parte dessas áreas esteja conectada à rede de esgoto, a balneabilidade foi comprometida, configurando risco à saúde pública. O aumento da contaminação acompanha o crescimento populacional da Lagoa, que passou de 7.897 habitantes em 1980 para 23.929 em 2000, com taxa anual de crescimento de 5,95%. Além dos efluentes domésticos e de estabelecimentos comerciais, práticas tradicionais, como limpar peixes na beira da lagoa e descartar vísceras e escamas na água, também contribuem para a poluição (Barbosa, 2003, p. 30).

As características físicas e biológicas da região da Lagoa da Conceição impõem severas limitações ao seu uso, exigindo padrões de ocupação que garantam a manutenção e/ou recuperação da cobertura vegetal, prevenindo processos erosivos e a consequente degradação ambiental. Já em 1996 apontou-se que, devido às condições climáticas, os projetos de drenagem deveriam considerar os índices máximos de precipitação, evitando danos causados por trombas d'água. Também se destacou a necessidade de restringir o revestimento excessivo do solo,

priorizando a proteção da vegetação. O estudo recorda que, no passado, as atividades agropecuárias reduziram a cobertura vegetal original, desgastaram os solos e impactaram negativamente a fauna local. Houve, contudo, certa recuperação até a década de 1980, quando o avanço urbano passou a modificar novamente a paisagem. Desde então, a tendência de uso é essencialmente urbana, marcada pelo crescimento desordenado, pela desconsideração de condicionantes legais de zoneamento e pela falta de infraestrutura básica adequada (Hauff, 1996, p. 127-128).

As atividades antrópicas atuais, majoritariamente urbanas, produzem impactos ambientais mais severos que os da agropecuária, em especial pela alteração do relevo, impermeabilização dos solos e fragmentação dos ambientes naturais. O estudo também chamou atenção para a localização das principais vias em áreas de transição ambiental, que, por serem mais instáveis, concentraram maior ocupação e densidade populacional. Além disso, o levantamento revelou precariedade nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário e drenagem, muitas vezes inadequados ou mesmo causadores de impactos negativos. Apesar de o Plano Diretor e leis complementares preverem restrições e destinação conservacionista para grande parte do território, alcançando mais de 75% da área, as medidas não foram acompanhadas por ações concretas do setor público ou privado. Assim, a ausência de infraestrutura, sobretudo de esgotamento sanitário, compromete a qualidade ambiental, cuja degradação tende a se agravar diante do desrespeito às características naturais da região e da falta de políticas eficazes de preservação (Hauff, 1996, p. 127-128).

Já em pesquisa realizada por García (1999), são apresentadas importantes conclusões sobre as condições ambientais e socioeconômicas da Lagoa da Conceição. Os dados revelaram que os sedimentos da Lagoa estão significativamente contaminados por poluentes de origem antrópica, resultado do lançamento contínuo de esgoto doméstico e resíduos sólidos sem tratamento adequado. Essa situação se agrava durante a alta temporada turística, quando há um aumento expressivo da população na região, o que sobrecarrega a infraestrutura urbana e intensifica os lançamentos irregulares de efluentes. Além disso, a circulação intensiva de embarcações na lagoa, impulsionada pelo crescimento do turismo, tem contribuído para o acúmulo de elementos traço nos sedimentos, como metais pesados e derivados de combustíveis e tintas náuticas.

A pesquisa também evidenciou diferenças marcantes entre os bairros da Barra da Lagoa e da Costa da Lagoa. Enquanto a Barra apresentava maior urbanização e maior impacto ambiental decorrente da expansão urbana, a Costa da Lagoa preservava características tradicionais, com comunidades que ainda mantinham práticas como a pesca artesanal e o uso

direto de recursos naturais locais, como a água de cachoeiras para abastecimento doméstico. Esse isolamento geográfico da Costa da Lagoa, acessível apenas por trilhas ou embarcações, contribui para uma menor interferência urbana e está associado a uma melhor qualidade de vida em alguns aspectos, especialmente pela manutenção de um modo de vida mais sustentável e menos dependente da infraestrutura urbana. Esses resultados demonstram como a expansão urbana desordenada e o turismo mal gerido podem comprometer tanto o meio ambiente quanto as formas tradicionais de vida, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes para o planejamento e conservação da região (García, 1999, p. 281-283).

O Diagnóstico Ambiental Preliminar da Lagoa da Conceição, publicado pela Associação Brasileira de Engenharia Sanitária em 2000, anunciava para 2010 a morte da Lagoa, descrita como o fim das condições de balneabilidade e de toda atividade recreativa primária (Wedy *et al.*, 2008, p. 205). No mesmo sentido, análise da qualidade ambiental urbana através da ocupação urbana do solo na Lagoa da Conceição, realizada em 2002, constatou que a região sofria intensos impactos ambientais decorrentes do crescimento populacional acelerado e da especulação imobiliária, que impulsionam a ocupação irregular e a expansão urbana desordenada. Esse processo tem provocado sérios problemas de degradação e poluição ambiental (Silva, 2002, p. 95-96).

Além disso, observa-se a convivência ou omissão de órgãos governamentais, como a CASAN, CELESC e a própria Prefeitura Municipal, que contribuem para o agravamento da situação ao fornecerem infraestrutura de água, energia elétrica e cobrança de IPTU a residências instaladas ilegalmente em áreas impróprias para ocupação. Segundo Silva (2002, p. 95-96), um dos exemplos mais críticos dessa negligência foi a implantação da Estação de Tratamento de Esgoto Sanitário do Distrito da Lagoa da Conceição sobre as Dunas da Lagoa, realizada pela CASAN, o que representa um dos maiores impactos ambientais da região. As lagoas de infiltração utilizadas para o descarte do esgoto têm levado à contaminação do lençol freático, em especial do aquífero Joaquina, localizado a apenas três metros da superfície. O lançamento contínuo de esgoto no subsolo resulta no acúmulo de matéria sólida e lodo, comprometendo seriamente a qualidade das águas subterrâneas.

Em pesquisa realizada entre os anos de 2008 e 2009, Dias, Parizotto e Bonetti (2014, p. 34) analisaram amostragens coletadas as áreas marginais rasas da Lagoa da Conceição. A primeira coleta foi realizada antes da temporada turística e após um mês de elevado índice pluviométrico, e a segunda, logo após o final da temporada, sob menor influência das águas pluviais e maior volume de esgotos domésticos. Os resultados sedimentológicos e hidroquímicos alcançados em duas condições ambientais diferentes espelharam o grau de

confinamento das águas marinhas, os fluxos fluviais, os aportes orgânicos provenientes de fontes humanas, além da variação do índice pluviométrico.

No final de novembro de 2008, antes do início do verão e após uma estação de chuvas intensas, o corpo lagunar exibiu elevados níveis de nitrogênio e de coliformes fecais. Em março de 2009, após o término da estação seca, observou-se um crescimento na salinidade, no oxigênio dissolvido e, principalmente, no ortofosfato. Este elemento, identificado apenas em concentrações extremamente baixas antes do verão, foi detectado em concentrações superiores às estipuladas pela lei brasileira em toda a bacia lagunar no mês de março. Supõe-se que essa alteração tenha ocorrido devido ao aumento do fluxo de esgotos domésticos durante a temporada, resultado do aumento no número de turistas e na taxa de ocupação dos bairros ao redor da lagoa. No entanto, esses achados indicam que os fatores que alteram a qualidade das águas nas regiões rasas analisadas são esporádicos e desempenham um papel secundário em relação às alterações temporais provocadas por condições climáticas e oceanográficas (Dias; Parizotto; Bonetti, 2014, p. 39).

Um outro estudo analisou a influência do crescimento populacional no entorno da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição sobre a qualidade da água nos pontos monitorados pela FATMA, no período de 2000 a 2018, excluindo-se os meses de alta temporada (dezembro a março), a fim de evitar a influência da sazonalidade. A partir da análise, identificaram-se dois grupos distintos, correspondentes a duas áreas. O primeiro apresentou os melhores indicadores de balneabilidade, e correspondem aos locais situados em sub-bacias com baixa densidade populacional, predominantemente ocupadas por poucas residências, bares e restaurantes. O segundo grupo, que reúne os pontos com maior frequência de amostras impróprias ao longo do tempo, é o dos locais situados em áreas com elevada e constante concentração de poluentes. Esses pontos localizam-se na região mais densamente povoada, no Centrinho da Lagoa, onde, além da elevada carga populacional — que contribui para o aumento de coliformes —, a baixa dispersão hídrica favorece a permanência dos poluentes. Considerando a hidrodinâmica da lagoa e a ocupação urbana nas sub-bacias analisadas, o estudo confirmou a significativa influência da urbanização sobre a qualidade da água nos pontos monitorados (Machado, 2019, p. 34-40).

Os mesmos dados de monitoramento sobre a qualidade da água na Lagoa entre 2000 e 2018 foram base para um segundo estudo, que objetivava determinar o fluxo subsuperficial da disposição dos efluentes tratados na lagoa de evapoinfiltração, localizada na área de dunas na Lagoa. Os resultados foram avaliados em dois períodos: de 2000 a 2007 e de 2008 a 2018. Verificou-se que, em ambos os intervalos, os esgotos brutos apresentaram baixas concentrações

de sólidos, concentrações médias de matéria orgânica e cloreto, e concentrações elevadas de *E. coli*, fósforo e nitrogênio total. Destaca-se que os teores de nutrientes ultrapassaram, inclusive, os limites máximos recomendados pela literatura, o que constitui um dado extremamente relevante para o planejamento de futuros projetos de saneamento na região. De modo geral, a Estação de Tratamento de Esgoto com tecnologia de tratamento secundário, implantada na década de 1980, demonstrou maior eficiência no período mais recente (2008 a 2018), em comparação ao período anterior (2000 a 2007). Ainda, a pesquisa denunciou o péssimo estado de conservação dos piezômetros (instrumentos usados para medir a pressão da água em solos e rochas e utilizados para monitorar o nível do líquido) na área de estudo, danificados por vandalismo, entulhados de resíduos e sem tampa de proteção (Santos, 2018, p. 135-136).

Ainda nesse contexto de degradação e pressão antrópica sobre o ecossistema lagunar, destaca-se trabalho que analisou a carga de *E. coli* no corpo d'água da Lagoa da Conceição ao longo dos anos, utilizando dados disponibilizados pela FATMA entre 2002 e 2015, além de novas amostras coletadas em 2015. O estudo evidenciou que os aportes fluviais estão diretamente relacionados às características morfométricas das sub-bacias, bem como ao tipo de solo, uso e ocupação do território. Também se constatou que os escoamentos superficiais sofrem influência direta do regime pluvial. As concentrações de *E. coli* variaram significativamente ao longo do período de monitoramento, apresentando forte correlação com as chuvas. As maiores cargas *per capita* médias foram registradas nos pontos do Centro e do Canto da Lagoa. Além disso, verificou-se que os pontos de monitoramento da FATMA próximos às exutórias de sub-bacias com maiores cargas e menor circulação hidrodinâmica apresentaram os piores índices de balneabilidade (Arcari, 2015, p. 73-74).

Utilizando os dados históricos das análises de balneabilidade da FATMA (órgão ambiental municipal), Arcari (2015) constatou que 90% dos testes realizados na região central da Lagoa da Conceição apresentaram altos índices de contaminação fecal, evidenciando a perda de qualidade da água por ação antrópica (Silva, 2016, p. 19). Esse quadro é agravado pelos resultados de coletas realizadas nas ETEs da Barra da Lagoa e da Lagoa da Conceição, disponibilizadas pela CASAN. A análise de 25 amostras nas entradas (pós-grademento) e saídas (pós-tratamento) revelou que, na ETE Barra da Lagoa, o efluente final frequentemente apresentou concentrações de nitrogênio acima do limite estabelecido pela Resolução CONAMA 430, que é de 20 mg/L. Situação semelhante foi observada em diversos momentos na ETE Lagoa da Conceição, indicando falhas recorrentes no tratamento e contribuindo para a manutenção da poluição na lagoa (Silva, 2016, p. 49).

Em complemento, estudo realizado em 2022 investigou os impactos do lançamento de efluentes domésticos tratados sobre a vegetação de restinga no Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição. Os resultados mostraram alterações significativas nos parâmetros de soterramento, no vigor da vegetação, e na riqueza, diversidade, cobertura e composição de espécies, quando comparadas áreas diretamente e indiretamente influenciadas pelo lançamento. Esses achados reforçam a necessidade de interromper os despejos de efluentes e de adotar medidas urgentes de restauração ecológica da vegetação nativa (Ehlert, 2023, p. 30-31).

No intuito de aprimorar o monitoramento ambiental, foi instalada uma estação meteorológica no píer da Lagoa da Conceição, situado no Parque Estadual do Rio Vermelho, em dezembro de 2022. A coleta sistemática de dados teve início em 2023, após a realização de testes de qualidade, com medições sendo realizadas a cada dez minutos por meio de sensores especializados. Concluiu-se, a partir da análise das oscilações identificadas por meio da análise espectral, que o nível da Lagoa da Conceição é regulado por uma interação complexa entre fatores astronômicos de longo prazo e padrões meteorológicos de curto prazo. A identificação desses ciclos confirma a influência predominante de fenômenos cíclicos sobre a hidrodinâmica da lagoa, refletindo a intrincada interdependência entre processos astronômicos, meteorológicos e atmosféricos atuantes na região (Rosa *et al.*, 2024, p. 11-27).

Não há que se falar, entretanto, na absoluta imprevisibilidade de eventos climáticos com possíveis desdobramentos nocivos. Nos últimos anos, a zona costeira de Santa Catarina tem enfrentado eventos extremos com frequência crescente, como tornados, microexplosões, enchentes, deslizamentos de terra e tempestades severas, os quais têm ocasionado prejuízos materiais expressivos, impactos econômicos significativos em setores produtivos — como a agricultura —, além de perdas humanas (Rosa *et al.*, 2024, p. 4).

Enfim, a balneabilidade da lagoa, que atraía turistas, tem sido drasticamente modificada devido ao alto nível de contaminação causado pelo descarte de esgoto e resíduos domésticos. Com a liberação desses resíduos, a poluição da água e a possível contaminação expõem os usuários ao perigo de enfermidades e o meio ambiente à deterioração, tornando várias áreas da Lagoa impróprias para banho ou lazer (Vieira; Henkes, 2014, p. 311). Os impactos acumulados reforçam a urgência de medidas efetivas de saneamento e gestão ambiental, já que a recuperação da região está intimamente ligada à sustentabilidade da Lagoa e ao futuro da comunidade que dela depende.

2.3 O ROMPIMENTO DA LAGOA DE EVAPOINFILTRAÇÃO EM 2021

Em 25 de janeiro de 2021 ocorreu o rompimento da lagoa artificial de infiltração da Estação de Tratamento de Esgoto da CASAN na Lagoa da Conceição, ocasionando a inundação do Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, a invasão de residências e a destruição do ambiente natural e artificial ao longo de seu percurso. Os impactos atingiram a fauna, a flora, as moradias, as pessoas que ali viviam e a própria Lagoa, desde a Avenida das Rendeiras, ponto de maior impacto inicial, até as águas da Lagoa da Conceição em larga extensão. A contaminação persistiu durante os meses subsequentes, resultando em expressiva mortandade de peixes e de outros organismos do ecossistema local (Couto, 2023, p. 100).

A ocorrência afetou 79 unidades habitacionais, alcançando mais de cinquenta famílias e aproximadamente 145 pessoas, entre proprietários e inquilinos. Desse total, trinta pessoas tiveram de abandonar definitivamente suas casas e outras trinta sofreram perda total ou parcial de sua renda. Entre as edificações atingidas, cerca de quinze residências permanecem inabitáveis. O desastre também provocou a morte de oito animais domésticos e o desaparecimento de outros cinco. Os impactos, portanto, foram profundos, afetando dezenas de pessoas que perderam suas casas e pertences, além de sofrerem danos psicológicos, emocionais e físicos devido à exposição aos rejeitos da barragem (Pinheiro, 2023, p. 37-41).

Após o ocorrido, a CASAN iniciou ações emergenciais, convocando empresas para retirada de entulhos, areia e lama, além de instalar um Centro de Operações na Servidão Manoel Luiz Duarte, que prestou apoio social, psicológico, médico e alimentar. Também lançou um edital de indenização por danos materiais, com 95% dos processos concluídos até janeiro de 2022, e publicou, apesar de resistência da comunidade, um edital referente aos danos morais (Pinheiro, 2023, p. 47-48).

Dias antes do ocorrido, moradores já haviam percebido sinais de vazamento de líquidos provenientes da lagoa de tratamento de esgoto e alertaram a CASAN sobre o problema, mas nenhuma medida preventiva foi adotada (Borges; Amaral, 2021). Em reportagem publicada pelo Portal Norte da Ilha em 26 de janeiro de 2021, um morador relatou que o vazamento persistia havia vários dias, mesmo após a notificação da companhia. Técnicos da CASAN chegaram a visitar o local, mas após uma breve inspeção, deixaram a área sem realizar qualquer intervenção (Pinheiro, 2023, p. 37).

Em contrapartida às alegações, ainda, destaca-se que, em 2017, a própria CASAN já havia discutido um Plano de Emergência e Contingência Operacional para a ETE da Lagoa da Conceição, com o objetivo de prevenir possíveis eventos danosos e estruturar procedimentos

de resposta. Na época, foram identificadas situações de risco capazes de gerar prejuízos ao meio ambiente e à comunidade local (Marquetti, 2022, p. 68).

O documento da Companhia aponta como cenário mais próximo ao rompimento a “elevação do nível da lagoa de evapoinfiltração, com ocorrência de vazamentos em terrenos vizinhos e/ou no mar”, classificada como de alta probabilidade, com ameaça e impacto considerados de grau elevado. Diante de tal risco, a medida prevista pela Companhia seria a “inspeção visual e monitoramento das cotas de máximo”. Isso coloca em xeque o discurso de que o rompimento teria decorrido de acidente imprevisível e acarretado por um fenômeno natural. Apesar de ser a responsável técnica pelas lagoas artificiais, a CASAN não adotou as medidas preventivas adequadas, passando a agir em relação à recuperação do solo apenas meses após o rompimento de uma das lagoas (Marquetti, 2022, p. 68).

O episódio foi descrito por moradores e pesquisadores como algo inédito, marcado por horror e indignação. Marli Lisboa e Jéssica Castency de Moura Sebastião, duas das atingidas, relataram, ao serem ouvidas pela equipe de comunicação do MAB:

O meu neto já começou a chorar desesperado, todo mundo desesperado. O carro indo embora. Meu genro achou que eu fosse sofrer do coração. Os vizinhos todos saindo com água pelo pescoço, em cima do telhado, desesperados também. Foi muito duro. A gente não tinha para onde correr.

[...]

Um pesadelo sem tamanho, porque foi muito rápido, em cinco minutos a água veio com tudo, quebrou a casa inteira. Em cinco minutos a gente estava em cima do telhado. Ficamos uma hora e meia aguardando socorro e aquele momento foi extremamente de terror. Lembro-me de ver a água chegando e pensar ‘nossa, o que é isso?’, e não saber da magnitude. Quando virei para o outro lado e vi que a rua toda estava inundada, as pessoas nas árvores já, ali que eu tomei um impacto muito grande. É uma imagem que nunca vou esquecer: a expressão de terror e medo das pessoas. Eu tive certeza de que a gente ia morrer (Pinheiro, 2023, p. 41-42).

Segundo Couto (2023, p. 109-110), o rompimento da barragem pode ser caracterizado como crime de ecocídio, pois envolve um ato ilegal cometido pela instalação do sistema de esgotamento sanitário (ETE e LEIs) em área de proteção integral. A obra, além de contrariar a legislação ambiental, apresentava alto risco de causar danos graves e generalizados, como comprovado pelo rompimento da LEI 1. Os impactos persistem mesmo após o episódio, agravados pelo redirecionamento de efluentes e pela instalação de estruturas adicionais (LEI 4, tubos e canos) sobre dunas e restingas, afetando o ecossistema, os visitantes e as atividades de educação, pesquisa e turismo no Parque.

Ainda, outros dois episódios de rompimentos recentes envolvendo a CASAN em Florianópolis reforçam a ideia de negligência. Em 6 de setembro de 2023, um rompimento do reservatório de água da Companhia atingiu aproximadamente quinze ruas e 509 moradores do

bairro Monte Cristo. A força da água destruiu muros, arrastou veículos e danificou eletrodomésticos e móveis. Segundo a Defensoria Pública do estado de Santa Catarina, as vítimas foram coagidas a aceitarem os valores oferecidos pela CASAN a título de indenização, e ainda buscam uma reparação justa pelos danos sofridos. Entre os principais problemas apontados, estão a falta de indenização por danos morais, ausência de pagamento dos lucros cessantes, a exigência de notas fiscais para comprovação dos bens perdidos, e a pressão para aceitar acordos parciais — com relatos de que os moradores teriam sido informados que “ou você aceita o que estamos oferecendo, ou não recebe nada” (Alberguini, 2025).

Ainda na pendência da reparação pelo rompimento de 2023, o mesmo bairro de Monte Cristo foi atingido por um novo incidente, em 30 de julho de 2025. Ao menos seis residências foram atingidas pelo rompimento de uma adutora de abastecimento de água da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Segundo os bombeiros, chamados por volta das 3h15, um grande volume de água extravasou pela tubulação, provocando o rompimento do asfalto e invadindo casas localizadas em área de desnível. As residências sofreram danos em paredes e perda de móveis, eletrodomésticos e outros bens (Mayer; Fernandes, 2025).

A repetição de eventos semelhantes em um intervalo tão curto de tempo reforçam a ideia de que não se trata de um simples acidente, mas o resultado de um histórico de negligência e má gestão ambiental. A dimensão humana do desastre torna-se inseparável das consequências ecológicas e urbanas, configurando um marco trágico na história da Lagoa da Conceição e um alerta sobre a urgência de políticas públicas eficazes de prevenção e reparação socioambiental.

2.3.1 Documentos e relatórios posteriores ao rompimento

Após o rompimento, uma série de relatórios e documentos oficiais foram emitidos pela CASAN, os quais se passa a referir. Em relatório descritivo e fotográfico publicado em 2021, foi documentado pelo órgão as ações imediatas realizadas para a remoção e destinação final de materiais provenientes do deslizamento da encosta de dunas da Lagoa de Evapoinfiltração. Está relatado que, no dia 25 de janeiro de 2021 (ou seja, no dia do rompimento), toda a água acumulada na parte mais baixa da Servidão Manoel Luiz Duarte foi escoada para a rede de drenagem, com a utilização bombas de dragagem e de três caminhões do tipo hidrovácuo. No dia seguinte, doze servidores da CASAN iniciaram o levantamento dos danos morais, ao mesmo tempo em que se deu início à remoção de entulho e limpeza de lotes e casas. Foram distribuídos cerca de quarenta kits de limpeza, compostos por água sanitária, sabão, detergente, balde,

vassoura, rodo, pano e demais itens, conforme orientação da defesa civil (CASAN, 2021c). São algumas das imagens retiradas do relatório:

Figura 2 – Realização da limpeza realizada na Servidão após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração



Fonte: CASAN (2021c, p. 3).

Figura 3 – Escombros carregados pela água após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração



Fonte: CASAN (2021c, p. 6).

Figura 4 – Funcionários retirando da Servidão os objetos e escombros carregados pela água



Fonte: CASAN (2021c, p. 9).

Em Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) entregue à Floram, a CASAN propôs ações emergenciais para mitigar os danos causados pelo rompimento do talude da LEI em 25 de janeiro de 2021, que despejou cerca de 79.309,88 m³ de água e sedimentos na Lagoa da Conceição. Monitoramentos anteriores indicavam elevada concentração de nutrientes no efluente, mas baixa salinidade. A empresa considerou o impacto direto desprezível, pois não houve toxicidade aguda na água e os níveis de oxigênio e *E. coli* se normalizaram rapidamente após o evento. No meio terrestre, os danos foram atribuídos à remoção localizada de vegetação de restinga e dunas, considerados de baixo impacto sobre a fauna (Santa Catarina, 2021, p. 7-45).

Os efeitos mais relevantes se deram no meio aquático, com soterramento de organismos bentônicos no delta de sedimentos. A pesca, por seu caráter recreativo e cultural, foi desconsiderada como atividade impactada, omissão que ignora seu valor simbólico e social. Medições apontaram anoxia no fundo da lagoa, mas níveis normais no corpo d'água. A mortandade de peixes e floração de algas na Costa da Lagoa foram atribuídas a uma degradação histórica e não diretamente ao deslizamento, tratado como fator adicional a ser monitorado (Santa Catarina, 2021, p. 37-58). Apesar disso, o relatório não especifica quais seriam esses fatores históricos nem o papel da própria CASAN nesse processo. A Companhia também

demonstrou incômodo com a cobertura da mídia e a mobilização social, alegando que a associação entre o deslizamento e a mortandade de peixes gerou uma “crise de confiança”, sem considerar que tal desconfiança possa ter origem no próprio desastre. Retira-se do documento:

Todo o contexto gerou elevada mobilização na sociedade extrapolando os limites do município, entretanto relacionar unicamente ao deslizamento da encosta de dunas que abrigava parte da Lagoa de Evapoinfiltração, com a totalidade da responsabilidade sobre estas percepções negligencia o avanço paulatino dos impactos da ocupação sobre o componente cênico e ambiental da região que é a base atrativa de uma série de atividades desenvolvidas na região. Observa-se claramente uma crise de confiança que deve ser mitigada com ações de transparência e divulgação clara do ocorrido, bem como do posicionamento da Companhia em relação a localidade. Uma importante ação já iniciada, que já estava em curso, é o estabelecimento do programa Trato pela Lagoa (Santa Catarina, 2021, p. 37).

Acerca dos impactos no meio antrópico, o Programa reconhece que o deslizamento causou danos significativos na Servidão Manoel Luiz Duarte, com a condenação total de duas residências, interdição parcial de outras e prejuízos à infraestrutura urbana, como drenagem e calçadas. As ações emergenciais envolveram esgotamento da água acumulada, remoção de entulhos e intenso uso de maquinário, dificultado pela estreiteza da via, o que também afetou o tráfego na Avenida das Rendeiras. O PRAD propôs a recomposição da vegetação de restinga e dunas com espécies nativas, destacando a importância da escolha adequada das espécies e da contenção de fatores de degradação, além da retirada de entulhos e vegetação morta (Santa Catarina, 2021, p. 34-61).

Dentre as ações técnicas, foram instaladas barreiras com sacos de geotêxtil para conter vazamentos e criado acesso para escoamento da água. O plano incluiu ainda a proposta de um novo campo de infiltração, com aplicação alternada de efluentes, a fim de melhorar a infiltração e reduzir o aporte de nutrientes à lagoa. As diretrizes de monitoramento incluem o uso de drones para acompanhar a recuperação terrestre, avaliações geotécnicas semestrais e medições do nível da água por sensores. Na Lagoa da Conceição, foi estabelecido um plano de amostragem da água e análise de parâmetros bióticos para monitorar os efeitos do acidente e da recuperação (Santa Catarina, 2021, p. 68-90).

Em fevereiro de 2021, a CASAN elaborou o Plano de Monitoramento Ambiental da Lagoa da Conceição, em conformidade com o Projeto de Recuperação de Áreas Degradadas, com atualização em abril do mesmo ano. O documento detalha as ações já realizadas, em andamento ou planejadas nos âmbitos operacionais, sociais, ambientais, jurídicos e institucionais, abrangendo desde o monitoramento da ETE até medidas específicas sobre o meio biótico da região (CASAN, 2021a, p. 3).

Logo após o desastre, foi criado o Centro de Operações da CASAN na Servidão Manoel Luiz Duarte, que ofereceu apoio social, psicológico, médico e logístico à população atingida. Mais de duzentos trabalhadores atuaram na limpeza das áreas afetadas, com suporte de seis empreiteiras e grande aparato de maquinário. Simultaneamente, foram feitas coletas e monitoramento da qualidade da água em vários pontos da Lagoa, com resultados que indicaram rápida recuperação da balneabilidade, excetuando-se um ponto já anteriormente classificado como impróprio (CASAN, 2022).

A CASAN também vistoriou 35 residências e lançou editais para indenizações, oferecendo ressarcimentos por danos materiais, lucros cessantes e despesas extraordinárias. Após mediação com os moradores, os critérios de comprovação foram flexibilizados e a cláusula de quitação geral foi limitada apenas aos danos materiais. Até abril de 2021, mais de R\$ 2,2 milhões haviam sido pagos em indenizações, além de gastos com hospedagens emergenciais para famílias afetadas (CASAN, 2022).

Por fim, a Companhia buscou aproximação com a população atingida, promovendo reuniões com lideranças comunitárias e representantes da UFSC para apresentar as ações emergenciais e o programa “Trato pela Lagoa”. As reuniões incluíram associações de moradores de diversas localidades da Bacia da Lagoa da Conceição, formalizando o diálogo institucional com a Comissão dos Moradores da Servidão Manoel Luiz Duarte (CASAN, 2022).

Em maio de 2021, a CASAN apresentou um novo Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD), com linguagem mais acessível e detalhamento das ações ambientais na Lagoa da Conceição, incluindo o monitoramento da biota aquática em trinta pontos, com foco em sedimentos, fitoplâncton, zooplâncton e bentos. O plano indica o andamento de doze medidas principais, das quais algumas já haviam sido executadas, como a construção de talude intermediário, remoção de entulhos e vegetação aquática, além do monitoramento emergencial da Lagoa. Outras ações, como a retirada de material lamo-arenoso da LEI, reconfiguração do talude e recomposição da cobertura vegetal, estavam em processo de contratação ou condicionadas à finalização de etapas anteriores. A remoção de sedimento acumulado na margem da Lagoa encontrava-se em avaliação pela Floram e pela CASAN, enquanto o projeto de novo campo de infiltração ainda dependia da autorização vinculada aos estudos e monitoramento hídrico conduzidos pela Companhia. Como parte do processo de avaliação de impacto, a CASAN contratou um doutorando da UFSC para desenvolver estudo de modelagem hidrodinâmica dos efluentes por meio do software Delft-3D, e iniciou tratativas com UFSC e UDESC para viabilizar pesquisas sobre mitigação de danos, biorremediação, governança do

SES, diagnóstico, comunicação, tecnologias de oxigenação em áreas críticas e criação de unidades de conservação (CASAN, 2021b, p. 6-18).

A partir da leitura das manifestações oficiais da Companhia, percebe-se que a CASAN admite a gravidade do ocorrido e os prejuízos imediatos enfrentados pela população local, reconhecendo a necessidade de medidas emergenciais de apoio social, financeiro e estrutural. Ao mesmo tempo, enfatiza de forma recorrente a assistência prestada aos moradores, destacando a agilidade e eficiência das medidas adotadas, por meio de discurso que parece subestimar os danos contínuos sofridos por essa comunidade.

Ao tratar dos impactos ambientais, a Companhia adota uma postura mais cautelosa, procurando atenuar a extensão dos danos registrados. Embora os relatórios mencionem alterações na qualidade da água e a necessidade de recuperação das áreas degradadas, a ênfase maior recai sobre a rápida resposta da Lagoa em alguns parâmetros de balneabilidade e sobre as ações de mitigação implementadas, como se buscasse transmitir a ideia de que o sistema ambiental teria maior resiliência do que realmente indicam outras análises técnicas. Essa estratégia revela uma tentativa de equilibrar a responsabilização institucional com a preservação da imagem da empresa, valorizando os esforços de remediação imediata e projetando uma narrativa de eficiência administrativa em detrimento da discussão mais profunda sobre os riscos ambientais e sociais de longo prazo.

A Universidade Federal de Santa Catarina também emitiu algumas notas sobre o ocorrido. A primeira delas foi assinada pelo Projeto Ecoando Sustentabilidade e por um coletivo de laboratórios da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), incluindo o Laboratório de Ficologia (LAFIC), Laboratório de Oceanografia Química e Biogeoquímica Marinha (LOQUI), Núcleo de Estudos do Mar (NEMAR) e Veleiro Eco, publicada em 25 de janeiro de 2021, após seu acionamento por membros da comunidade da Lagoa da Conceição, que demandaram um posicionamento sobre os riscos do acidente (UFSC, 2021a).

A nota destacou que os efluentes derivados do tratamento de esgoto doméstico e reservado em lagoa de evapotranspiração, embora observada a prática tecnicamente correta, contêm elevada concentração de nutrientes (nitrogênio e fósforo), matéria orgânica e outros componentes potencialmente nocivos. O despejo abrupto do grande volume de esgoto tratado, enriquecido em matéria orgânica, representou uma entrada altamente impactante na Lagoa da Conceição. O documento alerta que essa carga adicional pode quebrar a resiliência ecológica da Lagoa, acelerando a eutrofização e a expansão de "zonas mortas" já existentes. Foram sugeridos estudos contínuos para acompanhar o desenvolvimento da eutrofização e as perdas

do patrimônio natural (como peixes e crustáceos) desencadeados por esse evento (UFSC, 2021a).

A rápida intrusão de água doce causou potencial mortalidade de organismos aquáticos, enquanto os sedimentos arrastados podem sufocar as comunidades bentônicas do fundo da Lagoa. A UFSC enfatizou a urgência de monitoramento químico, biológico e ecológico para mensurar os impactos e subsidiar medidas mitigadoras. Pelo princípio da precaução, é recomendado limitar ou proibir o contato primário e secundário de pessoas nas áreas afetadas até a completa caracterização do evento (UFSC, 2021a).

A nota conclui que o acidente serviu de alerta para a necessidade de uma gestão eficiente da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição, com participação ativa da comunidade, e sugeriu soluções como a recuperação de áreas marginais, tratamento eficiente de efluentes, diminuição da impermeabilização e aplicação de ecotecnologias para reduzir a poluição (UFSC, 2021a).

Em segunda nota técnica do Projeto Ecoando Sustentabilidade (Nº04/PES/2021, de 08 de março de 2021), aborda-se a descoloração da água e as estratégias de recuperação da Lagoa da Conceição, em resposta a relatos de moradores sobre água turva, manchas escuras e mortalidade de peixes observadas na Costa da Lagoa no início de março de 2021 (UFSC, 2021b, p. 1).

O documento explica que a Lagoa da Conceição é um sistema semi-fechado e muito sensível à entrada de nutrientes e matéria orgânica, com um tempo de troca de água que varia de trinta a sessenta dias. Historicamente, o ecossistema já sofria com o aumento da urbanização e despejos de efluentes, resultando em um estado trófico elevado e a formação periódica de "zonas mortas". O deságue da LEI em 25 de janeiro de 2021 contribuiu para a hipereutrofização da Lagoa. As chuvas intensas e a consequente contaminação das águas superficiais e subterrâneas também agravaram a situação (UFSC, 2021b, p. 2-4).

Essas cargas de nutrientes promoveram a proliferação de microalgas, incluindo a nociva *Fibrocapsa japonica*, que causou uma coloração anômala da água e foi associada a eventos de mortalidade de peixes e invertebrados em fevereiro e março de 2021. As toxinas e o muco viscoso liberados pela *F. japonica* podem causar asfixia em animais aquáticos, e a decomposição massiva das algas consome intensamente o oxigênio, levando à crise distrófica e formação de zonas mortas (UFSC, 2021b, p. 4-5).

O PES recomendou ações emergenciais como um Plano de Resgate de Fauna, sistemas de oxigenação e monitoramento sistemático do ecossistema. Para a recuperação, sugere a retirada de nutrientes através do manejo de plantas marinhas (biofiltros naturais) e a instalação

de sistemas de tratamento terciário nas ETEs da CASAN. A nota alertou que a disposição de efluentes tratados na LEI não é eficiente na remoção de nutrientes e pode contribuir para a crise distrófica. É enfatizada a necessidade de gestão compartilhada e horizontal com participação da comunidade e alertas à população sobre os riscos de contato com a água e consumo de pescado (UFSC, 2021b, p. 8-10).

Como se retira dos documentos publicados pela CASAN, diante do risco de novo extravasamento, realizou-se a instalação de um sistema emergencial de bombeamento de efluentes, com canos e dutos ao longo das dunas, redirecionando as águas da LEI 1 para dentro do Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição, originando uma nova lagoa de esgoto artificial. Em 26 de junho de 2021, pesquisadoras e pesquisadores de diferentes laboratórios da Universidade Federal de Santa Catarina realizaram visita técnica ao local para avaliar as obras. Apesar de apresentadas como provisórias, tais intervenções geraram inúmeros pontos de degradação nas Dunas da Joaquina, área protegida pelo PNMDLC, conforme registrado em nota técnica elaborada pelos especialistas (Couto, 2023, p. 100-101).

Entre os impactos listados no documento estão o soterramento da vegetação nativa da área utilizada para a instalação da estrutura, a alteração da dinâmica hidrológica do Parque com a formação da lagoa artificial de efluentes e o aumento do risco de danos à saúde humana. Entre os potenciais problemas, destaca-se a proliferação de mosquitos transmissores de doenças, como o *Aedes aegypti*. Além disso, não foram instaladas placas de sinalização para informar à população sobre os riscos sanitários relacionados ao uso da água, seja para consumo, recreação ou mesmo em casos de contato acidental (Couto, 2021, p. 102).

Em nota divulgada no aniversário de um ano do rompimento da lagoa de evapoinfiltração, assinada pelo Grupo de Pesquisa em Direito Ambiental e Ecologia Política na Sociedade de Risco (GPDA/UFSC) e pelo Observatório de Justiça Ecológica (OJE/UFSC), o evento foi descrito como “o ápice do descaso e da má gestão de danos cumulativos por parte dos órgãos ambientais e especialmente da CASAN”. A nota criticou a ausência de medidas efetivas ao longo do ano seguinte e a manutenção de um quadro de “irresponsabilidade organizada” (UFSC, 2022).

Entre os exemplos apontados, citou-se a “inadequada adoção de medida emergencial” consistente no bombeamento de resíduos da LEI para o Parque Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição. Diante da inércia do Poder Público, o GPDA/UFSC e o OJE/UFSC, com apoio transdisciplinar e gratuito, passaram a assessorar entidades da sociedade civil que ajuizaram uma Ação Civil Pública (ACP) para exigir judicialmente a implementação de medidas

estruturais e de um sistema de governança socioecológica para proteger, monitorar e fiscalizar os impactos sobre a integridade ecológica da Lagoa (UFSC, 2022).

O juiz Marcelo Krás Borges reconheceu a existência de um "problema estrutural de massiva e iterativa violação de direitos ambientais e ecológicos" e determinou, em caráter liminar, a criação de uma Câmara Judicial de Proteção da Lagoa da Conceição. Composta por representantes da sociedade civil e do Poder Público, essa Câmara tem a função de assessorar o magistrado na formulação de um plano para evitar o colapso da região. A decisão foi confirmada pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), que considerou a medida um precedente inédito para a proteção sistêmica e ecológica da natureza, envolvendo múltiplos atores em uma abordagem interconectada para salvar a Lagoa (UFSC, 2022).

2.3.2 Desdobramentos sociais e jurídicos

No dia 28 de janeiro de 2021, três dias após o rompimento da barragem, ocorreu uma reunião inicialmente convocada para ser um encontro interno entre os atingidos, mas que acabou contando com a presença da CASAN. Naquela ocasião, a empresa apresentou um Edital de Credenciamento para indenização dos moradores, documento que definiria os critérios de ressarcimento pelos danos causados. O edital, contudo, apresentava irregularidades, pois exigia a assinatura de termo de quitação para todos os danos causados, inclusive os extrapatrimoniais, ainda que estes não fossem contemplados no valor da indenização (Pinheiro, 2023, p. 38).

O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), que já acompanhava a situação desde o dia seguinte ao desastre, teve papel essencial ao denunciar as injustiças do edital e ao apoiar a organização coletiva da comunidade. Através de reuniões, assembleias, entrevistas, denúncias públicas e atos, o MAB buscou dar visibilidade ao crime socioambiental e fortalecer a mobilização dos moradores. A partir da criação da Comissão dos Atingidos pela Barragem da CASAN, iniciou-se uma negociação com a empresa, o que resultou em conquistas, como a ampliação dos direitos reconhecidos para indenização material (Pinheiro, 2023, p. 38).

As negociações entre os atingidos e a CASAN resultaram em avanços importantes diante das reivindicações apresentadas pela comunidade. Demandas inicialmente ignoradas, como atendimento psicológico, serviços médicos, assistência veterinária e maior segurança para os moradores, passaram a ser consideradas. A partir do diálogo, foram firmados acordos que garantiram atendimento médico e veterinário, além da publicação de um edital específico para atendimento psicológico. Quanto à segurança, estabeleceu-se a criação de um canal de

comunicação permanente sobre a situação da barragem e a contratação de um vigilante de rua. Mariah Wuerges, da coordenação estadual do MAB, ressaltou esses avanços:

Ainda existem muitos desafios pela frente e muitos direitos a conquistar, embora avaliemos que a postura da CASAN foi positiva ao se reunir com os atingidos e reconhecer a importância de atender suas reivindicações. Entendemos que é este o papel de uma empresa pública com responsabilidade social e manifestamos que o MAB e a Comissão de Atingidos permanecerão atentos e vigilantes até que cada família atingida seja integralmente reparada (Pinheiro, 2023, p. 58)

Em fevereiro de 2021, após denúncias e manifestações apoiadas pela Defensoria Pública Estadual, pela Comissão de Desastres da OAB/SC e por uma Comissão Parlamentar Mista da Câmara de Florianópolis, o edital foi retificado. A partir daí, os processos administrativos individuais tiveram início e, em agosto de 2021, cerca de 85% das famílias já haviam encerrado seus processos de danos materiais (Pinheiro, 2023, p. 38). Embora alguns tenham buscado reparação individualmente (mais de dez ações judiciais de indenização por danos materiais foram apresentadas pelos residentes contra a CASAN), a maioria optou pela organização coletiva, evidenciando o forte senso comunitário existente. Esse pertencimento ao coletivo vai além da simples moradia, estando ligado também às atividades econômicas locais, como a pesca e o comércio, e, sobretudo, à construção de uma identidade pessoal e familiar enraizada no território (Pinheiro, 2023, p. 44; Hodecker; Bousfield; Felipe, 2023, p. 13).

No dia 17 de outubro de 2021, a Comissão dos Atingidos apresentou um novo pedido coletivo para que os processos pendentes, daqueles moradores que haviam ingressado com ações judiciais individuais, fossem finalizados de maneira rápida e justa, apresentando critérios a serem considerados na deliberação sobre os danos morais (Hodecker; Bousfield; Felipe, 2023, p. 13). Isso mostra que, mesmo entre aqueles moradores que decidiram por não assinar o edital ou ingressar com ações coletivas foram abraçados pelo movimento comunitário criado pelos atingidos.

Durante todo esse processo, a CASAN manteve reuniões com a Comissão dos Atingidos pela lagoa de evapoinfiltração, acompanhados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens e, a partir de junho de 2021, pelo Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (SAJU/UFSC). Apesar dos avanços, a CASAN não reconheceu as formas de organização escolhidas pelas famílias atingidas, chegando a criticar publicamente o MAB. Essa postura revela um padrão de conflitos recorrentes na relação entre barragens e comunidades atingidas, em que os direitos coletivos costumam ser deslegitimados (Pinheiro, 2023, p. 39).

Embora a empresa tenha se mostrado aberta ao diálogo, a forma como tratou a questão dos danos morais gerou insatisfação nas famílias, somada à ausência de recuperação da Lagoa

da Conceição (Pinheiro, 2023, p. 48). No cenário pós-rompimento, as perdas materiais não são as únicas percebidas. Os atingidos são também severamente prejudicados pelos impactos relacionados lugar — seus lares, objetos de valor sentimental, a rua, foram totalmente desconfigurados pelo evento danoso. Muitos moradores precisaram reconstruir suas moradias, após parecer da Defesa Civil sobre a condição da estrutura das residências afetadas. Embora novos bens tenham sido adquiridos pelos moradores a partir do ressarcimento da empresa responsável, não são os mesmos objetos, e não têm o mesmo significado. Afinal, o espaço não é apenas um local de habitação, mas carrega significados simbólicos — são as casas em que se construíram famílias, em que pessoas nascera, cresceram, onde construíram laços e vínculos profundos (Hodecker; Bousfield; Felipe, 2023, p. 3).

O SAJU elaborou um parecer técnico para orientar os critérios de indenização por danos morais, com base em dez dimensões: Risco de Morte; Perda de Moradia; Perda de Objetos Insustituíveis; Abalos ao meio de Sustento/Renda; Desestruturação Cultural, Comunitária e Familiar; Morte de Animais Domésticos; Abalo à Saúde e Danos Psicológicos; Dispêndio de Tempo para encarar o processo e constrangimentos no curso do processo; Dano ao Projeto de Vida; Deslocamento Compulsório (Pinheiro, 2023, p. 51). O documento foi apresentado em setembro de 2021, mas, em novembro, a CASAN publicou um novo edital sobre danos morais que ignorava quase totalmente as recomendações (Pinheiro, 2023, p. 39). Isso gerou revolta entre os moradores, que, com o apoio do MAB, divulgaram uma nota pública de repúdio:

Nós, moradores e moradoras da Servidão Manoel Luiz Duarte, reunidos em assembleia no último domingo, 07 de novembro de 2021, elaboramos a presente nota para manifestar nosso total repúdio e indignação frente ao edital público de lançado pela Casan, no dia 05/11/2021.

Desde o rompimento da Barragem de Evapoinfiltração da Casan estamos reunindo forças para recomeçar a vida das nossas famílias da melhor forma possível. Em 25 de janeiro, apesar das denúncias dos perigos de vazamentos que vínhamos relatando para a Casan nos dias anteriores, fomos vítimas de um rompimento de barragem que inundou nossas casas com efluente de esgoto, água e lama. Por milagre, não tivemos nenhum óbito naquele dia. Muitos moradores se salvaram fugindo pelas dunas, ou permanecendo nos telhados por horas e tantas outras crianças, homens, mulheres e idosos salvaram suas vidas por um triz.

Na época, o assunto esteve na ordem do dia nos principais noticiários da cidade e do Estado. Fizemos intensas mobilizações para fazer avançar o reconhecimento dos nossos direitos e pressionar a Casan para que aceitasse receber a Comissão dos Atingidos criada para representar a comunidade que fora atingida.

A partir dessas reuniões realizadas com representantes do setor jurídico da Casan e representantes da Comissão dos Atingidos, alguns avanços foram encaminhados, como era esperado de uma empresa pública que tem o dever de manter o seu compromisso social com a população.

Contudo, na última semana, fomos surpreendidos com a postura da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento que deu fim às tratativas referentes ao edital de

danos extrapatrimoniais e unilateralmente rejeitou quase que na integralidade todas as sugestões apontadas pelos moradores.

A Casan está propondo pagar um valor máximo de 6 mil reais por danos morais aos atingidos, ignorando a gravidade dos casos e impondo a metodologia que será aplicada para a cálculo dos valores a serem pagos. Nós, moradores atingidos, repudiamos essa proposta baseados em um robusto documento com mais de 100 decisões judiciais aplicáveis para casos similares, o qual a Casan rejeitou na unanimidade. Esse parecer técnico foi elaborado pelo Serviço de Assessoria Jurídica Universitária Popular (SAJU/UFSC) em conjunto com as famílias atingidas.

Desta forma, nós famílias atingidas do rompimento da barragem da Casan, viemos a público dizer que nos sentimos humilhados por esse edital, tamanho foi o nível de violência que estamos sendo submetidos reiteradamente pela Casan. Os danos morais, culturais e extrapatrimoniais que sofremos não serão reparados nos termos deste edital.

Com esta nota, também queremos comunicar que os moradores tomaram todas as ações confiando numa saída extrajudicial e da forma mais harmoniosa possível com a Companhia. Contudo, o desfecho se tornou inexitoso em razão da postura intransigente da Casan.

Através desta nota, também denunciamos o que consideramos injustiças contidas no referido edital:

- Para que sejam considerados os danos médicos e psicológicos aos atingidos, os mesmos deverão comprovar que realizaram consultas no período curtíssimo de 30 dias após o rompimento, quando ainda estávamos nos desdobrando para limpar nossas casas, muitos dormindo em hospedagens temporárias.

- A Casan sugere que as “medidas mitigadoras” devem reduzir em 50% a sua responsabilidade em indenizar danos extrapatrimoniais. Neste ponto, é fundamental ressaltar que tais medidas foram fruto das cobranças e reivindicações realizadas pelos moradores e não foram tomadas voluntariamente pela Companhia. As medidas também eram aquém da necessidade dos moradores e algumas ainda agravaram e/ou prejudicaram ainda mais a condição das famílias atingidas — como a limpeza das casas sem que os moradores fossem instruídos a fotografarem seus bens, que deveriam ser inventariados na sequência.

- A Casan impõe que pela perda de objetos insubstituíveis, os moradores — que perderam as fotos e bens de valor emocional — deverão receber no máximo 1.500,00 reais.

- Pelo trauma decorrente do gravíssimo risco de morte sofrido por dezenas de moradores, a Casan também sugere 1.500 reais.

Por esses e outros motivos, nós, famílias atingidas pelo rompimento da barragem da Casan, nos sentimos humilhadas, vendo a empresa causadora do dano mais uma vez agir de forma violenta contra as nossas vidas, rebaixando todo nosso trauma e sofrimento a valores tão ínfimos.

Com essa nota pública convidamos todos e todas que se solidarizam com o nosso sofrimento, que se posicionem em contrariedade a este edital completamente injusto. Não assinaremos tal documento tão rebaixado e cobramos que haja uma revisão adequada pelos órgãos competentes para que nenhum morador seja pressionado pela Casan a aceitar um processo tão desproporcional.

Seguiremos na luta por uma reparação justa e pela preservação da natureza da Lagoa da Conceição.

Águas para vida e não para morte!

Reparação justa!

Assembleia das famílias atingidas pela barragem da CASAN, 07 de novembro de 2021 (MAB, 2021).

Diante desse impasse, uma assembleia comunitária deliberou, quase por unanimidade, que não se inscreveria no edital da CASAN, por considerá-lo injusto. Como alternativa, decidiu-se pelo ingresso de uma Ação Civil Pública por meio da AMABASE, associação reconhecida como representante legítima da comunidade atingida (Pinheiro, 2023, p. 39).

O artigo de Hodecker, Bousfield e Felipe (2023, p. 9-14) analisa a potência das mobilizações sociais de pessoas atingidas pelo rompimento a partir da interpretação de fotografias produzidas pelos próprios moradores, utilizando as imagens como instrumento analítico para compreender significados, simbolismos e percepções do grupo envolvido. As autoras demonstram que as imagens revelam a organização coletiva dos atingidos, a construção de uma memória social da luta e a denúncia da responsabilização da CASAN e do poder público, rejeitando a narrativa de “desastre ambiental” e afirmando o ocorrido como um crime socioambiental resultante de negligência. As análises indicam que as mobilizações extrapolam a dimensão material dos danos, configurando-se como manifestações políticas que reivindicam reparação integral, participação nas decisões e presença efetiva do Estado.

A organização popular conseguiu garantir ganhos importante para os atingidos, como a retificação de vícios do primeiro edital de danos materiais, mas esbarrou na resistência da CASAN no tratamento dos danos morais, que não foram reconhecidos em toda sua dimensão pela Companhia. As falas das atingidas e atingidos e as imagens de sua mobilização reiteram que as perdas extrapolam o patrimônio: atingem o lugar, os laços sociais e os projetos de vida. Afinal, o espaço não é apenas físico, mas também sociofísico devido a sua capacidade de gerar bem-estar e experiências positivas. As relações sociais, ambientais, culturais e as características físicas do lugar levam as pessoas a estabelecerem com ele vínculos de natureza simbólica, que envolve aspectos subjetivos e socioculturais, nos quais o lugar adquire significado por meio de emoções e afetos. É justamente por meio da importância simbólica que as pessoas atribuem sentido e propósito às suas vidas (Hodecker; Bousfield; Felipe, 2023, p. 2-3).

O rompimento da lagoa de evapoinfiltração, enfim, não foi apenas uma falha técnica ou um acidente ambiental: foi um acontecimento que desnudou a face estrutural de um modelo de gestão que naturaliza o descaso, silencia os alertas e precariza a reparação. A mobilização coletiva das pessoas atingidas revelou a potência das resistências populares na disputa por reconhecimento e justiça, mesmo diante de tentativas sistemáticas de deslegitimação. Os relatos, imagens e manifestações indicam que os danos sofridos não se restringem às perdas materiais, mas atravessam lares, memórias, vínculos e projetos de vida –aspectos que, embora invisibilizados nos relatórios oficiais, constituem o cerne do sofrimento vivenciado.

3 VOZES DA LAGOA: AS NARRATIVAS DAS PESSOAS ATINGIDAS

“Ó minha querida Ilha de Santa Catarina, foram anos e anos que passaram sobre ti nas asas do sobrenatural que convidaram o povo que te habita para armazenar tanta sabedoria cultural milenar”.

Franklin Cascaes

A reconstrução histórica e analítica desenvolvida no capítulo anterior foi fundamental para que eu chegasse ao campo com maior compreensão do contexto socioambiental e político no qual o rompimento da lagoa de evapoinfiltração se inscreve. O estudo sobre a formação urbana da Lagoa da Conceição, os conflitos em torno do uso do território e a precarização das políticas públicas de saneamento permitiu situar o episódio não como um evento isolado ou acidental, mas como expressão de um processo mais amplo de urbanização desordenada e naturalização da degradação ambiental. Esse percurso prévio foi decisivo para orientar meu olhar e minha escuta, oferecendo referências que ajudaram a reconhecer, nas narrativas das pessoas atingidas, as continuidades históricas, as rupturas e as disputas que atravessam o território.

É nesse ponto que se insere o presente capítulo. Ao deslocar o foco da análise estrutural para as narrativas das pessoas atingidas, busco compreender como esse processo foi vivido, sentido e significado no cotidiano. As vozes que emergem a partir do trabalho de campo não apenas ilustram os efeitos do dano socioambiental, mas produzem conhecimento próprio sobre ele, tensionando discursos oficiais, revelando camadas invisibilizadas do sofrimento e elaborando sentidos que escapam às explicações técnicas e institucionais. Assim, o Capítulo 3 se propõe a escutar essas narrativas como espaço legítimo de produção de saber, reconhecendo que é a partir delas que se tornam inteligíveis as categorias analíticas que orientam este trabalho e as reivindicações por memória, justiça e reparação que atravessam a experiência do rompimento.

3.1 PRIMEIROS ENCONTROS: NOTAS DE CAMPO E APRESENTAÇÃO DAS PESSOAS ENTREVISTADAS

Nesta seção, compartilho minha vivência no trabalho de campo e apresento as pessoas entrevistadas ao longo da pesquisa. Escolhi incluir, desde já, os relatos sobre o que viveram no dia do rompimento da lagoa de evapoinfiltração, por entender que essas experiências marcam profundamente o lugar de onde falam. Seus testemunhos revelam não apenas como percebem

os danos sofridos, mas também como avaliam a atuação da CASAN e do Estado, além das formas de mobilização que surgiram após o desastre – aspectos que serão aprofundados nas categorias analíticas deste trabalho. O episódio do rompimento, em si, também revelou muito sobre como essas pessoas se relacionavam com a Lagoa da Conceição e como essa relação foi afetada.

Minhas primeiras movimentações em direção ao campo foram marcadas por incertezas. Havia o receio de não conseguir encontrar pessoas dispostas a falar, ou de que os relatos não fossem suficientes para os propósitos do trabalho. No entanto, a realidade que encontrei foi outra: pessoas abertas e receptivas, que generosamente compartilharam comigo lembranças, opiniões e traumas.

Antes mesmo da aprovação do Comitê de Ética, iniciei as buscas por indicações de possíveis entrevistados e entrevistadas. Não podia ainda abordar diretamente pessoas atingidas, então recorri a colegas com vínculos com a região através da pesquisa e, nesse processo, surgiu o nome de Rodrigo Timm, advogado do Movimento dos Atingidos por Barragens. Ele me ofereceu um panorama sobre o ocorrido no rompimento, e me indicou Andrea, que se tornaria minha primeira entrevistada.

Desde o primeiro contato por mensagem e, depois, por telefone, Andrea demonstrou disposição em contribuir com a pesquisa. Sua participação foi decisiva: não apenas me concedeu uma entrevista, como também indicou outros doze nomes e forneceu seus contatos. A recepção calorosa que recebi em sua casa, no dia 2 de setembro de 2025, marcou profundamente minha entrada no campo. Embora já houvesse passado pela Avenida das Rendeiras muitas vezes nos dez anos que vivo em Florianópolis, era a primeira vez que adentrava a Servidão Manoel Luiz Duarte, uma rua sem saída composta por várias casas, construções de até dois andares com apartamentos e quitinetes, dois hotéis, e um ar de cidade pequena. Senti-me como uma forasteira naquele território íntimo, de circulação restrita.

Toquei o interfone da casa de Andrea e ela autorizou minha entrada. Ficou marcado na minha memória as cores vivas e as obras artísticas do lugar. Ela é uma mulher branca, de 61 anos, professora universitária aposentada e artista visual, natural de Pato Branco, Paraná, e vive em Florianópolis desde 1994. Embora sua casa, por estar em um ponto mais alto da Servidão, tenha sido menos atingida pela inundação, Andrea esteve profundamente envolvida no apoio aos vizinhos e na articulação da comunidade após o rompimento. Sua entrevista fluiu com naturalidade, quase sem necessidade de intervenções, o que fez do roteiro apenas um guia discreto. Foi uma excelente primeira experiência e me deu segurança para seguir com as demais entrevistas.

Sobre o rompimento, ela narrou que estava em casa dormindo e acordou às 5h40 da manhã com um barulho de estouro, que inicialmente pensou ser uma trovoada. Ao olhar pela janela, seu marido viu a água escorrendo, e ela, ao ir chamar a filha, viu um “mar de lama” vindo por trás da casa. Em cinco minutos, a rua estava com dois metros de altura de lama, água e detritos. De sua casa, que fica em um terreno alto, ela assistiu à cena sem entender o que estava acontecendo. Viu vizinhos subindo nas dunas e começou a gritar para saber se estavam bem. Relatou que alguns saíram nadando de pijama de suas casas, enquanto as pessoas se comunicavam aos gritos para checar umas às outras e alguns subiam nos telhados. Alarmes de carros começaram a disparar enquanto a água os levava, empilhando-os e bloqueando o acesso à rua.

Roberto foi o segundo entrevistado. Nos encontramos em uma manhã chuvosa, na varanda de sua casa, onde ele mora com seu cachorro e seu gato, que acompanharam nossa conversa. Sua casa fica na parte mais baixa da Servidão, a área mais afetada pelo rompimento. Ele é um homem de 58 anos, pescador e professor de surfe, solteiro, que se identificou como “moreno”, natural de Florianópolis e residente da Lagoa há 35 anos. Fez questão de manter a entrevista no espaço externo, pois é, em suas palavras, muito “respeitador” e não gostaria que os vizinhos pensassem diferente. Ao final da conversa, Roberto questionou se eu havia entendido o que ele dissera sobre a situação e mudanças da Lagoa, pedindo para lhe dar minha percepção. Dei um panorama geral do que parecia mais relevante para mim, e ele pareceu satisfeito. Acredito que ele queria ter certeza que suas palavras não seriam deturpadas.

No dia do rompimento, Roberto acordou por volta das seis horas da manhã com a casa já inundada. A água, que ele inicialmente pensou ser do oceano, atingiu a altura de seu pescoço, aproximadamente um metro e meio. Ele saiu pela janela e fugiu pelas dunas, junto com seu cachorro. Todos os seus bens materiais foram perdidos, e a estrutura da casa também foi danificada.

Chico foi o terceiro entrevistado. Um homem de 48 anos, branco, solteiro, “do lar”, natural de Porto Alegre, mas morador da Lagoa desde os 15 anos. Cheguei em sua casa na hora marcada para a entrevista, mas ele havia esquecido do nosso encontro. Mesmo assim, me recebeu de forma muito gentil, com bolo e café. Conversamos na mesa da cozinha, de frente para uma porta de vidro que dava para uma pista de skate, construída para os treinos da filha. Ela e o outro filho de Chico, dois jovens adultos, apareceram na área da casa em que estávamos por um breve momento, e ele confirmou algumas informações com eles enquanto dava a entrevista. Chico me pareceu uma pessoa muito sensível e me mostrou várias fotos antigas, de sua juventude e de quando os filhos eram crianças.

No dia do rompimento, a casa de Chico, conforme me narrou, foi atingida por apenas um pouco de água na cozinha e no banheiro, por ser mais alta. Ele acordou por volta das cinco horas da manhã com um barulho que parecia uma batida de carro sem frear. Ao olhar pela janela, viu um muro desabando e carros boiando, e inicialmente pensou se tratar de um tsunami vindo da direção da Joaquina. Chico acordou seu filho e juntos começaram a levar pertences, como fotos e alimentos, para o andar de cima da casa, enquanto a água subia. Ele presenciou vizinhos fugindo, saindo pelos telhados de suas casas. Para sair de casa nos dias seguintes, era preciso passar por cima ou por baixo de um carro que ficou preso em seu portão por cerca de uma a duas semanas. Chico descreveu o cenário após a água baixar como “cenas de guerra” ou “apocalipse”, com tudo destruído e coberto de uma lama fétida de esgoto.

Ao final da conversa, Chico me levou até os fundos da casa, que dá acesso às dunas, e de lá caminhamos até a estrutura “provisória” instalada há quase cinco anos pela CASAN para evitar novos extravasamentos da lagoa de evapoinfiltração. Disse que não voltava ali desde o rompimento, pois havia ficado muito traumatizado. Isso fez com que eu ficasse ainda mais agradecida pela gentileza. Depois, ele me levou até o outro lado da Servidão, onde era possível ver a estrutura de concreto feita na lagoa de evapoinfiltração e, no caminho, encontramos Dédinho, morador que se dispôs a participar da pesquisa em outro momento. No dia seguinte, Chico me enviou uma mensagem: disse estar se sentindo mal fisicamente, e acreditava que isso tinha relação com a memória despertada pela entrevista. Coloquei-me à disposição para ajudar, e lhe encaminhei o Mapeamento de Serviços de Atendimento Psicológico, Socioassistencial e de Saúde na Região de Florianópolis e na Universidade Federal de Santa Catarina, organizado pela UFSC.

Terezinha, uma mulher branca, com 68 anos, viúva e aposentada, foi a quarta pessoa a me receber. A entrevista aconteceu na casa onde viveu por muito tempo, mas que hoje está alugada. Disse que não conseguiu mais permanecer ali depois do rompimento. Foi a entrevista mais longa, marcada por sua simpatia, acolhimento e, ao mesmo tempo, por seu sentimento forte de revolta em relação ao que ocorreu e à negligência dos órgãos responsáveis. A conversa correu de forma muito fluída, como se já a conhecesse há mais tempo.

Seu relato é um dos mais dramáticos. Ela acordou por volta das seis da manhã com um barulho estranho e, ao olhar para fora, viu que a água já passava do nível da janela de seu quarto. Em questão de segundos, a casa foi invadida pela água com força. Os móveis começaram a flutuar, e ela ficou presa contra uma parede. Junto com o marido, precisou mergulhar por uma janela quebrada para escapar. Do lado de fora, nadaram contra a correnteza até conseguirem subir no telhado. Ali permaneceram por cerca de quatro horas, observando vizinhos em situação

semelhante, até serem resgatados por um bote dos bombeiros. Inicialmente, pensara se tratar de um tsunami, e só soube a real causa do desastre pelos próprios bombeiros. A parte interna de sua casa foi completamente destruída.

Dédinho, que eu conhecera enquanto estava com Chico, foi o quinto entrevistado. Conversamos brevemente, em frente ao portão de sua casa. Ele explicou que sua companheira havia trabalhado à noite e ainda dormia, por isso não queria incomodá-la. A conversa foi rápida e direta, durou cerca de 15 minutos. Dédinho é um homem branco, de 66 anos, divorciado, aposentado e natural de Florianópolis. Seus comentários se centraram principalmente no crescimento populacional da Lagoa e em como isso afetou a região de várias formas.

Relatou que, no dia do rompimento, estava saindo para trabalhar às seis da manhã quando uma “avalanche de água” atingiu o portão de sua casa. Ele teve que subir na laje para escapar da inundação, que quase chegou ao teto de sua casa de um andar. Junto com ele estavam sua companheira e dois inquilinos. Eles aguardaram por cerca de uma hora até serem resgatados pelo corpo de bombeiros e levados para um local seguro. Nos três dias seguintes, enquanto sua casa era limpa com a ajuda da família, ele ficou na residência de um amigo.

A entrevista seguinte foi com Benta. Como ela pediu confidencialidade em relação à sua identidade, optei por utilizar esse nome fictício, inspirado em uma personagem das histórias registradas por Franklin Cascaes. Ela é uma mulher de 52 anos, branca, casada, natural de São Paulo, formada em Educação Física e terapeuta, embora não esteja atuando na área atualmente. Como Terezinha, ela e o companheiro deixaram a Lagoa por conta do incidente, e haviam se mudado para São Paulo. Estavam de volta a Florianópolis provisoriamente para lidar com trâmites burocráticos. Ela, entretanto, demonstrou muito desconforto por estar de volta ao local e deixou claro que desejava ir embora o quanto antes.

Ao chegar para a entrevista no endereço que Benta havia me indicado, esperava encontrar a casa que fora atingida. No entanto, no local, havia apenas um trailer. Eles nunca conseguiram reconstruir a residência, pois descobriram que a área era parcialmente de proteção ambiental. Por isso, vivem provisoriamente no trailer que, por ser um automóvel, pode, legalmente, ser mantido no terreno. Foi, sem dúvida, a entrevista mais difícil do ponto de vista emocional. Era visível o sofrimento que ainda atravessava Benta. Após a conversa, encaminhei-lhe o mesmo Mapeamento de Serviços de Atendimento Psicológico que havia enviado a Chico.

No dia do rompimento, ela estava dormindo e foi acordada por volta das cinco da manhã pela água que invadia rapidamente sua casa. Pensou que se tratava de um tsunami e entrou em pânico. A água subiu até seu pescoço, e seu companheiro a ajudou a subir em uma árvore para escapar. Permaneceu ali, em estado de choque. No terreno, havia seis pessoas,

incluindo seu cunhado, que ficou preso dentro de outra casa. Todos foram resgatados por um bote dos bombeiros, e Benta, coberta de esgoto foi acolhida na casa de um vizinho. Ela perdeu todos os seus pertences, e a casa teve que ser demolida.

Após finalizar a conversa, Benta insistiu que seu companheiro também me concedesse uma entrevista. Ele aceitou, mas desde o início deixou claro que não se sentia à vontade. Pediu para que não gravássemos e respondeu algumas perguntas com resistência, sem desenvolver os temas. Por respeito à sua posição e para evitar qualquer tipo de constrangimento, decidi não incluí-lo no rol de entrevistados, mesmo que fosse com nome fictício.

Alguns dias depois, entrevistei Nilmard, um homem 69 anos, branco, aposentado, divorciado, natural do Rio Grande do Sul. Ele conhece a Lagoa da Conceição desde 1975 e construiu sua casa na região em 1994, onde morou de forma intermitente. Atualmente, por questões familiares, não reside mais no bairro, e por isso sua entrevista foi a única realizada fora da Servidão onde ocorreu o rompimento. Nilmard me recebeu em sua casa, e o entrevistei com o rádio tocando baixo ao fundo. Ele demonstrou muita desenvoltura ao narrar suas lembranças e descrever suas ideias, com uma escolha de palavras que, em alguns momentos, me soou até poética.

No dia do rompimento, Nilmard contou que estava em recuperação de uma cirurgia no quadril e dormia na sala, no andar térreo da casa. Foi acordado por um pulo de seu gato, que se assustou com o barulho da água. Em menos de dois minutos, a água começou a invadir o cômodo e, por conta da imobilidade imposta pelo procedimento cirúrgico, ele ficou preso. Flutuou em sua cama com o nível da água a um palmo do teto. Para não morrer afogado, conseguiu rolar para cima de um sofá que também boiava e permaneceu ali por cerca de três horas até ser resgatado pelos bombeiros. Sofreu hipotermia e foi acolhido pela ex-esposa.

Thaliny, nora de Nilmard, foi a última entrevistada desta pesquisa. Com 30 anos, branca e professora, é a mais jovem entre as pessoas ouvidas. Embora já não viva no bairro, cresceu na Lagoa da Conceição e viveu ali durante toda a infância — condição única entre os entrevistados e que conferiu ao seu relato um grande valor. Fui recebida na casa de seus pais com enorme acolhimento — desde o início, me trataram como se eu fosse da família. A conexão entre eles era evidente, atravessando pequenos gestos do cotidiano. O pai de Thaliny alimentava os passarinhos no quintal, uma prática que disse fazer todos os dias, especialmente naquele dia, dedicado a São Francisco, a quem expressou forte devoção. Enquanto conversávamos, ele e o companheiro de Thaliny saíram para comprar pães e rosca, e sua mãe fritou bananas e preparou café. Ao fim da entrevista, nos sentamos juntos à mesa, partilhando não apenas o alimento, mas uma atmosfera de cuidado que me acompanha como memória marcante do campo.

No momento do rompimento, Thaliny não estava em casa, pois passara a noite na casa da avó, no sul da Ilha. Por volta das seis da manhã, recebeu uma ligação do pai dizendo que “tinha perdido tudo” com a entrada da água em casa. Inicialmente, ela e a família não compreenderam a dimensão do ocorrido. Ao chegarem à Avenida das Rendeiras e se defrontaram com o bloqueio dos bombeiros e da polícia, perceberam a gravidade da situação. Encontraram os pais em segurança, mas não puderam acessar a residência, que ainda estava parcialmente submersa. No dia seguinte, ao finalmente entrar, Thaliny se deparou com a destruição e com a lama, uma imagem que lhe causou forte impacto.

O maior desafio, ao retornar dos encontros de campo para a análise foi decidir como apresentar os relatos sem trair a essência das falas das pessoas que me confiaram suas histórias. Era preciso fazer recortes, organizar as experiências em categorias, perseguir os objetivos do projeto, mas sem sufocar aquilo que transbordava em cada conversa. Para preservar a densidade dos relatos e o compromisso com a escuta, optei por priorizar a apresentação das entrevistas através da transcrição *ipsis litteris*, exatamente como foram contados. Essa decisão teve como base o entendimento de que o modo como se diz também carrega sentido: há pausas, repetições, formulações singelas ou carregadas de emoção que seriam diluídas se reescritas. A oralidade, afinal, não é ruído, é conteúdo.

3.2 A LAGOA DE ANTES E DE HOJE: AS ENTREVISTAS

A presente seção tem como objetivo compreender a relação estabelecida entre os moradores da Lagoa da Conceição e o espaço que habitam, lançando luz sobre suas trajetórias de vida, lembranças e percepções em torno das transformações ambientais e urbanas ocorridas ao longo das últimas décadas. A partir dos relatos dos entrevistados, evidencia-se uma profunda conexão afetiva com o território, construída por meio da experiência cotidiana e das interações com a paisagem, a comunidade e as práticas socioculturais locais. A Lagoa é, nesse contexto, muito mais do que um espaço geográfico: ela configura-se como um lugar de memória e identidade, cuja significação vai além da dimensão material.

As entrevistas revelam camadas complexas de pertencimento, ao mesmo tempo em que expõem o sentimento de perda e estranhamento diante das mudanças drásticas no ambiente natural e no tecido social. O discurso dos moradores associa o passado a uma vivência marcada por tranquilidade, harmonia comunitária e proximidade com a natureza. Já o presente é descrito com tons de desencanto, associado à degradação ambiental, ao crescimento urbano desordenado e à descaracterização do bairro, misturados com o trauma do rompimento. Ao articular essas

narrativas, esta seção busca compreender como os sujeitos afetados pelo rompimento da estação da CASAN também experienciam um processo mais amplo de perda — simbólica, social e ecológica — ao longo do tempo.

3.2.1 “A Lagoa era viva”: trajetórias e enraizamento no espaço físico e simbólico

Diferentes caminhos levaram cada um dos oito entrevistados à Lagoa da Conceição. Motivações pessoais, familiares e circunstanciais influenciaram nessa decisão. Algo em comum, entretanto, surgiu nos discursos: a menção à calma do bairro e a proximidade com a natureza como atrativo. Andrea, por exemplo, mudou-se para a Lagoa em 1995, em parte por influência de uma amiga que já morava no bairro. Segundo ela, sua adaptação ao espaço foi rápida — agradava-lhe a tranquilidade do local e o fácil acesso à cidade e aos serviços.

Dédinho e Roberto, moradores da Lagoa há 35 anos, mencionaram a proximidade com o mar para praticar surfe como um dos pontos de interesse que os levaram a escolher o bairro. Roberto, que tem sua vida diretamente ligada à água não apenas pelo esporte, mas também pela pesca, narra como a conexão inicial com o local evoluiu para um sentimento de pertencimento, mencionando “o lugar, o povo, a tranquilidade, a simplicidade” como elementos de seu agrado.

Nascida em Florianópolis, Terezinha sempre desejara viver na Lagoa, encantada pela beleza e pela boa infraestrutura urbana que o bairro oferecia. Segundo relata, gostava da energia e do jeito da Lagoa, o que a levou a viver ali por mais de 30 anos, até a ocorrência do rompimento em 2021. Como Terezinha, Nilmar não vive mais no bairro, mas mencionou a receptividade da população local, o estilo de vida calmo e a presença de artistas e pessoas alternativas como fatores que construíram sua sensação de pertencimento ao local. Ele se lembra do momento em que decidiu, muito jovem, que viveria na Lagoa:

Isso foi um sonho de menino, de 15, 16 anos. A primeira vez que eu vim a Florianópolis e eu subi no Morro da Lagoa, lá em cima na curva. Lá, quando olhei aquilo para baixo, eu falei ‘meu Deus, aqui que eu quero morar, aqui que eu vou morar.

Chico já conhecia a região desde a infância, pois tinha parentes em Florianópolis. Quando tinha 15 anos, mudou-se de Porto Alegre para Florianópolis com a família, realizando o sonho da mãe de morar ali e montar um sebo. Hoje, por viver há mais de 30 anos na Lagoa, considera-se mais pertencente a esse espaço, em que encontrou uma vida comunitária forte, presença artística e respeito à natureza, que ao seu local de nascimento. Ele descreve a Lagoa como um lugar menos violento e mais acolhedor do que Porto Alegre: “Aqui ainda estava um

pouquinho mais calmo, o bairro mesmo, a Lagoa, era mais tranquilo”. Ele me mostrou algumas fotos da época de sua juventude no bairro.

Thaliny, como mencionado em sua apresentação, é a única que passou sua infância na Lagoa, lugar com o qual mantêm um vínculo afetivo profundo — ainda que hoje já não resida ali, tendo se mudado há dois anos. Em contraste, Benta é a moradora mais recente do bairro. Ela se instalou na Lagoa em 2019, para viver com seu companheiro, nativo da região. Até o rompimento, que lhe deixou marcas profundas, gostava muito de viver no bairro, pela paisagem e atmosfera.

As falas revelaram que a escolha e permanência na Lagoa não se deram apenas por conveniência geográfica ou econômica, mas por atributos simbólicos e subjetivos atribuídos ao local, como a tranquilidade, a beleza natural, a possibilidade de proximidade com a água e a vida comunitária. Revisitando memórias de décadas passadas, alguns elementos se repetem nas falas dos entrevistados: a saudade da água limpa, das atividades na Lagoa, da integração à natureza, do ambiente familiar e artístico efervescente.

Os moradores relembram os tempos em que aproveitavam as águas da lagoa, que eram limpas e bonitas — “azulzinha”, como descreve Roberto. A presença de vida marinha aparece em diferentes relatos como um símbolo do equilíbrio ecológico de outrora. Segundo Nilnard, “cavalo-marinho depende de ambiente extremamente limpo, porque é um bicho muito sensível. Então, tinha cavalo marinho na Lagoa. Ficou para mim até gravado por esse motivo, porque era uma água muito limpa.” Andrea também se recorda da presença de cavalos-marinhos: “a gente tinha aquário com água da Lagoa aqui em casa e tinha cavalo marinho que a gente pescava aqui na Lagoa”. A pesca de peixe, siris e camarão também era uma atividade presente no cotidiano, como relembram Roberto e Andrea.

Aquele espaço, para além de significar uma conexão direta com o meio natural, era um importante ponto de integração social. Era comum, por exemplo, que vários vizinhos tomassem banho na Lagoa, inclusive à noite em dias de lua cheia, como relembra Terezinha:

Aí esse meu filho de quatro anos, eu descia com ele meio-dia, estava aquele calorão. Às vezes eu desligava todo o fogo que estava fazendo comida, almoço, descia e tomávamos banho. A gente se refrescava, subia, depois voltava à tarde. À noite de lua cheia aqui na Lagoa era normal, todo mundo aqui nessas ruas próximas descia para ver a Lagoa. A lua cheia que nascia na Mole e ela ficava gigante, e a gente fazia isso tomando banho.

Nilnard também fala de como os filhos gostavam de brincar e nadar na Lagoa: “naquela época, nesses idos, no início dos anos 80, os meus filhos brincavam ali na pontezinha, na ponte velha, de pular dali, ficava todo mundo pulando ali, era a diversão da meninada. Tinha

um trapiche também no meio da lagoa, mas eles ficavam lá”. Diferentes relatos, assim, mencionam a presença de crianças brincando na Lagoa. Thaliny, que cresceu ali, narra sua experiência da perspectiva infantil:

Eu tenho lembranças, assim, da Lagoa mesmo, de a gente passar com pedaço de pão para alimentar os peixinhos na beirinha, ou as vezes que a gente ficava passando o tempo ali na frente, assim, com cadeira, alguma coisa, assim, tomando, sol. E tenho recordações de pegar conchinha na Lagoa, também. Disso, assim, mais. Cheguei a tomar banho também quando era pequena, depois de um tempo, não tanto.

Atividades sociais e de lazer moviam moradores, famílias, turistas, crianças, adultos e idosos. Roberto, que se conecta à região pela prática do surfe, rememora: “pegava a minha prancha e saía correndo aqui por trás. Ia lá na Joaquina. Saía correndo aqui, passava pela Lagoa, de lá pra cá mergulhava na Lagoa, já vinha de banho tomado de água, água potável natural”. Já Andrea conta que costumava praticar canoagem e que nos finais de semana “o pessoal vinha para fazer seus churrasquinhos na beira da Lagoa, que eu acho que isso também é bem legal, as pessoas que vinham de fora usufruíam”. Terezinha também fala da presença de grupos no entorno da Lagoa:

Eu me lembro das famílias que chegavam ali com criança, porque é uma aguinha calma, com os avós, as pessoas que não conseguiam mais se mover. A gente via que elas botavam elas em uma cadeira, uma senhorinhas de 80, 90 anos, e ficavam ali debaixo de uma árvore que tinha aqui na saída.

Essas narrativas sobre integração ao ambiente natural da Lagoa da Conceição são combinadas com a descrição de uma região ainda pouco urbanizada, com características de uma pequena vila. Segundo Andrea, “quando a gente veio morar para cá era muito bucólico, era muito tranquilo. Não tinha nem calçamento, então era uma rua bem tranquila”. Terezinha tem uma percepção parecida: “quando eu cheguei aqui, ela tinha muito daquilo que eu sempre gostei, ela era menos prédio, menos gente.”

Nilmard recorda que a Lagoa era um lugar tão à parte da cidade que os moradores raramente queriam sair de lá. Disse que nos anos 1980, a Lagoa “era uma coisa meio fechada, à parte da cidade”, e que “ninguém saía, saía só quando necessário, mesmo porque era bem separado da cidade. Era uma outra cidade, basicamente”. Ele ainda narra com mais detalhes as características desse espaço:

A Lagoa nessa época era praticamente uma vilinha. Ela não tinha muita coisa, era uma vilinha mesmo. Para você ter ideia, só fazendo parênteses: a Lagoa era tão pequena que nos anos de 1960, não sei se você tem conhecimento disso, era chamada o “areial”, porque não tinha calçamento na Avenida das Rendeiras, então era areia. E ali até

meados dos anos 60, e um pouco depois, talvez, as pessoas trocavam terreno ali de 5 mil metros por uma carroça, por dez sacas de feijão, porque aqui feijão não plantava, era um objeto raro, era um insumo raro. Então era assim, a coisa era desse jeito. Hoje, um terreno ali na Avenida das Rendeiras vale sei lá quanto. E o Centrinho, ali também, praticamente não existia, existia pouca coisa. E isso sempre me atraiu pela calma e também porque era lugar muito boêmio na época, eu era novo e era, assim, muitos músicos, artistas, pessoas alternativas moravam aqui. Além de que o povo da Lagoa sempre foi muito receptivo com o pessoal de fora. Isso é o que me atraía mais. Essa vivência mais para o lado boêmio, mesmo, e artístico, e essas coisas foi o que sempre me atraiu.

A vida cultural vibrante da Lagoa, que agradava Nilmard em sua juventude, aparece na fala de outros entrevistados, como Terezinha e Chico, que descrevem que o Centrinho era um ponto de encontro, com muitos cafés frequentados pela população, por artistas e onde havia música ao vivo. Essa dimensão cultural também é associada a práticas culturais tradicionais, especialmente açorianas. Andrea menciona a confecção de renda de bilro, objeto de sua tese de doutorado, como uma prática ancestral que vem sendo esquecida, embora ainda restem focos de resistência:

Sempre foi uma atividade tradicional, que as filhas aprendiam com as mães ou com as madrinhas ou com as avós. E já em 94, o que a gente vai constatando, porque a atividade de renda de bilro é uma atividade penosa, é difícil de fazer, uma atividade complexa, se leva muito tempo, leva dois dias trabalhando o dia inteiro para você fazer um guardanapinho de bandeja que você não sabe se você vende, porque também não é valorizada. Naquela época, as pessoas, mulheres que entrevistei diziam ‘é muito melhor eu trabalhar de faxina, porque eu vou trabalhar em uma faxina em um dia, eu ganho muito mais do que eu ganho fazendo renda, porque eu não tinha retorno’. Mas é legal que tem muitas pessoas que ainda mantêm essa relação com a tradição, que ainda fazem renda. Por exemplo, tem a Beth aqui nas Rendeiras, que ela tem a barraquinha dela, o companheiro dela que cuida da barraca, mas ela ainda faz renda. Ela faz. Tem muitas coisas que vendem aí que não são feitas aqui, que vem do Nordeste, mas ela ainda faz, e ela também coloca o produto dela à venda. Mas você vai vendo que é um ou outro que vai mantendo, porque acho que é importante. Isso é uma resistência também, é uma prática cultural, uma prática ancestral, mas que com o tempo vai se perdendo. Ele se mantém se as pessoas têm interesse nessa tradição.

A Lagoa também é descrita como espaço de intensa produção, circulação e valorização de atividades culturais tradicionais por Terezinha, ao rememorar o papel central que o casarão histórico desempenhava na vida sociocultural do bairro:

O casarão é um local de união dessa comunidade, sabe? Ali tudo ocorre, as crianças brincavam naquele parquinho, o meu filho cansei de levar ali para brincar, a minha neta também. Ali sempre teve shows, sempre teve a apresentação de boi de mamão. Tudo era naquela praça. Como se fosse um teatro, tudo era nela. Então os turistas gostavam muito de circular. [...] . E o casarão tem aulas de bilro, de rendas e outras. Eu mesma já fiz cantoterapia ali, fiz vários cursos, tinha uns cursos muito bons pela Franklin Cascaes. Ali não sei se ainda está tendo.

A combinação dos fatores naturais, sociais e culturais descritos pelas pessoas entrevistadas tornavam a Lagoa um espaço fértil às trocas sociais e formação de uma comunidade sólida. Andrea, Terezinha, Roberto, Chico, Edson, Nilmar e Thaliny (ou seja, todos os moradores mais antigos ouvidos) recordam da boa convivência com os vizinhos e da sensação de que todos se conheciam. Em contrapartida, Benta apresenta uma percepção distinta. Sua integração mais significativa com a vizinhança ocorreu somente após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, o que pode estar associado ao fato de ter se mudado para o bairro apenas em 2019 — quando aquela imagem bucólica da Lagoa, tão recorrente nos relatos dos demais moradores, já havia se transformado profundamente.

As entrevistas realizadas revelam um panorama comum entre os moradores da Lagoa da Conceição: a lembrança de um tempo em que o bairro era marcado pela tranquilidade, pelo contato direto com a natureza e por uma relação próxima com a própria Lagoa. Muitos relataram ter escolhido viver ali justamente por essas características — o silêncio, a beleza da paisagem, a vida em comunidade. A região era descrita como um lugar onde todos se conheciam, onde havia uma intensa vida cultural e artística, com destaque para manifestações tradicionais açorianas, além de iniciativas locais de arte e cultura que alimentavam o cotidiano com sentido de coletividade. Esses elementos estão diretamente ligados aos motivos que levavam as pessoas a se mudarem e permanecerem na Lagoa: uma combinação entre qualidade de vida, vínculos afetivos e valorização do espaço como lugar de pertencimento.

Assim, as memórias compartilhadas pelos moradores revelam não apenas um sentimento de pertencimento ao território da Lagoa da Conceição, mas também uma forma específica de habitar o espaço, marcada pela convivência comunitária e pela imersão cotidiana na natureza. A paisagem não era apenas um cenário, mas parte constitutiva das práticas familiares, das rotinas e das interações sociais. Como bem disse Andrea, “a Lagoa era viva”. Esse passado, descrito como bucólico e harmonioso, contrasta fortemente com a realidade atual marcada por transformações ambientais e urbanas, o que torna a memória uma forma significativa de resistência simbólica.

3.2.2 “A Lagoa de agora é morta”: entre a saudade e a revolta

Com o passar dos anos, a Lagoa passou a ser percebida como um espaço em transformação — e, muitas vezes, em deterioração. Um dos aspectos mais presentes nas entrevistas é a perda da relação sensível e cotidiana com a Lagoa enquanto ambiente de convivência, lazer e uso comum. Atividades antes corriqueiras, como o banho, a pesca, a

canoagem e os encontros à beira d'água foram gradualmente interrompidas, à medida que o espaço se tornou menos acessível e mais deteriorado.

A fala de Roberto sintetiza essa sensação de perda diante de um espaço que passou por um processo de descaracterização: “hoje em dia não dá mais, acabou. Acabou. O progresso veio e acabou com tudo. Hoje em dia tá feio pra caramba”. A escolha de palavras de Roberto é interessante: ele incorpora no discurso o que se tem no imaginário como “progresso”, associado à expansão urbana, ao mesmo tempo em que denuncia como esse “progresso” se manifesta de forma destrutiva. Para o entrevistado, o “progresso” não promove qualidade de vida, mas sim a desfiguração da paisagem, o aumento da poluição, a perda de espaços coletivos e a degradação das condições urbanas. Em sua fala, o “progresso” é percebido como um agente de perda — da identidade local, do bem-estar e da memória afetiva do lugar. Um padrão parecido é percebido na fala de Nilnard:

Acho que, além do trauma, o que ficou mais marcante para mim foi isso, comparar o que era Lagoa quando eu conheci, aquilo que eu idealizei quando tinha 16 anos, subi lá em cima do morro e olhei, e o que é hoje a Lagoa. Então há uma diferença absurda, uma pena que tem acontecido que tem acontecido. Eu digo, é esse progresso, esse desenvolvimento que acaba por trazer esse tipo de problema.

Nilnard usa “desenvolvimento” como um sinônimo de “progresso”, termo utilizado também por Andrea, que denuncia um desarrazoado embate entre desenvolvimento e questões ambientais:

Não é que o ambientalista seja contra o desenvolvimento, mas o desenvolvimento não pode vir, não pode haver desenvolvimento sem, ao mesmo tempo, uma compreensão e o cuidado com o ecossistema que se está. [...] Que seja um desenvolvimento sustentável, que seja um desenvolvimento que considere a fragilidade do ecossistema da Lagoa que compreenda isso, e que você possa pensar em contrapartidas no sentido do cuidado com essa questão do saneamento, que aqui é seríssimo.

Roberto e Nilnard expressam um incômodo evidente com a palavra “progresso”, utilizando-a em seu sentido hegemônico — associado à modernização, expansão urbana e crescimento econômico — mas contrapondo esse significado à destruição que testemunham em seu entorno. Andrea, por sua vez, reflete sobre a ideia do que seria o progresso: para ela, o desenvolvimento só é legítimo se estiver atrelado à sustentabilidade e à proteção ambiental.

O sentimento de pesar diante das alterações testemunhadas na Lagoa também é compartilhado por Thaliny, que compara suas recordações de infância com o cenário atual e, ainda, com relatos que ouvira de seu pai, morador do bairro há décadas:

A Lagoa de agora é, a grosso modo, ela é morta, porque as conchinhas que eu falei não existem mais da mesma maneira. Meu pai também traz algumas lembranças da Lagoa da época que ele conhecia, que eu não peguei. Então, já teve uma mudança nesse meio tempo. Então as conchinhas, os peixinhos da beira da Lagoa. Hoje tu passa pela beira da Lagoa, assim, na parte inicial onde tem a passagem do pedestre, tu já não vê os bichos.

A ausência de outras formas de vida, como peixes, conchas e vegetação, é lida como indicativo relevante de alteração da paisagem e de “morte” da Lagoa, simbólica e literal. Além das alterações no ambiente natural, os entrevistados também destacam a perda da vida comunitária que antes se estruturava em torno desse espaço. A Lagoa, que já foi centro de convivência, lazer e vínculo social, hoje é vista com um ente apartado. Andréa é enfática ao descrever essa transformação:

A poluição da Lagoa, principalmente depois do rompimento da CASAN, faz com que... A gente fazia, por exemplo, canoagem, antes. Não vou mais para a Lagoa, então acabou com a Lagoa, que era espaço também de lazer. Não é mais, a gente não anda, não vai mais pescar, não vai mais para a Lagoa. Não tem mais essa relação. É só um lugar que a gente vê, continua linda, a Lagoa, tadinha, mas está sofrida.

No discurso, a Lagoa aparece distanciada, como algo que apenas se “vê”. Deixou, assim, de ser um espaço vivo, tornando-se apenas cênico. Terezinha lamenta que “aquele brilho que a Lagoa tinha, exatamente por causa dessa poluição da lagoa, tiraram aquilo que era mais sagrado para a gente que era tomar banho ali”. Ela complementa que a degradação ambiental prejudicaria, inclusive, a atividade turística: “daqui a pouco não vamos ter nada na ilha salvo. Aquilo que atrai turista que dá uma renda turística para o povo, vai acabar”. Em tom de grande pesar, utiliza a palavra “resto” para se referir à paisagem atual, deixando claro que a enxerga como sombra do que já foi:

Eu que nasci aqui, me banhei nessas águas, nessas praias tão lindas que eram. Hoje já estão bem modificadas. Mas ainda são bonitas. Claro, que se se pudesse ler a minha memória, ia ver praias paradisíacas. E tu vê esse resto que sobrou ainda sendo jogado esgoto. Sério, nunca na minha vida eu imaginei que ia acontecer isso com Florianópolis, com as nossas praias tão lindas. Essa praia foi de boas lembranças, de criança. Lugares tão lindos e contaminados por uma empresa que não vale nada.

As falas fazem referência especialmente à impossibilidade de utilizar as águas da Lagoa, símbolo daquele ecossistema, o que empobrece os vínculos entre a população e o espaço. O que foi em um primeiro momento descrito pelos entrevistados como memórias de momentos de lazer, com vizinhos e família, torna-se uma narrativa de insegurança. Chico, por exemplo, conta como a prática rotineira de nadar na Lagoa se perdeu:

Nós íamos ali, vamos supor que era sábado, antes, ‘vamos ali tomar banho na Lagoa’, banho antes do almoço, curtir a Lagoa. Nunca mais. Outro cachorro que eu tinha, o cachorro pegava a pereba quando entrava na Lagoa. Imagina a gente, se ia ter coragem de entrar.

Thaliny também compartilha esse sentimento de estranhamento e rejeição: “eu não me sinto mais confortável, não me sinto mais segura, né, não de ficar na beira da Lagoa com cadeira nem nada, mas colocar o pé, entrar na Lagoa. Era uma coisa que na infância eu achava tranquilo.” A insegurança, assim, substitui a familiaridade e a espontaneidade. A mesma entrevistada relata um episódio em que tentou reviver essa relação de lazer com a Lagoa, mas acabou adoecendo:

Isso [tomar banho na Lagoa] hoje em dia para mim é inconcebível fazer, embora eu sei que tem gente que usa, tanto para fazer esporte, vela. Mas eu não faço. Inclusive, a última vez que eu fui tentar fazer um, como é que é, a canoa havaiana que eles falam. Fui participar. Passear pela Lagoa. Foi superlegal, mas depois eu caí doente de um jeito, que daí eu falei, ‘ai não, acho que não dá mais’.

A contaminação da Lagoa da Conceição é frequentemente vinculada, pelos moradores, ao agravamento da poluição ambiental, especialmente ao problema do esgotamento sanitário. A questão do saneamento básico surge, nas narrativas dos entrevistados, como um dos mais persistentes e críticos problemas ambientais e urbanos enfrentados pela comunidade. Thaliny destaca como, em sua memória, a discussão sobre o esgoto sempre esteve presente:

Eu sempre ouvi, porque como eu tinha dito, a questão da poluição na Lagoa já era falada, já era discutida na época da minha infância. Então eu já ouvi muito que era a questão do tratamento de esgoto que não existia, não dava conta, na verdade, das casas, ainda mais pensando na bacia da Lagoa, como um todo, porque nas Rendeiras o pessoal tinha tratamento de esgoto, mas não dava para dizer isso sobre toda a bacia. E se atribuía muito também aos restaurantes. Isso eu tenho vivo na memória, que as pessoas colocavam às vezes a culpa nos restaurantes, isso eu nunca entendia. Eu lembro que falava-se muito do óleo de cozinha e tudo mais, aí depois tiveram campanhas para coleta de óleo também. Mas isso aí já é mais vago, assim, a do tratamento de esgoto me recordo bem, inclusive que se falava na escola.

A memória dos moradores mais antigos resgata uma época em que o sistema era mais eficiente, como lembra Terezinha:

Funcionava [o sistema de tratamento de esgoto assim que instalado]. Como aqui tem muita areia por causa das dunas, está aqui atrás, ele às vezes enchia de areia. Aí a gente ligava para CASAN e os esgotos começavam a dar problema porque é parte bem arenosa ali naquela rua. Aí eles vinham com a máquina desentupir. Mas o resto ele funcionava, só que como eu digo, o sistema da CASAN que é sobrecarregado. Então ele não dá conta de tratar tudo. Eu acho que no início não era [sobrecarregado], aí foi ficando. A gente foi notando que antes tu vê que o esgoto não voltava, não tinha problema. Foi feito e ficou tudo... Ele começou de uns 10 anos para cá, que começou

a ter esse problema, aí dizia, ‘é areia, não sei o que’, mas antes não tinha esse problema da areia. Aí eu não sei dizer, mas essa resposta deles.

A expansão populacional sem a devida atualização da infraestrutura é um fator apontado por diversos entrevistados como central para o agravamento da poluição e da sobrecarga do sistema sanitário. Roberto sintetiza essa relação ao comentar que “não tinha tanta gente, vai crescendo”, e questiona: “onde vai jogar tanta coisa que as pessoas usam? Mas antigamente, quando ela era assim, com a quantidade de pessoas que tinha aqui, dava, era suportável. Agora tem que atualizar”.

A percepção compartilhada é de que as estações de tratamento existentes são insuficientes frente ao crescimento demográfico acelerado da região. Terezinha relata que, no momento da instalação da estação de tratamento de esgoto, “a população da Lagoa, se eu não me engano, era 30 mil habitantes. Hoje eu acho que tem mais que cem.” Edson oferece uma perspectiva semelhante ao contextualizar o crescimento do bairro: “ela tinha cinco mil moradores. Agora ela tem 50 mil. [...] E não tem saneamento básico, não tem onde botar o esgoto”.

Ligações irregulares e descarte indevido de esgoto não tratado na Lagoa pela população também são apontados como causadores da poluição da bacia. Thaliny chama atenção para a existência de ligações irregulares em outros bairros:

Tenho certeza que tem ligação irregular nos outros bairros também, que isso joga para a bacia e fica aqui. Então, por exemplo, o Rio Vermelho pega a Lagoa da Conceição e no Rio Vermelho não são todas as áreas que têm esgoto da casa. Na realidade, a maior parte é fossa. Eu não sei se essas fossas são como deveriam ser.

As dificuldades de manutenção e a ausência de fiscalização efetiva reforçam uma sensação de negligência institucional entre os moradores. Terezinha exemplifica essa percepção ao lembrar da prática adotada pela CASAN de abrir extravasores durante a madrugada:

Isso quem joga é a própria CASAN, tanto que aqui na nossa rua tinha o extravasor. Não sei se é esse o nome certo, que eles abriam e a gente estava sempre em cima, questionando, aí a gente corria, tanto que eles começaram a abrir só a noite. A gente descia a rua. Na nossa saída da rua, a água começava a ficar escura. Eles abriam quando chovia muito, quando chovia muito enchia as estações deles ali, que para mim não é estação, é jogar água esgoto a céu aberto em cima das dunas, que é uma área de preservação.

Os problemas de saneamento, portanto, são antigos, e precedem muito o rompimento. Moradores confirmam as dificuldades históricas da região. Edson, por exemplo, recorda que antes da implantação da rede, “era fossa antes aqui. Aí eles botaram os canos, botaram tudo,

fizeram o esgoto aqui para nós. Antes não tinha água, eles vieram botaram”, indicando que o acesso a redes formalizadas de esgotamento sanitário é relativamente recente. O mesmo é mencionado por Nilmard, que acredita que as conexões tenham ocorrido por volta dos anos 1980.

Terezinha traz uma outra perspectiva sobre essa questão: ela narra sua luta pessoal para que o poder público instalasse a rede de esgoto na Servidão, para substituir as fossas individuais. No início, ela fazia parte de um grupo de mulheres interessadas em debater o problema. “Era muito tímida na época, mais do que hoje, mas entrei no grupo só de mulheres, que os homens parecem que não gostam de participar dessas coisas”. Contudo, a organização logo se diluiu, e ela se viu sozinha. Mesmo sem acreditar possuir perfil de liderança, Terezinha decidiu agir: começou a frequentar reuniões a buscar informações.

Logo, se viu em meio a um processo burocrático, sendo jogada de um lado a outro: “a prefeitura disse ‘é problema da CASAN’. Aí eu ia na CASAN, e a CASAN: ‘problema da prefeitura’. A burocracia e a falta de resposta logo se mostraram obstáculos frequentes: “eu protocolei, mas era sempre eu. Os caras engavetaram, era assim que funcionava”. Sem desistir, escreveu uma carta com a ajuda de uma amiga: “ela era professora, bateu e eu elaborei o texto. Fomos. Eu fui lá: ‘Vamos entregar mais gente, é melhor’, eu dizia. Não aparecia ninguém”.

Diante da dificuldade de acesso aos órgãos públicos, Terezinha tentou apoio político. Procurou um vereador conhecido por uma amiga da família: “Ele era o presidente da Câmara na época”. O vereador foi até a Servidão conversar com os moradores, mas apareceram poucas pessoas. Sem engajamento popular, Terezinha acreditou que tinham perdido uma chance importante de levar a questão à administração municipal. Apesar disso, ela preparou documentos, reuniu assinaturas, anexou fotos e levou até a prefeitura. Lá, havendo sido localizada a documentação previamente apresentada por ela, foi informada que no dia seguinte ocorreria a reunião em que seria determinado o orçamento para o ano seguinte e, conseqüentemente, se haveria verba para a instalação de sistema pluvial e sanitário na Servidão Manoel Luiz Duarte. No dia da votação do orçamento, ela foi cedo e ficou até o final da tarde: “à noite ia ter o orçamento e se o nosso nome da rua não entrasse, não entraria mais”.

Depois de passar o dia na prefeitura, veio a resposta do secretário: “vou colocar vocês da sua rua na pauta. Não que a sua rua mereça. [...] Eles botaram você no encargo e só você sempre participou. [...] Mas agora você está de parabéns”. A trajetória de Terezinha e a resposta do secretário evidenciam como um direito básico, como o acesso ao saneamento, foi tratado pelo poder público como um privilégio que precisava ser conquistado com esforço individual. Apesar de se tratar de uma demanda coletiva e essencial à saúde e dignidade dos moradores, as

autoridades envolvidas condicionaram a inclusão da rua no orçamento a demonstrações de empenho pessoal e merecimento. Ao transformar o acesso à infraestrutura básica em uma espécie de recompensa por engajamento, o Estado abdica de seu papel garantidor de direitos e reforça desigualdades históricas nas políticas urbanas.

Enfim, as moradoras e moradores associam a poluição da Lagoa à insuficiência do tratamento de esgoto na região, resultado de uma combinação entre crescimento populacional acelerado, ausência de planejamento urbano e falta de fiscalização. A contaminação da água, as falhas na rede e as práticas irregulares formam um quadro de persistente vulnerabilidade ambiental. Para as pessoas entrevistadas, a CASAN e a prefeitura são as principais responsáveis pelo problema, especialmente após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, com a instalação de um mecanismo emergencial de bombeamento — que, embora provisório, permanece no local cinco anos após o ocorrido.

Benta notou alterações na área a partir da implementação do mecanismo emergencial: “eles estão jogando o esgoto ali atrás das dunas, alterou muito lá atrás, e esse cheiro que está na Lagoa, também, a sujeira que eu vejo ali. É isso que eu tenho reparado porque eu fiquei muitos anos fora”. Em seu relato, Dédinho também demonstrou incômodo com a situação, e espera que o poder público apresente alguma melhoria efetiva: “parece que eles estão jogando na duna o esgoto e lá na Joaquina, que é a minha praia, está ficando tudo verde, a areia. Isso o poder público não toma providência. Diz o presidente da CASAN que está tomando providência, vamos ver”. Andrea endossa as críticas às ações da Companhia: “eles estão criando mais lagoas artificiais para dentro das dunas, que dá impressão que é aquela prática de você jogar, no século XIX, que você, sujeira, lavava e jogava pela janela da cozinha”. Chico, que também mencionou o sistema emergencial, levou-me até as dunas para mostrar o mecanismo:

Figura 5 – Sistema de bombeamento emergencial de efluente tratado, instalado pela CASAN nas dunas



Fonte: acervo pessoal (2026).

Figura 6 – Placa identificadora do sistema de bombeamento emergencial, identificando a CASAN, a Prefeitura de Florianópolis e a FLORAM



Fonte: acervo pessoal (2026).

As fotografias registradas durante a ida às dunas foram fundamentais para que eu pudesse compreender, de forma mais situada, as críticas presentes nas falas das pessoas

entrevistadas. A visita ao local onde está instalado o mecanismo emergencial evidenciou um desencontro entre o discurso oficial da CASAN, que afirma atuar para a pronta recuperação ambiental da área afetada, e a prática observada em campo, na qual uma estrutura apresentada como provisória permanece operando anos após o rompimento. A permanência desse sistema revela que o dano não se encerrou no momento do incidente, mas segue sendo incorporado ao ambiente, transformando-se em parte do cotidiano do território. Nesse sentido, o registro fotográfico contribui para evidenciar que o rompimento não foi um episódio pontual, mas um processo em curso, cujos impactos seguem produzindo efeitos materiais e sociais no presente.

É revelador contrastar as memórias dos moradores mais antigos da Lagoa da Conceição com a percepção de Benta, que chegou ao bairro em um momento já marcado por forte degradação ambiental. Para ela, a perda da beleza natural está diretamente associada ao rompimento da estação da CASAN, evento que marca um ponto de inflexão em sua vivência no local. Sua fala evidencia como os sinais da degradação acabam se tornando parte do cotidiano para aqueles que não conheceram a Lagoa em seu estado anterior. Esse processo de normalização reforça a importância de preservar e divulgar as memórias dos antigos moradores. Registrar essas experiências é fundamental para que novos residentes e visitantes compreendam as transformações pelas quais o território passou.

O aumento populacional, a urbanização desordenada e a ausência de infraestrutura adequada para acompanhar essas mudanças também são associados, pelas pessoas entrevistadas, à perda da tranquilidade e da atmosfera bucólica da Lagoa. A restrição ao uso dos espaços públicos e o desaparecimento de áreas de lazer constituem uma dimensão importante dessas transformações. Nilmard lamenta que a orla da Lagoa, por onde antes se podia caminhar livremente, tenha sido ocupada por construções particulares:

Antes, em toda orla da Lagoa, você já tinha acesso, passava. Nós saíamos da Lagoa, íamos ali pela beira da Lagoa, passávamos a Praia Mole, íamos até lá, a ponte da barra lá, tudo de a pé. Hoje as casas, as pessoas ocuparam a beira da Lagoa, então hoje é privativo aquilo, você não consegue passar. Isso é uma coisa muito ruim, porque acaba trazendo uma série de outras consequências de poluição, quando se tem espaço que é preservado de construções e coisas, e ainda que tenha fluxo de pessoas, pequeno, é claro, porque coisa de passeio é muito menos poluente, digamos, do que você ter casas construídas na beira da Lagoa com trapiche, com as pessoas se apropriando de uma área que é pública.

Terezinha tem uma impressão parecida:

Até os restaurantes resolveram tomar praia também, a areia da Lagoa, porque outra coisa que não há fiscalização, isso revoltou muita gente que nós, nos sobrou fazer

caminhada pela grama. Como está muito assoreada, ela já comeu bastante de terra, mas para aquele lado lá, ainda tem bastante gramado.

Outra queixa recorrente relacionada à estrutura urbana é o trânsito exagerado. Andrea menciona o problema da circulação de veículos e da saturação do bairro, que limita significativamente a liberdade dos moradores, especialmente no verão e nos finais de semana. Ela relata: “a gente quase não consegue entrar, sair de casa, é infernal o trânsito”. Roberto acrescenta que o verão se tornou “insuportável” devido à quantidade de carros, e Thaliny revela que a combinação da numerosidade de veículos com poucas vagas de estacionamento cria transtornos aos locais:

No verão é um troço quase que impossível, porque é tanta movimentação nas casas noturnas que daí como eles não têm espaço para estacionar, eles estacionam nas ruas, porque as pessoas não querem pagar para estacionamento. Enfim, eles estacionam nas ruas e aí estacionam de qualquer jeito às vezes, também. Então já teve situações em que não passa a coleta de lixo, não passa SAMU, não passa bombeiros. Então já teve situação que eu vi que os bombeiros tiveram que largar o carro embaixo e subir a rua com maca.

As soluções implementadas parecem estar em descompasso com as expectativas dos moradores. Thaliny, por exemplo, denuncia:

O trânsito aqui é insuportável e as obras que se fizeram nos últimos anos não apresentaram melhoria nenhuma. Tanto da ponte, agora não sei, porque a ponte vai ser testada agora no verão, mas ela não apresenta grandes mudanças. O binário também não apresenta grandes mudanças e é um fluxo muito grande. E essas obras que são feitas na Lagoa, assim, elas parecem meio distantes do que os moradores da Lagoa têm interesse. Porque, por exemplo, quando se fez a mudança nas Rendeiras e tudo mais, que se diminuiu o tamanho da pista, não se pensou muito nos comerciantes das Rendeiras. E quando tu mata o comércio das Rendeiras, aí tu mata todo o fluxo e abre espaço para insegurança no bairro. Então aí tem uma série de coisas, mas eu acho que esses são os dois principais: a questão da poluição da Lagoa, que compromete o turismo também, mas compromete a saúde da Lagoa como todo, e a saúde dos moradores, enfim, e o trânsito que é demais, é muito complicado.

A ausência de participação popular nos processos decisórios é evidenciada por Andrea, ao falar sobre a ponte recém-construída na Lagoa:

Claro, se você for consultar qualquer pessoa aqui da Lagoa, você não quer que melhore a ponte da Lagoa? Todo mundo vai dizer que quer. Você quer que melhore o trânsito da Lagoa? Todo mundo vai dizer que quer. Agora, uma coisa é o que foi prometido e os projetos que tinham, e o que virou. Não era isso que aparecia naquela propaganda que mostravam, não era, mostrava uma certa modernização, mas também ao mesmo tempo com uma integração com espaços de lazer. Nada disso está aparecendo. Não sei se isso vai se concretizar, porque eles já fizeram a ponte desse jeito.

Ao mesmo tempo, ela reconhece a complexidade do problema, e os conflitos de interesses da própria população:

Nada é simples, tudo é complexo. Porque ao mesmo tempo, a gente tem vizinhos que tinham comércio aqui na Lagoa. Então eles reclamam da hora que fizeram o binário, por exemplo. Reclamam que daí a Lagoa perdeu... que as pessoas passam rápido, virou lugar de passagem, as Rendeiras, então as pessoas não param nos restaurantes, nos lugares. Não tem tempo, lugar para estacionar, as pessoas não param para ver a renda, para comprar aqui, por exemplo. Aí eles abriram casas noturnas aqui, só que tiraram os estacionamentos. E aí o pessoal vem estacionar onde, aqui na nossa rua. Se você vê final de semana aqui, quinta-feira, quinta, sexta e sábado, a gente quase não consegue entrar, sair de casa, é infernal o trânsito. Nós todos reclamamos, nós temos grupo da rua, que a gente faz B.O. contra barulho, o pessoal não tem isolamento acústico. Mas ao mesmo tempo a gente tem morador na rua que trabalha nesse lugar. Ao mesmo tempo, você cria transtorno, mas ao mesmo tempo tem pessoas daqui que também trabalham nesses lugares. Por isso que eu digo, nunca nada é simples. Nunca nada é fácil de pensar ou de resolver.

Chico e Terezinha apontam o crescimento da população em situação de rua como uma questão social grave na Lagoa, principalmente na pracinha, segundo ela. O espaço está abandonado, e as pessoas, principalmente mulheres, já não circulam ali como antes por conta do sentimento de insegurança.

As transformações do entorno impactam a vida comunitária e as relações de vizinhança ao longo do tempo, diluindo os laços à medida em que o ambiente a região crescia. Nilmar, por exemplo, é enfático ao dizer que sente falta da convivência social, de andar pelo Centro da Lagoa e encontrar rostos familiares:

Para você ter ideia, as primeiras vezes que eu saí e voltei, quando eu retornava, eu encontrava as pessoas que eu conhecia e tal. Hoje, ultimamente, eu saio no Centro da Lagoa e não conheço mais ninguém. [...] Nesse sentido do convívio social, mudou muito, muito, muito, muito.

Mesmo com a expansão da região, permanecem laços entre moradores, especialmente os mais antigos. Dédinho, por exemplo, relata que ainda conhece todo mundo, e que não observou nenhuma grande alteração nesse ponto, e Roberto ainda descreve a relação da vizinhança como a de uma família. Diferencia, porém, quem chama de “moradores” e “inquilinos”. Os “moradores” seriam aqueles que têm casa, e os “inquilinos” o que alugam os imóveis e depois de um tempo deixam o local. Para ele, os “inquilinos” não teriam uma conexão significativa com os demais residentes, tampouco com o espaço em si. Passa, assim, a ideia da convivência e permanência como fatores importantes para a formação de laços.

Andrea descreve de forma detalhada a mudança do perfil demográfico e do sentimento de pertencimento, em complemento ao descrito por Roberto: “aqui a nossa rua era uma rua de

peessoas que moravam aqui. [...] Agora, a maioria das casas, o pessoal mudou, fez monte de apartamentinhos para alugar, fez kitnet para alugar, então é uma volatilidade muito grande de pessoas que a gente nem conhece”. Sua fala expressa um lamento pela perda de uma rede comunitária sólida, substituída por uma lógica mercantil de uso do espaço residencial.

Chico reforça essa percepção ao comentar que, no passado, “todo mundo se conhecia”, e agora “ninguém cumprimenta, mas eu, por hábito, eu vou cumprimentando”. A constatação da perda de um senso comunitário forte revela uma importante dimensão do dano social: o rompimento de laços afetivos e de pertencimento decorrente das transformações urbanas e turísticas.

As narrativas apresentadas escancaram um padrão de injustiça ambiental e negligência institucional que antecede e extrapola o rompimento da lagoa de evapoinfiltração. A poluição das águas, a privatização dos espaços públicos, o crescimento urbano desordenado e o afastamento progressivo entre vizinhos compõem uma série de danos interligados, que vão do concreto ao simbólico. Com um olhar atento e sensível às transformações do território, essas pessoas vivenciam diretamente os efeitos da degradação ambiental e da urbanização desordenada. Suas falas constroem uma narrativa de perda não apenas de um espaço natural de lazer e convivência, mas também de um território afetivo, cultural e identitário. A Lagoa, antes cenário de brincadeiras, encontros, pesca e canoagem, tornou-se um lugar distante, marcado pela poluição e pelo estranhamento.

Esse processo de deterioração não afeta apenas a paisagem, mas rompe com formas de vida comunitária, instaurando um sentimento de descontinuidade entre passado e presente. Nesse cenário, as narrativas das moradoras e moradores são formas de resistir à erosão da história local. Ao compartilhar suas lembranças, não apenas se registra o que foi perdido: reafirma-se a legitimidade dos vínculos com o território e denuncia-se os efeitos de um modelo de “progresso” que exclui, devasta e silencia. O que se escuta, portanto, é mais do que saudade: é a reivindicação de memória como forma de justiça.

3.2.3 “Somos todos vítimas”: perspectivas sobre responsabilização, dano e justiça

A maneira como as moradoras e moradores da Lagoa da Conceição narram o rompimento da lagoa de evapoinfiltração da CASAN revela uma tensão entre o sentimento de choque imediato e a percepção de que se tratava de um evento previsível — ou, nos termos de muitos entrevistados, de uma “tragédia anunciada”. Essa ambivalência aparece com força nos depoimentos, os quais, ao mesmo tempo em que expressam surpresa e indignação com a

violência do desastre, apontam para um acúmulo de sinais e alertas ignorados pelas autoridades públicas e pela própria empresa responsável.

O rompimento representa, para as pessoas atingidas, não apenas um desastre ambiental de proporções materiais, mas um marco simbólico na experiência coletiva de perda e negligência. Inserido em um processo histórico de degradação ambiental, expansão urbana desenfreada e desatenção institucional, o evento é narrado como a culminância de uma série de práticas danosas reiteradas, legitimadas tanto pela omissão do Estado quanto pela impunidade da empresa pública responsável pelo saneamento.

A articulação dessa narrativa exige, portanto, uma escuta sensível aos sentidos atribuídos pelas moradoras e moradores ao episódio. Na análise que segue, proponho-me a interpretar o rompimento da CASAN à luz das percepções das pessoas entrevistadas, explorando os modos pelos quais o evento é recordado, os responsáveis identificados, e as ideias de justiça e reparação são reivindicadas. Como propõe a Criminologia Verde do Sul, é preciso deslocar o foco do discurso jurídico-formal para os saberes situados daqueles que vivenciam os impactos diretos dos crimes ambientais corporativos e estatais. É nesse movimento que a memória dos atingidos torna-se uma ferramenta crítica de resistência à impunidade e de visibilização dos danos negligenciados.

3.2.3.1 “Não foi nenhum favor, porque aquilo lá era a responsabilidade deles”: tratamento conferido às atingidas e atingidos após o rompimento

Os relatos das moradoras e moradores revelam que o tratamento dado pela CASAN e pelos órgãos públicos após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração foi marcado por pressa, desorganização e falta de empatia. Andrea descreve o dia seguinte ao evento como momento de “invasão”:

O dia inteiro no primeiro dia foi essa coisa de a gente entender até o que tinha acontecido, ver o que tinha acontecido. No dia seguinte, antes das seis da manhã tinha, sem brincadeira, o que tinha de caminhão e de gente, um exército de cem pessoas. Aqui a rua foi completamente invadida, e a sensação que o que eles queriam era limpar a sujeira que eles tinham feito o mais rápido possível. Mas só que nessa limpeza foi outra violência extrema. Ao mesmo tempo tinha Defesa Civil tentando identificar os danos das casas, das pessoas. Vinham funcionários da CASAN, que faziam levantamento do que a gente tinha perdido. Mas eles chegavam bem assim, chegavam para mim, ‘o que se perdeu? O que vocês perderam?’, fazendo levantamento de prancheta. E a gente se olhava e dizia assim, ‘nossa’. Claro, a gente lembra das coisas grandes, mas quem é que lembra do que você tem? A gente estava ainda vivendo o trauma da história, da situação. No dia seguinte, no dia seguinte, naquela semana inteira, foi uma semana. E aí os caras entravam nas casas das pessoas para limpar, e tiravam tudo que tinha dentro, e botavam tudo no meio da rua, e depois jogava tudo

em cima dos caminhões. E tudo foi lá para aquele aterro da COMCAP, que está aquela história que está dando maior rolo lá.

Esse procedimento, segundo ela, configurou “segunda violência”. A forma de evacuar os bens pessoais sem consulta ou tempo de reação agravou o sofrimento. Benta, que teve sua casa completamente destruída, relata sua experiência, que corrobora com as observações de Andrea:

Porque no dia que aconteceu o acidente, a gente estava aqui tentando verificar se tinha alguma coisa que eu podia salvar, algum documento, que eu tinha muito documento. Imagina, RG, carteira de motorista, passaporte. Eu tava aqui mexendo e os caras da CASAN aqui gritando um com o outro: ‘o que tinha aqui, não sei o que, isso aqui é uma área de APP’. E os caras foram escrotos, o jeito que eles trataram a gente, ainda veio uma mulher e ficou gritando: ‘vocês não tinham que ter construído aqui’. Aí eu olhei para a cara dela e falei ‘quem é você para falar, se meter aqui?’. Nem sei quem era aquela mulher, se era da CASAN, sei lá, uma mulher. Eu falei, ‘você passa por uma tragédia, perde tudo e as pessoas ainda vem te atacando’. Por isso que eu não gosto mais daqui. Eu não gosto, eu só estou aqui por causa dele. Se não fosse por ele [seu companheiro], eu não estaria, porque o que eu passei aqui, nunca mais eu queria precisar. Eu estou aqui para ajudar ele, ajudar o irmão que tem problema e eu não quero mais voltar aqui, nesse lugar.

A fala de Benta expressa com contundência o sentimento de violação profunda vivenciado por muitos atingidos no momento de maior vulnerabilidade. Ao relatar sua tentativa desesperada de recuperar documentos essenciais, ela é confrontada não com apoio ou acolhimento, mas com gritos, acusações e julgamento. A cena que descreve, em meio aos resquícios de esgoto e à perda total, sendo atacada, é reveladora da ausência de empatia e do desprezo institucional com que as pessoas atingidas foram tratadas.

Quanto ao auxílio fornecido pela CASAN, há relatos que misturam reparação e ressentimento. Roberto observa que “teve auxílio de roupa, auxílio de comida, recebia alimentação de restaurante. [...] A CASAN quem proporcionava”. Ele também conta que ficou alguns meses em um hotel fornecido pela CASAN. Benta lembra do fornecimento de medicamentos, marmitas e materiais de limpeza. Nilmar também menciona o pagamento de um valor para cobrir despesas emergenciais (um salário mínimo por adulto e meio salário mínimo por criança) e fornecimento de alimentação, mas com clareza de que se tratava simplesmente do cumprimento de um dever da CASAN para com as pessoas atingidas. Seu maior ressentimento, na verdade, é com a prefeitura:

A CASAN também contratou buffet lá, serviu umas quentinhas. Enfim, foram tomadas providências por órgãos públicos e a prefeitura que falhou, porque o prefeito nem sequer esteve lá. O prefeito chegou lá de manhã cedinho, ficou cinco minutos e foi embora. Então a prefeitura falhou. A CASAN até fez uma parte dela, o que não é nenhum favor porque aquilo lá era a responsabilidade deles.

Ainda assim, há contradições. Thaliny afirma que o auxílio oferecido pela CASAN não foi espontâneo, mas fruto da pressão das moradoras e moradores:

Eu tenho claro na minha mente, bem claro na minha mente, que os primeiros dias a CASAN não pagou uma marmita que fosse. Isso aconteceu em uma segunda. Acho que sexta foi o primeiro dia que a CASAN começou a distribuir comida. Até então, não era... Inclusive, a gente teve que falar. Porque daí as pessoas passavam o dia inteiro aqui e estavam sem dinheiro, essas coisas todas. Enfim, foi isso. Todos os auxílios que a gente foi pleiteando meio que a gente teve que lembrar a CASAN de fazer, porque eu acho que também foi uma novidade para a empresa.

Sobre o alojamento de pessoas que haviam perdido suas casas, Benta conta que teve um embate com a Companhia, que queria aloca-los em um hostel, em condições precárias, compartilhando espaço com vários turistas em época de pandemia:

Porque a CASAN queria por a gente em hostel ali no Centrinho. A gente foi lá no hostel. Tinha que compartilhar com um monte de gente, compartilhar a cozinha. Eu falei, ‘mas não vou ter privacidade, vou ter que ficar compartilhando minha cozinha, compartilhando banheiro?’. Eu já fiquei muito em hostel. ‘Eu não gosto’, falei, ‘eu não acho justo’. Eu perdi a minha casa e vou ter que ficar no hostel com um monte de turista e na época de Covid? Aí eu bati o pé e falei ‘eu não vou ficar nesse hostel. Eu não quero ficar no hostel. Eu quero ficar em uma quitinete, é o mínimo’. Eu vi uma quitinete aqui em cima, falei com eles. Falei ‘hostel não, vou ficar na quitinete’. Eles começaram a pagar para a gente ali.

Além do trauma e dos danos materiais e psicológicos sofridos, as pessoas atingidas precisaram reivindicar direitos, ao invés de receber assistência rápida e eficiente. Foi mais um encargo mental sobre pessoas que já estavam muito fragilizadas. Nessa espécie de “cabo de guerra” com a Companhia, André narra que havia uma relação de desconfiança:

Só que tudo eles desconfiavam. A gente dizia ‘tem gente que está com problema de saúde, precisa de atendimento médico’. Por que eles não davam encaminhamento para a pessoa ir no seu médico de confiança? Não, tudo tem que ser... Aí faz aquele carnaval. Contrata trailer desses de médico com uma médica que ficou aqui dois dias para atender. As pessoas nem se inscreveram para vir ser atendidas pela médica. Eu falei que ‘eu vou, porque eu tive problemas limpando lá embaixo de infecção’. Eu perdi literalmente as duas unhas do dedão do pé. Elas simplesmente caíram. E aí eu fui fazer a consulta com ela, era uma guria super nova, não entendia nada. Ela foi consultar na internet, o que podia ser, o que era remédio que podia passar.

Esse tipo de atendimento precário ilustra a sensação de que as moradoras e moradores foram tratados como parte de uma logística emergencial, e não como pessoas afetadas por uma tragédia. Em termos de saúde mental e acompanhamento, os relatos apontam para uma falha grave de assistência adequada. Terezinha menciona que o atendimento psicológico também foi um requisição das atingidas e atingidos, e não foi oferecido tão prontamente quanto o necessário para tratamento do quadro de estresse pós-traumático vivenciado por várias pessoas:

Primeiro eles tentaram mandar o [psicólogo] da própria CASAN. Mas imagina se nós vamos nos abrir com o psicólogo da CASAN, que ele mesmo vai entregar tudo lá. E aí foi outro, que foi bem. Eu fazia online, porque ainda era época de Covid, e ele mesmo disse, disse que eu e meu marido, que no nosso caso, tinha muita gente na rua que aconteceu isso, o estresse pós-traumático era o diagnóstico, e que o tratamento tinha que ser em seguida que houve o acidente. Nós já tínhamos que estar acompanhados de psicólogos. Mas era o que nós pedimos, a gente pediu, a Andrea. Nós tínhamos a relação de tudo que nós precisávamos, e eles não davam. Eles são horríveis, são verdadeiros monstros. Não sei como é que essa empresa ainda vive em Florianópolis.

Thaliny reforça o desconforto dos moradores de se consultarem com um psicólogo vinculado à empresa, e a falta de confiança entre os atingidos e atingidas e os profissionais de saúde que os atenderam parece ter prejudicado o tratamento:

No início, a primeira pessoa a se prontificar a atender foi o próprio psicólogo da empresa, da CASAN, que era psicólogo do trabalho. Mas as pessoas não se sentiam à vontade para conversar com alguém que fosse da empresa. Então eles terceirizaram o serviço de apoio psicológico, mas ainda assim, as pessoas não se sentiam confortáveis. Os moradores preferiam o voucher para ir em um psicólogo da sua confiança. Mas a empresa não quis atender, a CASAN não quis atender essa demanda. E foi isso. Então teve uma galera que começou fazendo o atendimento psicológico com esse psicólogo da CASAN. Os dois muito queridos, tanto da CASAN quanto o terceirizado. Mas as pessoas não se sentiam seguras, e se elas não se sentem seguras o processo não vai para frente. Aí aos poucos as pessoas foram largando.

A desconfiança parece ter marcado a relação entre atingidas e atingidos e a Companhia no período que seguiu o rompimento. Terezinha acusa a empresa, no início, de tentar enganar os moradores: “pagaram dez mil pra um coitado [à título de indenização] que aceitou, e foi”. Ainda segundo ela, a Companhia queria cobrar as pessoas atingidas os valores gastos com produtos de limpeza:

Depois de mandar limpar, jogar “Qboa” [nomenclatura popular para água sanitária] em tudo, eles queriam depois descontar do dinheiro que eles iam pagar. Já viu isso? Tu invade, destrói. Por aí, por essa frase, tu tira como é que ela lidou com a gente. Ela queria cobrar, pode perguntar a Andrea. Queriam cobrar toda a limpeza da rua, do entulho dela, do que ela jogou, quer dizer, a merda que ela jogou em cima de nós e da rua.

Em meio ao processo já traumático, Benta relata um episódio de violência e intimidação direta por parte de representantes da própria empresa:

E ainda esse funcionário que era o responsável, veio ameaçar o meu companheiro de morte, veio atacar a gente na rua, falou que ia matar a gente, pegou meu celular, derrubou no chão. Queria agredir ele, eu fiquei apavorada na época. Eu fiquei morrendo de medo desse cara querer matar a gente.

Esse episódio de violência física e verbal, cometido por alguém que deveria prestar assistência, gera uma inversão do papel institucional esperado: o agente da reparação se torna uma nova fonte de ameaça. Benta vivenciou uma segunda situação de violência ao buscar amparo na prefeitura, quando tentava compreender quais procedimentos adotar após ser informada que sua casa estava em APP:

Eu até cheguei lá na prefeitura, um deles falou assim para mim: ‘se vocês construírem, eu vou jogar máquina e vou derrubar tudo e eu vou te dar uma multa de dez mil reais’. Foram bem grossos com a gente lá na prefeitura. Eu falei, ‘mas a gente estava no nosso canto, tranquilo, aconteceu isso e agora a gente não pode construir porque vai derrubar com a máquina’. Achei isso tão grosseiro. Aí que eu decidi procurar REURB. E aí eles vieram, colocaram uma tenda aqui na rua e começaram a chamar todos os moradores para regularizar na hora.

Ainda, o procedimento de indenização pelos danos materiais sofridos revelou-se uma nova camada de violência institucional. Em um primeiro momento, exigiu-se a apresentação de nota fiscal para o ressarcimento, o que foi, corretamente, considerado absurdo: “as pessoas perderam os documentos, perderam tudo, o celular, perderam tudo. Como é que a pessoa vai ter uma nota fiscal de, sei lá, de alguma coisa que é antiga?”, questiona Andrea. Thaliny narra as tensões para o ajuste do edital lançado pela CASAN, para realizar o levantamento dos bens materiais perdidos pelas pessoas atingidas:

A gente teve o primeiro edital da CASAN, uma briga, porque eles queriam que a gente comprovasse por meio de nota fiscal. Aí a gente não tinha nem foto mais, não tinha papel nenhum em casa, porque foi tudo com água, e eles... E eu lembro, assim, para mim foi a coisa mais absurda que eu escutei na minha vida, naquele momento que eu não esperava que fosse acontecer, a gente estar na reunião com a CASAN falando com relação ao processo do pagamento dos danos materiais, e aí eles falarem assim, ‘mas vocês podem ir nas lojas dar o CPF de vocês que daí eles vão puxar a nota fiscal’. Como se eu lembrasse de todas as lojas, de todos os móveis que tinha dentro da casa. Não lembro nem todos os móveis que tinha dentro da casa. E aí ignoraram a questão do estresse pós-traumático, que a gente esquece as coisas. Aí foi uma discussão muito grande até que eles ampliaram a possibilidade de tu entregar fotos que comprovassem que tu tinha determinado objeto dentro da casa.

Para Andréa, tratou-se de uma “terceira violência”, após aquela representada pelo rompimento em si e pela violação das memórias:

E a terceira [violência] foi que em todo o processo dos danos materiais, eles na verdade só pagaram aquilo que as pessoas comprovaram que tinham. Só que as pessoas que foram mais atingidas perderam junto também qualquer possibilidade de comprovação do que elas tinham. Porque perderam o seu telefone celular, perderam, que pudessem ter fotografias, que pudesse ter esses objetos fotografados. Quem é que fotografa o que tem em casa e posta na rede social, passa para estar em uma nuvem, ninguém faz isso. Ninguém faz inventário do que tem em casa. Se acontecesse com

você, você ia lembrar o que você tem em casa? A gente não lembra, a gente não sabe. Depois a gente vê com o tempo sentindo falta.

Além disso, o processo de comprovação exigiu grande esforço dos moradores. A CASAN recusou-se a montar uma equipe técnica independente para fazer o orçamento dos bens perdidos e transferiu a responsabilidade para os atingidos, que tiveram que montar planilhas, reunir fotos e fazer orçamentos triplos para cada item perdido, como desabafa Thaliny:

Aí você apresentaria a foto e colocaria três orçamentos, que era cansativo demais. Colocaria três orçamentos daquele móvel, daquele objeto, para que a CASAN pagasse com base no mais barato, como se fosse edital. Só que daí eu tinha que fazer, eu não, todos os moradores. A gente tinha que fazer Excel, uma planilha, com todos os itens da casa, que já não era negócio fácil de ser feito, ainda mais num período de tempo. [...] A gente pediu, inclusive, uma equipe técnica que fizesse avaliação, mas a CASAN não quis ceder isso. [...] Então todos os moradores tiveram que arcar com esse trabalho de montar a planilha, de montar os três orçamentos para cada objeto que eles conseguissem ter a foto, ainda, porque não é todo mundo também que tinha foto dos objetos. Eu, por acaso, que a gente tem smartphone e tudo mais, tira foto para fazer vídeo de alguma coisa na casa, e tu conseguia observar os objetos. Mas tinha gente que não tinha isso. Daí eles pagavam uma média, pagavam uma mesa genérica para pagar, uma coisa assim.

A dificuldade para comprovar as perdas se somou a critérios arbitrários e desiguais de avaliação dos bens. Terezinha lembra que, mesmo apresentando notas fiscais, “pagavam o que eles queriam”. Segundo ela, o valor oferecido por móveis sob medida e de alta qualidade foi extremamente rebaixado, e que o valor pago relativo a roupas, cama, mesa e banho era padrão, e ficou aquém dos valores reais. Benta compartilha da mesma percepção: “foi absurdo, [...] colocaram os preços todos lá embaixo”. Andrea também destaca a frustração com a lógica de indenização: mesmo que tenha sido pago o valor da tabela FIP pelo carro da família, que foi destruído, não foi suficiente para adquirir um veículo equivalente, exigindo complementação com recursos próprios. Dédinho também afirma que o valor pago foi insuficiente. Roberto contrapõe o valor que foi pago às pessoas atingidas e os lucros anuais da empresa, julgando-os desproporcionais.

Terezinha ainda descreve as dificuldades que enfrentou para receber valores necessários à reforma de sua casa, mesmo após apresentar dois laudos que indicavam risco à estrutura. Segundo ela, a CASAN “pagou uma miséria”, reconhecendo apenas a troca de janelas e telhas, ao passo que ela mesma constata que “aqui embaixo estava tudo cavado... A gente não ia morar em uma casa assim”. Para Terezinha, tornou-se evidente que aceitar a oferta não era escolha, mas condição: “a gente teve que aceitar aquilo, porque não tinha”.

Em alguns casos, os danos materiais foram pagos sem grandes questionamentos. Chico disse que tinha muitas fotos dos bens que perdera e acredita que, ao menos na parte material, a

CASAN conseguira indenizar os moradores. Nilmard diz que sabe que algumas vizinhas e vizinhos foram questionados pela CASAN quanto aos valores apresentados nas planilhas, mas não foi seu caso: “fui indenizado por todos os números que eu coloquei lá, não me questionaram nada, também não acresci nada, simplesmente cobre as coisas que eu havia perdido”.

Embora algumas das pessoas atingidas tenham julgado os valores oferecidos abaixo do devido, viram-se impelidas a aceitá-los. Benta, por exemplo, disse que não tinham nenhum dinheiro à época, e foi orientada por advogados de que acionar a prefeitura judicialmente por meio de precatórios levaria “anos e anos”, uma “vida inteira”. Situação semelhante é descrita por Terezinha, que classificou o impasse como uma “sinuca”. Segundo ela, a família foi forçada a aceitar o valor oferecido pela casa destruída, já que judicializar implicaria em esperar décadas por uma decisão: “não dava para esperar 20, 25 anos por um precatório”, explicou, destacando que precisavam do dinheiro para reconstruir minimamente a vida e adquirir bens essenciais.

Ao contrário dos danos materiais, que foram indenizados pela CASAN por meio de um edital próprio, a reparação pelos danos morais seguiu um caminho mais complexo e conflituoso. O pagamento desses danos é esperado por Nilmard como medida de justiça:

Mas eu acho que a indenização por danos morais era mais do que justa, era necessária. Porque na verdade a indenização material da CASAN, ela não é uma indenização, ela não é, digamos, uma penalidade à CASAN. Ela é ressarcimento, um ressarcimento. A indenização verdadeira é a indenização moral, pelo abalo emocional, pela situação que eu passei, em particular que eu passei, que poderia ter morrido.

Entretanto, os valores inicialmente propostos pela Companhia foram considerados ultrajantes pelos moradores, que rejeitaram o montante oferecido por não corresponder à gravidade das perdas e do sofrimento vivenciados. Terezinha relata que a oferta feita foi insultante:

Eles tiveram a ousadia, vamos dizer, assim, a cara de pau de oferecer, tipo, é mais ou menos isso, só se eu entrar ali para ver, 1.200. E dependia de cada casa e quantas pessoas, mas ele dava por pessoa, criança parece que era pouco mais. Assim, esqueceram dos idosos, no caso, como eu. Ainda bem que eu era uma idosa que sabia nadar. E eles davam 800, 900. Nessa faixa, sem risco de morte. Para risco de morte, era, se eu não me engano, 1.300 a 1.400. Como eu, que tive que passar todo aquele estresse, mergulhar, chorando, naquela água imunda deles para sobreviver, meu marido — 1.200 para cada um. Diz que isso aí, a regra, isso é o pessoal da universidade que falou, o pessoal que fez levantamento, que isso é o que eles pagam quanto estoura um cano, fica sem água o dia inteiro aqui dentro da tua casa, mas foi causada por problema deles. Eles têm que te dar porque a tua geladeira descongelou perdeu o trabalho online. Parece que é isso, 900. É a mesma coisa. Não é nada de danos morais.

Ela acrescenta que os moradores e moradoras atingidas fizeram uma reunião para tratar sobre o tema, e que a concluíram que a proposta era “muita humilhação”: “se for para ganhar isso, eu prefiro nem ganhar, nem quero. [...] Não recebi, prefiro ter isso na minha consciência do que receber. Me recuso a receber esse valor, depois de tudo que a gente passou”.

Benta concorda que a proposta da empresa era “ridícula”: “a CASAN queria pagar 5.000 para a gente de danos morais. Qualquer pessoa que perde uma mala recebe mais”. E acrescenta: “dinheiro nenhum paga o que a gente passou. Todo esse problema que a gente está vivendo, para lá, para cá, para lá. A pior coisa é você ficar sem casa”. Nilmard complementa: “eles fizeram uma proposta ridícula, que era coisa de três mil, seis mil reais”.

Em resposta, a maioria optou por buscar reparação por via judicial. Atualmente, há uma ação coletiva em andamento, cuja resolução ainda é aguardada. Paralelamente, alguns moradores decidiram ingressar com ações individuais, contratando advogados particulares, como é o caso de Nilmard e Dédinho. Dédinho diz ter consciência de que o pagamento pode levar muitos anos:

Inclusive, eu estou esperando os direitos morais para poder, eu reerguer a minha vida. Até agora ainda não saiu na justiça, sabe como é a justiça, demora. Aí eles vão recorrer, vão fazer um monte de coisa. Eles porque a prefeitura, o governo do estado. Eles são muito de botar para precatória essas coisas, entendeu? Daí nós estamos vendo o que o juiz vai decidir. Estamos esperando.

Thaliny, por sua vez, comenta que alguns moradores aceitaram propostas reduzidas de indenização por danos morais por puro esgotamento. Segundo ela, muitos estavam emocionalmente abalados e “só queriam finalizar”, após um processo já desgastante de apuração e negociação dos danos materiais.

Terezinha resume sua visão sobre a empresa: “eles são terríveis. Não tem palavras para descrever o que é a CASAN.” A narrativa que emerge é de uma assistência emergencial, fragmentada. O que poderia ter sido uma política de reparação integral se transformou em um processo de gestão de danos superficiais, com foco em limpeza e contenção, e não em reconstrução, escuta ou empoderamento da comunidade afetada. A tentativa de indenizar os danos materiais exigiu das vítimas provas muitas vezes impossíveis de fornecer, em meio ao caos e à perda total. A exigência de nota fiscal para objetos antigos, a recusa em montar uma equipe técnica de apoio e a insistência em valores que desconsideravam a realidade dos bens só aumentaram o desgaste. Quando se fala em danos morais, o cenário é ainda mais delicado: valores considerados humilhantes foram oferecidos, e a maioria optou pela via judicial, em processos que prometem se arrastar por anos. O sentimento que fica entre as moradoras e

moradores é de terem sido feridos mais de uma vez: primeiro pelo rompimento, depois pelo abandono institucional.

3.2.3.2 “Você perde uma parte da sua vida, na verdade, que as lembranças são vida também”: danos materiais, psicológicos e ambientais

O rompimento da estrutura de contenção de esgoto na Lagoa da Conceição provocou uma série de impactos profundos e duradouros na vida das moradoras e moradores atingidos, tanto no plano material quanto no emocional. Os depoimentos revelam como a tragédia extrapolou os danos físicos imediatos, provocando desestruturação das rotinas, adoecimentos, perdas de memórias e uma sensação coletiva de abandono institucional.

As perdas materiais provocadas pelo extravasamento da lagoa atingiram os moradores de forma devastadora, comprometendo desde objetos de uso pessoal até estruturas inteiras de residências. Dédinho resume de forma direta o impacto: “não recuperei nada, foi tudo para o lixo.” Essa afirmação ecoa entre diversos outros relatos, que descrevem a destruição completa de casas, móveis, roupas, eletrodomésticos, ferramentas e documentos.

Benta teve sua casa de madeira completamente comprometida: “ela [a água] não derrubou [a casa], mas ela quebrou as estruturas”. Com o tempo, “umas partes foi quebrando, outras partes foi caindo. A casa ficou meio assim, e foi caindo”. Ela lamenta: “perdemos tudo. Perdemos roupa, os móveis, tudo.” Para além da perda da moradia, ela relata um cenário de desestruturação econômica: “aqui funcionava duas casas, a gente alugava uma casa, que era a nossa renda [...]. Aí nós ficamos sem a renda. Ficamos sem as casas e vivendo de aluguel”.

A situação da família de Benta é a mais dramática que encontrei no campo. Não apenas sua casa foi a mais comprometida, mas ainda hoje não houve possibilidade de reconstrução. Apesar de ter recebido dinheiro para a reerguer a residência, Benta não pode fazê-lo porque descobriu, ao longo desse processo, que metade do terreno está em área de preservação permanente. Como sempre pagara IPTU, energia elétrica e taxa de esgoto, não imaginava que o imóvel, que antes fora de sua sogra, estivesse irregular. Ainda, estar a poucos metros dali, ainda em área de preservação, instalada uma estação de tratamento de esgoto causa revolta, dada a contradição.

Frente à impossibilidade de reconstruir a casa, o dinheiro que seria destinado para a obra foi gasto com aluguel e com auxílio ao cunhado de Benta, que vivia no mesmo imóvel e que tem problemas de saúde mental. Ela e o companheiro iniciaram um processo para regularizar o terreno por meio da REURB (Regularização Fundiária Urbana), procedimento

adotado por vários imóveis na Servidão e que se arrasta há anos. Diante das dificuldades e do trauma, eles se mudaram para São Paulo, estado de origem de Benta. Retornaram recentemente a Florianópolis para resolver as questões pendentes, e desde então vivem em um trailer no terreno, que pode ser mantido ali por ser considerado um veículo e não uma construção.

Chico também relata prejuízos materiais: “as ferramentas, as coisas assim. Mas não perdi quase nada, digamos assim, perto de outras pessoas”. Seu chalé, que ficava ao lado da casa, precisou ser demolido: “o chalé que eu tinha, eu tive que desmanchar, porque comprometeu a fundação dele”. Ainda que tenha minimizado a perda, dizendo que não cobrara nada da CASAN pois a demolição do chalé já estava em seus planos, seus prejuízos foram reais. Ele se mostrou muito empático aos vizinhos, narrando emocionado as cenas que presenciou, em meio ao caos pós rompimento.

A família de Thaliny também perdeu todos os seus pertences. Ela compartilha o caos deixado pela enchente: “tudo destruído, uma camada de lama na casa que tu afundava o pé”. Apesar da tentativa de salvar alguns objetos, o estrago foi quase total: “o que sobrou foi o armário que ficava, armário aéreo, com um monte de copos que minha mãe tinha. Foram as louças que sobraram”. Meses depois, entretanto, o tal armário, apodrecido por ter ficado tanto tempo na água, também cedeu: “ele tombou, e até os copos que a gente tinha a gente perdeu. Então foi tudo”. Todos os documentos da família também se perderam: “até documento da casa, o contrato de compra e venda. A gente não tem mais esse registro”.

Essas perdas materiais, muitas das quais não foram reparadas integralmente, impactaram diretamente a estabilidade financeira, emocional e cotidiana das famílias. Elas expressam não apenas o dano físico, mas também a sensação de abandono e a dificuldade de reconstrução diante da ausência de respostas efetivas por parte das autoridades.

A perda de animais de estimação foi mais uma das consequências mais dolorosas para diversos moradores, contribuindo para o sofrimento emocional gerado pelo rompimento. Chico lembra com pesar de casos dos vizinhos, dizendo que “teve um cachorro que bebeu muita água, morreu, que tentaram salvar, os veterinários, fizeram coisa, mas ele tinha bebido”. Ele também menciona outro caso trágico: “teve um outro, desses cachorros meio bravos, acorrentado [...] Subiu a água mais de metro e o cachorro morreu afogado”. Patrícia também relata ter presenciado essas perdas: “morreu um monte de animal, morreu os gatos da menina, morreu o cachorro do outro”. Esses relatos revelam como a tragédia ultrapassou os danos materiais e afetou profundamente os laços afetivos entre os moradores e seus animais.

Diversas pessoas relataram, ainda, impactos diretos à saúde física em decorrência do contato com a água contaminada. Terezinha relatou o agravamento de uma condição

autoimune: “eu tive doença de pele. Eu tenho uma doença autoimune que é seletiva. Ela ativou. Aí eu tive que fazer um tratamento. E o meu tratamento, era tomado. Passou a ser venoso, porque eu tomei medicação mais forte”. Ela acrescenta: “a gente começou a ter problema de pele, de cabelo, bastante problema”. Andrea também sofreu fisicamente: “eu perdi literalmente as duas unhas do dedão do pé. Elas simplesmente caíram”. Roberto lembra que, com o contato com a água de esgoto, “começou a me dar comichão, começou a coçar, começou a arder”. Benta também menciona ter sido afetada por infecções na pele: “eu fiquei muito mal na época, porque eu fiquei com monte de bicho geográfico no corpo, um monte, no corpo inteiro, e cheia de hematoma também”.

Andrea, Terezinha, Nilmard e Roberto lembraram a perda de Vera, moradora da Servidão e amiga de todos, que faleceu após contrair Covid-19. Roberto lamentou a perda da amiga: “riste, triste para todo mundo. Perdemos a amiga, a Vera. Esse rompimento foi bem na época da Covid. Na época, a Verinha contraiu Covid e morreu”. Alguns entrevistados associam a contaminação ao grande fluxo de pessoas que passou a transitar no local após o rompimento. Sobre isso, Andrea falou:

Fazia um ano que a gente estava isolado, foi época de pandemia, e a gente estava isolado, se cuidando. E de repente tem cem pessoas aqui na tua rua. As pessoas sem máscara. A gente teve a perda de uma vizinha por Covid, e era uma vizinha que ela não tinha. Foi por conta disso, do que aconteceu, que ela também foi atingida aqui.

A perda de registros afetivos foi uma das experiências mais marcantes para muitos moradores atingidos pelo rompimento da Lagoa, e apareceu em muitos dos depoimentos, em momentos que foram para mim os mais sensíveis. Entre documentos, objetos e móveis, o que mais parece ter doído foi a destruição de memórias visuais, especialmente fotografias, que simbolizavam histórias de vida e vínculos familiares.

Andréa relata a crueldade da forma como a limpeza foi feita após o desastre, que impediu que as atingidas e atingidos pudessem recuperar algum pertence, verificar quais eram seus bens em meio aos entulhos:

Mas o que aconteceu, que a gente diz que é uma violência, que foi uma segunda violência, que foi maior ainda, porque as pessoas tiveram todos os seus pertences simplesmente jogados no lixo. Então elas ficavam tentando ver se conseguiam resgatar alguma coisa, mas eles vinham limpar e botavam fora. Então tem pessoas aqui, por exemplo, a vizinha aqui, ela não tem uma foto da filha dela, mais, pequena. Porque a filha era pequena em uma época que a gente não tinha celular, não tinha fotografia. E as pessoas que tinham celular e fotografias nos seus celulares, nos seus computadores, perderam, porque perderam os seus celulares, os seus computadores, perderam absolutamente tudo. Toda essa memória da existência, da vida, perderam, porque foi jogado, literalmente, no lixo. Eu acho que essa segunda violência acabou

sendo mais traumática ainda do que, para muitas pessoas, do que a outra, porque as pessoas não tiveram nem tempo de elas olharem o que aconteceu com calma, de elas verem o que tinha acontecido, de elas poderem resgatar alguma coisa. Então elas ficaram tentando resgatar alguma coisa ali no meio, mas os caras vinham tirando, botando fora porque a questão era limpar, limpar, limpar.

Benta também expressa a dor dessas perdas:

Cada pessoa tinha suas coisas pessoais, ficou tudo embaixo d'água. Roupas, móveis, fotos. Ele [seu companheiro] não se conforma, porque ele perdeu foto da infância que ele não tem cópia, foto da mãe que morreu, da irmã que morreu, perdeu tudo, e não tem mais. A gente nunca pensa em fazer uma cópia, a gente guarda as coisas ali e vai guardando. Perdeu tudo, as lembranças da infância, nunca mais. Isso é o pior, isso nenhum dinheiro vai pagar, as tuas fotos da tua infância. O brinquedinho que você tinha, que você ganhou do seu pai, da sua mãe quando você era criança, nunca mais você vai ter. Foi tudo, foi tudo. Eu tinha computador com um monte de coisa que eu guardava também, de fotos das minhas viagens. Eu perdi tudo, meu computador entrou água, pifou, já era. Dinheiro nenhum paga, nenhum. E agora, esse drama que a gente vive de aluguel, é um drama também, viver de aluguel. Sei lá... Pelo menos a gente está vivo.

Antes de falar essa última frase, Benta fez uma pausa, como que para processar o que passara. Como conclusão, encontra na preservação de sua vida um único consolo. Nilmar reforça esse sentimento ao lembrar as fotos que perdeu:

Eu tinha uma caixa com fotos de família, dos meus filhos quando pequenos. Na época que não existia celular, nem meio magnético, meio digital para você guardar as coisas. Era tudo foto impressa. Tinha quase mil fotos dos meus filhos pequenos, da minha vida. Uma caixa grande. Foi embora. A única que eu consegui salvar foi uma foto minha com meus quatro avós. Mas quer dizer, isso tem valor emocional, tem impacto emocional na pessoa. Você perde uma parte da sua vida, na verdade, que as lembranças são vida também. E eu acho que essas coisas não são consideradas.

Thaliny compartilha desse tipo de perda, e relata que a família guardou um álbum, ainda que parcialmente deteriorado, em uma tentativa de manutenção da memória:

Tem coisas que a gente se forçou a ficar. Por exemplo, a gente tem algumas fotos de álbum de bebê, que elas ficaram sujas, mas tu não quer se desfazer. Tanto que depois eu peguei ninho de formiga no meio, dado o tanto de sujeira de matéria e orgânica que ficou.

O abalo emocional deixado pela perda das fotos foi tão significativo que Thaliny tinha pesadelos recorrentes:

Eu acordei, chorando, assim, mas chorando a beça. Ele disse: 'o que foi? O que aconteceu?'. 'Eu sonhei com as minhas fotos'. E isso frequentemente acontece. De vez em quando acontece de eu sonhar com as fotos. Hoje menos, mas no ano em que aconteceu, nos dois primeiros anos, ali, aquilo foi, assim, acho que o mais doído. Mais que perder as coisas, porque as coisas depois tu foi ganhando outras de doação. Aí

algumas foram tendo significados especiais também, mas foto não tem como, não consegue recuperar.

Os relatos mostram como as principais afetações ligadas ao rompimento estão na esfera sentimental, da memória. Foram deixadas marcas profundas na saúde mental das pessoas atingidas: muitas relataram sintomas compatíveis com estresse pós-traumático, episódios de ansiedade intensa, pânico e tristeza profunda. Chico compartilhou que “ficou tão traumatizado” que não voltou mais às dunas e que precisou de “dez sessões de psicóloga para conseguir falar da coisa”.

Thaliny se recorda que logo após o ocorrido, evitava de se aproximar da sua casa, ficando próxima aos vizinhos, ajudando na limpeza das residências dos demais. Quando retornou ao lar e se deu conta do grau de destruição, sofreu um baque:

Eu já tinha chorado. Mas o dia que eu entrei e que eu vi a casa no estado que estava, aí que eu tive um momento de choque. E aí eu lembro que eu fui para a frente da casa da Andrea, eu sentei no chão, daí eu desabei de chorar. Foi a primeira vez que eu tive o choque do que realmente foi. Acho que eu não tinha atinado ainda, porque eu só tinha visto a rua. Mas eu não tinha visto a casa como é que estava, mas nossa, foi uma sensação terrível.

Terezinha relata que ela e o marido, que se viram em situação de quase morte, foram diagnosticados com estresse pós-traumático. A experiência lhe deixou marcas profundas:

A vida depois disso para mim se tornou extremamente triste. Eu nunca mais tive a mesma alegria que eu tinha antes. No começo, eu e meu marido olhávamos para o mundo com lentes cinza. Sempre parecia que as coisas eram tristes, escuras. Pior que era na minha vista e ele confirmava que a dele também era.

A tristeza foi tamanha que Terezinha associa o infarto que levou seu companheiro à morte à dor provocada pela tragédia:

O meu marido faleceu dois anos depois, no ano passado, de infarto, pela tristeza nossa, tem tudo a ver com o infarto dele. Na época, na rua teve um AVC e dois infartos, em seguida, e dois anos depois, o meu. Porque ele mudou, ele ficou mais pacato. Ele gostava de caminhar, não queria mais caminhar. Isso que ele era otimista para caramba. Ele era uma pessoa muito otimista, muito de recuperação rápida, mas é que ali para ele e para mim foi bem forte. Que ele era muito batalhador. Ele conseguia as coisas dele. Eu ainda lidei um pouco melhor com isso. Mas só que eu não lidei bem com a questão do trauma, eu não quis mais ficar aqui. Ele até ficaria. Mas eu não, eu não, porque isso aqui é uma recordação permanente.

O trauma, portanto, mudou profundamente o modo de Terezinha de existir no mundo, inclusive afastando-a da Lagoa. Benta também relata que não conseguiu permanecer naquele

espaço após o rompimento. Estava, inclusive, incomodada em ter que estar de novo ali, ainda que provisoriamente:

Eu também fiquei traumatizada com tudo que aconteceu, então nem queria estar mais aqui. Eu não queria vir mais para cá. Eu fiquei muito abalada. Quando chove eu fico nervosa, eu tenho muitas crises, eu tenho pesadelos. O meu psicológico ficou totalmente abalado depois que eu passei por isso, eu sempre estou com aquela cisma que vai romper de novo, aquela coisa.

Nilmard relata ter sofrido com problemas de insônia nas primeiras semanas:

Então eu passei algumas semanas, tive que tomar remédio porque não conseguia dormir. Eu dormia uma hora e acordava. Aí já não dormia mais a noite toda, então houve abalo emocional muito grande em mim, que não costumo ter, me considero cara mais equilibrado.

Como Thaliny, Benta passou a ter pesadelos recorrentes após o rompimento. Nos seus sonhos, ela vê um tsunami (exatamente o fenômeno que ela julgou estar ocorrendo no momento em que sua casa foi atingida pela água):

Eu tenho pânico porque eu sonho muito, eu sonho direto. Eu não sei se o meu sonho de tsunami é porque pode acontecer ou é porque eu vivi isso, não sei, mas eu tenho muito sonho com muita água vindo. Eu não me sinto bem de morar mais aqui perto do mar. [...] Eu quero morar bem, num lugar bem alto. Agora vou morar em uma montanha porque perto do mar eu não quero.

Embora a obra de reparo realizada na lagoa de evapoinfiltração e o monitoramento do volume de água ofereçam algum conforto aos moradores, Thaliny sente que a insegurança persiste: “eu não sei se quando bate a chuva, elas [pessoas que ainda moram na Servidão] não sentem aquela insegurança.” Benta afirma que, estando no ambiente da Lagoa, sente que há outras pessoas que carregam traumas semelhantes com os seus, o que potencializa seu sofrimento:

Eu tenho trauma, eu estou aqui esses dias, começa a chover à noite. Eu já fico em pânico, achando que vai vir a água de novo e vai, entendeu? Eu fico com aquela sensação de que vai acontecer. Às vezes eu vou lá atrás para ver se não está muito cheio, para ver se não tem perigo da barragem estourar de novo. De vez em quando eu fico tensa. E o pessoal da rua também é tudo desesperado, porque quando começa a chover, eles ficam falando com os outros: ‘manda a CASAN medir lá atrás, porque pode estourar de novo’, fica todo mundo nervoso. Aí um fala que não está dormindo, outro fala que tem pesadelo, eu também falo, também tenho, fico nervosa. Isso está me deixando muito nervosa, por isso que eu quero ir embora, prefiro estar longe.

Dédinho tem a mesma percepção: “o que a gente tem medo de dar uma chuarada. A gente fica com medo. Mas o presidente da CASAN falou que não vai acontecer mais nada. Aí

ficou tudo certo”. Embora diga que agora estaria tudo certo, ele diz ainda ter receio: “não estou muito seguro”. Terezinha complementa: “não é só o medo que vai acontecer algo de novo. Não descarto esse risco, porque dependendo da CASAN, todo risco vai ocorrer”. A relação dos moradores com a Lagoa, a partir do rompimento, portanto, passou a ser permeada pelo medo. Em relação à CASAN, há uma permanente desconfiança.

Após o rompimento, as pessoas atingidas se organizaram para pleitear seus direitos frente à CASAN e ao poder público. Embora essa movimentação tenha sido essencial, Benta reconhece que a luta desembocou em um esgotamento emocional:

Mas sabe o que cansou a gente, também, foi porque o MAB na época fazia muita reunião. Aquelas reuniões, eu não aguentava mais. Eu sei que era o trabalho deles e tal, mas às vezes eram duas reuniões na semana. Aí ficava debatendo esses assuntos. Aquilo foi esgotando todo mundo. Eu fiquei esgotada, eu fiquei. Chegou uma hora que eu não aguentava mais, eu falei ‘gente, eu não aguento mais ir em reunião ficar falando do assunto, ficar brigando com a CASAN’. Ia lá na frente da CASAN, brigar com eles lá e colocava placa, e faixa, e manifestação na rua. Eu fiquei tão exausta, falei, ‘gente, eu não tenho mais condições de ficar’. Por isso que eu quis ir embora, para esquecer um pouco. Aí agora que eu voltei, eu revi tudo de novo, aí cansa.

Terezinha também se viu muito cansada após um ano de esforços:

Depois de tudo que a gente passou, tudo que eu te relatei, porque não é só o acidente, tudo que foi em volta disso, tudo que foi feito, que foi cinco anos. Nós lutamos quatro anos. Eventos todo mês, a gente chegava a fazer nos dois primeiros anos. Nós chegamos no Natal muito estressados, mas muito estressados, todo mundo. Estou cansada de tanta luta que era feita durante o ano.

Assim, além dos efeitos psicológicos do rompimento, do trauma em si, houve um esgotamento mental das atingidas que não viam outra opção a não ser se manter em constante organização para tentar garantir os direitos que lhes eram negados.

A partir da proposta analítica de Colognese (2022), que categoriza a vitimização ambiental em dimensões física, econômica, psicológica, cultural e de abandono institucional, é possível compreender com profundidade os múltiplos impactos sofridos pelas pessoas atingidas pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração na Lagoa da Conceição. Os danos físicos, por exemplo, apareceram nos relatos sobre doenças de pele, infecções, e o agravamento de condições pré-existentes, como doenças autoimunes. Esses problemas de saúde foram agravados pela resposta negligente dos serviços públicos, com atendimento médico improvisado e insuficiente. No campo econômico, a perda de bens materiais, fontes de renda e estabilidade financeira é recorrente nos depoimentos. Muitas famílias perderam suas casas ou parte delas, além de móveis, documentos e objetos essenciais ao cotidiano.

Os danos psicológicos emergem de maneira contundente nos relatos. O trauma do rompimento, o medo contínuo, a tristeza persistente, os pesadelos, a ansiedade e o luto pela perda das memórias e da sensação de segurança transformaram-se em marcas profundas no cotidiano dos atingidos. Os impactos psicológicos relatados estão profundamente imbricados com essa experiência de perda e com a ruptura abrupta do vínculo com o lugar. Ainda, o sentimento de abandono institucional atravessa todos os relatos. A omissão da CASAN, da prefeitura e do Estado no atendimento imediato, na escuta sensível e na reparação justa reforça a ideia de que o rompimento não foi um acidente isolado, mas a consequência de um processo contínuo de negligência.

Em suma, os relatos evidenciam que os impactos do rompimento foram muito além das perdas materiais imediatas. A destruição da memória materializada se revela como uma forma particularmente violenta de dano, reiterada pela condução das ações emergenciais, que impediram os moradores de reconhecer, separar ou resgatar seus próprios pertences. A rapidez da limpeza, orientada pela lógica da eficiência e da eliminação do risco, produziu uma segunda violência: a impossibilidade do luto, da escolha e do cuidado com aquilo que ainda poderia ser preservado. Fotografias, objetos herdados, brinquedos da infância e registros de pessoas já falecidas desapareceram sem qualquer mediação ou reconhecimento institucional de seu valor. Como bem expressado por Nilmard, “as lembranças são vida também”, e sua perda não encontra equivalência em indenizações financeiras ou reposições materiais. Trata-se de um dano irreparável, que atinge diretamente a memória individual e coletiva da comunidade.

A Lagoa, antes associada à segurança e ao pertencimento, passa a ser percebida como espaço de ameaça, lembrança constante do trauma e da negligência institucional. Assim, os danos materiais, ambientais e psicológicos não se apresentam de forma isolada, mas como dimensões interligadas de uma mesma experiência de violência, na qual a perda da memória pessoal, familiar e territorial emerge como um dos efeitos mais profundos e duradouros do rompimento.

3.2.3.3 “A gente só conseguiu o que conseguiu porque a gente se organizou”: solidariedade comunitária e organização popular das atingidas e atingidos

Após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, um dos aspectos mais marcantes foi a intensa mobilização e organização popular da comunidade atingida. Diante da ausência de respostas imediatas e efetivas por parte do poder público e da CASAN, moradores se uniram para se apoiar mutuamente, reivindicar direitos e garantir visibilidade ao desastre. Andrea relata

que “a gente só conseguiu o que conseguiu porque a gente se organizou, e porque a gente foi para a luta”. Sua casa chegou a se tornar um ponto de apoio comunitário, funcionando como espaço de doações e alimentação enquanto a CASAN ainda não oferecia auxílio:

Os próprios caras terceirizados vinham comer aqui em casa. A nossa casa virou QG, porque no começo a sociedade civil também ficou muito consternada e também vieram já trazer doações no dia seguinte, de roupa, porque os vizinhos perderam tudo, não tinha roupa, não tinha nada, não tinham como cozinhar. Então acabou virando QG. A gente acabou abrindo a nossa casa. Então a sala ali era o lugar de doações que a gente deixava, doação de comida, de coisas, para as pessoas virem pegar material de limpeza, então vinham, pegavam. Vinham provar, para poder ter lugar pelo menos mais decente para provar as roupas, as mulheres escolherem suas roupas. [...] Então a gente ficava meio nessa logística [...] no começo da primeira semana, até que a CASAN resolveu entender que tinha que dar comida para as pessoas, porque elas não tinham como cozinhar. Eles só foram fazer isso no final da semana. Então até lá almoçava umas 15 pessoas aqui em casa

Chico lembra que sua casa que, como de Andrea, era mais alta e foi menos atingida, também virou ponto de encontro: “até aqui em casa, mesmo, a gente fazia bolo, café, aqui era mais alto, ficava mais seco. Turma se reunia aqui”. Essa rede de solidariedade se estendeu também para o cuidado emocional e o fortalecimento de vínculos entre vizinhos. Terezinha conta que foram criados grupos de mulheres, oficinas de arpillera e até uma horta comunitária:

A gente fez vários trabalhos ali, de mulheres, a gente fez vários grupos. Foi bem bom esses grupos. Como a Andréa é psicóloga, ela fez esses grupos, foram bem importantes. [...] Isso tudo foi para ajudar nós nessa recuperação emocional. E foi bem bom, vizinhos que nunca tinham se falado, se falaram, se conheceram. Então isso tudo foi bem importante.

Figura 7 – Horta comunitária na Servidão Manoel Luiz Duarte



Fonte: Exposição [...] (2021).

A organização popular também se deu por meio da organização de manifestações e exposições artísticas, conforme lembra Andrea:

A gente lutou muito, fez muita manifestação. A gente não deixou a cidade esquecer do que tinha acontecido, não deixou. A gente fazia manifestação, no começo era todo mês. A gente fez exposição de arte, a gente fez tudo aqui, todo mês, depois de seis em seis meses, depois todo ano, a gente faz uma movimentação para não deixar esquecer.

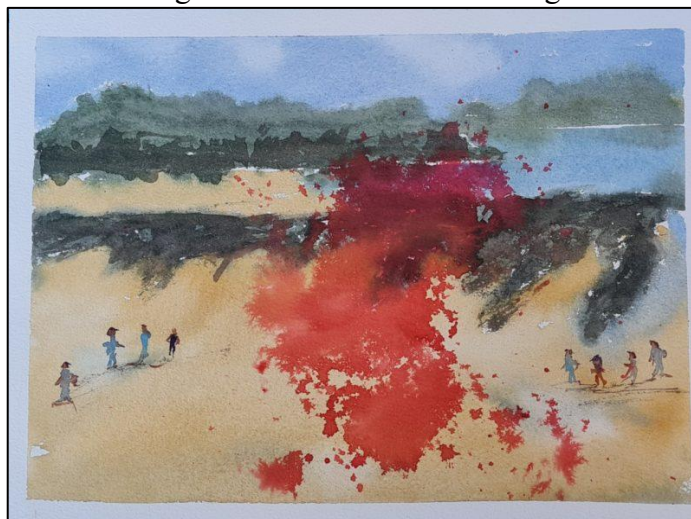
Ela destaca a exposição “Memória e Trauma – Descaso Lagoa”, que marcou seis meses do rompimento e foi uma ação simbólica de resistência e denúncia. Participaram “artistas profissionais, amadores, iniciantes e experientes, para unir vozes e se juntarem à luta em prol da reparação completa das perdas materiais, culturais e ambientais causadas pela tragédia” (NSC, 2021). A exposição ocupou o espaço público da Servidão atingida e o interior de uma pousada na mesma localidade. Foi durante o evento, inclusive, que foi inaugurada a horta comunitária citada por Terezinha.

Figura 8 – Obra de Dulce Pena



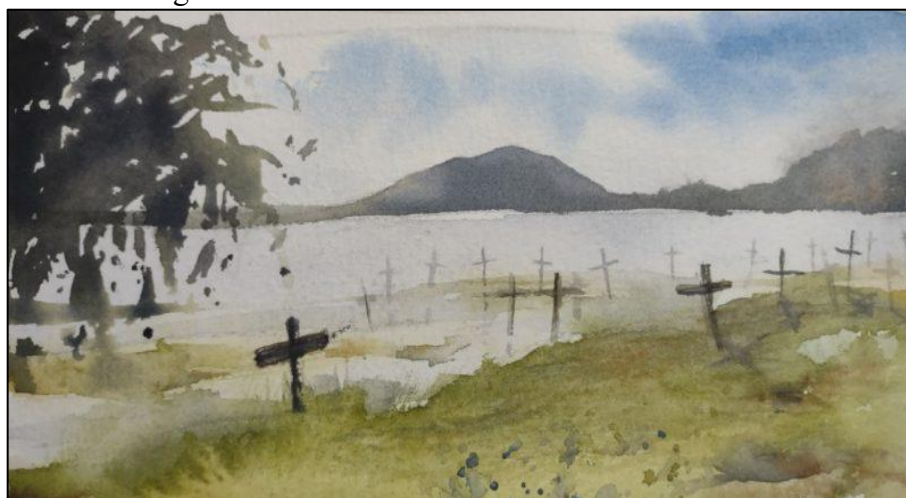
Fonte: Exposição [...] (2021).

Figura 9 – Obra de Osmar Yang



Fonte: Exposição [...] (2021).

Figura 10 – Obra de Michelli Zimmemann Souza



Fonte: Exposição [...] (2021).

Figura 11 – Instalação artística com imagens relacionadas ao rompimento da lagoa de evapoinfiltração



Fonte: Coletivo Ka (2021).

Figura 12 – Obra do Coletivo Ka

DESCASO LAGOA

Sobre a Obra
A obra é uma intervenção urbana composta por fanzines e lambe-lambes. Faz menção aos crimes ambientais, poluição e descaso que vêm assolando a ilha de Florianópolis, vilipendiada e explorada entre interesses políticos e econômicos que vão afetando a população local, principalmente os menos favorecidos. O fanzine 'O Caso do Descaso da Casan' foi elaborado como uma crítica e questionamento em resposta às recentes agressões que a Lagoa da Conceição vem sofrendo nos últimos anos, principalmente a ocorrida em 25.01.2021. Já os lambe-lambes são colados nas imediações dos locais atingidos e estampam as frases 'crimes ambientais nas memórias da cidade' e 'poluição e descaso nas memórias da cidade'.

coletivoka@gmail.com

Coletivo Ka / Fanzine
Coletivo Ka é um grupo de artistas e pesquisadores que discutem emergência alimentar, agricultura urbana, arte-cultivo e outros temas socioambientais urgentes, através de ações diretas como arte ativista, jardinagem de guerrilha, bibliotecas de sementes, células de mudas e entrega de refeições a população de rua.

Fonte: Coletivo Ka (2021).

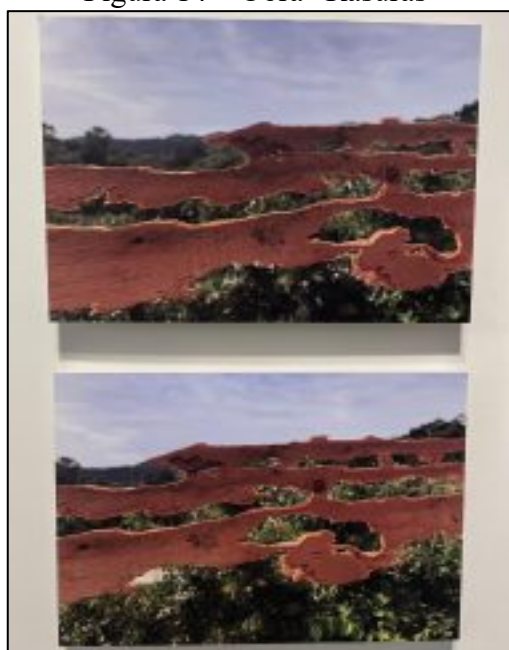
Além de participar da mostra coletiva, Andrea realizou a exposição individual “Águas Passadas Rasuram Destinos”, reunindo pinturas, fotografias, objetos e instalações criadas a partir de sua vivência direta como atingida. As obras utilizam a sobreposição de materiais como tinta e lama, aludindo à destruição e à tentativa de reconstrução dos sentidos. A exposição propôs, por meio da arte, uma travessia sensível pelas camadas de dor, luto e resistência, articulando memória e política (Assembleia, 2021). Ambas as exposições reafirmam a importância da produção cultural como instrumento de elaboração coletiva do trauma e de denúncia da negligência institucional. Seguem imagens de algumas das obras de Andrea:

Figura 13 – Instalação da exposição “Águas Passadas Rasuram Destinos”



Fonte: ALESC (2021).

Figura 14 – Obra “Rasuras”



Fonte: ALESC (2021).

Figura 15 – Obra “Riscos”



Fonte: ALESC (2021).

Figura 16 – Obra “O que nos resta I e II – Vazio”



Fonte: ALESC (2021).

Esses registros artísticos produzidos após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração constituem importantes dispositivos de interpretação do evento, na medida em que traduzem, por meio da arte, dimensões do dano que escapam aos registros técnicos e institucionais. Ao representar a Lagoa como corpo vivo, ferido e violentado, e ao inscrever na paisagem manchas, rupturas e desequilíbrios que evocam contaminação, sangue e trauma, essas obras recusam a

narrativa da inevitabilidade e do acidente, reinscrevendo o rompimento como violência socioambiental. Mais do que ilustrar o ocorrido, elas elaboram sentidos sobre ele, articulando dor, indignação e memória coletiva, e tornando visível aquilo que tende a ser apagado ou normalizado nos discursos oficiais.

Nesse sentido, a arte opera como forma de testemunho e resistência, contribuindo para a compreensão do evento a partir da experiência sensível das pessoas atingidas. Além disso, o contexto coletivo em que essas obras foram criadas e expostas (em espaços de encontro, manifestação e denúncia) as inscreve como expressão da mobilização popular, evidenciando que a arte, nesse caso, não é apenas linguagem estética, mas também prática política, forma de organização e estratégia de resistência. Desse modo, essas produções reforçam a centralidade da memória como campo de disputa por reconhecimento, justiça e reparação no âmbito deste trabalho.

Toda essa mobilização coletiva e a solidariedade entre vizinhos foi marcante para Nilmar: “nos dias seguintes foi aquela loucura, muita solidariedade entre os moradores”. Ele se recorda que imediatamente após o rompimento as pessoas já mostraram postura de apoio:

Uma coisa que me marcou muito também foi a solidariedade. Porque ali a gente era uma comunidade muito conhecida, todo mundo se conhecia, é um lugar pequeno e, como digo, de ocupação já consolidada há algum tempo. Bom, o meu vizinho, o Antônio, salvou a mulher, pegou, botou para cima do telhado e queria se jogar na água para ir lá me tirar, porque todos sabiam da minha condição de estar acamado. E a gente ficava se comunicando aos berros ali.

Roberto também destaca o esforço coletivo nas manifestações de rua e menciona que, atualmente, a comunidade mantém um grupo no WhatsApp para alertas e apoio mútuo. Thaliny observa que houve uma transformação significativa na dinâmica social do bairro: pessoas que antes se limitavam aos seus círculos passaram a se conhecer e criar redes de apoio. A organização comunitária emergiu como uma força essencial para enfrentar o trauma coletivo e cobrar responsabilidades, funcionando como resistência e reconstrução diante da negligência institucional.

Benta, que antes do desastre tinha pouco contato com os vizinhos, reconhece que a tragédia promoveu uma união inicial: “antes de acontecer eu não tinha contato com os vizinhos. Depois do que aconteceu unir um pouco o pessoal, fomos mais unidos pela luta.”. Ela lembra dos mutirões e das reuniões constantes, embora relate que, com o tempo, a coesão tenha diminuído à medida que as casas foram sendo reformadas e as pessoas retomando suas rotinas.

Terezinha entende que o enfrentamento à CASAN só foi possível porque algumas pessoas tomaram a frente da organização: “pessoas que tinham poder maior, tinham fala, tinham

como se colocar”, colocando-se no grupo de pessoas que pleiteou um posicionamento da CASAN e destacando a importância de lideranças como Andrea.

Outro ponto importante para a organização das pessoas atingidas foi a busca por apoio jurídico. Inicialmente, muitos se viram vulneráveis diante da enxurrada de informações, promessas e interesses particulares. Andrea relata que, logo após o desastre, surgiram advogados com posturas oportunistas, os quais ela compara a “urubus”. Eram profissionais que se apresentavam com a intenção de captar clientes individuais e lucrar com ações judiciais, sem demonstrar compromisso real com a coletividade atingida.

Nesse cenário de incertezas, a chegada do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi decisiva. O grupo, com histórico de luta social, trouxe não apenas orientação jurídica confiável, mas também uma perspectiva coletiva de enfrentamento. Andrea conta que só sentiu confiança quando o advogado Rodrigo Timm se apresentou como membro do MAB: “você é de movimento social, aí eu confio”. A entrevistada, ainda, comenta que o Movimento foi importante para a consciência política das pessoas atingidas: “o MAB foi fundamental para a gente entender que a gente era atingido por rompimento de barragem e que a CASAN tinha, que ela tinha que nos dar condições”.

O MAB orientou as atingidas e atingidos sobre seus direitos e foi responsável direto pela conquista de benefícios como o auxílio emergencial, como conta Andrea:

O MAB que veio dizer que a gente tinha direito ao auxílio emergencial. E é muito curioso porque a CASAN resistiu. Um monte. [...] E queria dar só para alguns, não queria dar para outros. E o MAB, não, bateu ‘não todo mundo tem direito, todo mundo é atingido, todo mundo teve seu cotidiano aqui completamente complicado’.

Segundo Thaliny, atuação do MAB foi também estratégica no sentido de evitar a fragmentação jurídica, com uma proposta de ação coletiva, mais sólida e com maior poder de pressão política:

Eles [MAB] que vieram, eles que vieram e tiveram paciência, até o momento que o pessoal entendesse o que era o movimento. Porque era muita informação para processar e tinha muito advogado aqui, querendo ganhar, pegar uma causa, enfim, que era uma causa que eles entendiam como causa ganha. Mas aí o MAB veio mostrando que tinha uma estratégia diferente que era uma estratégia coletiva, que dava mais força, do que judicializar de pouquinho em pouquinho. E aí a gente acabou abraçando a causa coletiva, porque daí as pessoas se envolveram bastante.

Ainda assim, nem todos optaram pela mesma via. Roberto, por exemplo, contratou um advogado particular: “eu botei um advogado amigo meu. Cada um botou um advogado, outros botaram advogados comunitários. Outro... cada um teve uma maneira de recorrer”.

De todo modo, a atuação do MAB parece ter sido decisiva para a organização política e jurídica dos moradores, ajudando a construir um senso coletivo de pertencimento enquanto sujeitos de direitos, nomeando a dor e dando sentido à luta. Ela não apenas possibilitou conquistas concretas, como o auxílio emergencial, mas também reafirmou que, diante do silêncio das instituições, é a estratégia coletiva – tecida na escuta, na solidariedade e na ação conjunta – que se mostra mais forte, capaz de sustentar a memória, afirmar a dignidade e reivindicar justiça.

É marcante, enfim, a forma como a experiência do rompimento revelou a potência das formas de solidariedade e organização popular diante do abandono institucional. Em meio ao caos, as casas menos afetadas se transformaram em pontos de apoio, a rua virou abrigo e espaço de partilha, e o cuidado se espalhou entre vizinhos que até então pouco se conheciam. A comunidade construiu, com seus próprios recursos e afetos, uma rede de amparo emergencial, onde comida, roupas, escuta e ação política circularam.

As manifestações populares e artísticas e as atividades e espaços coletivos imaginados pelas pessoas atingidas não foram apenas respostas à tragédia, mas também modos de criar sentido diante da perda, formas de fazer memória e disputar narrativas. A mobilização comunitária emergiu como uma forma de resistência viva, que ressignificou o espaço de dor em espaço de luta.

3.2.3.4 “Tem que ter uma maior responsabilidade com a vida”: a desmistificação da ideia de acidente e a significação da categoria vítima

Os moradores enfatizam que o rompimento não foi resultado de um acidente inevitável, mas decorreu de negligência sistemática. Todas as pessoas entrevistadas relatam que a lagoa de evapoinfiltração dera sinais de colapso dias antes do extravasamento, e que nenhuma providência fora tomada, embora a CASAN tenha sido avisada pelos moradores.

Benta relata que ela e seu companheiro notaram que algo estranho acontecia: “uns dias antes já estava uma água aqui, sabe. Estava tudo cheio de água. Daqui já estava uma piscininha aqui, e eu falei ‘isso aqui não é normal’”. O companheiro de Benta chegou a informar a CASAN, mas nada foi feito: “não foi por falta de aviso, a gente avisou. Se eles tivessem escutado a gente, eles tinham poupado milhões, tivessem concretado, feito uma coisa decente ali atrás na barragem não tinha acontecido tudo isso”. Andrea confirma que o vizinho percebera que algo fora do normal acontecia, e que inclusive enviara vídeos para a CASAN.

Roberto também confirmou que a CASAN havia sido alertada previamente, mas lamenta: “os caras são braço curto, olha e não faz nada”. Chico, Dédinho e Nilmard compartilham percepções semelhantes, sendo que este último acredita que a tragédia poderia ter sido prevista e evitada, caso alguma providência tivesse sido adotada. Terezinha acrescenta que o aviso foi acompanhado por registros audiovisuais, encaminhados à CASAN:

Eles foram avisados. [...] Tinha uns rapazes que moravam ali atrás. Eles caminhavam ali na duna e eles caminharam e sentiram água no pé, sentiram que estava no chão, e nunca tinha acontecido isso. Aí eles têm a gravação. [...] Essa gravação circulou no grupo, ele falando com a CASAN. [...] ‘Nós vamos verificar’, mas não vieram. Aí nisso estourou, logo depois. Depois eles queriam que tirasse aquele vídeo, porque, claro, o vídeo era uma prova que foi avisado. Porque eles negaram que foram avisados.

O depoimento de Thaliny vai no mesmo sentido:

O rompimento aconteceu na segunda-feira, na quinta-feira anterior, o morador do fundo da rua [companheiro de Benta], [...] percebeu, e eu acho que ele foi muito inteligente em perceber, que estava, não é nem vazamento, era tipo, uma cachoeira que estava descendo da Lagoa de trás, e ele se atentou muito rapidamente que ali era a estação de tratamento da CASAN, porque tinham outras pessoas que talvez fossem tratar aquilo como volume da chuva e da lagoa, das lagoas que tem nas dunas. Então ele entrou em contato com a CASAN na quinta-feira, salvo engano [...], pra CASAN dar uma olhada. Eles falaram que não tinha muito o que fazer, porque tava chovendo e não tinha como saber se era dali. Só que depois de muito tempo, né, quando eu fui estudar um pouco a respeito do da Lagoa de evapoinfiltração e tudo mais, eu acabei descobrindo nos documentos da ARESC que a Lagoa já tava com risco de rompimento desde 2013. Então, na verdade eles sabiam, mas estavam fingindo que não. Tanto a CASAN quanto o poder público.

Sobre o risco de rompimento anterior, o depoimento de Benta coincide com o de Thaliny, dizendo que o companheiro, anos antes, já havia percebido problemas estruturais na lagoa de evapoinfiltração: “na verdade, ele [seu companheiro] avisou a primeira vez em, acho que em 2013 ou 2014. Saiu até a notícia no jornal, ele tinha avisado. Aí depois, naquela época, ele avisou de novo”.

Esses testemunhos revelam a existência de alertas prévios que foram ignorados, deixando das moradoras e moradores uma forte sensação de desamparo, que fica marcada na fala de Terezinha: “a gente tinha direito a não ter a nossa vida colocada em risco por uma companhia, por uma empresa pública. [...] Porque a gente foi vítima disso, da má gestão, do problema do saneamento básico da ilha, da CASAN. Literalmente da CASAN.” Essa afirmação reforça a percepção de que a responsabilidade recai sobre o operador técnico-institucional do sistema de saneamento.

Benta critica o discurso adotado pela Companhia para se desresponsabilizar e colocar a culpa na chuva: “aqui é um lugar que chove para caramba. Eu estou aqui há anos. Eu sei o que chove sempre, então jogar culpa na chuva para tirar o corpo. Não adiantou eles jogarem porque a gente tinha o registro do WhatsApp”. Da mesma forma, Andrea questiona a classificação do episódio como um mero acidente, e é enfática ao chamá-lo como crime ambiental: “dunas são móveis. A geografia ensina isso. Que alguma hora podia acontecer. Então eles não tinham monitoramento nenhum disso aí. Por isso que eu acho que não foi acidente. Foi crime ambiental. Crime ambiental que o poder público foi conivente”.

A responsabilidade, assim, é atribuída principalmente à CASAN e ao Estado. Para Benta, a negligência da empresa foi evidente:

A culpada é a CASAN, porque como é que eles fazem negócio de esgoto, eles jogam o esgoto de qualquer jeito como estava ali atrás, e não tem responsabilidade de proteger? Sabendo que tem um monte de gente que mora aqui, eles não estavam nem aí jogando os negócios lá atrás, o meu companheiro avisou e não fizeram nada, e o negócio rompeu. A culpa é toda deles.

Andrea amplia a crítica à gestão pública em geral, destacando a omissão das autoridades locais e estaduais:

Eu acho que é muito difícil a gente não relacionar o que aconteceu com a questão da gestão pública na cidade e do estado. Florianópolis é capital do estado, então o estado de Santa Catarina também tinha responsabilidade sobre isso aqui. Então como é que você transforma cartão um postal da ilha, de um dia para o outro, virou maior desastre ambiental da cidade. E acho isso muito sério. Acho isso tão... em termos de poder público, tem que ter uma maior responsabilidade com a vida. A gente falou de mobilidade e falou de saneamento, mas com a vida, você podia pensar em outras coisas, de segurança pública, educação de qualidade, saúde pública. Acho que essa gestão da vida, o estado tem que ter responsabilidade. Eu digo o poder público, mais responsabilidade e que seja uma gestão em prol da maioria da população, não em prol de interesses x, y z.

Dédinho acredita que a falta de fiscalização significa uma omissão grave do poder público: “o poder público devia fiscalizar melhor, e eles não fiscalizam”. Thaliny também aponta que a falta de fiscalização, somada a entraves burocráticos, foi um dos fatores determinantes que levaram ao rompimento da estrutura.

Eu entendo que todo mundo tem algum tipo de participação. Mas eu penso que a prefeitura de Florianópolis tem que zelar por essa questão, porque, tudo bem, a CASAN é responsável, porque ela tem contrato aqui na cidade, mas de qualquer maneira, se fosse uma outra empresa, era a prefeitura que tem que zelar pelo contrato. E é a maior interessada, eventualmente, que a Lagoa esteja limpa e todo o entorno, que é a questão de saúde pública. Mas acho que a prefeitura a CASAN também, porque a maior vitrine da CASAN é Florianópolis. Acho que esses dois principais.

A falta de resposta por parte do poder público também foi um ponto de frustração entre os atingidos, como afirma Andrea:

Município e estado, e com seus órgãos, FLORAM, IMA. Aconteceu, prefeito não se manifestou, Gean Loureiro. O governo do estado, Moisés, não se manifestaram. Ninguém se manifestou. A CASAN é uma empresa do Estado. Ninguém se manifestou. Teve várias audiências públicas. Então para mim foi uma ação criminosa. Criminosa porque poderia ter sido evitada. Poderia com certeza, mas por todas essas questões que a gente já falou antes do problema do saneamento aqui na ilha.

Alguns entrevistados relembram os dois rompimentos da barragem em Monte Cristo, ocorridos após o episódio da Lagoa, como parte de um padrão de negligência, estrutural, e estabelecem paralelos importantes entre os dois episódios. Benta pontua: “você vê que é uma coisa recorrente, quer dizer, de responsabilidade total”. A repetição do evento reforça a leitura de que não há aprendizados institucionais a partir das falhas, e que a gestão do risco segue sendo negligente.

A ocorrência em Monte Cristo também mobilizou solidariedade. Terezinha conta que, quando souberam do rompimento da caixa d'água naquele bairro, um grupo de atingidas e atingidos da Lagoa se deslocou até lá para prestar apoio: “a gente chegou a ir lá, para dar apoio para as pessoas, lá. Assim, dizer sobre o que a gente sabe que a gente tinha passado, como é que ia ser a luta deles”. Esse gesto revela uma dimensão importante da organização política que emergiu a partir da experiência traumática: o reconhecimento de que o que lhes aconteceu poderia acontecer de novo, em outros territórios, com outras pessoas. Também reflete a percepção de que a mobilização das vítimas da Lagoa poderia produzir efeitos para além do seu próprio território.

As comparações entre as respostas institucionais também apareceram nas entrevistas. Andrea observa que, após o ocorrido na Lagoa, a CASAN parece ter ficado “apavorada”, e foram feitas muitas reuniões com as moradoras e moradores. Já em Monte Cristo, a impressão é que não estavam “nem aí com a população”, sugerindo que a negligência foi ainda mais explícita naquele contexto, possivelmente por se tratar de uma região de menor visibilidade e de maior fragilidade socioeconômica: “aqui na Lagoa, queira ou não, tem visibilidade, tem gente que tem boca no trombone. [...] A gente vê que também tem esse viés de classe”. A comparação revela como o tratamento institucional diante dos desastres tende a variar conforme o lugar e as populações atingidas, expondo uma lógica seletiva de cuidado e resposta.

Aqui, o conceito de racismo ambiental é central para compreender como se estruturam as diferentes formas de vitimização diante de crimes corporativos-estatais. Como indicam Goyes (2022) e Pulido (2018), as políticas ambientais, sua aplicação e os próprios critérios de

escuta institucional são atravessados por marcadores raciais e de classe. No Brasil, essa seletividade se evidencia na naturalização da violência ambiental contra territórios racializados e empobrecidos, frequentemente tratada como um dano menor ou um problema rotineiro de gestão pública. Ao mesmo tempo, o reconhecimento como vítima — com tudo o que isso implica em termos de reparação simbólica, material e institucional — continua sendo um privilégio da branquitude (Flauzina; Freitas, 2017).

Nesse sentido, a comparação entre os dois rompimentos não diz respeito apenas à cronologia ou à repetição de uma falha técnica. O que se coloca em jogo é a constatação de que a necropolítica, conforme formulada por Mbembe (2018), atua como racionalidade organizadora do cuidado estatal: certos territórios podem ser sacrificados, certas populações podem ser deixadas à margem, certas dores podem ser ignoradas. Em Monte Cristo, a resposta institucional tardia e negligente é parte de uma gestão seletiva da morte social, simbólica e ambiental, que atinge desproporcionalmente corpos negros e territórios periféricos.

Em contraponto, Thaliny acredita que, no caso de Monte Cristo, a CASAN já teria adquirido algum “know-how” a partir do que aconteceu na Lagoa. Segundo ela, após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, as próprias pessoas atingidas precisaram se organizar para demandar o atendimento de necessidades básicas, como fornecimento de água e comida. Isso torna ainda mais escancarada a negligência com que as ocorrências em Monte Cristo foram tratadas. Afinal, se já havia maior conhecimento técnico dos procedimentos a serem adotados, fica claro que sua não adoção, como realizado na Lagoa, ainda que de maneira insuficiente, foi intencional.

De um modo ou de outro, as moradoras constroem uma narrativa que insere o rompimento da Lagoa da Conceição dentro de uma lógica mais ampla de negligência ambiental e injustiça territorial. Monte Cristo não é apenas outro episódio trágico: é a confirmação de que certas falhas se repetem, especialmente em contextos marcados por menor visibilidade e menor capacidade de mobilização social.

As falas evidenciam que, para as pessoas atingidas, o rompimento não foi um evento isolado, mas o resultado de um histórico de descaso. Os depoimentos revelam uma consciência clara sobre a precariedade estrutural da região, os sinais ignorados e as responsabilidades compartilhadas entre a CASAN, os órgãos de fiscalização e o poder público. Os moradores, com um olhar atento e sensível ao território, perceberam sinais claros de que algo estava errado dias antes do desastre e, mesmo após alertarem a CASAN, não foram ouvidos. Essa percepção de abandono é intensificada pela postura adotada pela CASAN após o ocorrido, ao tentar atribuir a culpa à chuva e minimizar sua responsabilidade. Diante desse cenário, há uma ampla

identificação dos moradores e moradoras da Lagoa da Conceição como vítimas do rompimento da lagoa de evapoinfiltração.

Para Andrea, a autoidentificação como vítima de rompimento de barragem foi construída ao longo do processo de organização e conscientização política, em que as moradoras e moradores se entenderam como sujeitos de direito: “foi um processo político de conscientização, de compreender a gravidade do que aconteceu e que não poderia ter acontecido”, e que, nessa condição de “que a gente foi, como cidadãos, nós tivemos as nossas vidas colocadas em risco pelo poder público.”

Andrea faz uma distinção entre ser vítima e vitimização: “uma coisa é vítima. Outra coisa é vitimização. Vitimização é processo que você transforma em alguma coisa que não é real”. Assim, ela reforça: “com certeza [é vítima], sou uma pessoa atingida por rompimento de barragem. Eu sou uma cidadã cuja vida foi colocada em risco. A minha vida, da minha família, de todos os vizinhos aqui”. Ela se entende como vítima a partir do rompimento, porque até então não sabia que estava sob risco: “nós não sabíamos que a gente vivia em uma região de risco, de iminência desse tipo de situação. [...] Então a gente só vai compreender que a nossa vida estava em risco quando aconteceu o rompimento”.

Essa percepção é compartilhada por outros entrevistados, como Nilmard, Dédinho, Benta e Thaliny. Roberto entende que outras formas de vida também podem ser consideradas vítimas: “sim, claro [é vítima]. Todo mundo foi, aqui na rua toda. Todo mundo foi, aqui, todos. Até os bichos.” Terezinha amplia o escopo de pessoas vitimadas, dizendo: “eu, sim [me considero vítima]. Toda essa rua, toda Florianópolis é vítima. Vítima ambiental, vítima, no nosso caso, física”. As falas de Roberto e Terezinha indicam uma ampliação significativa da noção de vitimização para além do sujeito humano individual. Quando Roberto afirma que “até os bichos” foram vítimas, ele rompe com uma visão antropocêntrica da dor e do dano, reconhecendo que o rompimento da lagoa de evapoinfiltração afetou o ecossistema como um todo.

Terezinha, por sua vez, amplia a noção de vítima em duas direções. Primeiro, quando diz que “toda essa rua, toda Florianópolis é vítima”, ela insere a coletividade no campo do sofrimento e da responsabilização, afirmando que o impacto ultrapassa os limites geográficos do desastre imediato. Em seguida, ela diferencia os tipos de vitimização, ao nomear a experiência como “vítima ambiental” e “vítima física”, evidenciando que há múltiplas camadas de dano, tanto materiais quanto simbólicas.

Essas compreensões ressoam com o que White (2018) propõe ao defender uma abordagem ecológica da vitimização, baseada no conceito de dano social. Em vez de restringir

o reconhecimento do sofrimento às vítimas legalmente estabelecidas — em geral, indivíduos ou grupos humanos diretamente afetados —, essa abordagem permite incorporar formas de vida não humanas e o próprio ambiente como sujeitos atingidos. Essa perspectiva se mostra especialmente relevante em contextos como o da Lagoa da Conceição, onde o rompimento não apenas destruiu propriedades e afetou moradores, mas feriu um ecossistema inteiro, deixando marcas duradouras na paisagem, nos modos de vida e nas formas de habitar.

Por outro lado, Chico expressa desconforto com essa identidade: “não, eu não gosto dessa posição de vítima. Detesto, na verdade. Assim, eu sei que às vezes a gente é, mas assim, tu é vítima, tu não, tu não pode fazer nada. Eu gosto de ser o responsável”. Sua fala revela uma tentativa de buscar protagonismo e agência, ainda que reconheça o sofrimento vivido.

A fala de Chico, que expressa incômodo com o rótulo de “vítima”, pode ser compreendida à luz de um referencial que questiona a passividade geralmente associada a essa identidade. Assim como pessoas afetadas pela indústria do amianto (Natali; Suman; Budó, 2019) recusavam o termo por não se reconhecerem como frágeis ou impotentes, Chico prefere ser visto como “responsável”, ele reivindica protagonismo, agência e capacidade de resistência diante do sofrimento.

Essas diferentes formas de reconhecimento mostram como o entendimento de “ser vítima” não se limita a um aspecto técnico ou jurídico, mas atravessa dimensões emocionais, políticas e éticas. A vitimização, longe de ser um lugar fixo, é também um campo de disputa simbólica e política sobre o modo como as pessoas atingidas querem ser reconhecidas. Ser vítima, para a maioria das pessoas entrevistadas, não significa ocupar um lugar de passividade, mas assumir uma posição de denúncia, pertencimento e mobilização. É a partir dessa condição que as moradoras e moradores se compreendem como sujeitos de direitos, exigindo reparação e responsabilização.

Assim, há convergência entre os discursos de Chico e das demais pessoas entrevistadas acerca da tentativa de ressignificar o papel de vítima. A vitimização não é vista como uma identidade fixa ou um lugar de fragilidade, mas como ponto de partida para a ação política, a construção de pertencimento e a exigência de reparação. Embora Chico prefira não se nomear como vítima, a crítica que faz à ideia tradicional desse termo está alinhada com a ressignificação coletiva proposta por outros entrevistados e entrevistadas. Todos compartilham a rejeição à passividade e a afirmação de que ser atingida ou atingido pode significar ter voz, agência e poder de reivindicação.

3.2.4 Síntese da análise dos dados: “memória” e “naturalização do dano” como categorias analíticas em constante tensão a partir da categoria “estranhamento”

A coleção de falas densas, impactantes e conscientes às quais tive acesso graças à abertura e generosidade das pessoas entrevistadas me permitiram ter contato com perspectivas ricas e diversas das questões socioambientais envolvendo a Lagoa da Conceição, antes e após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração. Diante da complexidade e da recorrência dos sentidos mobilizados nas narrativas, tornou-se necessário elaborar categorias analíticas mais abstratas, capazes de organizar essas experiências sem reduzir sua densidade, evidenciando os núcleos de significado que estruturam os relatos.

Nesse sentido, proponho três categorias centrais: “memória”, “naturalização do dano” e “estranhamento”. Resumidamente, a “memória” reúne lembranças afetivas, práticas culturais, vínculos com o território e formas de resistência e organização popular. A “naturalização do dano”, por sua vez, diz respeito às estratégias institucionais de desresponsabilização, ao apagamento dos impactos e à burocratização da reparação, bem como ao esvaziamento progressivo da percepção pública sobre a degradação ambiental, que passa a ser tratada como algo inevitável ou ordinário. O “estranhamento” emerge justamente no ponto de fricção entre essas duas dimensões: é o choque entre o que foi vivido e lembrado pelas pessoas atingidas e aquilo que é narrado, minimizado ou silenciado nos discursos oficiais. Passo, a seguir, a elaborar com mais detalhe cada uma dessas categorias, e a relacioná-las.

A “memória”, enquanto categoria, emerge do que estava colocado, originalmente, como primeiro eixo temático do roteiro das entrevistas: as lembranças mais antigas das pessoas sobre a Lagoa. Quando se mudaram, o que lhes agradava, porque decidiram ficar e o que faziam nas décadas idas foram alguns dos temas recorrentes nos relatos, que evocam um passado marcado por uma relação cotidiana com o território, descrito como um ambiente preservado, de tranquilidade e sociabilidade marcantes: “era uma água muito limpa”, “era muito bucólico, era muito tranquilo”, “era menos prédio, menos gente”.

Um elemento que foi de grande valia para compreender melhor como era a Lagoa do passado foi o fato de que vários entrevistados estavam familiarizados com aquele ambiente há décadas. Isso foi essencial para traçar um panorama do passado do bairro, com seus encantos, seus conflitos, seus modos próprios de existir. Ao mesmo tempo, contar com alguém que havia se mudado recentemente, como Benta, trouxe um contraponto importante: revelou as rupturas e outras formas de perceber e viver o território. As diferentes nuances dos relatos, suas

convergências e divergências, foram indispensáveis para a compreensão (ou, ao menos, tentativa de compreensão) da complexidade dos processos vividos por aquela comunidade.

A partir das falas registradas, ficou evidente o enraizamento afetivo com o território, desde a chegada ao bairro até as relações que foram ali construídas através das famílias, vizinhos, atividades de lazer, trabalho e cultura, sempre com a Lagoa como plano de fundo essencial. Plano de fundo, na verdade, talvez não seja a expressão mais correta: nos relatos, a Lagoa aparece como cenário, mas também como personagem. A relevância conferida à Lagoa nos relatos, por si só, caracteriza uma perspectiva ecocentrista e vai na contramão das racionalidades modernas hegemônicas que ao objetificar, mercantilizar o espaço, o tornam passível de exploração e devastação (Escobar, 2011; White, 2018). A experiência compartilhada pelos moradores aponta para um modo específico de habitar, que envolve pertencimento, cuidado e reciprocidade e desafia a separação entre o ser humano e o ambiente (Krenak, 2020).

A “memória” também se constrói como herança intergeracional. Quando uma entrevistada, Thaliny, afirma que o pai “traz algumas lembranças da Lagoa da época que ele conhecia, que eu não peguei”, evidencia-se a transmissão de sentidos e afetos que ultrapassam a experiência individual, conectando diferentes tempos históricos do território. Além das lembranças do ambiente natural, a “memória” se manifesta nas práticas culturais e comunitárias que constituem formas de resistência. A renda de bilro, descrita como “uma prática cultural, uma prática ancestral”, é compreendida não apenas como tradição, mas como afirmação identitária frente às transformações na região. O mesmo ocorre com referências ao casarão como “local de união da comunidade” e às apresentações de boi de mamão, que aparecem como marcos simbólicos da vida coletiva.

A recorrência das menções à perda de fotografias e de bens carregados de valor afetivo, presente em quase todas as entrevistas, evidencia a profundidade e a centralidade dessas ausências, que com frequência permanecem à margem da consideração institucional. Não se trata apenas de prejuízos materiais, mas de uma ruptura simbólica: objetos que condensavam histórias, vínculos e trajetórias de vida foram irremediavelmente apagados. Essa supressão constitui, portanto, uma agressão direta à “memória”.

Ainda, após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, as narrativas das pessoas atingidas assumem um papel central não apenas como relatos de experiência, mas como registro e afirmação de uma versão dos acontecimentos que se opõe à narrativa institucional hegemônica. Em um contexto marcado pela produção de discursos oficiais que tendem a minimizar os impactos, diluir responsabilidades e enquadrar o evento como episódio isolado

ou inevitável, as falas dos moradores e moradoras operam como contranarrativa. Ao rememorar a Lagoa de antes e contrastá-la com o presente degradado, essas lembranças inscrevem o rompimento em um processo histórico mais amplo de negligência, urbanização predatória e esvaziamento do cuidado com o território. Assim, a memória das pessoas atingidas torna-se também um gesto político, fundamental para impedir o apagamento do ocorrido e para sustentar uma leitura crítica do rompimento.

A “memória”, nesse sentido, não se limita ao passado, mas se atualiza em ações de cuidado, apoio mútuo e mobilização política. Os relatos sobre grupos de mulheres, encontros mediados por profissionais da psicologia e experiências de solidariedade revelam a memória como prática viva, capaz de produzir acolhimento e fortalecer laços comunitários em contextos de sofrimento. A organização de manifestações, exposições de arte e eventos periódicos para “não deixar a cidade esquecer do que tinha acontecido” evidencia que lembrar é também um ato político, uma estratégia de enfrentamento ao apagamento e à naturalização do dano.

Há uma distinção fundamental entre compreender o passado como mera soma de acontecimentos narrados pelos vencedores - o que seria a perspectiva da história -, e abordá-lo a partir da memória. A memória amplia o olhar para aquilo que não chegou a se realizar porque foi derrotado, silenciado ou destruído. Nessa segunda perspectiva, os vencidos não aparecem como dano colateral do progresso, mas como sujeitos cuja experiência exige uma reconstrução ativa do passado. Inspirado em Walter Benjamin, esse olhar propõe compreender a história a partir do ponto de vista dos oprimidos, revelando que o chamado “estado de exceção” não é episódico, mas uma condição permanente de vida para muitos. Assim, a memória torna-se um instrumento crítico para interpretar a realidade, evidenciando que outros projetos, trajetórias e futuros foram interrompidos, e que a história poderia ser escrita de outra forma (Beiras, 2011, p. 42-43).

Essas lembranças, enfim, não operam apenas como registros nostálgicos, mas como referências concretas de um modo de vida que foi profundamente transformado, produzindo um contraste permanente com o presente. Nos relatos, essas memórias não vinham soltas, mas acompanhadas de comparações, de sentimentos de perda, de revolta. O avanço de uma urbanização desordenada e seletiva, aliado à ausência de políticas públicas de saneamento e preservação, vem corroendo a estrutura ecológica, social e afetiva da Lagoa. As falas oscilam entre a saudade de uma paisagem viva e de uma comunidade vibrante, e a indignação diante da degradação e do abandono. É justamente nessa dimensão, de percepção do espaço e dos danos, que a categoria “memória” colide com a “naturalização do dano”.

Passo, então, à próxima categoria, a “naturalização do dano”, que se refere tanto às práticas institucionais e a procedimentos burocráticos que, ao longo do tempo, são dinamizados para tornar a degradação ambiental e a violação de direitos algo rotineiro e, em certa medida, aceitável; quanto à percepção social que emerge desse processo, na qual a degradação deixa de ser compreendida como dano e passa a ser assimilada como parte da normalidade cotidiana. Quando ocorre um evento de gravidade extrema e facilmente identificável pela população em geral, como foi o rompimento, a “naturalização do dano” atua para menosprezar os efeitos danosos da ocorrência e dirimir a responsabilização dos entes relacionados ao evento.

Um bom exemplo de como essa naturalização atua está na experiência compartilhada por Terezinha quando, há décadas, buscou o poder público para garantir a instalação do sistema de tratamento sanitário na Servidão. Ela enfrentou inúmeros entraves burocráticos e desinteresse do poder público. Quando finalmente logrou êxito em sua empreitada, ouviu que a sua rua não merecia tal benesse, e que ela havia conquistado aquilo por meio de trabalho árduo. Fica implícito, aqui, que a ausência de garantia de um direito básico (tratamento de esgoto) foi tratada como um privilégio. A ausência do poder público naquele espaço, portanto, era naturalizada. Ao mesmo tempo, a própria dificuldade, relatada por Terezinha, para mobilizar mais moradores para reivindicar a instalação do sistema pode ser interpretada como um reflexo de como essa naturalização acaba sendo incorporada pelos cidadãos.

Essa mesma “naturalização” é percebida no modo como a CASAN e o Estado lidaram com os efeitos devastadores do rompimento. Os relatos sobre a invasão das casas, a retirada indiscriminada de pertences e o descarte dos objetos “no meio da rua” revelam que, em nome de uma alegada reparação rápida, novas violências foram produzidas. A sensação de que o objetivo era “limpar a sujeira que eles tinham feito o mais rápido possível” aponta para uma lógica de apagamento dos vestígios do desastre, em que o sofrimento das pessoas é secundarizado frente à necessidade de restaurar uma aparência de normalidade.

Outro elemento central da “naturalização do dano” está na burocratização da reparação. As falas sobre a necessidade constante de “lembrar a CASAN” de prestar o auxílio necessário à população atingida indicam que o reconhecimento dos direitos não foi automático, mas condicionado à insistência contínua dos atingidos. A exigência de notas fiscais, fotos e múltiplos orçamentos para o pagamento pelos danos materiais desconsidera completamente o contexto de trauma, perda e desorganização vivenciado pelas famílias. Ao ignorar o estresse pós-traumático e a dificuldade de lembrar ou organizar documentos, a instituição transforma a reparação em um processo extenuante, que transfere às vítimas o ônus da prova.

Nesse sentido, o relato de que moradores aceitaram propostas reduzidas de indenização por danos morais “por puro esgotamento” é emblemático. Após a produção do dano, instaura-se um processo prolongado de desgaste que empurra as pessoas atingidas a aceitarem condições impostas, não por concordância, mas por exaustão física e emocional. Esse mecanismo integra uma estratégia de gestão do conflito que, ao mesmo tempo em que busca recompor a imagem da companhia, contribui para a redução de seus encargos e responsabilidades. O desejo recorrente de “só querer finalizar” revela como a exposição contínua à incerteza, à burocracia e à necessidade permanente de reivindicação transforma a reparação em mais uma fonte de sofrimento, operando, na prática, como fator de silenciamento progressivo das demandas por justiça.

A “naturalização do dano” pode ser identificada também nos relatórios oficiais produzidos pela CASAN após o rompimento da lagoa de evapoinfiltração, que revelam uma tentativa de construir uma narrativa centrada na eficiência administrativa e na pronta resposta institucional ao episódio. A ênfase recai sobre a rapidez das ações emergenciais, a mobilização de equipes e a execução de medidas de contenção, limpeza e assistência social. No plano ambiental, os documentos buscam minimizar os efeitos do extravasamento, apontando para uma rápida recuperação dos parâmetros de balneabilidade, ausência de toxicidade aguda e impactos supostamente localizados. Entretanto, quando contrapomos esse discurso institucional ao das moradoras e moradores atingidos, a assimetria de percepções torna-se evidente. A escuta dos atingidos, nesse sentido, permite acessar sentidos que extrapolam o discurso técnico ou institucional.

A atuação da CASAN e do Estado diante do rompimento pode ser compreendida a partir das técnicas de neutralização dos crimes de Estado descritas por Zaffaroni (2007). A “negação da responsabilidade” aparece na tentativa de atribuir o desastre às chuvas, ignorando os alertas prévios feitos pelos moradores; a “negação da lesão” se manifesta na minimização dos danos por meio de indenizações insuficientes e de um tratamento burocrático que desconsidera a profundidade do sofrimento vivido; a “negação da vitimização” é expressa na desconfiança em relação às falas das pessoas atingidas e na dificuldade institucional de reconhecê-las como vítimas de um crime ambiental; e a “apelação a lealdades mais elevadas” surge nos discursos que minimizam problemas infraestruturais em nome do desenvolvimento urbano, do turismo e da imagem da cidade.

Na fala das pessoas entrevistadas, a CASAN, como empresa pública de saneamento, é reconhecida como a principal responsável direta pelo rompimento, mas os moradores não deixam de apontar também a responsabilidade do Estado, da prefeitura e dos órgãos de controle

ambiental. Para eles, o crime ambiental cometido tem como coautores aqueles que, por ação ou omissão, permitiram a continuidade de um modelo de urbanização predatório, a privatização de áreas de uso comum e a desregulamentação das políticas públicas de proteção ecológica.

A última categoria de análise surge exatamente das incongruências entre o presente e o passado, entre o discurso institucional e as falas das pessoas atingidas. Decidi chamar essa categoria de “estranhamento” por ter sido esse o sentimento que me atravessou ao ter uma visão global do material reunido em campo. Conseguia enxergar claramente elementos ligados às lembranças da Lagoa do passado, de um lado, e o sentimento de perda e degradação do ambiente e de trauma pós-rompimento, do outro. Faltava, entretanto, algo que unisse essas categorias de modo a possibilitar uma análise mais coesa do meu objeto de estudo. O que havia ali, entretanto, era um descompasso, e trago essa incoerência como categoria analítica.

Esse “estranhamento” aparece, em primeiro lugar, na comparação explícita entre passado e presente. Ao confrontar “o que era a Lagoa quando eu conheci” e “o que é hoje”, os relatos evidenciam uma fratura significativa no território: as práticas antes cotidianas e socialmente significativas, como o banho na lagoa, os encontros frequentes entre vizinhos e eventos culturais, “aquilo que era mais sagrado” para as pessoas que ali viviam, foi profundamente alterado. O sentimento de não se sentir “confortável” ou “segura” ao entrar na água traduz a transformação do espaço de cuidado e prazer em um lugar de ameaça, medo e desconfiança. A percepção de que “o progresso veio e acabou com tudo” sintetiza essa ambivalência, revelando uma crítica direta a um modelo de desenvolvimento que produz crescimento urbano e econômico à custa da destruição dos ecossistemas e das formas de vida locais.

Um aspecto que apareceu de forma recorrente nas entrevistas e pode ser compreendido, também, como uma forma de “estranhamento”, foi a perda dos espaços públicos de convívio. Os moradores falam com pesar sobre como certos lugares, antes destinados ao encontro e ao lazer, foram sendo privatizados, cercados, poluídos ou simplesmente tornaram-se inóspitos diante do trânsito intenso. Esse afastamento do território não é apenas físico: ele é também simbólico e político. É uma forma de ruptura das possibilidades de convivência e, portanto, da própria construção da memória coletiva. Afinal, a ausência de espaços para compartilhar, reviver e repassar as histórias vividas vai aos poucos asfixiando essas memórias.

Essa reconstrução do cenário prévio ao rompimento é central para compreender seus impactos e questionar o discurso de que o rompimento teria se originado de elementos externos e não manejáveis (no caso, a chuva). Mais do que um dano pontual, o rompimento é símbolo do agravamento de um processo de esvaziamento simbólico, ambiental e social que já vinha

sendo vivenciado. A própria lagoa de evapoinfiltração dera sinais de colapso dias antes do ocorrido: houve vazamentos, registros em vídeo, contatos com a CASAN. E é precisamente por isso que as pessoas atingidas recusam a ideia de que o rompimento foi um acidente. O discurso oficial, que aponta para a imprevisibilidade do evento, é interpretado pelos moradores como uma nova violência, uma tentativa de apagar a responsabilidade, de desqualificar os saberes locais. O rompimento da lagoa de evapoinfiltração foi, nas palavras dos próprios moradores, anunciado e ignorado.

A partir desse “estranhamento”, a “memória” transforma-se em consciência crítica: a destruição não é natural, mas fabricada, produto de escolhas políticas, de omissões institucionais e do favorecimento de interesses privados. As falas das pessoas atingidas se articulam com o que apresentei no capítulo 2, sobre a história da Lagoa da Conceição, que mostra como sua transformação em vitrine turística levou a proliferação de problemas urbanos. A Lagoa virou cartão-postal, mas as bases que sustentam esse movimento político eram fracas, até que romperam (Kuhnen, 2002; Vaz, 2008; Hauff, 1996; Silva, 2002, Wedy *et al.*, 2008; Couto, 2023).

Nesse cenário, a “memória” serve como uma forma de resistência à “naturalização do dano”. Ao rememorar uma Lagoa da Conceição viva, integrada à vida comunitária e repleta de significados afetivos, os moradores constroem uma narrativa que se contrapõe ao discurso institucional de inevitabilidade ou banalização da tragédia. Essa memória coletiva denuncia o contraste da Lagoa de outrora com sua condição atual, degradada. Em vez de aceitarem passivamente o desastre como um acaso técnico ou efeito colateral do “progresso”, as entrevistadas e entrevistados compartilham lembranças que resgatam a densidade histórica e afetiva ao território, apontando o rompimento como parte de um processo contínuo de negligência e violência ambiental.

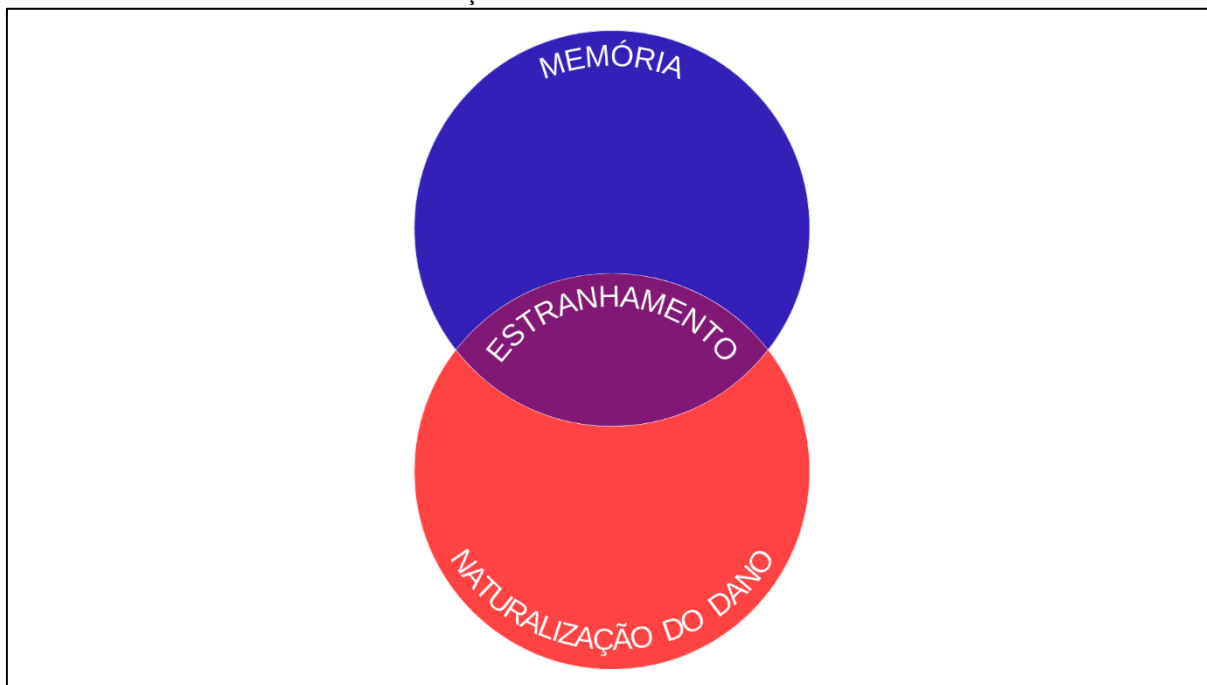
Embora não garanta a não repetição da violência, a memória é condição essencial para reconhecê-la, interromper seu apagamento e disputar os sentidos do passado, impedindo que o dano continue sendo produzido pela negação e pelo silêncio. É possível identificar no testemunho uma noção central para a compreensão dos danos socioambientais. Trata-se de uma forma de comunicação do dano e da violência sofrida que ultrapassa descrições técnicas ou abstratas, permitindo tornar inteligível aquilo que foi vivido pelas vítimas. Ao acionar a memória coletiva, essas narrativas possibilitam o reconhecimento social do dano, sua denúncia pública e a construção de demandas por responsabilização, reparação e não repetição. Nesse sentido, o testemunho cumpre também uma função terapêutica e política, ao inscrever

experiências de sofrimento produzidas por ações e omissões institucionais no campo da memória social e da disputa por justiça (Budó; Silva Filho; Melchior, 2025, p. 17-19).

Recordar torna-se um gesto político. As mobilizações populares, as manifestações artísticas e os esforços constantes para não deixar o acontecimento cair no esquecimento são expressões dessa resistência. A memória aqui não é só individual, mas compartilhada e insurgente, tensionando as versões oficiais, que “culpam a chuva para tirar o corpo”, como colocou Benta. Ao reconstituir suas narrativas, os moradores e moradoras reafirmam seu pertencimento e recusam a lógica de desresponsabilização e apagamento. Assim, a “memória” transforma-se em território de disputa simbólica.

Para representar visualmente essas categorias, apresento a imagem de dois círculos (“memória” e “naturalização do dano” se sobrepondo na zona do “estranhamento”) expressa bem esse embate, que ultrapassa o caso da Lagoa da Conceição e pode ser aplicado a outras situações de injustiça socioambiental. Colocar o círculo da memória acima da naturalização é uma maneira de representar a tensão e pressão que uma categoria cria sobre a outra.

Figura 17 – Diagrama de Venn em que são apresentadas as categorias “memória”, “naturalização do dano” e “estranhamento”



Fonte: elaborado pela autora (2026).

Essa representação gráfica permite evidenciar que as categorias não operam de forma isolada ou sucessiva, mas em permanente tensão. A área de sobreposição expressa justamente o “estranhamento” como experiência produzida no choque entre aquilo que é lembrado, vivido

e narrado pelas pessoas atingidas e os processos institucionais que tendem a banalizar, administrar ou silenciar o dano. Trata-se de um espaço instável, onde a violência ainda não foi completamente naturalizada, mas tampouco plenamente reconhecida, revelando a disputa em curso pelos sentidos do ocorrido.

A escolha de posicionar o círculo da “memória” acima do da “naturalização do dano” não é aleatória: ela simboliza a pressão exercida pelas narrativas insurgentes e pela mobilização popular sobre os mecanismos de apagamento e desresponsabilização. A “memória”, nesse esquema, não aparece como resíduo do passado, mas como força ativa que tensiona a normalização da degradação e mantém o conflito aberto. Ao mesmo tempo, essa imagem ultrapassa o caso específico da Lagoa da Conceição, sendo aplicável a outros contextos de injustiça socioambiental, nos quais a persistência da memória coletiva impede que o dano seja plenamente absorvido como rotina e afirma o “estranhamento” como condição para a crítica, a mobilização e a reivindicação por justiça.

Quando Nilmar afirma que “as lembranças são vida também”, sintetiza-se o sentido profundo dessa categoria: a memória funciona como fonte de vitalidade, identidade e resistência. Ela preserva o significado do território para além da degradação ambiental, sustenta a crítica às narrativas oficiais e mantém vivo o vínculo entre pessoas, lugar e história, reafirmando que aquilo que foi vivido continua a produzir sentido no presente.

É nesse sentido que as narrativas recolhidas nesta dissertação revelam sua potência insurgente. Elas não apenas denunciam o ocorrido, mas constroem sentidos, mobilizam afetos, produzem conhecimento. A escuta das pessoas atingidas permitiu acessar camadas que os relatórios técnicos e os discursos oficiais não captam. A justiça que se busca é aquela que impede o esquecimento, que honra a vida como ela foi e como ainda pode ser. Essa justiça não se mede em cifras, mas em escuta, presença e transformação.

Assim, o rompimento da CASAN torna-se não apenas objeto de estudo, mas catalisador de reflexões mais amplas sobre justiça socioambiental, direito à cidade e memória coletiva. Ao centrar a narrativa nas pessoas atingidas, este capítulo buscou não só documentar uma tragédia local, mas também contribuir para a construção de um campo epistemológico e político em que os saberes populares sejam reconhecidos como centrais na disputa por um mundo mais justo e sustentável.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação teve como ponto de partida a inquietação diante do rompimento da lagoa de evapoinfiltração da CASAN, ocorrido em janeiro de 2021, na Lagoa da Conceição. Mais do que compreender o evento em si, o problema que orientou esta pesquisa foi investigar de que forma as pessoas atingidas perceberam, vivenciaram e ressignificaram o rompimento, e se o interpretaram como um episódio isolado ou como parte de um processo mais amplo de degradação ambiental, negligência institucional e violação de direitos. Busquei, assim, deslocar o olhar do fato técnico para a experiência vivida, do evento isolado para o contexto que o precedeu.

A escolha metodológica de priorizar as vozes das pessoas atingidas se mostrou fundamental. Ao invés de analisar o rompimento apenas pelos dados técnicos ou pela jurisprudência, optei por escutar as histórias de quem viveu o desastre em primeira pessoa. Essa escuta, situada e comprometida, permitiu que emergissem sentidos muitas vezes apagados pelos discursos oficiais. A dor das moradoras e dos moradores não é apenas emocional: ela é política, histórica, simbólica. A articulação dos relatos ouvidos em campo com os referenciais teóricos críticos da criminologia verde do Sul se mostrou adequada para alcançar os objetivos deste trabalho.

No segundo capítulo, foram apresentados os fundamentos teóricos da dissertação. Na primeira parte, discuti aspectos próprios do marco teórico da criminologia verde do Sul, uma abordagem que questiona as estruturas de poder e foca no dano social em vez da legalidade formal. Apresentei como eixos temáticos relevantes o crime estatal-corporativo, a vitimologia corporativa, a necropolítica, e a memória como ferramenta de resistência contra o silenciamento das vítimas. Assim, o capítulo estabelece o embasamento teórico necessário para compreender a complexidade dos danos ambientais como fenômenos não apenas ecológicos, mas também sociais e políticos.

Ainda no segundo capítulo, discorri sobre a história da Lagoa da Conceição, desde a os primeiros povos nativos (sambaquis e carijós), até os colonizadores açorianos; dos primeiros assentamentos até o crescimento urbano desordenado que, aliado à má-governança, gerou uma degradação ambiental progressiva décadas antes do rompimento, com destaque para a ineficiência crônica do sistema de tratamento de esgoto. Aqui, foi muito importante ter acesso a trabalhos empíricos anteriores ao meu, pois permitiu recuperar memórias e percepções de moradoras e moradores ao longo das décadas, revelando que os conflitos socioambientais já estavam profundamente enraizados na experiência cotidiana do território. Enfim, na última

parte do mesmo capítulo, trato do rompimento em si, me valendo de reportagens e relatórios institucionais para reconstruir o dia dos fatos.

Já no terceiro capítulo, relatei minha trajetória no campo e busquei, com o máximo de fidedignidade, apresentar as narrativas das pessoas entrevistadas, por quem a Lagoa foi descrita não apenas como um espaço físico, mas como um lugar de identidade, memória e pertencimento. As entrevistas evidenciaram o contraste entre um passado marcado por tranquilidade, proximidade com a natureza e maior coesão social, e um presente vivenciado maculado pela degradação ambiental, pelo crescimento urbano desordenado e pelo trauma causado pelo rompimento da lagoa de evapoinfiltração. Assim, os relatos demonstraram que os danos do desastre não são isolados, mas inseridos em um processo contínuo de transformação que afeta profundamente o modo como os moradores significam o espaço e a si mesmos.

A escuta das pessoas atingidas evidencia a percepção crítica de que o rompimento não foi um simples acidente, mas o ponto culminante de um processo prolongado de negligência ambiental, omissão estatal e gestão inadequada do saneamento. A CASAN, enquanto agente direto do rompimento, e o Estado, como corresponsável, são duramente criticados nas falas. Os relatos mostram que sinais de colapso foram percebidos e comunicados previamente às autoridades, sem que providências efetivas fossem adotadas. Esse dado empírico confronta diretamente o discurso institucional que buscou enquadrar o episódio como uma fatalidade causada por chuvas intensas, revelando uma tentativa de neutralização da responsabilidade.

Ao longo do capítulo, fica evidente que a ideia de justiça defendida pelos moradores vai além da responsabilização técnica ou compensações financeiras: trata-se de uma justiça que reconheça o sofrimento, preserve a memória, reconstrua os laços sociais e impeça que esse tipo de violência se repita. As falas carregam uma potência insurgente, pois não apenas denunciam, mas produzem sentidos e conhecimentos sobre o que foi vivido. Assim, ao dar centralidade às narrativas dos atingidos, o capítulo contribui para uma abordagem crítica da justiça socioambiental, valorizando os saberes populares como ferramentas legítimas para enfrentar os danos históricos e propor caminhos de transformação coletiva.

Outro achado central da pesquisa é a multidimensionalidade do dano, que extrapola amplamente o campo material (Colognese, 2022). Há danos físicos, decorrentes do contato com água contaminada; danos psicológicos profundos, como medo persistente, crises de ansiedade, insônia e sintomas de estresse pós-traumático; danos econômicos, relacionados à perda de renda, moradia e estabilidade; e danos culturais e simbólicos, expressos na destruição de fotografias, objetos herdados, registros familiares e memórias de uma vida inteira. Como

expressaram os moradores, “as lembranças são vida também”, e sua perda não encontra reparação possível nos marcos tradicionais da indenização.

A menção à perda de fotografias e bens de valor sentimental por quase todas as pessoas entrevistadas revelam a grandiosidade que essas perdas representam, e que ficam muitas vezes às sombras. Essa dimensão representa não uma perda material, apenas, mas simbólica, de representatividade desses objetos. Trata-se de um atentado à memória. Nesse sentido, é possível estabelecer uma relação entre a degradação gradual do ambiente ao longo dos últimos anos, e a perda abrupta de objetos com valor de memória, como se essa fosse a materialização do que vinha se dando nas últimas décadas.

A dissertação também revela a centralidade da organização comunitária e da ação coletiva. Diante da ausência de respostas adequadas do poder público, os moradores se mobilizaram para garantir apoio material, emocional e político. Casas se tornaram pontos de acolhimento; a arte foi articulada como forma de elaboração do trauma e denúncia; e a atuação do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) foi fundamental para nomear o ocorrido como rompimento de barragem, fortalecer a estratégia coletiva e evitar a fragmentação das lutas. A ação coletiva aparece, assim, como condição de possibilidade para a reivindicação de direitos e para a preservação da memória.

Diante da recorrência de sentidos mobilizados nos relatos, elaborei três categorias analíticas centrais (“memória”, “naturalização do dano” e “estranhamento”), capazes de organizar essas experiências sem esvaziá-las. A “memória” reúne lembranças afetivas, práticas culturais, vínculos com o território e formas de resistência coletiva; a “naturalização do dano” diz respeito aos processos institucionais e sociais que banalizam a degradação ambiental e a violação de direitos; e o “estranhamento” emerge no ponto de tensão entre essas dimensões, como o choque entre o vivido pelas pessoas atingidas e as narrativas oficiais que minimizam ou silenciam o ocorrido.

A categoria “memória” mostrou-se fundamental para compreender o enraizamento afetivo e histórico da comunidade com a Lagoa, evidenciando um modo de habitar marcado por pertencimento, cuidado e reciprocidade. Essas lembranças, intensificadas após o rompimento, não operam apenas como registros do passado, mas como contranarrativa política frente aos discursos institucionais hegemônicos, denunciando perdas materiais e simbólicas, o avanço de um modelo de urbanização predatório e a continuidade do dano socioambiental. Ao articular-se com o “estranhamento” e confrontar a “naturalização do dano”, a “memória” transforma-se em força ativa de resistência, mobilização e reivindicação por reconhecimento,

justiça e reparação, permitindo compreender o rompimento não como um evento isolado, mas como parte de um processo histórico mais amplo de negligência ambiental e social.

No plano teórico, esta pesquisa contribui para o campo da criminologia e do Direito ao reafirmar a importância de uma leitura ampliada do dano, que não se restringe ao ilícito penal nem às categorias jurídicas tradicionais. Ao adotar a perspectiva do dano social e da criminologia verde do Sul, a dissertação desloca o foco da legalidade formal para os efeitos concretos das práticas estatais e corporativas sobre vidas humanas e não humanas. A articulação das categorias “memória”, “naturalização do dano” e “estranhamento” constitui uma contribuição importante, pois retrata uma dinâmica que não se restringe à experiência do rompimento ocorrido na Lagoa da Conceição. Aqui, trato da “memória” não como nostalgia, mas como prática política de resistência ao apagamento.

A experiência da Lagoa da Conceição demonstra que a justiça tradicional tende a reduzir danos complexos a cifras e procedimentos, desconsiderando dimensões afetivas, simbólicas e territoriais. Do ponto de vista prático, os resultados reforçam a urgência de rever modelos de urbanização e de saneamento ineficientes, de fortalecer mecanismos de fiscalização preventiva e de instituir formas reais de governança participativa, capazes de incorporar os saberes e alertas das comunidades locais.

É necessário reconhecer, contudo, as limitações desta pesquisa. O número de entrevistas realizadas foi reduzido, embora tenha possibilitado uma escuta densa e uma análise qualitativa consistente. Pesquisas futuras poderiam ampliar o número de participantes e incorporar metodologias multissensoriais, como a utilização de fotografias, que contribuiriam para acessar de forma mais sensível a experiência das pessoas atingidas. Ainda assim, é importante destacar que o material reunido não se esgotou: novas abordagens poderiam ser aplicadas às entrevistas, explorando mais a fundo, por exemplo, o uso da arte como dispositivo de resistência e cuidado, ou aprofundando a comparação entre os discursos institucionais da CASAN e do Estado e as narrativas da população impactada de forma mais direta e aprofundada.

Outro desdobramento futuro possível seria a realização de uma análise comparativa entre os rompimentos da lagoa de evapoinfiltração da Lagoa da Conceição e o ocorrido no bairro Monte Cristo, de modo a identificar padrões de atuação institucional, seletividade na resposta estatal e possíveis expressões de racismo ambiental. Além disso, caberia aprofundar o papel das mulheres (como Andrea, Terezinha e Thaliny) na linha de frente da mobilização popular, investigando os impactos específicos de gênero nos processos de reparação. Outra possibilidade relevante seria explorar a vitimologia não humana, considerando o soterramento

de organismos bentônicos, a morte de animais domésticos e a degradação do ecossistema da Lagoa não apenas como perdas materiais, mas como violações do valor intrínseco da vida, o que amplia o debate sobre justiça ambiental para além da lógica antropocêntrica.

Em síntese, esta dissertação demonstra que o rompimento da lagoa de evapoinfiltração não pode ser compreendido como um evento pontual ou naturalizado como acidente. Trata-se de uma expressão concreta de injustiça ambiental, produzida por escolhas políticas, omissões institucionais e um modelo de desenvolvimento que hierarquiza vidas e territórios. Ao centrar a análise nas narrativas das pessoas atingidas, este trabalho reafirma que a justiça não se constrói apenas nos tribunais, mas também na memória, na escuta e na luta coletiva.

Foi a partir da escuta atenta que compreendi que a memória, embora já presente desde o projeto inicial, se colocava agora como eixo central da análise. Não era apenas um elemento entre outros, mas o fio que costura todas as pontas que pareciam dispersas: o que se lembra da Lagoa, o que foi arrastado, literal e simbolicamente, pela força da água, os vínculos afetivos e comunitários perdidos. Tudo isso passa pela memória: por sua perda, por sua reconstrução, por sua resistência. Assim como os estudos sobre a Lagoa, revisados no segundo capítulo, me ajudaram a compreender o chão em que eu pisava, esta dissertação pretende ser mais uma camada dessa história, uma contranarrativa ao que aparece nos relatórios técnicos ou em manchetes dispersas. Esse talvez seja, no fim, o verdadeiro propósito deste trabalho: constituir, também, parte da “memória” como fonte de resistência.

REFERÊNCIAS

ALBERGUINI, Kauê. Vítimas de rompimento de reservatório em SC foram coagidas a aceitar indenização, aponta DPE. **Portal ND+**, Florianópolis, 3 set. 2025. Disponível em: <https://ndmais.com.br/infraestrutura/monte-cristo-a-situacao-2-anos-apos-rompimento-de-reservatorio/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ALESC. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. Águas passadas rasuram destinos – Andrea V Zanella. **Gerência Cultural**, Florianópolis, 2021. Disponível em: <https://gerenciacultural.alesc.sc.gov.br/aguas-passadas-rasuram-destinos-andrea-v-zanella/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ARCARI, Thiago de Liz. **Estimativa de cargas de e. coli e análise espaço-temporal da balneabilidade na Lagoa da Conceição, Florianópolis – SC**. 2015. 103f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/160257>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ASSIS, Leonora Portela. **Planos, ações e experiências na transformação da “pacata” Florianópolis em capital turística**. 2000. 135f. Dissertação (Mestrado em História) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/78670>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e Crítica do Direito Penal**: introdução à sociologia do direito penal. 6. ed. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

BARBOSA, Teresa Cristina. **Ecolagoa**: um breve documento sobre a Ecologia da Bacia da Lagoa da Conceição. Florianópolis: Gráfica Agnus, 2003.

BEIRAS, Iñaki Rivera. La memoria: categoría epistemológica para el abordaje de la historia y las ciencias penales. **Revista Crítica penal y poder**, Barcelona, n. 1, p. 40-55, 2011. Disponível em: <https://raco.cat/index.php/CPyP/article/view/253456/340230>. Acesso em: 7 fev. 2026.

BEIRAS, Iñaki Rivera. Retomando el concepto de violencia estructural. La memoria, el daño social y el derecho a la resistencia como herramientas de trabajo. *In*: BEIRAS, Iñaki Rivera (Coord.). **Delitos de los Estados, de los Mercados y daño social**: debates en criminología crítica y sociología jurídico-penal. Barcelona: Anthropos, 2014.

BISPO, Caroline. **Entre o jazz e o blues**: reflexões etnográficas sobre o encarceramento feminino no Acre em diálogo com Roberto DaMatta. [No prelo], 2026.

BÖHM, Maria Laura. Empresas transnacionais, violações de direitos humanos e violência estrutural na América Latina: um enfoque criminológico. **Revista InSURgência**, Brasília, v. 3, n. 2, p. 125–162, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/insurgencia.v3i2.19722>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BÖHM, María Laura. O delito de mau desenvolvimento. *In*: BUDÓ, Marília Nardin; GOYES, David Rodriguez; SOLLUND, Lorenzo Natali Ragnhild; BRISMAN, Avi (Coord.). **Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul**. São Paulo: Tirant Lo blanch, 2022. p. 123-141.

BORGES, Caroline; AMARAL, Edson. Moradores afetados pela enxurrada em Florianópolis contam prejuízos causados por rompimento de lagoa. **G1 Santa Catarina e NSC TV**, [s.l.], 26 jan. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2021/01/26/moradores-afetados-pela-enxurrada-em-florianopolis-contam-prejuizos-causados-por-rompimento-de-lagoa.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2025.

BRASIL. Ministério da Justiça. Fundação Nacional dos Povos Indígenas. **A presença indígena em Florianópolis**. Brasília: FUNAI, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/arquivos/conteudo/ascom/2018/12-dez/pres-urbana-flori.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2026.

BRISMAN, Avi; BUDÓ, Marília de Nardin; NATALI, Lorenzo; GOYES, David Rodríguez; SOLLUND, Ragnhild. *In*: BUDÓ, Marília Nardin; GOYES, David Rodriguez; SOLLUND, Lorenzo Natali Ragnhild; BRISMAN, Avi (Coord.). **Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul**. São Paulo: Tirant Lo blanch, 2022. p. 14-54.

BROETTO, Valeriana Augusta. Mulheres, clima e a santificação da indiferença: a necessidade de reconstruir o diálogo a partir das relações de poder. **Revista de Direitos Difusos**, [s.l.], v. 70, p. 91-108, jul./dez. 2018. Disponível em: <http://files.harmonywithnatureun.org/uploads/upload891.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

BUDÓ, Marília de Nardin; BISPO, Caroline; CHELOTTI, Júlia de David; MOSER, Manuela. **Women on the March: feminist and decolonial contributions to the criminological debate on abolition**. [Submetido para publicação], 2026.

BUDÓ, Marília de Nardin; PALI, Brunilda. Restorative responses to harms caused by asbestos companies. **Revista de Victimologia/Journal of Victimology**, [s.l.], n. 15, 2023, p. 171-204. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/368243326_Restorative_responses_to_harms_caused_by_asbestos_companies. Acesso em: 3 fev. 2026.

BUDÓ, Marília De Nardin; SILVA FILHO, José Carlos Moreira da; MELCHIORS, Rafaela Bogado. Danos socioambientais e justiça de transição: conjugar o futuro a partir das memórias da “guerra contra a natureza” e da catástrofe colonial. **Revista Crítica Penal y Poder**, Barcelona, n. 28, p. 1-28, maio 2025. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/49059/43841>. Acesso em: 7 fev. 2026.

BUDÓ, Marília de Nardin; SILVEIRA, Alexandre Marques. Sou eu uma vítima? A desinformação como estratégia de desidentificação em experiências de exposição ao amianto. *In*: BUDÓ, Marília Nardin; GOYES, David Rodriguez; SOLLUND, Lorenzo Natali Ragnhild; BRISMAN, Avi (Coord.). **Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul**. São Paulo: Tirant Lo blanch, 2022. p. 309-333.

BUENO, Ayrton Portilho. **Paisagem e morfologia na Ilha de Santa Catarina: estudo dos núcleos iniciais do Ribeirão da Ilha, Santo Antônio de Lisboa e Lagoa da Conceição**. 2015. 167f. Dissertação (Mestrado em arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/156887?show=full>. Acesso em: 3 fev. 2026.

CAPPI, Ricardo. A teorização fundamentada nos dados: um método possível na pesquisa empírica em Direito. *In*: MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o Direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. Lagoa da Conceição: um ano após acidente, 95% das famílias estão indenizadas por danos materiais. **Portal Notícias Casan**, Florianópolis, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://www.casan.com.br/noticia/index/url/lagoa-da-conceicao-um-ano-apos-acidente-95-das-familias-estao-indenizadas-por-danos-materiais#0>. Acesso em: 7 fev. 2026.

CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. **O que é uma Lagoa de Evapoinfiltração**. [S.l.], 2025. Disponível em: https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/images/Noticias_Conteudo/Lagoa%20de%20Evapoinfiltra%C3%A7%C3%A3o.pdf. Acesso em: 6 out. 2025.

CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. **Plano de Monitoramento Ambiental da Lagoa da Conceição**. Florianópolis: Diretoria de Operação e Expansão; Gerencia de Políticas Operacionais, 2021a. Disponível em: [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Plano%20de%20Monitoramento%20da%20Lagoa%20Conceicao\(3\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Plano%20de%20Monitoramento%20da%20Lagoa%20Conceicao(3).pdf). Acesso em: 3 fev. 2026.

CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. **Plano de Recuperação Ambiental Lagoa da Conceição**. Florianópolis: 2021b. Disponível em: [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Plano%20de%20Monitoramento%20da%20Lagoa%20Conceicao\(3\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Plano%20de%20Monitoramento%20da%20Lagoa%20Conceicao(3).pdf). Acesso em: 3 fev. 2026.

CASAN. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento. **Relatório Descritivo e Fotográfico das Ações de Remoção e Destinação de Material da Área Afetada pelo Deslizamento da Encosta de Dunas da Lagoa de Evapoinfiltração**. Florianópolis, 2021c. Disponível em: [https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Relat%C3%B3rio%20Remo%C3%A7%C3%A3o%20e%20Destina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Materiais%20-%20LEI%20-%20Lagoa%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20\(1\).pdf](https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/Relat%C3%B3rio%20Remo%C3%A7%C3%A3o%20e%20Destina%C3%A7%C3%A3o%20de%20Materiais%20-%20LEI%20-%20Lagoa%20da%20Concei%C3%A7%C3%A3o%20(1).pdf). Acesso em: 3 fev. 2026.

CHARMAZ, Kathy. **A construção da teoria fundamentada: um guia prático para análise qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

CHIMAMANDA, Ngozi Adichie. **O perigo de uma história única**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

CHRIST, Caroline Ester. **Mapeamento de áreas suscetíveis ao colapso na bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição**. 2014. 174f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Civil) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129260>. Acesso em: 3 fev. 2026.

COLETIVO KA. Participação da exposição Memória e Trauma. Postagem de fotografias em carrossel. **Instagram**. @coletivo_ka, 10 fotos col., Lagoa da Conceição, 26 jul. 2021. Disponível em: https://www.instagram.com/p/CRzIvoRsml-/?img_index=1. Acesso em: 3 fev. 2026.

COLOGNESE, Mariângela Matarazzo Fanfa. Dano social e vitimização ambiental: o enfoque *green* no caso da tragédia da Samarco. In: BUDÓ, Marília Nardin; GOYES, David Rodriguez; SOLLUND, Lorenzo Natali Ragnhild; BRISMAN, Avi (Coord.). **Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul**. São Paulo: Tirant Lo blanch, 2022. p. 334-350.

COLOGNESE, Mariângela Matarazzo Fanfa; BUDÓ, Marília de Nardin, Limites e possibilidades da criminologia crítica nos estudos dos crimes dos Estados e dos mercados. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 19, n. 1, p. 55-90, abr. 2018. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1071/pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

COUTO, Isabel Pinheiro de Paula. **Análise da eficácia social das normas ambientais a partir do geodireito: estudo de caso da Lagoa da Conceição/SC**. 2023. 152f. Dissertação (Mestrado em Direito) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/252804/PDPC1722-D.pdf?sequence=-1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2026.

DIAS, Bruna Borba; PARIZOTTO, Bianca A.D.M.; BONETTI, Carla. Agentes naturais e antrópicos modificadores da qualidade da água e dos sedimentos nas áreas marginais da lagoa da conceição, SC. **Brazilian Journal of Aquatic Science and Technology**, [s.l.], n. 18, v. 1, p. 33-43, 2014. Disponível em: <https://periodicos.univali.br/index.php/bjast/article/view/3690>. Acesso em: 3 fev. 2026.

EHLERT, Thiago Lorencetti. **Efeito do lançamento de efluente de lagoa de evapoinfiltração sobre vegetação de restinga no Parque Natural Municipal das Dunas da Lagoa da Conceição (Florianópolis, SC)**. 2023. 46f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248735>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ESCOBAR, Arturo. Epistemologías de la naturaleza y colonialidad de la naturaleza. Variedades de realismo y constructivismo. In: MARTÍNEZ, Leonardo Montenegro. **Cultura y Naturaleza**. 1 ed. Bogotá: Jardín Botánico de Bogotá, 2011. p. 50.

EXPOSIÇÃO marca seis meses da tragédia na Lagoa da Conceição. **Portal ND+**, Florianópolis, 26 jul. 2021. Disponível em: <https://ndmais.com.br/cultura/expoicao-marca-seis-meses-da-tragedia-na-lagoa-da-conceicao/>. Acesso em: 18 nov. 2025.

FEDERICI, Silvia. **Repensar, refazer e reivindicar o corpo no capitalismo contemporâneo**. São Paulo: Elefante, 2023.

FLAUZINA, Ana Luiza Pinheiro; FREITAS, Felipe da Silva. Do paradoxal privilégio de ser vítima: terror de Estado e a negação do sofrimento negro no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 135, n. 25, p. 49-71, set. 2017. Disponível em: https://bradonegro.com/content/arquivo/12122018_112348.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

FONSECA, Alessandra. Efeito da drenagem urbana nas características físico-químicas e biológicas da água superficial na Lagoa da Conceição (Florianópolis, SC, Brasil). **Revista Biotemas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 7-16, jun. 2006. Disponível em: <https://biogeoqmar.paginas.ufsc.br/files/2017/07/Biotemas-Fonseca-2006.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

FRANÇA, Karine Agatha. **“Da lama ao caos”**: intersecções entre a criminologia verde do sul e a justiça de transição no testemunho dos atingidos e atingidas pelo dano social estatal-corporativo em Brumadinho/MG. 2022. 233f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/10372>. Acesso em: 7 fev. 2026.

GARCÍA, Anabelle Araya. **Diagnóstico ambiental da Lagoa da Conceição e do Canal da Barra através de indicadores físico-químicos dos sedimentos de fundo e dos indicadores socioambientais**: Florianópolis, Santa Catarina, Brasil. 1999. 332f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária e Ambiental) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1999. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/80691>. Acesso em: 3 fev. 2026.

GOYES, David Rodriguez. Criminologia Verde do Sul. In: BUDÓ, Marília Nardin; GOYES, David Rodriguez; SOLLUND, Lorenzo Natali Ragnhild; BRISMAN, Avi (Coord.). **Introdução à criminologia verde**: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul. São Paulo: Tirant Lo blanch, 2022.

GOYES, David Rodríguez; SOLUUND, Ragnhild; SOUTH, Nigel. Hacia diálogos criminológicos verdes globales. Voces de las Américas y de Europa. **Revista Crítica Penal y Poder**, Barcelona, n. 16, p. 1-8, mar. 2019. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/28567/29195>. Acesso em: 3 fev. 2026.

GUIMARÃES, Juca. Mulheres denunciam machismo nas regras de indenização das vítimas do crime de Mariana. **Brasil de Fato**, São Paulo, 1 fev. 2020. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2020/02/01/mulheres-denunciam-machismo-nas-regras-de-indenizacao-das-vitimas-do-crime-de-mariana/>. Acesso em: 16 set. 2023.

HAUFF, Schirley Noelly. **Diagnóstico ambiental integrado da bacia hidrográfica da Lagoa da Conceição – Florianópolis/SC**. 1996. 151f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1996. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/76530>. Acesso em: 3 fev. 2026.

HODECKER, Maísa; BOUSFIELD, Andreá Bárbara da Silva; FELIPPE, Maíra Longhinotti. “Recupere a Lagoa”: análise barthesiana de imagens pós- desastre na Lagoa da Conceição/SC. **Revista Psicologia, Diversidade e Saúde**, Salvador, n. 12, p. 1-18, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.17267/2317-3394rpd.2023>. Acesso em: 3 fev. 2026.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KUHNEN, Ariane. **Lagoa da Conceição: meio ambiente e meios de vida em transformação**. Florianópolis: Cidade Futura, 2002.

LEDO, Blanca Sierra de; SORIANO-SIERRA, Eduardo. **O ecossistema da Lagoa da Conceição**. Florianópolis: EMAR/CCB/UFSC, 1999.

LEITE, José Rubens Morato; VIANA, Iasna Chaves. A ação civil pública estrutural da lagoa da conceição: perspectivas de governança ecológica sistêmica. **Revista Direito Ambiental e sociedade**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 1-25, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.18226/22370021.v13.n2.17>. Acesso em: 3 fev. 2026.

LISBOA, Leonardo Kleba; TEIVE, Letícia Frozza; PETRUCIO, Maurício Mello. Lagoa da Conceição: uma revisão da disponibilidade de dados ecológicos visando o direcionamento de novas pesquisas no ecossistema. **Revista Biotemas**, [s.l.], v. 21, n. 1, p. 139-146, mar. 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/biotemas/article/view/2175-7925.2008v21n1p139/18989>. Acesso em: 3 fev. 2026.

LOPES, Andréa Regina de Britto Costa. **Valoração ambiental aplicada à qualidade da água da Lagoa da Conceição - Florianópolis/SC**. 2007. 158f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/90105>. Acesso em: 3 fev. 2026.

LUNARDELLI, Diego. **A vila maldita: repressão e política em Desterro no ano de 1894**. 2025. 112f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2025. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/269870>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragens. Em nota, atingidos pela Barragem da Casan repudiam edital de reparação de danos extrapatrimoniais da companhia. **Portal MAB Notícias**, 10 nov. 2021. Disponível em: <https://mab.org.br/2021/11/09/em-nota-atingidos-pela-barragem-da-casan-repudiam-edital-de-reparacao-de-danos-da-companhia/>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MACHADO, Marcos Aurélio. **Avaliação da influência do crescimento populacional na balneabilidade da Lagoa da Conceição, Florianópolis-SC**. 2019. 50f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204370>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MALUF, Sônia Weidner. **Encontros noturnos: bruxas e bruxarias na Lagoa da Conceição**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1993.

MARCHEZAN, Anna Paula. **Análise e interpretação dos instrumentos de governança do sistema de esgotamento sanitário aplicado à Lagoa da Conceição, Florianópolis/SC**. 2023. 62f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/248491>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MARQUES, Carolina Lima. **Pegada antrópica e uso e ocupação da terra na Lagoa da Conceição - Florianópolis, SC: estado atual e projeções futuras**. 2024. 96f. Dissertação (Mestrado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/263795>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MARQUETTI, Lília Mercedes Câmara. **Experiência de Vitimização Ambiental: o caso da Lagoa das Conceição sob a ótica da criminologia verde**. 2022. 81f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/233090>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MÁRQUEZ, Gabriel García. **Cem Anos de Solidão**. 98. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017.

MASO, Tchenna Fernandes; ISAGUIRRE-TORRES, Katya Regina. Conflitos socioambientais da mineração: entre os corpos-territórios das mulheres e as disputas no campo do/no Direito. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 26, n. 1, p. 1-31, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202422pt>. Acesso em: 3 fev. 2026.

MAYER, Sofia; FERNANDES, Carol. 'Tudo soterrado': Adutora rompe e ao menos seis casas são atingidas em Florianópolis. **G1 Santa Catarina e NSC TV**, [s.l.], 30 jul. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2025/07/30/adutora-agua-rompe-casas-atingidas-florianopolis.ghtml>. Acesso em: 6 out. 2025.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte**. Tradução: Renata Santini. São Paulo: N-1, 2018.

MORADORES protestam colocando privadas na Lagoa da Conceição. **G1 Santa Catarina**, Florianópolis, 22 fev. 2013. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/noticia/2013/02/moradores-protestam-colocando-privadas-na-lagoa-da-conceicao.html>. Acesso em: 6 out. 2025.

MOURE, Eduardo Schnitzler. **Avaliação da percepção social sobre os serviços ecossistêmicos e as pressões em uma lagoa costeira como instrumento para a gestão com base ecossistêmica: Lagoa da Conceição (Santa Catarina, Brasil)**. 2024. 149f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/264147>. Acesso em: 3 fev. 2026.

NATALI, Lorenzo. Green criminology, victimización medioambiental y social harm: el caso de Huelva. **Revista Crítica Penal y Poder**, Barcelona, n. 7, Número especial: Daño social, sus causas y sus víctimas, p. 5-34, set. 2014. Disponível em: <https://revistes.ub.edu/index.php/CriticaPenalPoder/article/view/10459/13448>. Acesso em: 3 fev. 2026.

NATALI, Lorenzo; BUDÓ, Marília Nardin de. A sensory and visual approach for comprehending environmental victimization by the asbestos industry in Casale Monferrato. **European Journal of Criminology**, [s.l.], v. 16, n. 6, p. 708–727, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/1477370818788012>. Acesso em: 3 fev. 2026.

NATALI, Lorenzo; SUMAN, Ana Berti; BUDÓ, Marília Nardin de. What about environmental ‘victims’? Methodological reflections for an activist criminology. *In*: CANNING, Victoria; MARTIN, Greg; TOMBS, Steve (Ed.). **The Emerald International Handbook of Activist Criminology**. Leeds: Emerald Publishing Limited, 2019. p. 215-231.

OLIVEIRA, Allan de Oliveira de; BONETTI, Jerbas. Elaboração de um índice de vulnerabilidade social para a Lagoa da Conceição/Florianópolis/SC: um instrumento de apoio na gestão dos impactos das mudanças climáticas na zona costeira. **Geographia Meridionalis**, Pelotas, v. 7, p. 1-25, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.15210/gm.v7i.27581>. Acesso em: 3 fev. 2026.

PINHEIRO, Gabriela. **Aproximação entre Justiça Restaurativa e Justiça Ambiental**: uma análise do rompimento da barragem da CASAN na Lagoa da Conceição. 2023. 70f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Direito) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/248602/TCC%20Gabriela%20Pinheiro.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2026.

PIRES, Álvaro P. Amostragem e pesquisa qualitativa: ensaio teórico e metodológico, *In*: POUPART, Jean; DESLAURIERS, Jean-Pierre; GROULX, Lionel-H.; LAPERRIÈRE, Anne; MAYER, Robert; PIRES, Álvaro P. **A pesquisa qualitativa**: enfoques epistemológicos e metodológicos. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 154-211.

PORTELLA, Marina Dias. **Avaliação da qualidade da água de rios em bacias urbanizadas na bacia da Lagoa da Conceição, Florianópolis (SC)**. 2020. 87f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/204657>. Acesso em: 3 fev. 2026.

PORTO-FILHO, Erico. **Laguna da Conceição**: um “sistema singular complexo” na Ilha de Santa Catarina, SC, Brasil. 2019. 253f. Tese (Doutorado em Geografia) — Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/214531?show=full>. Acesso em: 3 fev. 2026.

PULIDO, Laura. Racism and the Anthropocene. *In*: MITMAN, Gregg; ARMIERO, Marco; EMMETT, Robert S (Ed.). **Future Remains**: a cabinet of curiosities for the Anthropocene. Chicago: University of Chicago, 2018. p. 116-128.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: QUIJANO, Aníbal. **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Buenos Aires: CLACSO, 2005. p. 117-142.

REGO, Arménio; CUNHA, Miguel Pina e; MEYER JUNIOR, Victor. Quantos participantes são necessários para um estudo qualitativo? Linhas práticas de orientação. **Revista de Gestão dos Países de Língua Portuguesa**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 2, pp. 43-57, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rgplp/article/view/78224>. Acesso em: 3 fev. 2026.

RODRIGUES, Rosana Maria. **Avaliação do impacto do sistema de esgoto sanitário na Lagoa da Conceição - Florianópolis – SC**. 199. 134f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1990. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/75706/82419.pdf?sequence=1&isAlloved=y>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ROSA, Gabriel Goulart; SILVA, Renato Ramos; SAKAGAMI, Yoshiaki; HAAS, Reinaldo; FARIAS, Wendell Rondonelli Gomes; RAMOS, Natacha Pires; OLIVEIRA, Guilherme Henrique; SOUZA, Danilo Couto. Impactos de eventos extremos na região da Lagoa da Conceição. **Revista DELOS**, Curitiba, v. 17, n. 62, p. 1-22, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.55905/rdelosv17.n62-118>. Acesso em: 3 fev. 2026.

RUGGIERO, Vincenzo. It's the economy, stupid! Classifying power crimes. **International Journal of the Sociology of Law**, [s.l.], n. 35, p. 163–177, 2007. Disponível em: https://www.academia.edu/23582291/Its_the_economy_stupid_. Acesso em: 3 fev. 2026.

SAAD-DINIZ, Eduardo. **Vitimologia Corporativa**. 1 ed. São Paulo: Tirant lo Blanch, 2019.

SALVADOR, Angela Sabrine do Nascimento. Entre escritos e vasilhas cerâmicas: os indígenas na sociedade colonial da Ilha de Santa Catarina. *In*: BUENO, Lucas; REIS, Lucas Bond (Org.). **Florianópolis arqueológica**. Florianópolis: UFSC, 2021. p. 269–290. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Angela-Do-Nascimento-Salvador/publication/354787672_Entre_escritos_e_vasilhas_ceramicas_os_indigenas_na_sociedade_colonial_da_Ilha_de_Santa_Catarina/links/614caa64519a1a381f7d254c/Entre-escritos-e-vasilhas-ceramicas-os-indigenas-na-sociedade-colonial-da-Ilha-de-Santa-Catarina.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

SANTA CATARINA. Governo do Estado de Santa Catarina. **Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD**. Florianópolis: CASAN, fev. 2021. Disponível em: https://www.casan.com.br/ckfinder/userfiles/files/Documentos_Download/PRAD%20v1.pdf. Acesso em: 3 fev. 2026.

SANTIAGO, Alina G.; BIANCHI, Miguel F.; FEITOSA, Flávia F., ROSA, Marcelo M. Diferentes Níveis de Percepção da Paisagem da Lagoa da Conceição (SC) através do SIG. **Paisagem e Ambiente**, São Paulo, n. 14, p. 171-186, dez. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2359-5361.v0i14p171-186>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SANTOS, Vanessa. **Disposição de efluentes tratados em uma lagoa de evapotranspiração**. 2018. 148f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/205300>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SARMIENTO, Camilo Ernesto Bernal; CHAMORRO, Sebastián Cabezas; FORERO, Alejandro; BEIRAS, Iñaki Rivera; TAMAYO, Iván Vidal; SOARES, Marina Quezado. Para além da criminologia: um debate epistemológico sobre o dano social, os crimes internacionais e os delitos dos mercados. **Revista Brasileira de Direito**, Passo Fundo, v. 13, n. 3, p. 40-79, dez. 2017. Disponível em: <https://seer.atitus.edu.br/index.php/revistadedireito/article/view/2323>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SEGATO, Rita Laura. Aníbal Quijano y la perspectiva de la colonialidad del poder. *In*: SEGATO, Rita Laura. **La crítica de la colonialidad em ocho ensayos y uma antropologia por demanda**. Local: Prometeo Libros, 2013. p. 35-67.

SES LAGOA. Projeto Governança SES Lagoa da Conceição. **Apresentação do Projeto**. Florianópolis: CASAN, UFSC, FEESC, 2025. Disponível em: <https://seslagoa.com.br/apresentacao-do-projeto/>. Acesso em: 6 out. 2025.

SHIVA, Vandana. O empobrecimento do meio ambiente: mulheres e crianças por último. *In*: MIES, Maria; SHIVA, Vandana. **Ecofeminismo**. 1 ed. Belo Horizonte: Luas, 2021. p. 144-171.

SILVA FILHO, José Carlos Moreira da. Crimes do Estado e justiça de transição. **Criminologia e sistemas jurídico-penais contemporâneos**, Porto Alegre, v. 2, n. 2, p. 22-35, jul.-dez. 2012. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/sistemapenaleviolencia/article/view/8276>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, Maria Lúcia Gautério da. **Análise da qualidade ambiental urbana da Bacia Hidrográfica da Lagoa da Conceição**. 2002. 119f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/84084>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SILVA, Victor Eduardo Cury. **Análise espaço temporal do estado trófico de uma laguna costeira subtropical: Lagoa da Conceição**, Florianópolis, Santa Catarina. 2016. 126f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Sanitária e Ambiental) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/172001>. Acesso em: 3 fev. 2026.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Belo Horizonte: UFMG, 2010.

STROPASOLAS, Pedro. “Antes vítimas, hoje somos reféns”, diz atingido por esgoto da CASAN em Florianópolis. **Brasil de Fato**, Florianópolis, 25 maio 2021. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/25/antes-vitimas-hoje-somos-refens-diz-atingido-por-esgoto-da-casan-em-florianopolis/>. Acesso em: 4 mar. 2025.

SUTHERLAND, Edwin H. **Crime de Colarinho Branco**: versão sem cortes. 1 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2015.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Irresponsabilidade Organizada na Lagoa da Conceição: Danos Ambientais após 01 Ano do Desastre Ecológico e Social do Rompimento da Barragem**. UFSC: GPDA, OJE, 2022. Disponível em: <https://ojeclinica.ufsc.br/tag/lagoa-da-conceicao/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Nota técnica sobre o rompimento da barragem da CASAN**. UFSC: Departamento de Botânica, 2021a. Disponível em: https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2021/01/Nota-te%CC%81cnica-impactos-e-a%C3%A7%C3%B5es-necess%C3%A1rias-de-mitiga%C3%A7%C3%A3o-e-restaura%C3%A7%C3%A3o-da-lagoa-da-concei%C3%A7%C3%A3o-e-sistema-de-dunas_UFSC-2.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

UFSC. Universidade Federal de Santa Catarina. **Nota Técnica N°04/PES/2021**. UFSC: Projeto Ecoando Sustentabilidade, 2021b. Disponível em: https://noticias.paginas.ufsc.br/files/2021/03/PES4_2021_Descolora%C3%A7%C3%A3o-e-Manchas-na-%C3%81gua-revisada-final.pdf. Acesso em: 10 fev. 2026.

VAZ, Marcelo Cabral. **Lagoa da Conceição**: a metamorfose de uma paisagem. 2008. 157f. Dissertação (Mestrado em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/91058/257315.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 3 fev. 2026.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. Tradução: Jamille Pinheiro Dias e Raquel Camargo. São Paulo: UBU, 2020.

VIEIRA, Jennyfer Silva; HENKES, Jairo Afonso. Uma análise nos impactos ambientais causados na Lagoa da Conceição pelo despejo de efluentes. **Revista Gestão e Sustentabilidade Ambiental**, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 309-337, mar. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.19177/rgsa.v2e22013309-337>. Acesso em: 3 fev. 2026.

VINUTO, Juliana. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014. Disponível em: <https://econtents.sbu.unicamp.br/inpec/index.php/tematicas/article/view/10977>. Acesso em: 9 fev. 2026.

WEDY, Lia Mara; ROSSETTO, Adriana Marques; BECK, Liciania Cariam; JOHNSON, Guillermo Alfredo. A desconstrução do espaço na Lagoa da Conceição – uma análise dos danos ambientais com base em instrumento jurídico. **RACE - Revista de Administração, Contabilidade e Economia**, Unoesc, v. 7, n. 2, p. 199-214, jul./dez. 2008. Disponível em: <https://periodicos.unoesc.edu.br/race/article/view/368/114>. Acesso em: 3 fev. 2026.

WHITE, Rob. Green victimology and non-human victims. **International Review of Victimology**, [s.l.], v. 24, n. 2, p. 239-255, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0269758017745615>. Acesso em: 3 fev. 2026.

WHYTE, David. Ecocídio e a Corporação Colonial. *In*: BUDÓ, Marília Nardin; GOYES, David Rodriguez; SOLLUND, Lorenzo Natali Ragnhild; BRISMAN, Avi (Coord.). **Introdução à criminologia verde: perspectivas críticas, decoloniais e do Sul**. São Paulo: Tirant Lo blanch, 2022. p. 142-106.

XAVIER, José Roberto Franco. Algumas notas sobre a entrevista qualitativa de pesquisa. *In*: MACHADO, Máira Rocha (Org.). **Pesquisar empiricamente o direito**. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017.

ZAFFARONI, Eugênio Raul. El crimen de Estado como objeto de La Criminologia. *In*: UNAM. **Derechos Humanos: reflexiones desde el Sur**. México: Instituto de Investigaciones Jurídicas, 2007. p. 19-34. Disponível em: <https://www.corteidh.or.cr/tablas/r20412.pdf>. Acesso em: 3 fev. 2026.

ZEHR, Howard. Changing Lenses: **A new focus for Crime and Justice**. Foz do Iguaçu: Herald Pr, 1990.

ZWIRTES, Inês Rosane. **Uso da geocronologia e da distribuição de lipídios e fósforo na reconstituição histórica dos sedimentos da Lagoa da Conceição, Florianópolis, SC**. 2003. 82 f. Dissertação (Mestrado em Química) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/86429>. Acesso em: 9 fev. 2026.

ANEXOS

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS

BLOCO 1 – Identificação

1. Nome
2. Idade
3. Gênero
4. Raça
5. Estado civil
6. Profissão
7. Renda mensal
8. Cidade de origem

BLOCO 2 – Experiência de participar da pesquisa

1. Você já participou de uma pesquisa acadêmica antes?
2. Como se sentiu ao ser convidada(o) para participar desta pesquisa?
3. Está se sentindo confortável em dar seu depoimento?
4. Há algo que gostaria de pontuar antes de iniciarmos as perguntas?

BLOCO 3 – Relação com a Lagoa da Conceição

1. Há quanto tempo vive na Lagoa da Conceição?
2. Por que escolheu morar aqui?
3. De que forma participa da vida na Lagoa? (Trabalho, lazer, compras, serviços, restaurantes...)
4. Que lembranças tem da Lagoa da Conceição? Tem histórias que gostaria de compartilhar?
 - a. Tem histórias de infância/juventude?
 - b. Quando se lembra do passado, do que sente falta?
 - c. Tem alguma foto ou registro que gostaria de compartilhar?

BLOCO 4 – Percepção sobre o espaço urbano e recursos naturais

1. Percebeu mudanças no espaço urbano e natural desde que passou a morar no bairro?
 - a. Se sim, quais?
 - b. Se sim, qual sua impressão sobre essas mudanças?
 - c. Se sim, essas mudanças lhe impactaram de alguma forma?
 - d. Se sim, a que atribui essas mudanças?
2. Percebe resistência dos moradores a essas mudanças? Conversa sobre isso com amigos, vizinhos?
3. O que você diria que é o principal problema da Lagoa, em termos de infraestrutura? Sente-se afetado por isso? De quem acredita ser a responsabilidade por esse problema?
4. Identifica poluição na Lagoa? De que tipo?

BLOCO 5 – Sistema de tratamento de esgoto sanitário na Lagoa

1. Entende que o sistema de tratamento de esgoto hoje instalado é suficiente para atender às necessidades dos moradores da Lagoa?

Se entende ser insuficiente:

2. Essa situação é presente há quanto tempo?
3. De quem entende ser a responsabilidade pelo devido tratamento de esgoto?
4. A ausência de tratamento adequado lhe afeta? De que modo?

BLOCO 6 – Organizações sociais e organizações de moradores

1. Há associação de moradores aqui?
2. Como atua?
3. Você participa?
4. Se ocupa de questões relativas às mudanças ambientais da Lagoa?

BLOCO 7 – Efeitos do rompimento da barragem

1. Você foi atingida(o) pelo rompimento da barragem da CASAN na Lagoa da Conceição, em 25/01/2021? Poderia relatar sua experiência?
2. Você ainda vive no mesmo local em que foi atingida(o)?
3. Você sofreu danos diretos pelo rompimento?
 - a. Que tipo de danos?
 - b. O que entende por “danos”?
4. Você acredita que algo mudou em sua vida após o rompimento?
5. Você percebeu alterações no ambiente natural após o rompimento?
 - a. Se sim, quais?
 - b. Se sim, isso lhe afetou? De que modo?
6. A quem atribui a responsabilidade pelo rompimento?
7. Sua situação foi judicializada?
 - a. Se sim, como foi sua experiência com a Justiça?
8. Você recebeu algum auxílio ou compensação, de natureza material e psicológica, pelo ocorrido?
 - a. Se sim, quais?
 - b. Se sim, entende que foram suficientes?
9. Que tipo de providência esperaria do poder público diante da situação que você experienciou?
10. Você se identifica como uma vítima?

ANEXO B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Nº do projeto CAAE 88179625.7.0000.0121

Título do Projeto: Vozes da Lagoa: construção de memória e significação do dano a partir dos relatos das pessoas atingidas pelo rompimento da barragem da Lagoa da Conceição, em Florianópolis/SC

Você está sendo convidado a participar de uma pesquisa cujo objetivo é averiguar a percepção dos moradores da Lagoa da Conceição sobre os danos provocados pelo rompimento da barragem da ETE, da CASAN, em 25/01/2021, bem como sobre aspectos estruturais, sociais e ambientais da região. Esta pesquisa está sendo realizada pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, coordenada pela mestrandia Manuela Moser, que se compromete a seguir a Resolução 466, de 12 de dezembro de 2012 e suas complementares.

Se você aceitar participar da pesquisa, os procedimentos envolvidos em sua participação são os seguintes: concessão de entrevista, em local a ser determinado para garantir seu maior conforto e segurança. A entrevista deverá ser gravada e terá sua duração ajustada conforme sua disponibilidade, estimando-se um tempo médio de duas horas.

Os possíveis riscos ou desconfortos decorrentes da sua participação na pesquisa são principalmente psicológicos e emocionais, como a reativação do trauma e de memórias dolorosas, com a possibilidade de desencadeamento de sintomas como crises de choro, ansiedade e estresse pós-traumático. Ademais, mesmo com o compromisso de anonimato, há risco de reconhecimento do depoimento por terceiros, o que pode gerar desconforto, represálias e estigmatização social.

Rubrica do participante _____

Rubrica do pesquisador _____

Página 1 de 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

De modo a minimizar ou evitar tais riscos e/ou desconfortos, você será acolhida/o e perguntada/o se deseja continuar com a entrevista. Se for necessário, será encaminhada/o para acompanhamento psicológico.

Os possíveis benefícios decorrentes da sua participação na pesquisa são a validação e reconhecimento do trauma vivido, registro histórico do evento, fortalecimento do senso de agência ao narrar e ressignificar a própria experiência, preservação da história da comunidade e do evento, e formação de redes de apoio, com o fortalecimento do senso de comunidade. Ainda, os dados coletados podem servir de base para reivindicações por direitos, melhorias nas políticas públicas e medidas de prevenção de novos danos ambientais estatal-corporativos.

Sua participação na pesquisa é totalmente voluntária, ou seja, não é obrigatória. Caso você decida não participar, ou ainda, desistir de participar e retirar seu consentimento, não haverá nenhum prejuízo ao atendimento que você recebe ou possa vir a receber na instituição.

Não está previsto nenhum tipo de pagamento pela sua participação na pesquisa e você não terá nenhum custo com os procedimentos envolvidos, porém, poderá ser ressarcido por despesas decorrentes de sua participação, como deslocamento e alimentação, cujos custos serão absorvidos pelo orçamento da pesquisa.

Caso ocorra alguma intercorrência ou dano resultante de sua participação na pesquisa, você receberá todo o atendimento necessário, sem nenhum custo pessoal. Além disso, você tem garantido o direito a solicitar indenização.

Os dados coletados durante a pesquisa serão sempre tratados confidencialmente. Os resultados serão apresentados de forma conjunta, sem a identificação dos participantes, ou seja, o seu nome não aparecerá na publicação dos resultados, se você assim desejar.

Rubrica do participante _____

Rubrica do pesquisador _____

Página 2 de 3



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO
PROGRAMA DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Caso você tenha dúvidas, poderá entrar em contato com a pesquisadora responsável, Manuela Moser, pelo telefone (47) 992032361, ou pelo e-mail manumoser97@gmail.com, ou com o Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC), pelo telefone (48) 3721-6094, ou no 7º andar do Prédio Reitoria II, sala 701, de segunda à sexta, das 8h às 12h e das 14h às 18h.

Esse Termo deve ser rubricado em todas as suas páginas e assinado em duas vias, sendo uma para o participante e outra para os pesquisadores.

- () Concordo com o registro da minha voz.
() Não concordo com o registro da minha voz.

Nome do participante da pesquisa

Assinatura do participante da pesquisa

Nome do pesquisador responsável

Assinatura do pesquisador responsável

Local e Data: _____

Rubrica do participante _____

Rubrica do pesquisador _____

Página 3 de 3